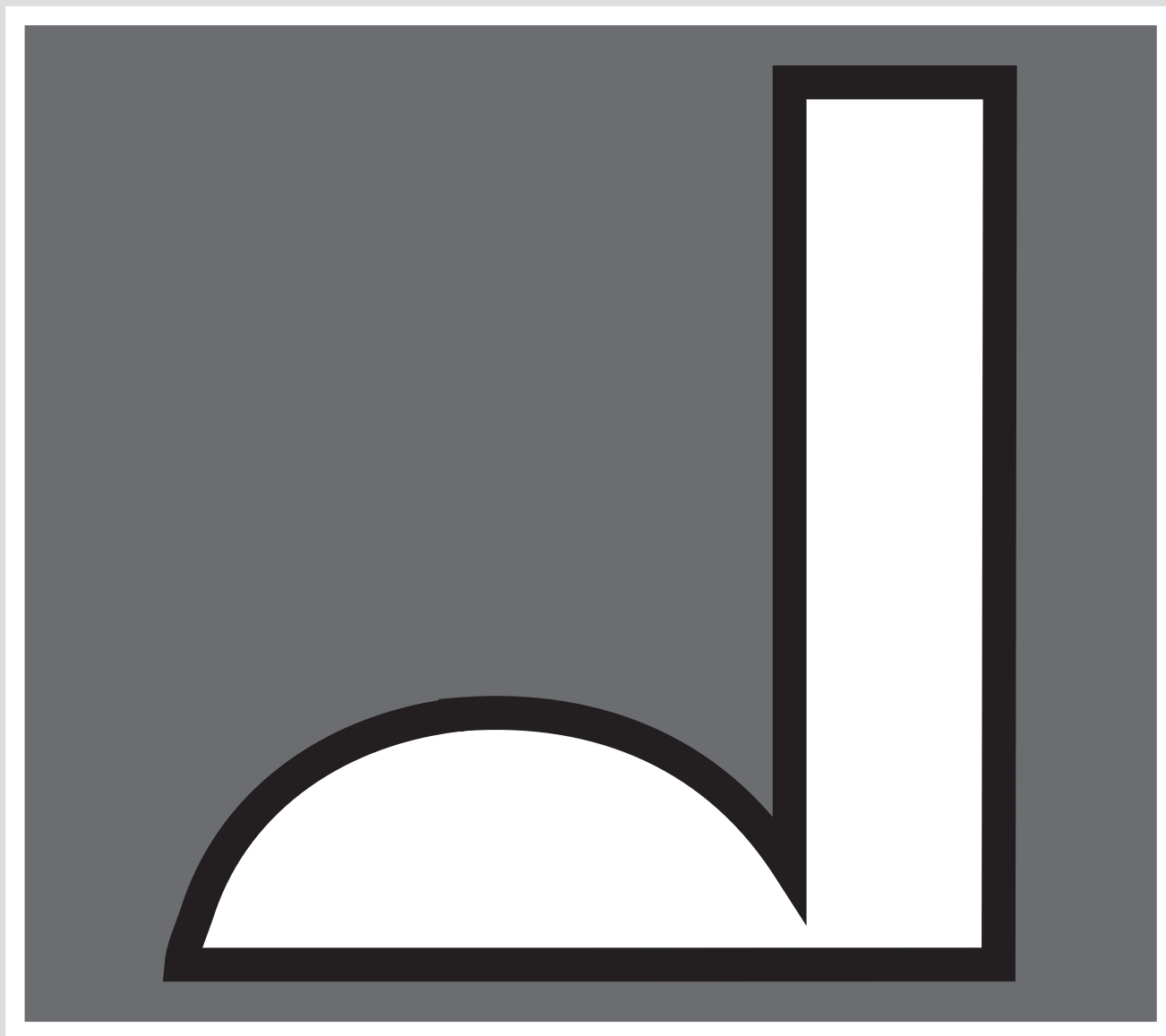




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII - Nº 003 - QUARTA-FEIRA, 08 DE FEVEREIRO DE 2012 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7) 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS		
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) - 24 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 18 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Sérgio Souza ⁽²¹⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferreira Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹⁴⁾ Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25 Líder Humberto Costa - PT Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Pedro Taques ⁽²²⁾ Líder do PSB - 4 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁶⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁹⁾ Paulo Bauer ⁽⁸⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁷⁾ Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾
PR - 8 Líder Blairo Maggi - PR ⁽²⁰⁾ Vice-Líder Clésio Andrade	PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti	PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽¹⁹⁾
PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ⁽¹³⁾ Vice-Líder Sérgio Petecão	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	

- Notas:**
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
12. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
13. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
14. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
15. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
16. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
17. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
18. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
19. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
20. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
22. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 3ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 7 DE FEVEREIRO DE 2012

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação

Da Bancada do PT no Senado Federal, de indicação do Senador Walter Pinheiro como Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores. (Ofício nº 2/2012) 01015

1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 14, de 2012, de autoria do Senador Paulo Bauer, solicitando a oitiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 676, de 2011. 01015

Nº 15, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Deputado Moacir Micheletto. 01015

Nº 16, de 2012, de autoria do Senador Humberto Costa, solicitando voto de aplauso pelo transcurso do 96º aniversário do ex-Senador e ex-Deputado Constituinte de 1946, Jarbas Cardoso de Albuquerque Maranhão. 01016

Nº 17, de 2012, de autoria do Senador Humberto Costa, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Luiz Gonzaga Vasconcelos. 01017

Nº 18, de 2012, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Lauro Antonio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador de Sergipe Seixas Dória. 01017

Nº 19, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial, em data a ser definida no 2º semestre de 2012, para homenagear os 40 anos da Rede Amazônica de Rádio e Televisão.... 01017

Nº 20, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial, em 16 de abril próximo, para homenagear os 45 anos do Polo Industrial de Manaus – PIM, comemorado em 28 de fevereiro. 01019

1.2.3 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2012, de autoria do Senador José Pimentel, que altera o Código de Processo Penal para prever que as inquirições das testemunhas e dos indiciados no inquérito policial serão gravadas em áudio e vídeo e

armazenadas por até dois anos, salvo determinação do juiz estabelecendo de outra forma. 01019

Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2012, de autoria do Senador Humberto Costa, que altera os Códigos Penal e de Processo Penal para prever e regular o ato de indiciamento e inseri-lo no rol das causas interruptivas da prescrição. 01022

Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2012, de autoria do Senador Gim Argello, que acrescenta dispositivos à Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, que regulamenta o exercício da profissão de taxista, e à Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974, que define, para fins de Previdência Social, a atividade de Auxiliar de Condutor Autônomo de Veículo Rodoviário. 01024

Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2012, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que isenta os produtos classificados na posição 22.04 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL, originários e procedentes de Portugal, do Imposto de Importação. 01027

Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2012, de autoria da Senadora Ana Amélia, que altera os arts. 123 e 124 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para restringir o benefício da saída temporária de presos. 01028

1.2.4 – Avisos do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 5, de 2012 (nº 22/2012, na origem), encaminhando relatório sobre as emissões externas de títulos da República, no período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2011. 01029

Nº 6, de 2012 (nº 24/2012, na origem), encaminhando relatório sobre o Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira dentro das Operações de Administração de Passivo realizadas pela União ao longo do ano de 2011. 01035

1.2.5 – Mensagem da Presidente da República

Nº 3, de 2012 (nº 25/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Roberto Tadeu Antunes Fernandes para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. 01038

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo

Plenário, dos Projetos de Resolução nºs 59, 60, 61, 62 e 63, de 2011. 01038

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2008. 01039

Arquivamento, em 6 de dezembro último, do Ofício nº S/60, de 2011, e do Requerimento nº 1.376, de 2011. 01039

1.2.7 – Ofício do Presidente do Conselho da Justiça Federal

Nº 12, de 2012-CN (nº 198/2012, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 3º quadrimestre de 2011. *Estabelecimento do calendário para tramitação da matéria.* ... 01039

1.2.8 – Parecer

Nº 25, de 2012, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 149, de 2011. 01043

1.2.9 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Registro da participação de S. Ex^a, hoje, em Sessão Solene da Câmara dos Deputados para homenagear aos 80 anos da Festa Nacional da Uva, convidando os Srs. Senadores para participar do evento na cidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul; e outros assuntos..... 01045

SENADOR PAULO DAVIM, como Líder – Registro da realização, nos dias 10 a 12 do corrente, do evento “Bote Fé Natal”, que celebrará a chegada dos símbolos da Jornada Mundial da Juventude, que acontecerá no Rio de Janeiro em 2013..... 01047

SENADOR CASILDO MALDANER – Defesa de incentivos tributários para os empregadores que invistam na educação dos funcionários e seus dependentes, destacando projeto de lei proposto por S. Ex^a referente ao tema..... 01048

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Registro de audiência, na semana passada, de S. Ex^a com o Presidente do Paraguai, Fernando Lugo, acerca da situação dos chamados “brasiguaios”. 01049

SENADOR WALDEMIR MOKA – Considerações acerca do acidente químico, ocorrido no último dia 31 de janeiro, num frigorífico do Município de Bataguassu, no Estado do Mato Grosso do Sul.... 01050

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Registro da visita da Presidente Dilma Rousseff à Cuba para verificar questões relativas aos direitos humanos..... 01052

SENADOR EDUARDO BRAGA – Anúncio da apresentação, por S. Ex^a, de representação perante o Ministério Público do Estado do Amazonas contra a Prefeitura de Manaus e a empresa Águas do Amazonas..... 01056

SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Considerações sobre a mensagem do Poder Executivo, encaminhada ao Congresso Nacional, com as principais diretrizes para 2012..... 01121

SENADOR CÍCERO LUCENA – Lamento pelo ato do Governo da Paraíba que fere a autonomia financeira da Universidade Estadual da Paraíba... 01125

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Lamento pela concessão de três grandes aeroportos federais; e outro assunto..... 01128

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Considerações sobre a “incapacidade administrativa” do Governo Federal revelada com a privatização de três aeroportos federais..... 01130

SENADOR WELLINGTON DIAS – Anúncio, pelo Ministério da Educação, da pré-seleção de escolas para a oferta de ensino integral..... 01131

SENADOR ALFREDO NASCIMENTO, como Líder – Considerações sobre a crescente violência em Manaus..... 01134

SENADOR HUMBERTO COSTA – Satisfação com o resultado do leilão de privatização dos aeroportos realizado ontem; e outros assuntos..... 01136

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item 1

Requerimento nº 1.422, de 2011, da Senadora Ana Rita, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (proíbe visitas íntimas aos presos por crime organizado). **Aprovado.** 01139

1.3.2 – Item 3 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.431, de 2011, da Senadora Ana Amélia, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2007, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (sociedades cooperativas). **Aprovado.** 01139

1.3.3 – Item 4 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.432, de 2011, do Senador Armando Monteiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT). **Aprovado.** 01139

1.3.4 – Item 5 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.438, de 2011, do Senador Armando Monteiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (inserir no manual automotivo referência das principais peças que compõem o veículo). **Aprovado.** 01139

1.3.5 – Item 6 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.439, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (prestação de informações na negociação coletiva). **Aprovado.** 01139

1.3.6 – Item 7 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.440, de 2011, de autoria do Senador Francisco Dornelles, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos (prestação de informações na negociação coletiva). **Aprovado.** 01139

1.3.7 – Item 8 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.446, de 2011, da Senadora Lúcia Vânia, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (regulamentação do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro). **Aprovado.** 01139

1.3.8 – Item 11 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.483, de 2011, da Senadora Ana Rita, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 414, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (progressão continuada no ensino fundamental). **Aprovado.** 01140

1.3.9 – Item 12 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.522, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (restrições ao uso e à propaganda de bebidas alcoólicas). **Aprovado.** 01140

1.3.10 – Item 15 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.532, de 2011, do Senador Walter Pinheiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (restrições ao uso e à propaganda de bebidas alcoólicas). **Aprovado.** ... 01140

1.3.11 – Item 17 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.557, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (dispõe sobre a taxa de juros do cheque especial). **Aprovado.** 01140

1.3.12 – Item 18 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.561, de 2011, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2011, além da

Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (redução de emissão de poluentes por veículos automotores). **Aprovado.** 01140

1.3.13 – Item 19 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.569, de 2011, da Senadora Ana Amélia, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 697, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (desconto no IR de Pessoa Jurídica pelo fornecimento de ensino ao empregado). **Aprovado.** 01140

1.3.14 – Item 21 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.590, de 2011, do Senador Demóstenes Torres, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (destinação dos recursos provenientes de bens apreendidos com tráfico de drogas). **Aprovado.** 01140

1.3.15 – Item 2

Requerimento nº 1.428, de 2011, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2011, com os Projetos de Lei do Senado nºs 718, de 2007, 169, de 2008, e 494, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem matérias correlatas (destinação e descarte de embalagens e resíduos). **Aprovado.** 01141

1.3.16 – Item 10 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.454, de 2011, do Senador João Vicente Claudino, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 172, de 2006; e 635, de 2007-Complementares, por regularem matéria correlata (cobrança de multa decorrente de inadimplência de obrigações do consumidor). **Aprovado.** 01141

1.3.17 – Item 16 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.537, de 2011, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 354, de 2011, com os Projetos de Lei do Senado nºs 74, 94, 470, 681, de 2007; 138, 364, 465, de 2008; e 12, de 2011, que já se encontram apensados, por regularem matérias correlatas (deduções no cálculo do imposto de renda). **Aprovado.** 01141

1.3.18 – Item 20 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.580, de 2011, da Senadora Lídice da Mata, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2011, com o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2009 (já tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 4, 589, 590, de 2007; 174, 181, 240, 449, 463, de 2008; 45, 305, 347, 380, de 2009; 160 e 197, de 2010), por versarem sobre matérias

correlatas (isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI). **Aprovado**..... 01141

1.3.19 – Item 13 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.523, de 2011, da Senadora Lídice da Mata, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2011 – Complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, de 2007; e 21, de 2011, todos Complementares, a fim de que tenha tramitação autônoma (limitação de empenho e movimentação financeira no Orçamento da União). **Aprovado**..... 01142

1.3.20 – Item 14 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.524, de 2011, do Senador Inácio Arruda, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2011, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2010 (descontos nas tarifas de energia elétrica). **Aprovado**..... 01142

1.3.21 – Item 9

Requerimento nº 1.453, de 2011, do Senador João Vicente Claudino, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2008, de sua autoria. **Aprovado**..... 01142

1.3.22 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 11, de 2012, de autoria do Senador Alvaro Dias. **Aprovado**..... 01142

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Discursos

SENADOR MÁRIO COUTO, como Líder – Contestação de denúncias da participação de S. Ex^a em desvios na Assembleia Legislativa do Pará. ... 01142

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Pedido de regularização da importação de combustível da Venezuela para Roraima. 01144

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Considerações sobre a privatização de três grandes aeroportos brasileiros. 01147

SENADOR VITAL DO RÉGO – Defesa da discussão do piso salarial nacional para policiais. 01158

1.4.2 – Comunicação

Do Senador Lauro Antonio e outros Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador de Sergipe Seixas Dória e o cancelamento da sessão especial do Senado Federal prevista para o dia 13 de fevereiro próximo, constante do Requerimento nº 1.573, de 2011. (**Ofício SInº(2012)**) 01160

1.4.3 – Discursos (continuação)

SENADOR WALTER PINHEIRO – Considerações sobre a produtividade dos trabalhos legislativos em 2011; e outros assuntos. 01160

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Considerações sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal quanto à competência do Conselho Nacional de Justiça..... 01165

1.4.4 – Apreciação de matérias

Requerimento nº 4, de 2012, de autoria da Senadora Ana Rita. **Aprovado**..... 01169

Requerimento nº 5, de 2012, de autoria da Senadora Angela Portela. **Aprovado**..... 01169

1.4.5 – Discursos (continuação)

SENADOR SÉRGIO PETECÃO, como Líder – Voto de pesar pelo falecimento, ontem, do ex-Deputado Federal José Melo; e outro assunto. 01169

SENADOR LAURO ANTONIO – Destaque para grandes desafios a serem enfrentados neste ano; e outro assunto. 01171

SENADOR MARCELO CRIVELLA – Considerações sobre os recentes desabamentos de edifícios no Rio de Janeiro e em São Paulo; e outro assunto.... 01172

SENADOR SÉRGIO SOUZA – Destaque para 2012 como ano oportuno para a discussão do Pacto Federativo. 01176

SENADOR INÁCIO ARRUDA – Prestação de contas de missões assumidas por S. Ex^a em nome do Senado Federal; e outro assunto..... 01179

SENADOR RANDOLFE RODRIGUES – Reflexão sobre a crise envolvendo os policiais militares baianos e o Governo do Estado. 01182

1.4.6 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2012, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para dispor sobre a distribuição entre os estados de recursos públicos federais para a agricultura familiar e para os empreendimentos familiares rurais. 01186

Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2012, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que altera dispositivos da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que “dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220, da Constituição Federal”. 01188

1.4.7 – Leitura de requerimentos

Nº 21, de 2012, de autoria do Senador Gim Argello e outros Senhores Senadores, solicitando a realização de sessão especial, em 27 de agosto próximo, para homenagear o Dia do Corretor de Imóveis. 01193

Nº 22, de 2012, de autoria do Senador Mário Couto, solicitando votos de aplausos às Organizações Romulo Maiorana (ORM), do Estado do Pará. 01193

Nº 23, de 2012, de autoria do Senador Mário Couto, solicitando votos de congratulações ao Ministério Público do Estado do Pará, na pessoa do Procurador-Geral, Antônio Eduardo Barleta de Almeida. 01194

Nº 24, de 2012, de autoria do Senador Sérgio Petecão, solicitando informações ao Ministro de Estado da Saúde. 01194

Nº 25, de 2012, de autoria do Senador Pedro Taques, solicitando a constituição de Comissão de Especialistas com a finalidade de promover a reforma do pacto federativo, em atendimento às novas exigências de redução das desigualdades regionais e manuten-

ção do equilíbrio entre o poder central da União e a descentralização de políticas e recursos públicos. 01195

1.4.8 – Mensagem da Presidente da República

Nº 12, de 2012-CN (nº 24, de 2012, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 1, de 2012-CN, que *abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor global de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para o fim que especifica, e dá outras providências*. Estabelecimento do calendário para tramitação da matéria. 01197

1.4.9 – Comunicação

Da Senadora Lídice da Mata, declinando de sua participação da 51ª Sessão do Comitê para a Eliminação da Discriminação Contra a Mulher, promovido pela Organização das Nações Unidas, no período de 13 de fevereiro a 2 de março próximo. (Ofício nº 22/2012) 01215

1.4.10 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 8, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 01215

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 07.02.2012

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 3ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 7 de fevereiro de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, da Srª Marta Suplicy, e dos Srs. Ciro Nogueira, Humberto Costa, Marcelo Crivella e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 20 horas e 44 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

3ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 7/2/2012 07:00:00 até 7/2/2012 20:48:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	
PT	ES	ANA RITA	X	
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	
PR	MT	BIAIRÓ MAGGI	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	
PSDB	GO	CYRIO MIRANDA	X	
PT	MS	DELÍCIO DO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	
PT	SP	EDUARDO SUPlicy	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PP	RO	IVO CASSOL	X	
PMDB	RN	IVONETE DANTAS	X	
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
PT	AC	JORGE VIANA	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X	
PR	SE	LAURO ANTONIO	X	
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	
PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PT	SP	MARTA SUPlicy	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	
PV	RN	PAULO DAVIM	X	
PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PSD	AC	SÉRGIO PETEÇÃO	X	
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	
PDT	MG	ZEZE FERRELLA	X	

Compareceram: 75 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT

– SP) – Há numero regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que será lido.

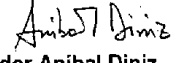
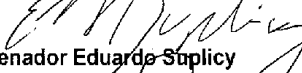
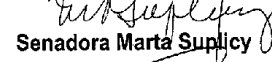
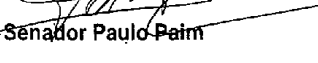
É lido o seguinte:

Ofício nº 2/2012 – GLDPT

Brasília, 2 de fevereiro de 2012

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência que indicamos o Senador Walter Pinheiro (PT/BA) como líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa.

 Senadora Ana Rita Esgário	 Senador Aníbal Diniz
 Senadora Ângela Portela	 Senador Delcídio Amaral
 Senador Eduardo Suplicy	 Senador José Pimentel
 Senador Humberto Costa	 Senadora Marta Suplicy
 Senador Jorge Viana	 Senador Wellington Dias
 Senador Lindberg Farias	
 Senador Paulo Paim	

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação. Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado n.º 676, de 2011, de autoria do Senador Lobão Filho, que “Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol dos crimes hediondos os crimes de formação de quadrilha, corrupção passiva e ativa, peculato, e os crimes contra licitações relativos a contratos, programas e ações nas áreas da saúde pública ou educação pública”, seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões – Senador **Paulo Bauer**.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT

– SP) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2012

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção de Voto de Pesar pelo falecimento do deputado Mocir Micheletto, ocorrido no último dia 30 de janeiro, bem como seja encaminhada o referido Voto para a esposa senhora Diolinda Salete Micheletto, no seguinte endereço Rua Santos Dumont, 1016, Centro, na cidade de Assis Chateaubriand/PR, CEP: 85.935-000.

Justificação

Moacir Micheletto nasceu em Xanxerê/SC, em 1942. Formado Agronomia, pela Universidade Passo Fundo RS, em 1972, chegou ao Oeste do Paraná em 1968, indo residir em Toledo. Sendo o primeiro engenheiro agrônomo na região, Micheletto, foi morar na cidade de Assis Chateaubriand em 1973, onde por 26 anos pôde desempenhar diversas funções em prol da agricultura brasileira e da população paranaense.

A sede por ampliar seus conhecimentos, o levou a participar do Curso Prático Agrícola, Esc. Prática de Agricultura Dr. Fernando Costa, Pirassununga – SP; Treinamento Básico em Cooperativismo, Curitiba – PR; Administração Rural, USP, Piracicaba – SP; Curso Técnico de Medicina Veterinária Prática de Pecuária e Zooteria Geral e de Sanitária Veterinária, Inst. Científico Técnico Rural Brasileiro, Belo Horizonte – MG, 1958-1960; Avicultura, Fazenda Experimental de Tapetininga – SP, 1961; Suinocultura, Fazenda Experimental de Criação, Sertãozinho – SP, 1961; Liderança Sindical 18 Etapa, 1962, Administração Sindical, 1963, Univ. Trabalho, São Paulo – SP; Mestre Agrícola, 1962, Técnico Agrícola, 1965, Esc. Agrotécnica José Bonifácio, Jaboticabal – SP; Pré-Serviço para Técnicos do SECRAR, Centro de Treinamento de Campinas, 1966; Pré-Serviço em Extensão Rural da ACARPA, Centro de treinamento de Florianópolis – SC, 1968; Cibernética Social, Campo Grande – MT, 1969-1972, Cooperativismo e Crédito Cooperativo, 1972, Pastoreiro Rotativo Voisin, 1972, UPF – RS; Psicologia da Adolescência, Col. Notre Dame, Passo Fundo – RS, 1970; Manutenção Automotriz Class, UPF – RS, 1970; Projeto Rondon Regional, Campinas do Sul – RS, 1970; Projeto Rondon, Princesa Isabel – PA, 1970; Desenvolvimento Brasileiro, Novo Hamburgo – RS, 1972; Treinamento de Docentes e Técnicos, Novo Hamburgo – RS; Administração de Agricultura Rural para Agentes Multiplicado-

res, Univ. do Paraná; Especialização em Administração Rural, Fac. Luiz de Queiroz, Piracicaba/SP, em 1978.

Ao longo de sua carreira, o parlamentar exerceu diversos cargos como: Extensionista Agrícola local e regional da Emater/PR por 18 anos; Presidente, Associação dos Engenheiros Agrônomos, Núcleo Regional de Assis Chateaubriand, 1982-1984; Diretor, Conselho de Administração, Coopervale, Palotina, 1984-1986, do Cotiguaçu, Cascavel, 1984-1986, Cooperativa Cotia, 1988, Cooperativa Central Regional de Assis Chateaubriand; Representante, Comissão Regional de Produção de Frutas, Conselho Diretor da Cooperativa Central, 1989-1990; Diretor Superintendente da Campo – Companhia de Promoção Agrícola, em Brasília DF; Presidente, Comissão Nacional de Grãos e Fibras na CNA -Confederação Nacional da Agricultura, 1993-1996, 1999; Presidente do Lions Club de Assis Chateaubriand, 1979-1980; Presidente, Sindicato Rural de Assis Chateaubriand, 1983-1992; Vice– Presidente da FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná, 1993-1999.

A honestidade e a perseverança como forma de trabalho levaram o engenheiro agrônomo Micheletto a receber várias condecorações como: Título de Conselheiro Regional da Organização Científica Educacional, Instituto Científico Técnico Rural Brasileiro; Medalha de Honra ao Mérito do Projeto Rondon, UPR – RS, 1972; Medalha de Honra ao Mérito, melhor Extensionista do ano de 1988, Emater, PR.

Filiado ao PMDB-PR desde 1982, Moacir Micheletto foi eleito Deputado Federal por 3 mandatos consecutivos 1991-1995 / 1995-1999 / 1999-2003, desempenhando suas atividades parlamentares, em defesa da agricultura brasileira, nas funções de Presidente da Subcomissão Permanente para tratar da política Agropecuária da Câmara dos Deputados, Membro titular da Comissão de Agricultura e Política Rural, Suplente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, Titular da Frente Parlamentar de Agricultura e do Cooperativismo, Representante da Câmara dos Deputados no Parliamentarians For Global Action, Caracas – Venezuela, Convidado Especial da Posse do Presidente da ACI – Associação Internacional do Cooperativismo, como membro da Câmara dos Deputados, Genebra – Suíça, Coordenador da Subcomissão para a elaboração da emenda do orçamento geral da União para este ano, tendo priorizado 191 milhões de reais para a agricultura, Relator da Proposta de Fiscalização e Controle nº 84/97 – relativa a Inspeção Sanitária e Industrial do Leite e seus derivados e importados – 1997/1998.

Como deputado federal recebeu inúmeras missões oficiais: Representante do setor privado orga-

nizado, no grupo permanente do subgrupo Oito do Mercosul, em viagem oficial ao Paraguai, Uruguai e Argentina, 1991-1992; Representante da Câmara dos Deputados no Parliamentarians for Global Action, Caracas, Venezuela, 1993; Viagem ao Japão, como Diretor-Superintendente de Campo, para desenvolvimento e acompanhamento de projetos técnicos agrícolas entre Brasil/Japão, 1996; Participante da Reunião de Audiência Pública, realizada sob a coordenação da Comissão de Agricultura Política Rural, Chapecó/SC, 1997.

Uma das características marcantes nas gestões do Deputado Micheletto é a sua constante preocupação em honrar os compromissos assumidos com seus eleitores, criando e aprovando Leis que contribuam para o desenvolvimento da agricultura e levando melhorias para a população do Estado do Paraná.

Neste momento de perda e dor, transmito meus sentimentos a seus familiares e amigos.

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2012

Nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a apresentação de VOTO DE APLAUSO pelo transcurso do 96º aniversário do ex-Senador e ex-Deputado Constituinte de 1946, Jarbas Cardoso de Albuquerque Maranhão.

Justificação

O propósito do presente requerimento é prestar justas homenagens e saudar a figura do grande pernambucano Jarbas Maranhão, advogado, jornalista, político, professor e homem público, nascido em Nazaré da Mata (PE), hoje o único parlamentar vivo da Assembleia Constituinte de 1946. No último dia 22 de janeiro ele completou 96 anos de uma vida repleta de lutas.

Egresso do movimento estudantil nos anos 30, Jarbas Maranhão teve intensa atuação política e cultural na Faculdade de Direito do Recife, tendo presidido, em 1939, o Diretório Acadêmico. Foi um dos fundadores, em Pernambuco, do Partido Social Democrático, o PSD, pelo qual se elegeu deputado e constituinte em 1945.

Começou a carreira na vida pública como oficial de gabinete do interventor Agamenon Magalhães (1937-1945). Sua experiência no governo levou-o a fundar

a Legião Brasileira de Assistência (LBA), da qual foi diretor-presidente em Pernambuco. Também dirigiu o Serviço Nacional da Indústria (SENAI) e comandou as secretarias dos Negócios do Interior, Justiça, Educação e Saúde, na administração do interventor Etelvino Lins.

Sua atuação política levou-o a conquistar, em 1954, uma cadeira no Senado Federal. Quatro anos depois, Jarbas Maranhão concorreu ao governo de Pernambuco, sendo derrotado pelo udenista Cid Sampaio. Em 1963, deixa o Senado e retorna ao serviço público, sendo vice-presidente da Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (COPERBO) e, posteriormente, presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE) de Pernambuco.

Além da luta política, Jarbas Maranhão marcou gerações de estudantes como professor. Ele lecionou na Fundação de Serviço Social do Rio de Janeiro, na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), na Escola de Administração de Pernambuco e no Centro de Treinamento do Tribunal de Contas de Pernambuco. Ao longo de sua vida, publicou mais de 30 obras, incluindo "Diretrizes da Democracia Social", "Uma Visão das Artes", "O Desafio da Fome" e "Municipalismo e Ruralismo".

O escritor Nilo Pereira, em 1981, a respeito do trabalho e atuação de Jarbas Maranhão, apontou: *"Não encontrei em minha vida um homem público com uma vocação política tão forte e tão limpa quanto Jarbas Maranhão. Tendo sido deputado federal e senador da República, pelo velho PSD de Pernambuco, o mais pessedista dos PSDs da época, sob a batuta de Agamenon Magalhães, Jarbas era a cabeça pensante por excelência. Se Etelvino Lins foi o matemático do PSD, Oswaldo Lima o 'marechal', Jarbas Maranhão foi o filósofo político do partido"*.

Sala das Sessões, de de 2012. – Senador **Humberto Costa**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 17, DE 2012

Nos termos do artigo 218, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a apresentação de VOTO DE PESAR aos familiares do ex-Deputado Federal Luiz Gonzaga Vasconcelos, falecido em 23 janeiro de 2012.

Justificação

O ex-Deputado Luiz Gonzaga Vasconcelos faleceu, aos 78 anos, por complicações respiratórias, no final do mês de janeiro do corrente ano.

Natural de Surubim, Pernambuco, Gonzaga Vasconcelos construiu uma história política sólida e honrada. Iniciou sua carreira na década de 60, como Deputado Estadual. Foi delegado, Vereador e Deputado Federal por quatro mandatos consecutivos – 1970, 1974, 1978 e 1982. Foi ainda Secretário de Interior e Justiça do estado. Nunca se afastou de suas origens: trabalhou sempre pelo desenvolvimento de Surubim, capital da vaquejada.

Enfim, venho me somar a todos os cidadãos pernambucanos, em especial os surubinenses, que hoje lamentam a perda dessa grande figura política.

Sala das Sessões, em de de 2012. – Senador **Humberto Costa**.

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2012

Requerimento de voto de pesar.

Requeremos, de acordo com as tradições da Casa, homenagens pelo falecimento do ex-governador de Sergipe Seixas Dória.

Inserção em ata de voto de profundo pesar. Apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 2012. – Senador **Antonio Carlos Valadares** – Senador **Lauro Antonio**.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2012

Requeremos nos termos do artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado Federal, em homenagem aos 40 anos da Rede Amazônica de Rádio e Televisão, em data a ser definida no segundo semestre de 2012.

Justificação

A história da Fundação Rede Amazônica inicia em 1965, com o sonho de Phelippe Daou, Milton de Magalhães Cordeiro e Joaquim Margarido de desenvolver e valorizar a Amazônia. Desde então, sob o lema de atender a sociedade com atividades educacionais, culturais e ambientais.

A Rede Amazônica foi fundada em 1º de setembro de 1972, pelo jornalista Phelippe Daou, além da emissora, a Rede Amazônica também possui a Rádio Amazonas FM (101,5 MHz) e outras empresas em diversos segmentos.

A emissora faz parte da Rede Amazônica de Rádio e Televisão, que é composta por mais 4 emissoras de televisão: TV Rondônia, TV Acre, TV Roraima e TV Amapá (todas afiliadas à Rede Globo). Possui ainda o Amazon Sat, sintonizado em canais de UHF nas capitais da Amazônia Ocidental e Amapá e antenas parabólicas em todo o território nacional e países fronteiriços. Esse canal trata exclusivamente de temas amazônicos. Possui ainda uma sucursal em Brasília para coberturas de assuntos relevantes à Amazônia na capital federal.

Em janeiro de 2011 a TV Amazonas foi a única emissora da Região Norte, a convite da Presidência da República a enviar repórter e cinegrafista para o Haiti a fim de cobrir a situação daquele país após os terremotos ocorridos em 2010 em uma série de reportagens especiais. Também neste mês a emissora reformula a sua programação esportiva, contando com maior interatividade com o telespectador, tanto pela TV quanto pela Internet, com vistas a cobrir jornalisticamente o Campeonato Amazonense de Futebol, porém o direito das transmissões dos jogos na íntegra pertencem à TV A Crítica.

Em 3 de julho do ano passado a emissora estreou o quadro *Fala Comunidade* no telejornal Amazônia TV, que retrata os problemas de cada bairro da cidade durante uma semana inteira, estabelecido num sorteio realizado ao vivo durante o telejornal. O bairro ou comunidade sorteada recebe a visita da equipe de jornalismo da TV Amazonas, que permanece durante 6 dias gravando matérias sobre os problemas mais graves citados pelos moradores de cada área. As sextas-feiras é realizado novo sorteio para que um novo bairro ou comunidade seja visitado na semana seguinte. O quadro é na verdade uma reformulação de outro quadro que já existiu no antigo telejornal AMTV, denominado *Mete Bronca*.

A TV Amazonas possui a maior cobertura de municípios (ao todo 58 municípios) que recebem seu sinal, via satélite, do estado do Amazonas, correspondendo a quase 100% de seu território.

As estações localizadas em Eirunepe, Parintins e Itacoatiara são consideradas microgeradoras, gerando programação local e publicidade. Nos outros municípios, as estações existentes são repetidoras.

A Rede Amazônica destaca-se por ter um grande raio de ação na região, promovendo cursos de comunicação, informática, além de outros voltados para o

setor industrial. Esse trabalho promissor que por mais de duas décadas vem marcando a educação, o setor social, enfim, toda a atividade econômica é resultado do esforço conjunto de todo o grupo formado pela Rede Amazônica.

A Rede Amazônica fez e continua fazendo história pra você abraçando o compromisso de integrar as pequenas comunidades das mais longínquas e isoladas barrancas ao imenso território brasileiro, levando cidadania e trazendo informações, a Rede Amazônica tem o posicionamento de continuar vivendo a sua história como uma lição de vida, fruto de um trabalho sério, gerando o bem-estar de uma vasta região e de seu povo. Por isso, diante da atual Revolução Digital chegando ao Brasil, a Rede Amazônica assume também o compromisso de alcançar o telespectador com alta qualidade onde ele estiver, aos seus mais importantes meios de informação e entretenimento, de forma interativa, a qualquer hora e em qualquer lugar: em casa, no carro, no telefone celular ou aparelho portátil fora de casa, através da TV digital.

A Rede Amazônica cumpre muito bem o seu papel na formação de grandes profissionais para o mercado de trabalho, destaque para o empresário Phelippe Daou que, soube muito bem gerenciar essa empresa, aliando eficiência na formação profissional e levando informação de boa qualidade.

Sendo, portanto, uma data de grande significado para o estado do Amazonas e toda sua gente é que solicitamos a realização de Sessão Especial em comemoração aos 40 anos da Rede Amazônica de Rádio e Televisão, em data a ser definida no segundo semestre de 2012.

Sala das Sessões, 7 de fevereiro de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin** – Senador **Eduardo Braga**.

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeremos nos termos do artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado Federal, em homenagem aos 40 anos da Rede Amazônica de Rádio e Televisão, em data a ser definida no segundo semestre de 2012.

Senado(a) _____

Senado(a) _____

Senado(a) _____

Senado(a) _____

Senado(a) _____

Senado(a) _____

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2012

Requeremos, nos termos do artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado Federal, em homenagem aos 45 anos do Pólo Industrial de Manaus – PIM, comemorado no dia 28 de fevereiro, a ser realizada no próximo dia 16 de abril de 2012.

Justificação

O Polo Industrial de Manaus foi inicialmente concebido pelo então deputado federal amazonense Francisco Pereira – o Pereirinha – que apresentou o Projeto de Lei nº 1.310, em 23 de outubro de 1951, na Câmara dos Deputados. Emendado pelo deputado Maurício Joppert, foi convertido na Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, transformando o porto em Zona Franca de Manaus. O Decreto nº 47.754, de 2 de fevereiro de 1960 regulamentou sua criação. No entanto, o PIM só entra em vigor, efetivamente, a partir de 28 de fevereiro de 1967, quando é reestruturado pelo Decreto-Lei nº 288.

A Suframa, na fase atual, consolida o processo de revisão do seu planejamento estratégico, em que melhor configura o desempenho da sua função de agência de desenvolvimento regional. Ao mesmo tempo, incrementa projetos para o fortalecimento do PIM e de aproveitamento de potencialidades regionais, sobretudo por meio do Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CT-PIM) e do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA).

A autarquia trabalha, ainda, no aprofundamento e aperfeiçoamento da função de fomento e fiscalização de projetos finalísticos (Industriais, Agropecuários, etc.); institucionalização da função de agenda de desenvolvimento (execução de estudos, fomento a projetos-meio, infraestrutura, P&D etc.); na expansão e integração de atividades de prospecção tecnológica, inteligência comercial e de planejamento estratégico, e na expansão de atividades de estudos e pesquisas sobre políticas públicas e desenvolvimento socioeconômico na Amazônia Ocidental.

Desenvolve ações para fortalecer o sistema regional de Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio da aplicação de recursos em estruturas de ensino e P&D, formação de recursos humanos pós-graduado, e de acordos de cooperação técnico-científica com instituições nacionais e internacionais. Também apoia a cooperação e integração econômica da Pan-Amazônia.

Este ano, ao completar 45 anos de existência, a Zona Franca de Manaus ostenta progressiva saúde financeira, produtiva e empregatícia, representando para o estado do Amazonas a principal e mais lucrativa locomotiva industrial.

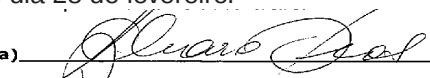
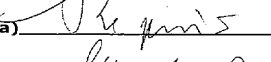
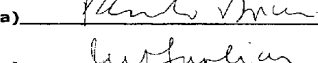
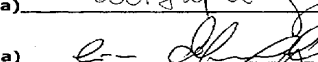
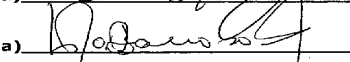
Sendo, portanto, uma data de grande significado para o estado do Amazonas e toda sua gente é que

solicitamos a realização de Sessão Especial, no dia 16 de abril de 2012, em comemoração aos 45 anos do Pólo Industrial de Manaus – PIM.

Sala das Sessões, 7 de fevereiro de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin** – Senador **Eduardo Braga**.

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeremos, nos termos do artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado Federal, a ser realizada no dia 16 de abril de 2012 em homenagem aos 45 anos do Pólo Industrial de Manaus – PIM, comemorado no próximo dia 28 de fevereiro.

Senado(a) 
 Senado(a) 
 Senado(a) 
 Senado(a) 
 Senado(a) 
 Senado(a) 

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, DE 2012

Altera o Código de Processo Penal para prever que as inquirições das testemunhas e dos indiciados no inquérito policial serão gravadas em áudio e vídeo e armazenadas por até dois anos, salvo determinação do juiz estabelecendo de outra forma.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 10 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 10.

§ 4º As inquirições das testemunhas e dos indiciados serão gravadas em áudio e vídeo e armazenadas por até dois anos, salvo determinação do juiz estabelecendo de outra forma. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei tem dois objetivos: (1) garantir que indiciados não tenham seus direitos fundamentais feridos nos interrogatórios feitos nas delegacias de polícia e (2) garantir a oralidade e o momento da coleta da prova, pois em muitos casos a prova é irrepetível em juízo e, em outros, testemunhas e acusados mudam a versão. Além disso, a gravação em áudio e vídeo fornece mais elementos para o juiz julgar, pois armazenam expressões emotivas que o papel não capta – como ironia, choro, surpresa, dissimulação etc.

No Brasil foi definido um ciclo duplo de persecução penal no final do século XIX que até hoje permanece: o “julgamento” pela polícia e o julgamento pelo Poder Judiciário. Esse modelo é bastante criticado há décadas, mas sua permanência mostra seu poder e satisfaz os interesses dos atores em jogo. O inquérito policial é uma peça importante e acompanha a ação penal, e normalmente o resultado final dos processos judiciais é idêntico ao resultado dos relatórios dos inquéritos. Propomos dar mais força à fase judicial da persecução penal, limitando o espaço para os abusos de autoridade nas delegacias e para que o juiz tenha acesso mais completo à “prova” produzida na fase policial.

Julgamos tratar-se de inovação importante para o processo penal brasileiro, que só tende a contribuir para o seu aperfeiçoamento e eficiência. Agradecemos ao Juiz da Vara Única do Júri de Caucaia/Ceará, Michel Pinheiro, pela valiosa contribuição.

Sala das Sessões, – Senador **José Pimentel**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI

Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Texto compilado

Código de Processo Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

LIVRO I

Do Processo em Geral

TÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º O processo penal reger-se-á, em todo o território brasileiro, por este Código, ressalvados:

I – os tratados, as convenções e regras de direito internacional;

II – as prerrogativas constitucionais do Presidente da República, dos ministros de Estado, nos crimes

conexos com os do Presidente da República, e dos ministros do Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade (Constituição, arts. 86, 89, § 2º, e 100);

III – os processos da competência da Justiça Militar;

IV – os processos da competência do tribunal especial (Constituição, art. 122, nº 17);

V – os processos por crimes de imprensa. Vide ADPF nº 130

Parágrafo único. Aplicar-se-á, entretanto, este Código aos processos referidos nos nºs. IV e V, quando as leis especiais que os regulam não dispuserem de modo diverso.

Art. 2º A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

Art. 3º A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.

TÍTULO II

Do Inquérito Policial

~~Art. 4º A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas jurisdições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.~~

Art. 4º A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria. (Redação dada pela Lei nº 9.043, de 9.5.1995)

Parágrafo único. A competência definida neste artigo não excluirá a de autoridades administrativas, a quem por lei seja cometida a mesma função.

Art. 5º Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado:

I – de ofício;

II – mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

§ 1º O requerimento a que se refere o nº II conterá sempre que possível:

a) a narração do fato, com todas as circunstâncias;

b) a individualização do indiciado ou seus sinais característicos e as razões de convicção ou de presunção de ser ele o autor da infração, ou os motivos de impossibilidade de o fazer;

c) a nomeação das testemunhas, com indicação de sua profissão e residência.

§ 2º Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.

§ 3º Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

§ 4º O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

§ 5º Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

Art. 6º Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

~~I – se possível e conveniente, dirigir-se ao local, providenciando para que se não alterem o estado e conservação das coisas, enquanto necessário;~~

~~II – apreender os instrumentos e todos os objetos que tiverem relação com o fato;~~

I – dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais; (Redação dada pela Lei nº 8.862, de 28.3.1994) (Vide Lei nº 5.970, de 1973)

II – apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais; (Redação dada pela Lei nº 8.862, de 28.3.1994)

III – colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias;

IV – ouvir o ofendido;

V – ouvir o indiciado, com observância, no que for aplicável, do disposto no Capítulo III do Título VII, deste Livro, devendo o respectivo termo ser assinado por duas testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura;

VI – proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações;

VII – determinar, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias;

VIII – ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes;

IX – averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuïrem para a apreciação do seu temperamento e caráter.

Art. 7º Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.

Art. 8º Havendo prisão em flagrante, será observado o disposto no Capítulo II do Título IX deste Livro.

Art. 9º Todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e, neste caso, rubricadas pela autoridade.

Art. 10. O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

§ 1º A autoridade fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará autos ao juiz competente.

§ 2º No relatório poderá a autoridade indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas, mencionando o lugar onde possam ser encontradas.

§ 3º Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pelo juiz.

Art. 11. Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.

Art. 12. O inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.

Art. 13. Incumbirá ainda à autoridade policial:

I – fornecer às autoridades judiciárias as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos;

II – realizar as diligências requisitadas pelo juiz ou pelo Ministério Público;

III – cumprir os mandados de prisão expedidos pelas autoridades judiciárias;

IV – representar acerca da prisão preventiva.

Art. 14. O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.

Art. 15. Se o indiciado for menor, ser-lhe-á nomeado curador pela autoridade policial.

Art. 16. O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

Art. 17. A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.

Art. 18. Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

Art. 19. Nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

Art. 20. A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade.

Parágrafo único. Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes a instauração de inquérito contra os requerentes, salvo no caso de existir condenação anterior. (Incluído pela Lei nº 6.900, de 14.4.1981)

Art. 21. A incomunicabilidade do indiciado dependerá sempre de despacho nos autos e somente será permitida quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir.

~~Parágrafo único. A incomunicabilidade não excederá de três dias.~~

Parágrafo único. A incomunicabilidade, que não excederá de três dias, será decretada por despacho fundamentado do Juiz, a requerimento da autoridade policial, ou do órgão do Ministério Público, respeitado, em qualquer hipótese, o disposto no artigo 89, inciso III, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei n. 4.215, de 27 de abril de 1963) (Redação dada pela Lei nº 5.010, de 30.5.1966)

Art. 22. No Distrito Federal e nas comarcas em que houver mais de uma circunscrição policial, a autoridade com exercício em uma delas poderá, nos inquéritos a que esteja procedendo, ordenar diligências em circunscrição de outra, independentemente de precatórias ou requisições, e bem assim providenciará, até que compareça a autoridade competente, sobre qualquer fato que ocorra em sua presença, noutra circunscrição.

Art. 23. Ao fazer a remessa dos autos do inquérito ao juiz competente, a autoridade policial oficiará ao Instituto de Identificação e Estatística, ou repartição congênere, mencionando o juízo a que tiverem sido distribuídos, e os dados relativos à infração penal e à pessoa do indiciado.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, DE 2012

Altera os Códigos Penal e de Processo Penal para prever e regular o ato de indiciamento e inseri-lo no rol das causas interruptivas da prescrição.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera os Códigos Penal e de Processo Penal, com o fim de prever e regular o ato de indiciamento do investigado e inseri-lo no rol das causas interruptivas da prescrição.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigor acrescido do seguinte artigo:

Art. 6-A. Reunidos elementos suficientes que apontem para a autoria da infração penal, o delegado de polícia cientificará o investigado, atribuindo-lhe, fundamentadamente, a condição jurídica de “indiciado”, respeitadas todas as garantias constitucionais e legais.

§ 1º A condição de indiciado poderá ser atribuída já no auto de prisão em flagrante ou até o relatório final do delegado de polícia.

§ 2º O delegado de polícia deverá colher informações sobre os antecedentes, a conduta social e a condição econômica do indiciado, assim como acerca das consequências do crime.

§ 3º O indiciado será advertido sobre a necessidade de fornecer corretamente o seu endereço, para fins de citação e intimações futuras, e sobre o dever de comunicar a eventual mudança do local onde possa ser encontrado.

§ 4º Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, o delegado de polícia não poderá mencionar quaisquer anotações referentes a instauração de inquérito contra os requerentes ou seu indiciamento, salvo no caso de existir condenação anterior.

Art. 3º O art. 117 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigor acrescido do seguinte inciso I, renumerando-se os demais:

“Art. 117
I – pelo indiciamento;
..... ” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

Justificação

A legislação penal não estabelece regras para a realização do indiciamento do averiguado no inquérito. Tal expediente permanece a critério subjetivo da autoridade policial, o que coloca o indivíduo em estado de insegurança jurídica em razão de ausência de normas que dêem direção à condução do inquérito policial. Em face disso, o indiciamento muitas vezes se torna ato arbitrário, quando deveria ser balizado por indícios fortes que garantam a ligação entre o indivíduo e a conduta penal.

A rigor, portanto, não há “acusado” ou “litigante” na fase inquisitorial, uma vez que inexiste uma acusação formal do Estado contra o indivíduo, que só aparece quando da propositura da ação penal pelo Ministério Público, momento em que verdadeiramente se forma

a relação jurídico-processual, a lide no processo penal. O único ato, durante a fase inquisitorial, que teria o condão de instaurar uma lide seria o indiciamento. Todavia, esse ato administrativo é absolutamente desprovido de função no Brasil, fruto não raro de arbítrio e quase sempre desmotivado.

Por isso que o indiciamento não consta como uma das causas interruptivas da prescrição em nosso Código Penal.

O presente projeto de lei vem para remediar esse estado de coisas, isto é: criar formalmente o instituto do indiciamento – e para tanto usamos o texto já proposto pelo projeto de reforma do Código de Processo Penal (PLS nº 156, de 2009), aprovado pelo Senado Federal em dezembro de 2010 – e inseri-lo no rol das causas interruptivas da prescrição.

Julgamos tratar-se de inovação necessária para o aperfeiçoamento de nossa legislação penal.

Sala das Sessões, novembro de 2011. – Senador **Humberto Costa**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 3.689,
DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

LIVRO I

Do Processo em Geral

TÍTULO II

Do Inquérito Policial

Art. 6º Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

I – dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais; (Redação dada pela Lei nº 8.862, de 28.3.1994) (Vide Lei nº 5.970, de 1973)

II – apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais; (Redação dada pela Lei nº 8.862, de 28.3.1994)

III – colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias;

IV – ouvir o ofendido;

V – ouvir o indiciado, com observância, no que for aplicável, do disposto no Capítulo III do Título VII, deste Livro, devendo o respectivo termo ser assinado por duas testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura;

VI – proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações;

VII – determinar, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias;

VIII – ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes;

IX – averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação do seu temperamento e caráter.

DECRETO-LEI

Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

TÍTULO VIII

Da Extinção da Punibilidade

Causas interruptivas da prescrição

Art. 117. O curso da prescrição interrompe-se: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I – pelo recebimento da denúncia ou da queixa; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II – pela pronúncia; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

III – pela decisão confirmatória da pronúncia; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

IV – pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis; (Redação dada pela Lei nº 11.596, de 2007).

V – pelo início ou continuação do cumprimento da pena; (Redação dada pela Lei nº 9.268, de 1º.4.1996)

VI – pela reincidência. (Redação dada pela Lei nº 9.268, de 1º.4.1996)

§ 1º Excetuados os casos dos incisos V e VI deste artigo, a interrupção da prescrição produz efeitos relativamente a todos os autores do crime. Nos crimes conexos, que sejam objeto do mesmo processo, estende-se aos demais a interrupção relativa a qualquer deles. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 2º Interrompida a prescrição, salvo a hipótese do inciso V deste artigo, todo o prazo começa a correr, novamente, do dia da interrupção. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 2012

Acrescenta dispositivos à Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, que regulamenta o exercício da profissão de taxista, e à Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974, que define, para fins de Previdência Social, a atividade de Auxiliar de Condutor Autônomo de Veículo Rodoviário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 4º A Os profissionais taxistas são classificados da seguinte forma:

I – autônomo: motorista que detém autorização, emitida pelo órgão competente, para prestar, por conta própria, serviço de transporte público individual remunerado de passageiros, nos termos do art. 1º desta Lei;

II – empregado: motorista que trabalha, com subordinação, em veículo de propriedade de empresa autorizada pelo órgão competente a prestar serviço de transporte público individual remunerado de passageiros, nos termos do art. 1º desta Lei;

III – auxiliar de condutor autônomo: motorista que possui certificação para exercer a atividade profissional, em consonância com as disposições estabelecidas na Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974;

IV – locatário: motorista que aluga veículo de propriedade de pessoa jurídica titular de autorização, regido por contrato de locação, nos moldes dos arts. 565 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

Parágrafo único. Somente uma única autorização será delegada ao profissional de que trata o inciso I.”

“Art. 10-A. O certificado emitido pelo órgão competente da localidade da prestação do serviço terá validade de 12 (doze) meses que será renovada mediante a comprovação do recolhimento dos encargos previdenciários durante o período, conforme previsto em lei.”

“Art. 11-A. Fica assegurada a transferência da autorização do condutor titular para outro condutor titular, desde que sejam preenchidos os requisitos exigidos pelo órgão competente da localidade da prestação do serviço.”

“Art. 12-A. Em caso de morte do titular, desde que atendidas as normas estipuladas pelo órgão competente da localidade da prestação do serviço, a autorização será transmiti-

da para o cônjuge, os herdeiros necessários, a companheira ou o companheiro, que passarão a ter os mesmos direitos e deveres do titular.”

“Art. 13-A. A autorização não poderá ser objeto de penhora ou de leilão.”

“Art. 14-A. Compete ao órgão municipal competente a apreensão de veículo que transporte passageiros, sem a devida autorização legal.”

Art. 2º O art. 9º da Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 9º
.....

§ 2º São deveres das entidades de que trata o **caput** deste artigo, entre outros:

I – manter programas de capacitação e qualificação profissional para seus associados;

II – fornecer assistência jurídica e social aos associados e familiares.” (NR)

Art. 3º A Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º
.....

§ 1º Os auxiliares de condutores autônomos de veículos rodoviários contribuirão para o INSS de forma idêntica aos contribuintes autônomos, ficando o autorizatário do veículo responsável pelo seu recolhimento.

§ 2º O contrato que rege as relações entre o autônomo e os auxiliares é de natureza civil, não havendo qualquer vínculo empregatício nesse regime de trabalho.

§ 3º O órgão competente da localidade de prestação do serviço e responsável pela emissão da autorização fornecerá aos motoristas auxiliares identificação específica.

§ 4º A identidade referida no § 3º será fornecida mediante requerimento do interessado, com a concordância do autorizatário.

§ 5º O autorizatário do serviço de táxi poderá cadastrar, como eventual substituto, outro profissional, além dos 2 (dois) já previstos no **caput**.”

“Art. 1º-A. No contrato entre o condutor autônomo de veículo rodoviário e os auxiliares de condutores autônomos de veículos rodoviários deverão constar obrigatoriamente:

I – as condições e os requisitos para a prestação do serviço;

II – o prazo de validade;

III – as obrigações e as responsabilidades das partes contratantes;

IV – a data de pagamento; e

V – a remuneração, assegurado o piso remuneratório ajustado entre os sindicatos da categoria.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No ano passado, o Congresso Nacional, finalmente, aprovou a regulamentação da profissão de taxista. Remetido à sanção presidencial, o projeto, no entanto, sofreu uma série de vetos que retirou um conjunto de medidas que conferiria a esses profissionais as condições necessárias para exercerem a profissão na sua amplitude de direitos. Desfigurou-se, desse modo, uma proposta que atendia a uma antiga reivindicação dessa laboriosa categoria de trabalhadores e que foi fruto de longas negociações com os interessados.

Os taxistas prestam serviço de inequívoca importância para toda a sociedade brasileira e estão a merecer o reconhecimento adequado de sua profissão.

Assim, é importante o restabelecimento de aspectos do projeto de lei original aprovado por esta Casa e que foram vetados pela Presidenta da República. Aspectos esses que são fundamentais para quem transporta e zela pela vida de seus passageiros, com a responsabilidade e a dedicação que caracterizam os profissionais taxistas das mais diversas cidades brasileiras.

Enfatize-se que a presente iniciativa não irá beneficiar apenas os taxistas, mas contribuirá também para trazer maior segurança e confiabilidade aos próprios usuários do serviço, ou seja, à população brasileira, que deles depende rotineiramente para se locomover e assim realizar suas atividades pessoais, profissionais ou de lazer.

Por essas razões, submetemos o presente projeto de lei à elevada apreciação do Congresso Nacional. Em razão da relevância da matéria, esperamos contar com o apoio de nossos ilustres Pares.

Sala das Sessões, – Senador **Gim Argelo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 12.468, DE 26 DE AGOSTO DE 2011

Mensagem de veto

Regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências.

A Presidenta da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida, em todo o território nacional, a profissão de taxista, observados os preceitos desta Lei.

Art. 2º É atividade privativa dos profissionais taxistas a utilização de veículo automotor, próprio ou de terceiros, para o transporte público individual remunerado de passageiros, cuja capacidade será de, no máximo, 7 (sete) passageiros.

Art. 3º A atividade profissional de que trata o art. 1º somente será exercida por profissional que atenda integralmente aos requisitos e às condições abaixo estabelecidos:

I – habilitação para conduzir veículo automotor, em uma das categorias B, C, D ou E, assim definidas no art. 143 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;

II – curso de relações humanas, direção defensiva, primeiros socorros, mecânica e elétrica básica de veículos, promovido por entidade reconhecida pelo respectivo órgão autorizador;

III – veículo com as características exigidas pela autoridade de trânsito;

IV – certificação específica para exercer a profissão, emitida pelo órgão competente da localidade da prestação do serviço;

V – inscrição como segurado do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, ainda que exerça a profissão na condição de taxista autônomo, taxista auxiliar de condutor autônomo ou taxista locatário; e

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, para o profissional taxista empregado.

Art. 4º (VETADO).

Art. 5º São deveres dos profissionais taxistas:

I – atender ao cliente com presteza e polidez;

II – trajar-se adequadamente para a função;

III – manter o veículo em boas condições de funcionamento e higiene;

IV – manter em dia a documentação do veículo exigida pelas autoridades competentes;

V – obedecer à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, bem como à legislação da localidade da prestação do serviço.

Art. 6º São direitos do profissional taxista empregado:

I – piso remuneratório ajustado entre os sindicatos da categoria;

II – aplicação, no que couber, da legislação que regula o direito trabalhista e da do regime geral da previdência social.

Art. 7º (VETADO).

Art. 8º Em Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes é obrigatório o uso de taxímetro, anualmente auferido pelo órgão metrológico competente, conforme legislação em vigor.

Art. 9º Os profissionais taxistas poderão constituir entidades nacionais, estaduais ou municipais que os representem, as quais poderão cobrar taxa de contribuição de seus associados.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 10. (VETADO).

Art. 11. (VETADO).

Art. 12. (VETADO).

Art. 13. (VETADO).

Art. 14. (VETADO).

Art. 15. (VETADO).

Brasília, 26 de agosto de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

LEI Nº 6.094, DE 30 DE AGOSTO DE 1974

Define, para fins de Previdência Social, a atividade de Auxiliar de Condutor Autônomo de Veículo Rodoviário, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É facultada ao Condutor Autônomo de Veículo Rodoviário a cessão do seu automóvel, em regime de colaboração, no máximo a dois outros profissionais.

§ 1º Os Auxiliares de Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários contribuirão para o INPS de forma idêntica às dos Condutores Autônomos.

§ 2º Não haverá qualquer vínculo empregatício nesse regime de trabalho devendo ser previamente acordada, entre os interessados, a recompensa por essa forma de colaboração.

§ 3º As autoridades estaduais competentes fornecerão ao motorista colaborador identidade que o qualifique como tal.

§ 4º A identidade será fornecida mediante requerimento do interessado, com a concordância do proprietário do veículo.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de agosto de 1974; 153º da Independência e 86º da República. – **ERNESTO GEISEL – L. G. do Nascimento e Silva.**

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Código Civil.

CAPÍTULO V

Da Locação de Coisas

Art. 565. Na locação de coisas, uma das partes se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou

não, o uso e gozo de coisa não fungível, mediante certa retribuição.

Art. 566. O locador é obrigado:

I – a entregar ao locatário a coisa alugada, com suas pertencas, em estado de servir ao uso a que se destina, e a mantê-la nesse estado, pelo tempo do contrato, salvo cláusula expressa em contrário;

II – a garantir-lhe, durante o tempo do contrato, o uso pacífico da coisa.

Art. 567. Se, durante a locação, se deteriorar a coisa alugada, sem culpa do locatário, a este caberá pedir redução proporcional do aluguel, ou resolver o contrato, caso já não sirva a coisa para o fim a que se destinava.

Art. 568. O locador resguardará o locatário dos embaraços e turbações de terceiros, que tenham ou pretendam ter direitos sobre a coisa alugada, e responderá pelos seus vícios, ou defeitos, anteriores à locação.

Art. 569. O locatário é obrigado:

I – a servir-se da coisa alugada para os usos convencionados ou presumidos, conforme a natureza dela e as circunstâncias, bem como tratá-la com o mesmo cuidado como se sua fosse;

II – a pagar pontualmente o aluguel nos prazos ajustados, e, em falta de ajuste, segundo o costume do lugar;

III – a levar ao conhecimento do locador as turbações de terceiros, que se pretendam fundadas em direito;

IV – a restituir a coisa, finda a locação, no estado em que a recebeu, salvas as deteriorações naturais ao uso regular.

Art. 570. Se o locatário empregar a coisa em uso diverso do ajustado, ou do a que se destina, ou se ela se danificar por abuso do locatário, poderá o locador, além de rescindir o contrato, exigir perdas e danos.

Art. 571. Havendo prazo estipulado à duração do contrato, antes do vencimento não poderá o locador reaver a coisa alugada, senão ressarcindo ao locatário as perdas e danos resultantes, nem o locatário devolvê-la ao locador, senão pagando, proporcionalmente, a multa prevista no contrato.

Parágrafo único. O locatário gozará do direito de retenção, enquanto não for ressarcido.

Art. 572. Se a obrigação de pagar o aluguel pelo tempo que faltar constituir indenização excessiva, será facultado ao juiz fixá-la em bases razoáveis.

Art. 573. A locação por tempo determinado cessa de pleno direito findo o prazo estipulado, independentemente de notificação ou aviso.

Art. 574. Se, findo o prazo, o locatário continuar na posse da coisa alugada, sem oposição do locador, presumir-se-á prorrogada a locação pelo mesmo aluguel, mas sem prazo determinado.

Art. 575. Se, notificado o locatário, não restituir a coisa, pagará, enquanto a tiver em seu poder, o aluguel que o locador arbitrar, e responderá pelo dano que ela venha a sofrer, embora proveniente de caso fortuito.

Parágrafo único. Se o aluguel arbitrado for manifestamente excessivo, poderá o juiz reduzi-lo, mas tendo sempre em conta o seu caráter de penalidade.

Art. 576. Se a coisa for alienada durante a locação, o adquirente não ficará obrigado a respeitar o contrato, se nele não for consignada a cláusula da sua vigência no caso de alienação, e não constar de registro.

§ 1º O registro a que se refere este artigo será o de Títulos e Documentos do domicílio do locador, quando a coisa for móvel; e será o Registro de Imóveis da respectiva circunscrição, quando imóvel.

§ 2º Em se tratando de imóvel, e ainda no caso em que o locador não esteja obrigado a respeitar o contrato, não poderá ele despedir o locatário, senão observado o prazo de noventa dias após a notificação.

Art. 577. Morrendo o locador ou o locatário, transfere-se aos seus herdeiros a locação por tempo determinado.

Art. 578. Salvo disposição em contrário, o locatário goza do direito de retenção, no caso de benfeitorias necessárias, ou no de benfeitorias úteis, se estas houverem sido feitas com expresse consentimento do locador.

.....
(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, DE 2012

Isenta os produtos classificados na posição 22.04 da Nomenclatura Comum do Mercosul, originários e procedentes de Portugal, do Imposto de Importação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentos do Imposto de Importação os produtos classificados na posição 22.04 da Nomenclatura Comum do Mercosul, originários e procedentes de Portugal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O mercado do vinho no Brasil tem crescido de forma notável desde a estabilização econômica havida com o Plano Real aos nossos dias, podendo-se considerar que parte da população brasileira já incorporou ao seu cotidiano e ao protocolo social o hábito do consumo dessa bebida que, de acordo com o **Codex Alimentarius** – da Organização das Nações Unidas

para Agricultura e Alimentação (FAO) – é um alimento, tantos e tão diversificados são os seus benefícios.

De acordo com o Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet, ALICE-Web, da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), de janeiro de 1996 a novembro de 2011, as importações de vinhos de uvas frescas, incluídos os vinhos enriquecidos com álcool; mostos de uvas, excluídos os da posição 20.09, foram da magnitude de US\$ 1.668 bilhão, preço FOB (**free on board**). Desse montante, US\$ 800 milhões, são oriundos da União Europeia, dos quais US\$ 266 milhões de Portugal e US\$ 171 milhões da França. Do Chile, as importações dos vinhos acima especificados corresponderam a US\$ 469 milhões; da Argentina, US\$ 52 milhões.

Levando-se em conta os países membros e associados do MERCOSUL, Argentina e Chile são os principais parceiros comerciais do Brasil no mercado de vinho. Considerando-se que entre o MERCOSUL e o Chile vigora desde 1996 o Acordo de Complementação Econômica nº 35 (ACE-35), por força do qual a partir de 2004 passou a vigor o livre comércio em praticamente 100% da pauta comercial bilateral – ou seja, foram reduzidas a zero as alíquotas do imposto de importação entre as Partes a partir daquele ano – é de concluir que o nível de competitividade do vinho português é notável, vez que sua participação no mercado brasileiro, sem nenhum benefício tarifário, representa a metade da participação chilena.

De acordo com a agenda brasileira de desgravação tarifária de bens, constante na homepage da Organização Mundial do Comércio, o Brasil pratica a alíquota de 20% sobre as importações dos vinhos especificados em termos **ad valorem**, embora tenha assumido por teto tarifário junto àquela organização internacional a alíquota de 55%. Todavia, por força da Tarifa Externa Comum (TEC) do MERCOSUL – Lista de Exceções (Resolução nº 94, de 8 de dezembro de 2011, da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) – os países do Bloco poderão determinar livremente suas tarifas de importação de vinhos sob o código 2204.21.00, em recipientes de capacidade não superior a 2 litros. O Brasil pratica a alíquota de 27% neste caso, à exceção dos vinhos de sobremesa licorosos, de Madeira, do Porto, de Xerez e de Málaga, que têm por alíquota 20%.

Em razão dessa liberdade, de acordo com as estatísticas da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), Argentina, Paraguai e Uruguai também praticam a alíquota de 20% sobre vinhos supramencionados, ao passo que a Bolívia pratica 10% para Sauvignon Blanc e 6% para os demais, o Chile impõe a alíquota de 6% para todos os vinhos e a Venezuela, 35%. O próprio Chi-

le, país altamente dependente da exportação do vinho, ao passo que usufrui de tarifa zero para a exportação do produto para o Brasil, aplica a alíquota de 6% para a importação de vinhos, sendo que seu mercado consumidor é menor e já usufrui de uma competitiva produção local. O Brasil, que ainda se empenha em criar uma indústria vinícola internacionalmente competitiva, com mercado consumidor infinitamente maior do que o chileno, por força do ACE-35, pratica tarifa zero nas importações provenientes do Chile e impõe alíquota de 20% e 27% nas importações extra-bloco.

O quadro acima nos inspira a conclusão de que a alíquota praticada pelo Brasil com relação aos países extra-bloco onera injustamente o importador nacional. Além disso, essa desigualdade de tratamento tarifário pode, se não proporcionar, favorecer o fenômeno da entrada ilegal da bebida no Brasil, que, em estatística minimalista, já atinge 20% de todo o produto consumido no País. “Atravessadores” poderão servir-se dos países do Bloco como base para a tentativa de entrada ilegal do vinho em território brasileiro.

Por haver respaldo na normativa MERCOSUL, internalizada na recente Resolução da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) Nº 94, de 8 de dezembro de 2011, e nos compromissos brasileiros junto à OMC e por ser conveniente aos interesses dos importadores e consumidores nacionais, estamos convencidos da necessidade de isentar do imposto de importação os vinhos originários e procedentes de Portugal.

Dada a importância da matéria, esperamos granjear o apoio de todos os membros dessa Casa Parlamentar.

Sala das Sessões, – Senador **Vital do Rêgo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

RESOLUÇÃO Nº 94,
DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011

(Publicada no DOU de 12-12-2011)

Altera a Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM e a Tarifa Externa Comum – TEC, a Lista de Exceções à TEC e a Lista de Exceções de Bens de Informática e Telecomunicações – BIT para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2012).

O Presidente do Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX, no exercício da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, com fundamento no disposto nos incisos XIV e XIX do art. 2º do mesmo diploma legal, Considerando o disposto nas Decisões nos 33/10, 56/10, 57/10 e 58/10 do Conselho do Mercosul

do Comum – CMC e as Resoluções nos 05/11, 13/11, 17/11 e 32/11, do Grupo Mercado Comum – GMC, do MERCOSUL; as emendas à Nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias; e o Decreto nº 6.500, de 2 de julho de 2008, resolve, **ad referendum** do Conselho:

(À Representação do Mercosul e à Comissão de Assuntos Econômicos.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, DE 2012

Altera os arts. 123 e 124 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) para restringir o benefício da saída temporária de presos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 123 e 124 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 123.

II – cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena;

IV – primariedade.” (NR)

Art. 124. A autorização será concedida apenas uma vez ao ano, por prazo não superior a 7 (sete) dias.

..... “ (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o § 3º do art. 124 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

Justificação

Todos os anos observamos uma lamentável ocorrência, que é a elevação do número de delitos praticados durante “saidão” dos presos, como se costuma chamar coloquialmente o benefício da saída temporária previsto nos arts. 122 a 125 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.

Não bastasse o imediato incremento da criminalidade nos períodos de Natal, Ano Novo e Páscoa, muitos detentos não retornam aos presídios para dar continuidade ao cumprimento de pena e, mais dia menos dia, voltam a delinquir.

Diante desse quadro, surge justificado temor da sociedade; as pessoas ficam aflitas com a possibilidade de serem vítimas de crime. É imprescindível, portanto, restringir as possibilidades de concessão desse benefício.

Neste projeto, propomos que a primariedade de preso seja requisito para a saída temporária. O preso

que reincide já deu provas suficientes de que não está preparado para gozar desse benefício, pois quando posto em liberdade tornou a cometer crime.

Além disso, propomos também que a saída temporária seja concedida apenas uma vez ao ano, pois quanto maior for a frequência maior será a probabilidade de os presos fazerem contato com comparsas e com integrantes de organizações criminosas.

Cremos que a modificação legislativa ora proposta contribuirá para o aperfeiçoamento do sistema jurídico-penal brasileiro e representará efetivo aumento do grau de segurança da sociedade. Por essas razões, conclamamos as Senhoras e os Senhores Senadores a aprovarem a presente proposição.

Sala das Sessões, – Senadora **Ana Amélia**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

Texto compilado

Institui a Lei de Execução Penal.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 123. A autorização será concedida por ato motivado do Juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária e dependerá da satisfação dos seguintes requisitos:

I – comportamento adequado;

II – cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena, se o condenado for primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente;

III – compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.

Art. 124. A autorização será concedida por prazo não superior a 7 (sete) dias, podendo ser renovada por mais 4 (quatro) vezes durante o ano.

~~Parágrafo único. Quando se tratar de frequência a curso profissionalizante, de instrução de 2º grau ou superior, o tempo de saída será o necessário para o cumprimento das atividades discentes.~~

§ 1º Ao conceder a saída temporária, o juiz imporá ao beneficiário as seguintes condições, entre outras que entender compatíveis com as circunstâncias do caso e a situação pessoal do condenado: (Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010)

I – fornecimento do endereço onde reside a família a ser visitada ou onde poderá ser encontrado durante o gozo do benefício; (Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010)

II – recolhimento à residência visitada, no período noturno; (Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010)

III – proibição de frequentar bares, casas noturnas e estabelecimentos congêneres. (Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010)

§ 2º Quando se tratar de frequência a curso profissionalizante, de instrução de ensino médio ou superior, o tempo de saída será o necessário para o cumprimento das atividades discentes. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 12.258, de 2010)

§ 3º Nos demais casos, as autorizações de saída somente poderão ser concedidas com prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias de intervalo entre uma e outra. (Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010)

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 5, de 2012** (nº 22/2012, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, que encaminha nos termos do art. 4º da Resolução nº 20, de 2004, do Senado Federal, relatório sobre as emissões externas de títulos da República, no período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2011.

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 5, DE 2012

Brasília, 27 de janeiro de 2012

Aviso nº 22/MF

Assunto: Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior

Excelentíssimo Senhor Presidente,

No contexto da execução do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, de que trata a Resolução do Senado Federal nº 20, de 16 de novembro de 2004, e em cumprimento ao art. 4º do referido normativo, apresento a V. Exª relatório sobre as emissões de títulos da República no período de 1º de outubro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

2. O relatório inclui, além da parte descritiva, quadros com detalhamento das operações realizadas no período (Anexo I), dos títulos da dívida pública resgatados com os recursos oriundos das referidas operações (Anexo II), de todos os demais bônus emitidos ao amparo do referido Programa (Anexo III).

Respeitosamente, – **Guido Mantega**, Ministro de Estado da Fazenda.

Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO – PERÍODO DE OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2011

O presente relatório contém informações relacionadas ao Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, relativas aos meses de outubro a dezembro de 2011, em atendimento ao art. 4º inciso I da Resolução do Senado Federal Nº 20, de 16/11/2004.

2. No período em questão ocorreu a segunda reabertura do bônus denominado Global 2041, de 30 anos, no volume de US\$ 1.100.000.000,00, sendo US\$ 1.000.000.000,00 nos mercados europeu e norte-americano e R\$ 100.000.000,00 no mercado asiático¹, com ingresso de recursos em 10 de novembro de 2011. Os bancos líderes foram *Barclays Capital Inc.* e *Bank of America Merrill Lynch*, enquanto o *BB Securities* atuou como co-manager.

3. O bônus foi vendido ao preço de 114,700% do seu valor de face, resultando em *yield* (rendimento) de 4,694% a.a. O *spread* da operação foi de 160 pontos-base acima do *Treasury* (título do Tesouro americano) com vencimento em 15 de maio de 2041.

4. O Global 2041 e suas respectivas reaberturas listadas a seguir pagarão juros de 5,625% a.a. semestralmente, nos dias 07 de janeiro e 07 de julho de cada ano, até o seu vencimento, em 07 de janeiro de 2041.

¹ Com o objetivo de aprimorar o acesso ao mercado asiático, e visando à expansão da base de investidores, o Tesouro Nacional reiterou o mecanismo conhecido como *green shoe*. Nesta estratégia, o Tesouro Nacional realiza a emissão em horário compatível com o mercado norte-americano e se reserva ao direito de reabri-la automaticamente no mercado asiático, com volume e condições predeterminadas, com uma porcentagem do volume inicial. Nessa emissão, esse percentual atingiu 10%.

<i>Características dos Títulos</i>	<i>Global 2041</i>	<i>Reabertura</i>	<i>2ª Reabertura</i>
Moeda	USD	USD	USD
Lançamento/Assinatura	30.09.2009	14.09.2010	04.11.2011
Liquidação Financeira	07.10.2009	21.09.2010	10.11.2011
Vencimento	07.01.2041	07.01.2041	07.01.2041
Volume (USD Milhões)	1.275,000	550,000	1.100,000
Cupom de juros (% a.a.)	5,625%	5,625%	5,625%
Comissão (%)	0,2500%	0,2500%	0,2500%
Preço de lançamento (%)	97,498%	106,407%	114,700%
Yield (retorno financeiro - % a.a.)	5,800%	5,202%	4,694%
Spread (margem)	175 bps	142 bps	160 bps
Mercado Asiático (Green Shoe)	25,000	50,000	100,000

5. Na comparação com a reabertura do Global 2041 realizada em setembro de 2010, as condições de colocação dos papéis nesta segunda reabertura foram mais favoráveis, uma vez que a *yield* (retorno financeiro) caiu 50 pontos percentuais, de 5,202% para 4,694% a.a.

6. Por fim, conforme solicitado na mencionada Resolução, o presente informe inclui, também, detalhamento completo das emissões realizadas no período (Anexo I), demonstrativo dos títulos da dívida pública que serão honrados com o produto líquido dos lançamentos mencionados (Anexo II), e quadro com todos os bônus emitidos pela República ao amparo da referida Resolução (Anexo III).

Em 20 de janeiro de 2012



Arno Hugo Augustin Filho
Secretário do Tesouro Nacional

ANEXO I**RELATÓRIO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE EMISSÃO DE TÍTULOS E ADMINISTRAÇÃO DE PASSIVOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL NO EXTERIOR****Emissões no Período de Outubro a Dezembro de 2011**

<i>Características dos Títulos</i>	<i>2ª Reabertura Global 2041</i>
Moeda	USD
Lançamento/Assinatura	04.11.2011
Liquidação Financeira	10.11.2011
Vencimento	07.01.2041
Volume (USD Milhões)	1.100,000
Cupom de juros (% a.a.)	5,625%
Comissão (%)	0,2500%
Preço de lançamento (%)	114,700%
Yield (retorno financeiro - % a.a.)	4,694%
Agentes Líderes da Emissão	<i>Barclays Capital Inc. e Bank of America Merrill Lynch</i>

Fonte: STN/CODIV

ANEXO II**RELATÓRIO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE EMISSÃO DE TÍTULOS E ADMINISTRAÇÃO DE PASSIVOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL NO EXTERIOR****Período de Outubro a Dezembro de 2011****Produto Líquido da Reabertura do Global 2041****Data da Operação: 10/11/2011**

	Valor em US\$
Global 2041 Reabertura	1.280.090.625,00(*)
(*) valores ingressados	
volume emitido	1.100.000.000,00
ágio	161.700.000,00
juros acruados	21.140.625,00
Total Recebimento	1.282.840.625,00
- comissão	2.750.000,00
Total de Recursos no período	1.280.090.625,00

Alocação dos Recursos

	Global 2015	Global 2013
Natureza	Principal	Principal
Valor USD	850.000.000,00	430.090.625,00
Valor R\$	1.496.935.000,00	757.432.599,69

Obs. No mesmo momento de ingresso dos recursos em moeda estrangeira proveniente da emissão externa, o Tesouro Nacional contratou câmbio, para entrega futura, objetivando honrar os compromissos acima.

ANEXO III

**RELATÓRIO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE EMISSÃO E COLOCAÇÃO DE TÍTULOS DE
RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL NO EXTERIOR**
Quadro Resumo dos Lançamentos de Bônus pela República Federativa do Brasil ao amparo da Res. N° 20/2004

<i>BÔNUS/ MOEDA</i>	<i>Liquidação Financeira</i>	<i>Vencimento</i>	<i>Prazo</i>	<i>Valores em moeda original</i>	<i>Equivalente em US\$</i>	<i>Cupom</i>	<i>Periodicidade de Juros</i>	<i>Preço de emissão</i>	<i>Spread</i>
Reabertura Global 2014	8/12/2004	14/7/2014	10 anos	500	500	10,5 % a.a.	semestral	114,750%	398 bps sobre o título de referência do Tesouro Americano de 10 anos
Euro 2015	3/2/2005	3/2/2015	10 anos	500	649	7,375 % a.a.	anual	98,800%	398,5 bps sobre o título de referência OBR* de 15 anos
Global 2025	4/2/2005	4/2/2025	20 anos	1.250	1.250	8,75 % a.a.	semestral	98,610%	431 bps sobre o título de referência do Tesouro Americano de vencimento em 2015
Global 2015	7/3/2005	7/3/2015	10 anos	1.000	1.000	7,875 % a.a.	semestral	99,829%	352,5 bps sobre o título de referência do Tesouro Americano vencendo em 2015
Reabertura Global 2019	17/5/2005	14/10/2019	14 anos	500	500	8,875 % a.a.	semestral	100,375%	458 bps sobre o título de referência do Tesouro Americano de 10 anos
Reabertura Global 2034	2/6/2005	20/1/2034	28 anos	500	500	8,250 % a.a.	semestral	94,125%	440 bps sobre o Título de referência do Tesouro Americano vencendo em 2031
Reabertura Global 2015	27/6/2005	7/3/2015	9 anos	600	600	7,875 % a.a.	semestral	100,945%	363 bps sobre o Título de referência do Tesouro Americano de 10 anos de prazo
A-Bond 2018	1/8/2005	15/1/2018	12,5 anos	4.509	4.509	8,000%	semestral	101,250%	336 bps sobre o Título de referência do Tesouro Americano de 10 anos
Reabertura Global 2025	13/9/2005	4/2/2025	19,5 anos	1.000	1.000	8,750%	semestral	102,125%	417 bps sobre o Título de referência do Tesouro Americano de 30 anos
Global BRL 2016	26/9/2005	5/1/2016	10 anos	3.400	1.479	12,500%	semestral	98,636%	-
Reabertura Global 2015	17/11/2005	7/3/2015	9 anos	500	500	7,875%	semestral	100,702%	312 bps sobre o Título de referência do Tesouro Americano com 101 anos de prazo
Reabertura Global 2034	6/12/2005	20/1/2034	28 anos	500	500	8,250%	semestral	99,325%	362,5 bps sobre o Título de referência do Tesouro Americano com 30 anos de prazo
Global 2037	18/1/2006	20/1/2037	31 anos	1.000	1.000	7,125%	semestral	94,856%	245 bps sobre o Título de referência do Tesouro Americano 2031
Reabertura Euro 2015	3/2/2006	3/2/2015	9 anos	300	360	7,375%	anual	113,428%	185 bps sobre o MidSwap de 9 anos
Reabertura Global 2037	23/3/2006	20/1/2037	31 anos	500	500	7,125%	semestral	103,747%	204 bps sobre o Título de referência do Tesouro Americano 2031
Reabertura Global 2034	2/6/2006	20/1/2034	28 anos	198	198	8,250%	semestral	100,125%	spread não considerado
Reabertura Global 2037	16/8/2006	20/1/2037	31 anos	500	500	7,125%	semestral	99,68%	205 bps sobre o Título de referência do Tesouro Americano 2031
Global BRL 2022	13/9/2006	5/1/2022	15 anos	1.600	744	12,500%	semestral	97,56%	-
Reabertura Global BRL 2022	13/10/2006	5/1/2022	15 anos	650	301	12,500%	semestral	100,25%	-
Global 2017	14/11/2006	17/1/2017	10 anos	1.500	1.500	6,000%	semestral	98,125%	150 bps
Reabertura Global BRL 2022	11/12/2006	5/1/2022	15 anos	750	346	12,500%	semestral	105,875%	-
Reabertura Global 2037	30/1/2007	20/1/2037	30 anos	500	500	7,125%	semestral	106,338%	173 bps sobre o Título de referência do Tesouro Americano 2031
Global BRL 2028	14/2/2007	10/1/2028	21 anos	1.500	715	10,250%	semestral	96,451%	-
Reabertura Global BRL 2028	27/3/2007	10/1/2028	21 anos	750	360	10,250%	semestral	99,750%	-
Reabertura Global 2017	11/4/2007	17/1/2017	10 anos	525,0	525	6,000%	semestral	100,796%	122 bps sobre o Título de referência do Tesouro Americano 2017
Reabertura Global BRL 2028	17/5/2007	10/1/2028	21 anos	787,5	389	10,250%	semestral	112,250%	-
Reabertura Global BRL 2028	26/6/2007	10/1/2028	21 anos	750,0	393	10,250%	semestral	99,750%	-

Emissões Anteriores

ANEXO III

**RELATÓRIO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE EMISSÃO E COLOCAÇÃO DE TÍTULOS DE
RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL NO EXTERIOR**
Quadro Resumo dos Lançamentos de Bônus pela República Federativa do Brasil ao amparo da Res. Nº 20/2004

BÔNUS/ MOEDA	Liquidação Financeira	Vencimento	Prazo	Valores na moeda original	Equivalente em US\$	Capom	Periodicidade de Juros	Preço de emissão	Spread
<i>Reabertura Global 2017</i>	14/5/2008	17/1/2017	10 anos	525,0	525	6,000%	semestral	104,816%	140 bps sobre o Título de referência do Tesouro Americano 2017
<i>Global 2019 N</i>	13/1/2009	15/1/2019	10 anos	1.025,0	1.025	5,875%	semestral	98,135%	370 bps sobre o Título de Referência do Tesouro Americano 2018
<i>Reabertura Global 2019 N</i>	14/5/2009	15/1/2019	10 anos	750,0	750	5,875%	semestral	100,539%	252 bps sobre o Título de Referência do Tesouro Americano 2019
<i>Reabertura Global 2037</i>	5/8/2009	20/1/2037	30 anos	525,0	525	7,125%	semestral	108,630%	195 bps sobre o Título de Referência do Tesouro Americano 2039
<i>Global 2041</i>	07.10.2009	07.01.2041	30 anos	1.275,0	1.275	5,625%	semestral	97,498	175 bps sobre o Título de Referência do Tesouro Americano 2039
<i>Reabertura Global 2019N</i>	22.12.2009	15.01.2009	10 anos	525,0	525	5,875%	semestral	108,204%	113,9 bps sobre o Título de Referência do Tesouro Americano 2019
<i>Global 2021</i>	22.04.2010	22.01.2021	10 anos	787,5	788	4,875%	semestral	98,978%	113,9 bps sobre o Título de Referência do Tesouro Americano 2020
<i>Reabertura Global 2021</i>	03.08.2010	22.01.2021	10 anos	825,0	825	4,875%	semestral	102,707%	150bps sobre o Título de Referência do Tesouro Americano 2020
<i>Reabertura Global 2041</i>	21.09.2010	07.01.2041	30 anos	550,0	550	5,625%	semestral	106,407%	142 bps sobre o Título de Referência do Tesouro Americano 2040
<i>Reabertura Global BRL 2028</i>	27.10.2010	10.01.2028	17 anos	1.100,0	655	10,250%	semestral	112,226%	-
<i>Reabertura Global 2021</i>	14.07.2011	22.01.2021	10 anos	550,0	550	4,875%	semestral	105,348%	105 bps sobre o Título de Referência do Tesouro Americano 2020
<i>Reabertura Global 2041</i>	10.11.2011	07.01.2041	30 anos	1.100,0	1.100	5,625%	semestral	114,700%	160 bps sobre o Título de Referência do Tesouro Americano 2041

Fonte: STORCHER

Total emitido >> 30.411
 Autorizado Res nº 20/04 >> 75.000
 Disponível >> 44.590

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/ PT – SP) – O Aviso nº 5, de 2012, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/ PT – SP) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 6, de 2012** (nº 24/2012, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, que encaminha nos termos do art. 3º da

Resolução nº 20, de 2004, do Senado Federal, o relatório sobre o Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira dentro das Operações de Administração de Passivo realizadas pela União ao longo do ano de 2011.

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 6, DE 2012

Aviso nº 24/MF

Brasília, 30 de janeiro de 2012

Assunto: Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior. Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

No contexto da execução do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, de que trata a Resolução do Senado Federal nº 20, de 16 de novembro de 2004, encaminhamos a V. Ex^a relatório sobre o Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira dentro das Operações de Administração de Passivo realizadas pela União ao longo do ano de 2011.

Respeitosamente, – **Guido Mantega**, Ministro de Estado da Fazenda.

Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior

ASSUNTO: PROGRAMA DE RECOMPRA 2011 – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 4º. INCISO II DA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 20, DE 16/11/2004.

1. Dentro da estratégia definida nos últimos Planos Anuais de Financiamento – PAF¹, o Tesouro Nacional vem dando continuidade ao "Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira", objetivando resgatar antecipadamente títulos de emissão da República com a finalidade de melhorar o perfil do passivo brasileiro externo e consolidar a curva de juros da dívida externa.
2. No ano de 2011, o Tesouro Nacional recomprou o montante de US\$ 2,9 bilhões em valor financeiro, correspondendo a US\$ 2,3 bilhões em valor de face, conforme demonstrado no Quadro 1. Esses valores representam aproximadamente 5,88% do estoque de títulos Globais e 15,11% do estoque de títulos denominados em Euros. O Gráfico 1 mostra o percentual retirado do mercado, por título alvo.
3. Considerando-se as recompras efetuadas em 2011, a redução total no fluxo de pagamento de juros, em valores correntes, foi de US\$ 2,8 bilhões.
4. Ressalta-se que os títulos foram recomprados no mercado secundário, segundo o modelo de avaliação do Tesouro Nacional, em linha com a finalidade de melhorar o perfil do passivo brasileiro externo e consolidar a curva de juros da dívida externa.
5. A redução da dívida externa, aliada à melhoria de importantes indicadores de risco, como composição e prazo médio, tem garantido ao Tesouro acesso ao crédito externo em condições cada vez mais favoráveis, permitindo a queda nos custos das emissões soberanas ao longo do tempo. A reabertura do bônus Global 2041, em novembro de 2011, por exemplo, renovou o recorde de menor custo de emissão para um título de 30 anos com o equivalente a 4,694% a.a.. Tal fato é decorrência do aumento da credibilidade do Brasil junto ao mercado externo e da expectativa positiva em relação à economia brasileira.

¹ Trata-se de um instrumento de gestão fiscal que define os objetivos e diretrizes da administração da Dívida Pública Federal. Por meio do PAF, o Tesouro Nacional expressa seu compromisso com a redução dos custos, o monitoramento dos riscos e o planejamento estratégico dessa dívida, contribuindo para aumentar a confiança dos investidores.

6. Mencionamos a atuação proativa do Tesouro Nacional na gestão da dívida externa contratual. As operações do gerenciamento do passivo contratual externo também foram destaque, com o pagamento antecipado de US\$ 5,86 bilhões em contratos com o Banco Mundial. Esse pagamento ocorreu através de duas operações. Com a primeira, realizada em 1º de junho, foram quitados contratos no valor de aproximadamente US\$ 3,13 bilhões, representando economia de US\$ 155 milhões em juros de dívida externa, que deixarão de ser pagos pelo Tesouro ao longo do período dos contratos cancelados. A segunda operação, realizada em 31 de outubro, resgatou contratos no valor de US\$ 2,73 bilhões, permitindo economia em juros de US\$ 181 milhões.

7. Dentre os objetivos da operação, citamos a redução do risco de refinanciamento e a redução do nível de exposição do Banco Mundial ao País, abrindo assim espaço para novas contratações, que são particularmente importantes para os governos sub-nacionais.

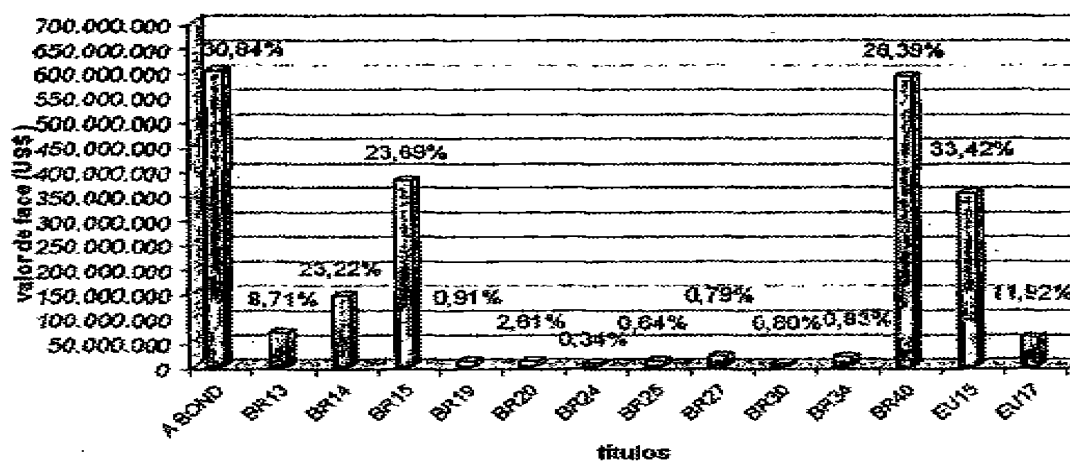
Contrato	Modalidade	Pre-pagamento em 01JUN2011		
		USD	JPY	EUR
42660	CPL	4.348.729	503.963.077	4.031.897
41470		2.279.369	273.415.065	2.187.425
41690		2.004.297	240.844.817	1.926.850
43100		10.576.947	1.250.230.788	10.002.323
43940		4.600.575	539.358.104	4.315.070
43920		14.534.210	1.703.986.663	13.632.543
40460		3.195.100	386.012.615	2.883.123
44870		25.252.171	2.831.898.853	22.614.124
45240		974.553	108.381.458	867.093
45370		749.406	83.084.353	664.706
46370	VSL	3.317.225	-	-
46040		4.213.863	-	-
47130		70.023.469	-	-
42450		3.004.420	-	-
4046A		2.808.092	-	-
72990	FSL-Fixed	238.802.264	-	-
73860	FSL-Fixed	53.433.236	-	-
73060	FSL	167.840.672	-	-
72340		187.425.988	-	-
72560		167.840.672	-	-
71050		27.437.233	-	-
72180		-	-	160.200.000
70370		-	-	133.524.695
71220		-	-	79.898.874
70530		194.500.115	-	-
70460		358.272.255	-	-
71200		454.550.000	-	-
71590		404.896.565	-	-
Total		2.406.481.426	7.921.175.793	436.748.723

QUADRO 1: VALORES RECOMPRADOS

US\$

Ativo	Valor de Face	Valor Juros	Valor Ágio	Pagamento Total
A BOND	601.923.778,14	10.791.421,68	115.724.770,80	728.439.970,74
BR13	69.000.000,00	2.156.486,11	13.291.000,00	84.447.486,11
BR14	144.100.000,00	3.336.112,50	38.767.420,00	186.203.532,51
BR15	379.500.000,00	9.981.234,38	78.964.575,00	468.445.809,38
BR19	10.000.000,00	263.784,72	3.735.000,00	13.998.784,72
BR20	10.000.000,00	49.583,33	6.514.000,00	16.563.583,33
BR24	6.033.000,00	174.014,34	2.646.978,75	8.853.993,09
BR25	10.516.000,00	12.779,86	4.789.700,00	15.318.479,86
BR27	20.000.000,00	438.750,00	11.600.000,00	32.038.750,00
BR30	5.000.000,00	251.805,56	4.410.000,00	9.661.805,56
BR34	18.119.000,00	81.899,58	8.076.853,75	26.277.753,33
BR40	591.273.000,00	24.115.577,44	212.870.301,50	828.258.878,94
EU15	353.120.870,00	4.372.894,66	51.019.910,74	408.513.675,41
EU17	59.218.322,00	4.315.905,71	21.163.148,97	84.697.376,67
Total geral	2.277.803.970,14	60.342.249,88	573.573.659,51	2.911.719.879,65

GRÁFICO 1: PERCENTUAL RETIRADO DO MERCADO



Contrato	Modalidade	Pre-pagamento em 31OUT2011	
		USD	EUR
71060	FSL	13.730.261	-
72180		-	133.607.987
72340		281.632.072	-
72530		5.132.776	-
72560		251.901.682	-
73060		293.641.624	-
73240		5.894.411	-
73830	IFL-FSL	362.908.744	-
74200		25.802.560	-
76600	IFL VSL	1.301.501.500	-
Total		2.542.145.629	133.607.987

Em 25 de janeiro de 2012

Arno H. Augustin
Arno Hugo Augustin Filho
 Secretário do Tesouro Nacional

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Aviso nº 6, de 2012, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 3, de 2012** (nº 25/2012, na origem), da Senhora Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Roberto Tadeu Antunes Fernandes* para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM Nº 3, DE 2012
(Nº 25/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Roberto Tadeu Antunes Fernandes para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012. – **Dilma Rousseff**.

CURRICULUM VITAE

Dados Pessoais

- ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES
- Filiação: Adolpho de Carvalho Fernandes
Carmen Antunes Fernandes
- Nacionalidade: Brasileira
- Naturalidade: Além Paraíba – MG
- Data de Nascimento: 12-3-50
- Estado Civil: Casado
- Identidade: 2.568.815 – IFP
- CPF: 157.941.646-20
- Título de Eleitor: 938117003/53
- Endereço: Rua Ibituruna nº 43 – Ap. 701 – Bloco 2
– Tijuca – Rio de Janeiro – RJ
- Telefones: (021) 3234-1130

Formação:

- Pós-graduação “**Lato Sensu**” em Direito da Economia e da Empresa – FGV – RJ
- Economista, formado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – RJ
- Bacharel em Direito formado pelo Centro Universitário Augusto Motta – RJ
- 2º Grau – Colégio Além Paraíba – Além Paraíba – MG

Atividades Profissionais:

- Desde 1-6-79 é servidor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, autarquia federal criada pela Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, onde foi admitido por concurso público, no cargo de Inspetor.

Cargos Ocupados:

- Superintendente Geral, a partir de 9-7-2004, responsável pela Coordenação e Supervisão das atividades executivas;
- Superintendente de Relações com o Mercado e Intermediários, de 29-10-2001 a 7-7-2004, responsável pela supervisão dos negócios com valores mobiliários;
- Superintendente de Fiscalização Externa, de 14-6-1988 a 28-10-2001, responsável pela fiscalização direta dos participantes do mercado de valores mobiliários;
- Gerente de Fiscalização de Casos Especiais, de 1-4-1987 a 8-9-1988, responsável pela instrução dos processos administrativos sancionadores.

Outras funções:

- Representante da CVM no Conselho de Controle das Atividades Financeiras – COAF
- Representante da CVM no Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2011. – **Roberto Tadeu Antunes Fernandes**.

Aviso nº 57 – C. Civil.

Em 6 de fevereiro de 2012

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Roberto Tadeu Antunes Fernandes para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Atenciosamente, – **Gleisi Hoffmann**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §

3º ao § 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos seguintes Projetos de Resolução:

- **Nº 59, de 2011**, que *suspende, nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, a execução do parágrafo único do art. 99 da Lei Orgânica do Município de Betim, Estado de Minas Gerais*;
- **Nº 60, de 2011**, que *suspende, nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, a execução da expressão “e a seguradora” do antigo item 4 do § 1º do artigo 7º da Lei nº 6.374/89 do Estado de São Paulo*;
- **Nº 61, de 2011**, que *suspende, nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, a execução da alteração promovida na Tabela “D” da Lei nº 7.603, de 27 de dezembro de 2001, pela Lei nº 8.943, de 29 de julho de 2008, do Estado de Mato Grosso*;
- **Nº 62, de 2011**, que *suspende, nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, a execução dos arts. 190 a 193 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho*;e
- **Nº 63, de 2011**, que *suspende a execução de parte do art. 33, § 4º da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006*.

Tendo sido apreciadas em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, as matérias vão à promulgação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2008**, que *dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência comunica ao Plenário que foram encaminhados ao Arquivo, em 6 de dezembro de 2011, o **Ofício nº S/60** e o **Requerimento nº 1.376**, ambos de 2011.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Ofício nº 12/2012-CN** (Ofício nº CF-OFI-00198, de 2012, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 3º quadrimestre de 2011.

É o seguinte o ofício:

**OFÍCIO Nº 12, DE 2012-CN
(OFÍCIO Nº CF-OFI-198/2012, na origem)**

Assunto: Publicações em veículos externos

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal, referente ao 3º quadrimestre de 2011, conforme determina o art. 121 da Lei nº 12.309, de 9-8-2010 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Atenciosamente, – Ministro **Ari Pargendler**, Presidente, PR – Presidência do Conselho da Justiça Federal.

**PORTARIA Nº CF-POR-2012/00026
DE 27 DE JANEIRO DE 2012**

Dispõe sobre a aprovação do Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal – 3º quadrimestre de 2011.

O Presidente do Conselho da Justiça Federal, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e no § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Resolve

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 3º quadrimestre de 2011 (Anexos I, II e III), a ser publicado no **Diário Oficial da União** e disponibilizado ao público na internet.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Ministro **Ari Pargendler**, Presidente do Conselho da Justiça Federal.

ANEXO I

PODER JUDICIÁRIO
CPMSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ Milhares

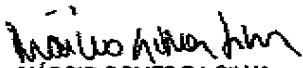
DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	42927,39	52,81	42980,2
Pessoal Ativo	40.068	53	40.121
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.860	0	2.860
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	2788,62	52,81	2841,43
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	29	53	81
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.760	0	2.760
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	40138,77	0	40138,77
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			558.706,387
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = [(III) / (IV) x 100]	0,007184%	0,000000%	0,007184%
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,024685%		137.917
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,023451%		131.021

FONTE: SIAP GERENCIAL

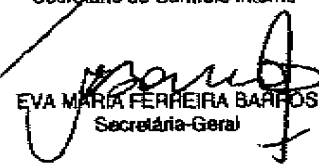
Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.


MÁRCIO GOMES DA SILVA
Secretário de Administração, em exercício


MAURÍCIO ANTÔNIO DO AMARAL CARVALHO
Secretário de Controle Interno


EVA MARIA FERREIRA BARRIOS
Secretária-Geral

ANEXO II
PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

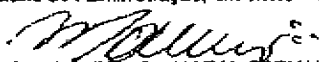
R\$ mil

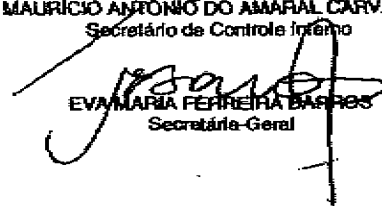
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
100 – RECURSOS ORDINÁRIOS	991.756	2.005	989.751
127 – CUSTAS E EMOLUMENTOS – PODER JUDICIÁRIO	26.822	77	26.745
133 – RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIÁRIO	0	-	0
150 – RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAM ARRECADADOS	1.177	-	1.177
151 – CONTR. SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	5.793	-	5.793
153 – CONTRIBUIÇÃO P/ FINANCIAM DA SEGURIDADE SOCIAL	40.202	-	40.202
156 – CONTRIBUIÇÃO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	4.371	148	4.223
169 – CONTRIB PATRONAL P/ PLANO DE SEGURID SOC SERV	9.297	40	9.257
174 – TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	0	-	0
190 – RECURSOS DIVERSOS	6.984	-	6.984
300 – RECURSOS ORDINÁRIOS	83.460	-	83.460
329 – RECURSOS DE CONCESSÃO E PERMISSÕES	1.499	-	1.499
351 – CONTR. SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	0	-	0
388 – REMUNERAÇÃO DAS DISPONIB DO TESOURE NACIONAL	1.427	-	1.427
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.172.789	2.269	1.170.519
Recursos não submetidos a classificação por fontes de recursos	-	1	(1)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	1	(1)
TOTAL (III) = (I + II)	1.172.789	2.270	1.170.519
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES'			

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Nota: 'A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.


MÁRCIO GOMES DA SILVA
 Secretário de Administração, em exercício


MAURÍCIO ANTÔNIO DO AMARAL CARVALHO
 Secretário de Controle Interno


EVAMÁRIA FERREIRA BARROS
 Secretária-Geral

ANEXO III
PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

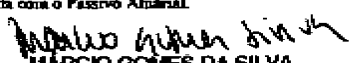
RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)		
	Liquidades e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidades					
	De Exercícios Anteriores	De Exercício	De Exercícios Anteriores	De Exercício				
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.727	76.716	1.926.126	3.562.733	989.751.196			
127 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIÁRIO	-	-	76.675	930.430	26.744.836			
133 - RECURSOS DO PROG DE ADM PATRIM IMOBILIÁRIO	-	-	-	-	300			
150 - RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAM ARRECADADOS	-	-	-	211.095	1.176.867			
151 - CONTR SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	-	-	-	-	5.793.485			
153 - CONTRIBUIÇÃO P/ FINANCIAM DA SEGURIDADE SOCIAL	-	-	-	-	40.202.276			
156 - CONTRIBUIÇÃO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	-	-	147.785	-	4.223.036			
169 - CONTRIB PATRONAL P/ PLANO DE SEGURIDADE SOC SERV	-	-	40.462	-	9.256.531			
174 - TAXAS PELO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA	-	-	-	-	1			
190 - RECURSOS DIVERSOS	-	-	-	-	6.984.277			
300 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-	-	-	-	83.460.344			
329 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	-	-	-	-	1.499.353			
351 - CONTR SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	-	-	-	-	39			
388 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIB DO TESOIRO NACIONAL	-	-	-	-	1.426.673			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.727	76.716	2.191.048	4.704.257	1.170.519.214			
Recursos não submetidos a classificação por fonte de recursos					(543)			
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	-	-	-	(543)			
TOTAL (III) = (I + II)	1.727	76.716	2.191.048	4.704.257	1.170.518.671			
RÉGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*								

PONTE: SIAFI GERENCIAL

Nota: *A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.


MARCIO GOMES DA SILVA
 Secretário de Administração, em exercício

MAURÍCIO ANTONIO DO AMARAL CARVALHO
 Secretário de Controle Interno

EVA MARIA FERREIRA BARBOZA
 Secretária-Geral

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação da matéria:

Leitura: 7-2-2012

até 12/2 prazo para publicação e distribuição dos avulsos da matéria;

até 27/2 prazo para apresentação de relatório;

até 5/3 prazo para apresentação de emendas ao relatório; e

até 12/3 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada no **Diário do Senado Federal** de 8 de fevereiro do corrente.

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

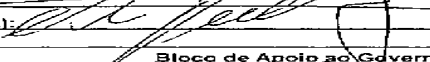
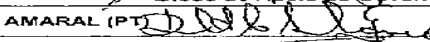
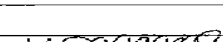
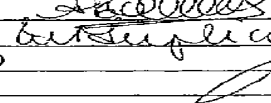
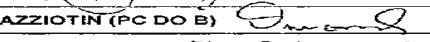
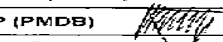
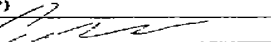
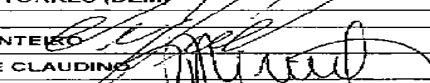
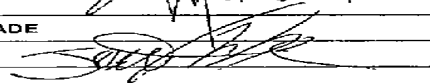
A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, parecer que será lido.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 25, DE 2012

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 149, de 2011, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Ricardo Machado Ruiz para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Ministério da Justiça.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta, realizada em 7 de fevereiro de 2012, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Armando Monteiro sobre a Mensagem nº 149, de 2011, opina pela aprovação da escolha do Senhor Ricardo Machado Ruiz para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Ministério da Justiça, por 17 votos favoráveis, 1 contrário(s) e nenhuma abstenção. Sala da Comissão, 7 de fevereiro de 2012.

PRESIDENTE: 	
RELATORIAI: 	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
DELCÍDIO DO AMARAL (PT) 	1-ZEZÉ PERRELLA (PDT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2-ANGELA PORTELA (PT) 
JOSÉ PIMENTEL (PT)	3-MARTA SUPLICY (PT) 
HUMBERTO COSTA (PT) 	4-WELLINGTON DIAS (PT)
LINDBERGH FARIAS (PT)	5-JORGE VIANA (PT)
ACIR GURGACZ (PDT)	6-CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB)	7-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B) 	8-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
CÁSILDO MALDANER (PMDB)	1-VITAL DO RÊGO (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB)	2-SÉRGIO SOUZA (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB) 	3-ROMERO JUCÁ (PMDB)
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	4-ANÁ AMÉLIA (PP)
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	5-WALDEMIR MOKA (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	6-VAGO
LOBÃO FILHO (PMDB)	7-BENEDITO DE LIRA (PP)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	8-CIRO NOGUEIRA (PP) 
IVO CASSOL (PP)	9-RICARDO FERRAÇO (PMDB)
Bloco Parlamentar (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1-ALVARO DIAS (PSDB)
CYRO MIRANDA (PSDB)	2-AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	3-PAULO BAUER (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	4-JAYME CAMPOS (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	5-CLOVIS FECURY (DEM)
PTB	
ARMANDO MONTEIRO 	1-FERNANDO COLLOR
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-GIM ARGELLO
PR	
CLÉSIO ANDRADE	1-BLAIRO MAGGI
JOÃO RIBEIRO 	2-ALFREDO NASCIMENTO
PSOL	
VAGO	1-RANDOLFE RODRIGUES

**DOCUMENTO ANEXADO PELA SE-
CRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS
DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO RE-
GIMENTO INTERNO**

RELATÓRIO

Relator: Senador **Armando Monteiro**

Por intermédio da Mensagem nº 149, de 14 de dezembro de 2011 (Mensagem nº 566, de 13 de dezembro de 2011, na origem), e nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, a Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Ricardo Machado Ruiz para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Ministério da Justiça.

A Constituição atribui competência ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar por voto secreto sobre a escolha de titulares de cargos que a lei determinar. Por sua vez, o **caput** do art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, exige a aprovação do Senado para a nomeação de Conselheiro do CADE.

Ressalte-se que o cargo para o qual o candidato foi indicado é de grande importância para a defesa da concorrência no Brasil, haja vista o rol de competências atribuído aos Conselheiros pelo art. 9º da mencionada Lei nº 8.884, de 1994, a saber: **a)** emitir voto nos processos e questões submetidas ao Plenário do CADE; **b)** proferir despachos e lavrar as decisões nos processos em que forem relatores; **c)** submeter ao Plenário a requisição de informações e documentos de quaisquer pessoas, órgãos, autoridades e entidades públicas ou privadas, a serem mantidas sob sigilo legal, quando for o caso, bem como determinar as diligências que se fizerem necessárias ao exercício das suas funções; **d)** adotar medidas preventivas fixando o valor da multa diária pelo seu descumprimento; e **e)** desincumbir-se das demais tarefas que lhes forem cometidas pelo Regimento Interno do CADE.

Acompanha a mensagem curriculum vitae do candidato, em cumprimento ao art. 383, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal. Também são atendidas as exigências dos incs. I, II e III e §§ 1º, 3º e 4º do art. 1º do Ato nº 02 de 2011 desta Comissão: entrega de curriculum vitae com as informações solicitadas (inc. I), declaração (inc. II e § 3º), argumentação escrita (inc. III) e, por fim, documentos (§§ 1º e 4º).

De acordo com o curriculum vitae, o candidato já exerce o cargo de conselheiro do CADE desde 19 de janeiro de 2010, com término do mandato previsto para 18 de janeiro de 2012. O art. 4º, § 1º, da Lei nº 8.884,

de 11 de junho de 1994, estabelece que o mandato de Conselheiro do CADE é de dois anos, permitida uma recondução.

Nascido em 3 de junho de 1966, em Presidente Prudente – SP, o indicado é Bacharel (1988) e Mestre (1994) em Economia pela Unicamp, e Doutor em Economia (2003) pela **The New School for Social Research**, Nova Iorque, Estados Unidos.

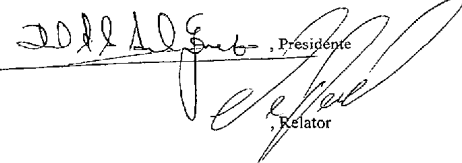
O indicado é professor da Universidade Federal de Minas Gerais e da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE). Lecionou em diversas disciplinas em pós-graduação e graduação, além de ter sido orientador em várias teses de doutorado e dissertações de mestrado.

Em pesquisa, atualmente, o indicado realiza estudos na área de diversificação e consolidação dos grupos econômicos privados nacionais, mas pesquisou em outros campos econômicos desde 2005, notadamente nas áreas tecnológica e de desenvolvimento regional.

Chama a atenção, no curriculum vitae do candidato, os diversos artigos e capítulos de livros publicados, além dos trabalhos técnicos de consultoria e relatório. Foram 22 artigos em periódicos e 18 capítulos de livros, além de dois livros, sendo que um como organizador.

Em vista do exposto, consideramos que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberarem a respeito da indicação do Senhor Ricardo Machado Ruiz para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Sala da Comissão, 7 de fevereiro de 2012.


_____, Presidente
_____, Relator

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O parecer lido vai à publicação.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidenta, eu já dei entrada na delegação de competência...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está aqui.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – ...que me fez o Líder do meu partido, para que eu pudesse falar pela liderança do meu partido na tarde de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O senhor é o primeiro inscrito...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Eu queria apenas ressaltar a V. Ex^a que não desejo falar agora. Desejo falar depois da Ordem do Dia porque terei vinte minutos. Tenho assunto muito importante para hoje.

E quero aproveitar, Presidenta, permita-me, cinco segundos, para chamar a atenção do povo do Pará e do povo desta Nação para que possa me assistir entre as quatro e cinco horas. Vou fazer um pronunciamento contundente e espero que o Pará e a Nação possam me escutar entre as quatro e cinco horas.

Muito obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy – Bloco/PT – SP) – Pois não. Já coloquei para o senhor falar após o início da Ordem do Dia.

Senadora Vanessa está presente. Senador Paim. Ninguém está inscrito.

Gostaria de comunicar ao Plenário que indicamos o... É uma correspondência do Partido dos Trabalhadores, comunicando que foi indicado o Senador Walter Pinheiro, do PT da Bahia, como Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa.

O primeiro inscrito como orador do dia é o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Marta Suplicy, eu tive a alegria de participar, hoje pela manhã, na Câmara dos Deputados, de uma sessão de homenagem à Festa da Uva 2012, lá da minha cidade natal, Caxias do Sul.

Sr^a Presidente, o parque Mário Bernardino Ramos, mais uma vez, abre seus braços para receber brasileiros e não brasileiros de todo o Planeta à Festa da Uva de Caxias do Sul.

Caxias do Sul é a minha cidade natal. Todos os anos em que há a festa, eu venho a esta tribuna e faço um convite a todos: “Visitem Caxias do Sul, participem da Festa da Uva!”. É, no meu entendimento, a maior festa do sul da América. Eu repito esse convite sempre, com muita alegria, com muito orgulho, porque é, de fato, uma grande festa.

Começando pelo parque onde ela acontece: é de uma beleza incrível, ímpar; um dos maiores e mais completos espaços para eventos do País. Ele fica numa região elevada, é cercado por uma grande área verde e oferece uma visão panorâmica da nossa cidade. Quando você olha Caxias do Sul lá do alto, é uma visão apaixonante, e quando você a conhece, percebe o quanto é acolhedora e convidativa. Uma cidade que abraça todos, independente da raça, da cor, da origem, da procedência, da etnia. Faço lá sempre uma grande votação e sou o único Senador negro da República, numa cidade tipicamente italiana.

A cidade de Caxias, que eu amo tanto, se prepara para receber pessoas, como eu dizia, do mundo todo, e o faz de coração aberto, com muita alegria.

Não é à toa que o tema escolhido este ano é “Uva, Cor, Ação! A Safra da Vida na Magia das Cores”.

A gastronomia da cidade, da região, por exemplo, é impecável, de todas as origens, mas, principalmente, a italiana, que predomina naquele pedaço do Brasil. Lá se come – e sei que muitos que estão assistindo conhecem – o tortéi, a polenta, os risotos, as massas, a sopa de *agnolini*, acompanhada de um bom crem, e carnes de todos os tipos. Eu prefiro, particularmente, confesso, a carne Lessa e com crem! Sem falar das deliciosas uvas e vinhos e das sobremesas, que são maravilhosas.

O café colonial é imperdível, com formai, linguiças, salames, *grostolis*, a famosa polenta na chapa com queijo ou com formai.

Temos depois o desfile – desfile a que assisti desde moleque, desde menino –, por exemplo, que é impressionante! Todos querem ver aquela magia de cores e de alegria! É um espetáculo de emoções, com uma gama de ícones da história e da cultura regional. São milhares de pessoas que ficam ao longo da rua Sinimbu. No meu tempo, ao longo da rua Júlio de Castilhos. Lá eu desfilei. Entre os figurantes, estão sempre idosos, famílias, crianças e jovens que desfilam a pé ou nos carros alegóricos, com a convicção de estarem apresentando ao País e ao mundo a sua história, a história de seus antepassados. A história é vista ali por milhares de visitantes.

Hoje, pela manhã, Senadora Marta Suplicy, a Festa Nacional da Uva recebeu, no Plenário Ulysses Guimarães, na Câmara dos Deputados, uma homenagem inédita para a festa: uma sessão solene lembrando os seus 80 anos. Essa homenagem foi proposta pelos Deputados Assis Melo e Pepe Vargas.

Estive no evento. Foi um belíssimo evento. À mesa estavam: o Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, meu amigo Deputado Jorge Alberto Portanova Mendes Ribeiro Filho; o Embaixador da Itália no Brasil, Sr. Gherardo La Francesca; a Secretária de Turismo do Rio Grande, Abigail Pereira, representando o Governador Tarso Genro; José Ivo Sartori, Prefeito de Caxias do Sul, também meu amigo; a Rainha da Festa, Roberta Veber Toscan, representando as Soberanas da Festa da Uva, que me presenteou com este *bottom* que estou usando com muito orgulho; o Sr. Gelson Palavro, Presidente da Comissão Comunitária da Festa da Uva.

Estiveram lá também outras autoridades: a Sr^a Heloísa Pereira de Melo Amboni, Chefe de Divisão da Assessoria Parlamentar, representando a Ministra de

Estado da Cultura, Anna Maria Buarque de Hollanda; o Senador Eduardo Suplicy; o Senador Simon; a Senadora Ana Amélia não estava presente, mas conversei com ela e sua assessoria, porque estava num evento fora da Casa, mas ela mandou também o seu abraço.

Estavam lá os deputados estaduais e federais de todos os partidos. Mas lembro aqui os estaduais: Alceu Barbosa Velho, Deputado Estadual do Rio Grande; Maria Helena Sartori, Deputada Estadual do Rio Grande; Marisa Formolo, Deputada Estadual do Rio Grande. Lembro aqui do Valter Gomes Pinto, Vice-Presidente da Comissão Comunitária da Festa da Uva; o casal Milton Corlatti e Zuleika Corlatti, Vice-Presidente da Comissão Comunitária da Festa da Uva; os diretores da Comissão Comunitária de Agricultura, Sr. Nestor Pistorello; de Captação, Sr. Carlos Búrigo; de Cultura, Sr. Antônio Feldmann; e de Hospitalidade, Sr. Jailson Barbosa. O Vereador Renato Oliveira, representando a Câmara de Vereadores, junto com a Vereadora Geni Peteffi. E ainda as Princesas da Festa. Quero aqui destacar, além da Roberta, que é a rainha, as princesas da festa, Aline Casagrande e Kely Zaneti.

Sr^a Presidenta, na continuidade do evento, houve também um Ato de Exposição dos 80 Anos da Festa, no Hall da Taquigrafia da Câmara. A exposição fica aberta para visita até o dia 10 de fevereiro e painéis mostram imagens da cidade e da festa. Vale a pena ver.

Quero cumprimentar, enfim, mais uma vez, os Deputados Assis Melo e Pepe Vargas por essa iniciativa e a todos os Deputados Federais da Bancada do Rio Grande que lá se fizeram presentes.

Meus parabéns à Rainha da Festa da Uva, Roberta Veber Toscan, e às Princesas Aline Casagrande e Kely Zaneti.

Sr^a Presidente, a Festa da Uva 2012 será realizada entre os dias 16 de fevereiro e 4 de março. Portanto, convido a todos para se fazerem presentes naquele evento.

Eu pretendo estar lá, na abertura. Pelas informações que recebi, a Presidenta Dilma também poderá estar na festa da abertura. Para nós, caxienses, será um orgulho muito grande se a Presidenta Dilma, como fez o Presidente Lula em outras oportunidades, se fizer presente.

Àqueles que me escutam no Brasil todo, em suas casas, enfim, e no local de trabalho, e que assistem à TV Senado e escutam a Rádio Senado, mais uma vez, faço o convite para esse passeio na Festa da Uva, em Caxias do Sul, Rio Grande. Vale a pena!

Espero que a minha cidade natal receba nesse dia a primeira Presidenta eleita neste País.

Vai ser uma bela festa, de encher o coração e a alma de alegria.

Eu disse hoje pela manhã, e repito: a Festa da Uva é internacional, é de um povo obreiro, trabalhador, que me ensinou desde menino, porque eu nasci lá, no Hospital Pompeia, que o segredo do sucesso – é vou dividir com vocês – é: honestidade, saber economizar, estudar e trabalhar. Repito: honestidade, saber economizar, estudar e trabalhar.

Lembro-me, Senadora, que morei, quando cheguei a Brasília, com o Presidente – não presidente à época, mas deputado constituinte – Luiz Inácio Lula da Silva e com Olívio Dutra, e as pessoas perguntavam qual dos três era o mais pão-duro. Segundo eles, eu ganhei o prêmio. Talvez eu tenha aprendido a economizar e isso para mim é um orgulho, porque sei que o Lula também sabe economizar e o Olívio também. Ambos são bem econômicos. É uma disputa entre os três. Mas, enfim, que bom que o Brasil festeja, com a nossa gente, a Festa da Uva. Que bom, que bom será se a Presidenta Dilma estiver lá no dia 16.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Senador Paim, só para complementar que V. Ex^a aprendeu a economizar, conforme disse, e é verdade. Mas aprendeu também a estudar, a trabalhar, e a harmonizar, aprendeu essa questão fundamental da parte social, principalmente, de mexer com o Brasil. Parabéns à cidade de V. Ex^a pela Festa da Uva. Nós catarinenses estamos aprendendo também com vocês, com V. Ex^{as} e com o Rio Grande. A extensão da uva na serra catarinense, em vários lugares do nosso Estado, já está vindo. Quer dizer, o pessoal está trazendo a tecnologia e estamos aprendendo também nessa grande festa que se comemora. Caxias é um modelo para todos nós.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador. Com certeza, nós aprendemos juntos. No convívio de V. Ex^a eu aprendi muito aqui na Casa. Tanto o povo de Santa Catarina como o do Paraná, do Rio Grande, de São Paulo, do Norte, do Nordeste... Nós vamos interagindo e vamos aprendendo juntos. Por isso somos hoje uma potência no mundo. Todos já dizem que nós somos hoje a quinta economia mundial.

Sr^a Presidenta, só quero que considere na íntegra porque respeitarei a precisão de V. Ex^a, e isso é bom. E sou tolerante de forma exagerada quando presido, mas V. Ex^a bota ordem, e isso é bom. Isso é bom e quero cumprimentar V. Ex^a. Que considere como lido este meu pronunciamento, em que lembro que hoje é o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas, 7 de fevereiro, uma lei de minha autoria e que foi sancionada pelo Presidente Lula.

Obrigado, Presidenta.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é importante registrar que hoje é o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas. Essa data é oficialmente reconhecida através da Lei Federal 11.133 de 2005 que se originou de projeto de nossa autoria, sugestionado pelo movimento indígena, como forma de perpetuar o martírio do cacique Sepé Tiarajú.

Ele tombou em defesa da vida, da terra e do seu povo. Era o dia 7 de fevereiro de 1756, no sul do Brasil. Três dias depois, as tropas coloniais (Portugal e Espanha), formada por um exército de 3700 soldados, dizimam cerca de 1300 indígenas, o que ficou conhecido como Batalha de Caiboaté.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a história está nos proporcionando este momento aqui no Senado. Além de relembrarmos o nosso passado, debatemos o presente e miramos o futuro.

Portanto, hoje é um dia de reflexão.

A nossa Constituição, à qual tive a honra de participar da elaboração, garante direitos da cidadania para esses brasileiros – cerca de 800 mil, segundo o Censo 2010, do IBGE.

O artigo 231 reconhece sua organização social, costumes, línguas, crenças, tradições, e os direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas.

Mas, afinal, será que efetivamente os poderes da República e a nossa sociedade respeitam esses primeiros brasileiros? Será que nós parlamentares estamos fazendo a nossa parte como representantes do povo?

Eu não tenho dúvida alguma de que a discriminação é muito grande. Precisamos percorrer um longo caminho até conseguirmos colocar o trem nos trilhos.

O processo é longo, é árduo, é de direitos humanos, é de consciência, é cultural. Requer empenho de todos junto com o poder público para alcançarmos um equilíbrio necessário.

É claro que nos últimos nove anos as políticas públicas estabelecidas tiveram grandes avanços, por exemplo números da Educação Escolar: 2.638 escolas indígenas em todo o País; 196 mil alunos indígenas nos níveis fundamental e médio; 12 mil professores (95% são indígenas).

Mas, é óbvio, também, que na política macro, estamos muito aquém do necessário.

Não podemos tapar os olhos para assassinatos, privação do uso da terra, mortes de crianças por falta de atendimento médico, suicídios, uso de álcool e drogas, entre outros.

O movimento indígena espera ansiosamente que o Congresso Nacional volte a debater o Estatuto dos Povos Indígenas,... vote e aprove!

Sr. Presidente, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, dentro da sua programação para o ano de 2012, tem espaço reservado para o debate deste tema.

Como já fizemos no ano passado, e, quando assumimos pela primeira vez este colegiado, estamos dando palco para que esses brasileiros possam externar seus problemas e aflições.

Viva Ângelo Kretã Kaingang, Marçal Tupã-i, Xicão Xucuru, Galdino Pataxó, e tantos outros que tombaram.

Como bradou Sepé Tiarajú há mais de 250 anos: “Co Ivi Ogueraco Iara”... “Esta terra tem dono”.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Paim. V. Ex^a será atendido, conforme o Regimento.

Parabéns ao Rio Grande do Sul por essa festa tão linda, a Festa da Uva.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr^a Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Gostaria de me inscrever no horário da liderança, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Marta Suplicy, Sr^{as} e Srs. Senadores, aqueles que me ouvem e me assistem, nos dias 23 a 28 de julho de 2013, acontecerá, no Rio de Janeiro, a Jornada Mundial da Juventude.

A Jornada Mundial da Juventude foi criada pelo Papa João Paulo II em 1985, portanto, há 27 anos. Ocorreu a primeira jornada na cidade de Roma. Esse encontro da juventude visa reunir toda a congregação jovem da Igreja Católica e discutir temas da atualidade, e, em 1984, no Jubileu Mundial da Juventude, o Papa João Paulo II presenteou os jovens presentes com a enorme cruz de madeira. Em 2003, presenteou esse encontro com a cópia contemporânea do Salus Populi Romani, um grande ícone que representa Maria Mãe de Deus.

Portanto, está havendo uma preparação para esse encontro que acontecerá no Rio de Janeiro, em julho de 2013. Essa cruz e esse ícone chegaram ao Brasil em São Paulo, e há a pretensão de visitar as 250 maiores cidades do Brasil. Esse ícone e essa cruz chegam em Natal na próxima sexta-feira, quando visitará alguns municípios do meu Estado. Haverá um grande encontro na Praia do Forte, com a presença de bandas católicas, padres cantores como Padre Fábio, Padre Antonio Maria, como Padre Reginaldo Manzotti, Padre Zezinho.

Enfim, será um grande show na Praia do Forte, às 17 h da próxima sexta-feira. Uma produção que conta com a participação de Guto Graça Mello, aquele mesmo que preparou o show de Roberto Carlos em Jerusalém. Será gravado um DVD pela Sony Music desse show, que será a divulgação desse evento, a Jornada Mundial da Juventude, como falei, que acontecerá em julho do próximo ano na cidade do Rio de Janeiro.

Esse movimento, chamado de Bote Fé, Natal, ocorrerá entre os dias 10 a 12 de fevereiro. Dia 10, portanto, sexta-feira, às 17 horas, chegarão à nossa cidade a cruz da Jornada Mundial da Juventude e o ícone, que é a imagem de Maria, Mãe de Deus. Chegarão à Praia do Forte. Esse evento está sendo divulgado por todas as paróquias da Igreja Católica no Estado do Rio Grande do Norte, e há uma expectativa de presença de mais de 20 mil pessoas nesse evento.

E, para o evento do ano que vem, no Rio de Janeiro, a Jornada Mundial da Juventude, há uma expectativa de presença de 3 a 5 milhões de jovens, que virão de todos os países do mundo, de todas as regiões, para discutirem os temas da atualidade ligados à juventude, ligados ao mundo atual, à sociedade atual, aos grandes e graves problemas que o mundo atravessa. A juventude está focada nesses temas. Foi um evento fundado pelo Papa João Paulo II e que está tendo uma difusão pelo mundo inteiro.

Portanto, esse evento de sexta-feira, lá em Natal, vai marcar essa Jornada Mundial, inclusive, como falei há pouco, sendo gravado o DVD oficial de divulgação desse evento. Também haverá gravação desse DVD na maior estátua católica do mundo, que é a imagem de Santa Rita de Cássia, na cidade de Santa Cruz, interior do Rio Grande do Norte.

Portanto, Sr^a Presidente, uso este espaço da Liderança do meu partido para divulgar esse evento, lá em Natal, um evento precursor da Jornada Mundial da Juventude que ocorrerá no Rio de Janeiro, em julho de 2013.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Paulo Davim.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner, pelo tempo regimental de orador inscrito.

O SR CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Marta Suplicy, estimados colegas:

O caminho que buscamos trilhar em nosso País de desenvolvimento econômico e social, com distribuição de renda e geração de oportunidades para todos, passa por pilares essenciais como a redução de juros, revisão da legislação tributária e divisão mais justa dos impostos arrecadados entre União, Estados e Municí-

pios. Como resultado, a geração de emprego, renda e otimização do gasto público.

No entanto, nada disso ocorre se não tivermos capacitação profissional, trabalhadores preparadores para o mercado que vivemos hoje, não apenas para o agronegócio, a indústria, o comércio ou a prestação de serviços.

Nesta nova era denominada pela inovação tecnológica, nós precisamos aliar uma educação mais completa ao conceito de capacitação profissional.

No final do ano passado, o Governo Federal, com a aprovação do Congresso Nacional, instituiu o Pronatec, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – se não estou equivocado até V. Ex^a, Senadora Marta Suplicy, foi a Relatora...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Fui!

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – A iniciativa louvável prevê, entre outras coisas, a isenção de contribuições previdenciárias para auxílio-educação, além de garantir que o investimento feito pela empresa com bolsas de graduação e pós-graduação não se somem ao salário dos funcionários.

O programa tem foco especial na formação profissional técnica. Através da criação da bolsa formação e do Fies Técnico, teremos uma considerável ampliação na oferta de mãos de obra qualificada, sem dúvida.

Acredito, contudo, que devemos avançar ainda mais.

No ano que passou, apresentei nesta Casa o Projeto de Lei nº 425, de 2011, que dá caráter indenizatório ao investimento feito pelo empregador na educação de seus colaboradores e respectivos dependentes, não integrando o salário para qualquer efeito.

E o Pronatec, que é extraordinário, que é bom, que vem ao encontro da nossa proposta que tramita na Casa, ele vai um pouco além. Ele procura que, além dos trabalhadores nessa empresa ou naquela, possam usufruir de alguma ajuda também para seus filhos, e que os valores nessa destinação não sejam tributados nos encargos sociais. E aí o projeto prevê a inscrição da matrícula, o transporte escolar. Um pai de família que trabalhe numa empresa e ganhe lá um salário pequeno, vamos supor assim, mas tem um filho que estude, tem o transporte escolar, tem inscrição, ou ele mesmo o trabalhador. Ele traz os recibos e, se a empresa contribuir com essa finalidade, mediante os recibos, naturalmente, a comprovação desses investimentos, não entra nos encargos sociais, não entra como salário. Essa é a ideia.

A maior contribuição da proposta é aumentar consideravelmente o espectro de alcance de seus beneficiários. São milhares de trabalhadores, bem como

seus filhos, que poderão usufruir dos investimentos realizados pelas empresas. Estas, por sua vez, não serão mais tributadas por utilizarem seus recursos no custeio de uma obrigação social que, a bem da verdade, é de inteira responsabilidade do Estado. Não há, no texto do projeto de lei, qualquer restrição ao enquadramento do investimento em educação, podendo tratar-se de qualificação técnica relativa à área de atuação da empresa, bem como o financiamento do ensino fundamental ou de graduação de um dependente.

Apesar de já termos avançado consideravelmente no percentual de brasileiros matriculados, nossos números ainda são acanhados. De acordo com o último Censo da Educação Superior, realizado em 2007, o Brasil contava com cerca de cinco milhões de alunos matriculados, aproximadamente 0,25% da nossa população, sendo que mais da metade encontrava-se nas Regiões Sudeste e Sul, isso para não falar dos cerca de 10% da população que ainda vivem à margem da sociedade, isolados pelo analfabetismo.

Os reflexos positivos são incalculáveis, especialmente se pensarmos no longo prazo. Somente por meio da educação plena poderemos formar uma sociedade mais igualitária. Quando falamos em igualdade, especialmente no campo econômico, devemos buscar para os nossos cidadãos a igualdade de oportunidades, quando todos tenham acesso à educação e possam disputar, nas mesmas condições, sua posição no mercado de trabalho.

Esta semana, a rede social *Facebook* foi avaliada, para fins de abertura de capital na bolsa de valores dos Estados Unidos, em US\$100 bilhões. Vejam bem, toda a genialidade de seus criadores traduziu-se numa simples e boa ideia. Mas ela jamais seria possível se todos os envolvidos não tivessem tido acesso à educação de excelência – no caso, a Universidade de Harvard.

Por isso, estamos aqui para enfatizar esse pensamento, essa linha.

Não tenho qualquer dúvida da capacidade e da criatividade do povo brasileiro. Falta-nos, apenas, ampliar as oportunidades de acesso à educação de qualidade. Há muito por fazer, temos consciência, mas desonerar o investimento em educação feito pelos empregadores é um passo fundamental nesse processo.

Trago à Casa essas considerações, louvando, em primeiro lugar, o Pronatec, que foi sancionado pela Presidente da República e que entrou em vigor já neste exercício. É extraordinária a ajuda, já vem ao encontro disso.

Mas não se pode deixar de realçar a possibilidade, já que o Estado não tem condições de atender a todos e em todos os setores, de fazer com que as empresas, além do que prevê a legislação que entrou em vigor,

possam também contemplar trabalhadores e seus dependentes. Que se possa, naquilo que se relacione à educação, ampliar isso, para que a empresa – não é obrigatório, não é compulsório – que queira investir para preparar os seus trabalhadores, ou mesmo de outras empresas e de outros lugares, tenha condições. Que esses recursos naturalmente não entrem como salário, mas entrem como investimento. E aí não é só o trabalhador. Vai além. Vai também para os filhos que estão estudando. É a matrícula, é o transporte escolar devidamente comprovado, é alguma mensalidade. Que possa também ser aquinhado. Ele avança um pouco mais.

O Pronatec foi extraordinário e já está em vigor, Senadora Marta Suplicy, que teve a honra de relatar essa proposta.

A nossa tramita na Casa desde o ano passado. Ela amplia um pouco mais, democratiza, dá um direito a mais, uma amplitude a mais nesse contexto. Se nós pudermos avançar, estaremos conquistando mais terreno, avançando na direção da educação de qualidade, que é um direito de todos.

Muito obrigado, Sr^a Presidente e nobres colegas.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Casildo. É isto mesmo: a educação é a mudança da Nação.

Pois não, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sr^a Presidente, para uma breve e inadiável comunicação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O senhor poderia falar agora, na comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Exato.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, como primeiro inscrito, V. Ex^a tem a palavra pelo rodízio.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, instado pelos brasilguaios que vivem situação difícil no Paraguai, eu estive, a semana passada, no Paraguai, numa audiência pessoal com o Presidente Lugo. O Presidente me informou exatamente a situação real da crise.

Existe no Paraguai um financiamento de um dos bancos internacionais, não me recordo se do BID ou do Bird, destinado à regularização fundiária. Dizia-me o Presidente que há, no Paraguai inteiro, uma grande confusão fundiária. Títulos se sobrepõem em uma mesma área – parece que algumas propriedades têm dois, três ou quatro andares – e esse dinheiro já existe desde o governo do Presidente Nicanor. O governo do Presidente Lugo determinou, então, que se fizesse

um levantamento por intermédio de agrimensores para se estabelecer a verdade fundiária do Paraguai e, por via de consequência, também desta área fundamentalmente colonizada por brasileiros.

O grupo de agrimensores comandados pelo Incra paraguaio, um instituto semelhante ao Incra, dirigiu-se à área com segurança do Exército paraguaio. Isso provocou inicialmente algum medo entre os colonos brasileiros, que, cá entre nós, são verdadeiros paraguaios: é a segunda, terceira geração de colonos nascidos no Paraguai.

Esta questão, na verdade, é uma questão de soberania do Paraguai.

Mas quando os agrimensores estavam no local, houve certo atrito, um constrangimento dos nossos agricultores. Ao lado disso, um líder camponês, que hoje é Governador de San Pedro, Pakova Ledesma, fez uma convocação de sem-terras, de camponeses paraguaios, dizendo que sobraria terra na medição e que essas terras seriam ocupadas pelos paraguaios. Isso reuniu **carperos**. O nome **carpero**, Senador Calsildo, vem de **carpa**, que, em espanhol, quer dizer barraca, os barraqueiros. Seis ou sete mil barraqueiros se reuniram ao lado de algumas propriedades. Isso criou um clima de constrangimento muito grande.

Conversando com o Presidente do Paraguai, obtive dele a palavra de que o problema estava sendo resolvido, que não haveria invasão, que tudo se resumiria a um levantamento topográfico da área para a certificação definitiva das propriedades.

Destaco, nesse processo, o trabalho bonito do nosso Embaixador no Paraguai, o Embaixador Eduardo, que tem acompanhado, passo a passo, toda essa situação.

Logo em seguida, o Presidente da República faz uma declaração de respeito à propriedade dos brasileiros que estão lá há muitos anos, 35, 40 anos, produzindo, e só por isso teriam direito à terra que cultivam, mas deixando claro que há necessidade de evitar a sobreposição e que as terras legitimamente adquiridas seriam homologadas, confirmadas pelo Governo do Paraguai, o que não ocorreria em caso contrário. A mesma medida que o Governo brasileiro tomaria em situação semelhante.

A partir desse pronunciamento do Presidente, diminui a tensão na área. Eu acredito que esse problema, pelo menos, está bem encaminhado, mas, de qualquer forma, Presidente, é um problema paraguaio. É evidente que nós torcemos – e esperamos isso – para que o Presidente Lugo o resolva com a maior tranquilidade, mas é um problema paraguaio vinculado à soberania do Paraguai.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Requião.

Com a palavra o Senador...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, eu gostaria de solicitar minha inscrição no período de comunicações inadiáveis.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª falará depois do Senador Moka, que vai usar da palavra agora.

Permanece assim?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

Tem a palavra o Senador Moka, como orador inscrito.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, antes de qualquer coisa, quero dizer da minha alegria de estar de volta a esta tribuna, espaço este que tenho procurado ocupar para debater assuntos de relevância para o nosso País e para o meu Estado, Mato Grosso do Sul.

Quero também, Srª Presidenta, agradecer a todos os colegas Senadores e Senadoras e aos funcionários desta Casa pela convivência em 2011, esperando que essa relação permaneça e se repita também neste ano.

Srª Presidente, o que me traz aqui é um assunto de muita gravidade. Trata-se do acidente químico ocorrido no último dia 31 de janeiro num frigorífico do Município de Bataguassu, no meu Estado, Mato Grosso do Sul. O fato causou, Srª Presidente, a morte de 4 funcionários e a internação de outros 28, sendo 3 em estado grave. Dois deles já estão fora de perigo, mas o terceiro permanece internado, com um risco ainda grande, inspirando muitos cuidados. Como se vê, o acidente teve graves consequências. O meu pronunciamento pretende justamente expor o que aconteceu no local e chamar atenção para os riscos de ocorrência de acidentes semelhantes, principalmente nas indústrias de beneficiamento do couro, o chamado curtume. De acordo com o delegado do Mato Grosso do Sul, Dr. Pedro Arlei Caravina, delegado responsável pelas investigações do caso em Bataguassu, o acidente foi provocado pela mistura de dois produtos químicos.

As investigações demonstraram, até o momento, que o produto alcalino conhecido como Koramin, usado para tirar o pelo do couro, foi adicionado – não se sabe se acidentalmente ou não – a um produto ácido que se registra aqui como Kromiun. A reação foi instantânea, levando à morte quatro funcionários que estavam

próximos ao tanque e não tiveram tempo para correr e evitar a inalação da mistura química mortal.

Como médico e por ter lecionado durante 15 anos a matéria de Química, sei que produtos químicos podem reagir de forma violenta com outra substância química.

Os cuidados para manusear essas substâncias devem ser redobrados. É necessário que sejam avaliadas não apenas as características físico-químicas, a reação, o nível de toxicidade, mas também as condições de manipulação, os riscos de exposição do trabalhador e as vias de penetração no organismo.

Segundo ainda o Delegado Caravina, competente delegado em nosso Estado, o acidente só não teve maiores proporções porque o motorista do caminhão que fazia o descarregamento do Koramin – quero chamar a atenção de que era um caminhão-tanque, naturalmente –, ao sentir o cheiro da reação, fechou imediatamente a saída do produto.

Havia cerca de 10 mil litros do Koramin. Como foi instantâneo, avalia-se que pouco mais de mil litros ou pouco menos – não se sabe ao certo – foi misturado ao Kromiun. Ou seja, se toda a quantidade do produto alcalino fosse colocada no tanque onde havia ácido, as áreas próximas seriam atingidas e hoje estaríamos aqui tratando de uma catástrofe muito maior.

O delegado responsável pelas investigações disse que outros funcionários que inalaram a mistura química só não morreram porque a sociedade local se uniu para fazer o atendimento dos atingidos pelo gás.

Quero aqui parabenizar também o Secretário de Saúde de Bataguassu, Dr. Júnior, que, de uma forma muito competente, providenciou o atendimento e encaminhou os pacientes.

Médicos, químicos, enfermeiros, bombeiros, policiais e cidadãos comuns se colocaram à disposição para que todos fossem socorridos a tempo, o que evitou a ocorrência de mais mortes.

O inquérito da Polícia Civil de Bataguassu ainda não foi concluído. Mas o delegado, com base em depoimentos e informações colhidas no local, assegura que o acidente foi causado por falha humana.

Segundo ele, falta comprovar, por meio de laudos, o grau de responsabilidade da área técnica. Também ficou evidenciada, na opinião do delegado, a falta de orientação e de informações aos funcionários que lidavam com os produtos químicos e, sobretudo, de treinamento para evacuar o local em caso de acidente dessa natureza.

Enfim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Casa está acompanhando o andamento das investigações desse acidente para que possamos, com base nas conclusões das autoridades envolvidas na apuração do caso, propor medidas que possam evitar

problemas semelhantes. Aliás, o Senador Paulo Paim já convocou, por meio de requerimento, uma audiência pública para que esse assunto possa ser discutido na Comissão de Direitos Humanos.

O Brasil é um dos maiores produtores de carne e tem também na produção do couro uma de suas mais fortes atividades, razão pela qual precisamos estar atentos ao que ocorre na industrialização desse produto, cujo aviso foi-nos dado nesse acidente que causou a morte de quatro trabalhadores.

Eu aqui, Sr^a Presidente, estou oficiando a empresa, porque me chama a atenção tudo isso que eu acabei agora de falar: a falha técnica, a falha humana. Deveriam ter uma preocupação com a segurança. O que me chama a atenção, ainda não foi discutido e eu quero saber qual é a composição química desses produtos, porque, vejam bem, um produto como esse, numa reação, produzir um gás letal, e, segundo se especula, o ácido sulfídrico ou o sulfeto de hidrogênio é um gás letal. Não é possível que se possa manipular um produto como esse com a preocupação de que numa reação dessa... Imaginem os senhores se o motorista não tivesse fechado a válvula do que estava descarregando. Quantas pessoas teriam morrido? Que produto é esse? Será que quem fabrica esse produto tem a preocupação de especificar: olha, esse produto não pode entrar em contato, de jeito nenhum, com esse outro, porque numa reação química é capaz de produzir um gás letal. E é para isso que eu quero chamar a atenção.

O acidente já se deu; há uma empresa terceirizada para limpar; enfim, todas as providências foram tomadas. Mas não é isso. Certamente, alguém deverá ser responsabilizado. Agora, eu quero saber que produto é esse; qual é o seu nome; qual é a sua composição química; o que reagiu com esse produto que estava no caminhão-tanque e produziu esse gás letal. Essa é a minha preocupação, até porque...

(Interrupção do som)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS. *Fora do microfone.*) –...nós temos que produzir uma legislação, se for o caso...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para encerrar, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – ...para que se tenha cuidado com esse tipo de produto.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr^a Presidente, eu sei que estou... Eu gostaria de...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – É só para cumprimentá-lo pelo pronunciamento em que V. Ex^a

aprofundou a questão. Aqui nós conversávamos. V. Ex^a foi professor de química, é do Estado, foi lá ver como de fato aconteceu o acidente e o seu pronunciamento vai na linha correta. Nós, da Comissão de Direitos Humanos, queremos nos somar a V. Ex^a. Vamos fazer essa audiência conjunta não só para saber efetivamente o que aconteceu, mas para evitar que acidentes como esse venham a acontecer no Brasil ou mesmo no mundo. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Incorporo o aparte, Sr^a Presidente. E, encerrando, a preocupação é de saber a composição química e, em havendo necessidade, promover uma legislação que controle melhor a manipulação e o transporte desse produto.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Essa também é a preocupação de todos nós, Senador Moka. Vamos ver se conseguimos prosseguir para disciplinar um pouco mais essa questão.

Agora com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin como oradora inscrita.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora) – Muito obrigada.

Sr^a Presidenta, Senadora Marta, Srs. Senadores, companheiros e companheiras. Quero cumprimentar a Deputada Jô Moraes, que se encontra aqui neste instante, assistindo à sessão do Senado Federal.

Sr^a Presidenta, mais uma vez a torrente de informações equivocadas sobre Cuba vem à tona, dessa vez por conta da recente visita da Presidenta Dilma Rousseff àquele país.

O pequeno, em tamanho, país de Cuba – repito, pequeno, em tamanho –, que tanto incomoda as vozes capitalistas, revela, nesse incomodo, que seu tratamento territorial não condiz com sua grandeza e importância histórica para o mundo.

Cuba é distorcida e manipuladamente acusada de arbitrariedade e de desrespeitar os direitos humanos. Pois bem, nossa Presidenta foi lá e de lá – não eximindo o Brasil de um autoexame, ao lembrar que “todos têm telhado de vidro” – propôs o debate dos direitos humanos a partir do centro de torturas que os Estados Unidos mantêm na base de Guantánamo.

Como lembrou o jornalista Beto Almeida, “raras vezes na história tivemos posturas presidenciais com tamanha coragem e sinceridade e com uma honesta dose de autocrítica”. A Presidenta Dilma só nos honra com suas declarações corajosas, naturais para quem já colocou a própria vida em risco na luta pela democracia do País.

Eu também estive recentemente em Cuba e pude constatar, como a Presidenta Dilma, os avanços da-

quele país, apesar de enfrentar mais de 50 anos de bloqueio desumano dos Estados Unidos, o mais antigo da história da humanidade. Aliás, bloqueio que vem sendo condenado anualmente pela Assembléia das Nações Unidas, Senador Eduardo Braga. A Assembléia das Nações Unidas, com um número maior de votos a cada ano, nos últimos, sem um voto contrário sequer, com exceção, obviamente, dos Estados Unidos e de Israel, pede que se dê fim ao bloqueio econômico. Mas os Estados Unidos fazem de conta que a decisão não é com eles e mantêm não só o bloqueio, como leis antidemocráticas, como a Lei Helms-Burton, que determina sanções a todo e qualquer país que mantenha relação comercial amistosa com Cuba. Por exemplo, os Estados podem retaliar o Brasil, se quiser, de acordo com sua lei interna, caso o nosso País mantenha relações comerciais com Cuba.

Portanto, esse bloqueio econômico, que vigora há mais de 50 anos, sem dúvida nenhuma, é uma das formas mais requintadas de se praticar atos e atentados contra os direitos humanos.

Entretanto, apesar disso tudo, Cuba conta com índices invejáveis a qualquer nação do mundo. O índice de mortalidade infantil é de 4,9%, e a expectativa de vida é de 77 anos, índices superiores a países como os próprios Estados Unidos, Japão e Dinamarca. Cuba também está entre as dez potências olímpicas do mundo, e livre do analfabetismo desde os primeiros anos de revolução.

E aqui eu faço uma pergunta para quem critica aquele país, porque, se formos ler todos os artigos, todas as matérias publicadas pela imprensa, de dez matérias publicadas, dez matérias criticando Cuba, dez matérias falando de Yoani, da blogueira, nenhuma fala de Guantánamo, nenhuma fala dos cinco cubanos que estão presos, foram injustamente condenados em Cuba, sabe por quê? Porque realizavam atividades antiterroristas. É do conhecimento mundial o que Cuba sofreu de ações terroristas praticadas a partir de cidadãos cubano-americanos que vivem na Flórida, nos Estados Unidos da América do Norte, que, a partir de lá, mandavam pessoas para praticar atentados e explodir hotéis, principalmente em pontos turísticos. Pois então, foi a partir daí que o ex-Presidente Fidel Castro resolveu enviar cidadãos cubanos para tentar bloquear essa ação de terroristas. Pois esses cidadãos estão presos nos Estados Unidos, com seus direitos humanos desrespeitados e condenados, alguns deles, a duas, três prisões perpétuas. Enquanto isso, Posada Carriles acabou, em abril do ano passado, de obter mais uma absolvição. Quem é Posada Carriles? É um cidadão cubano-venezuelano que vive há anos nos Estados Unidos e que, de lá, ordenou um atenta-

do, em 1976, a uma aeronave, matando 73 cidadãos cubanos, atletas de Cuba. Pois esse cidadão acabou de receber a última absolvição nos Estados Unidos e anda solto, mas na imprensa não lemos nada disso, só lemos crítica a favor de Cuba.

E eu aqui, Sr^a Presidente, poderia falar de inúmeros, muito mais importantes, e fazer uma pergunta inclusive: será que a baixa mortalidade infantil, a alta expectativa de vida, o excelente desempenho nos esportes, o analfabetismo zero não têm a ver com respeitar os direitos humanos? Não é ter como foco o próprio povo cubano? E eu pergunto mais uma vez para quem se diz preocupado com os direitos humanos: não teriam que analisar melhor esses números, esses dados?

O Índice de Desenvolvimento Humano medido pelas Nações Unidas, pela ONU, leva em conta a riqueza, a educação, a expectativa de vida. E a incrível resistência de Cuba ao embargo imperialista é revelada também nesses e em outros índices. Porque nem mesmo esse embargo praticado pelos Estados Unidos contra Cuba fez com que a devoção – não do governo, mas do povo – e a obsessão em alcançar índices de desenvolvimento humano justos, que levem a uma melhor qualidade de vida, nem isso, nem esse embargo fez com que a guarda do povo diminuísse.

E eu aqui não quero dizer, Sr^a Presidente, que Cuba seja um país que não vive qualquer problema não. Cuba vive muitos problemas. A sociedade cubana ainda passa por muitas privações, mas nenhuma delas relativa à vida, relativa à existência. Tanto eles passam por dificuldades, e dificuldades profundas, que o próprio povo cubano, em assembleias que reuniram centenas de milhares de pessoas no país inteiro, decidiu por mudanças. Hoje, Cuba passa por transformações importantes. Para quem vive fora daquele país, parecem transformações pequenas, mas para quem vive dentro de Cuba são transformações profundas no sentido de levar a uma competição, entretanto, uma competição saudável, em fazer com que a sociedade se desenvolva.

Uma das críticas que eles têm ao seu próprio regime, que vem sendo construído há 50 anos, independente de imperialismo norte-americano, é que eles não conseguiram desenvolver o Estado tecnologicamente como deveria desenvolver porque preferiram amparar a todos, independentemente daqueles que mais trabalhavam. Portanto, as mudanças em curso hoje no país levarão muito em conta, Senador Pimentel, o fato da dedicação que o cubano e a cubana tiveram em seu trabalho à sua nação. Porque o mínimo hoje todos têm, mas eles percebem que têm que valorizar mais aqueles que mais se dedicam, aqueles que mais

trabalham. Então, são essas as medidas de transformações que vêm ocorrendo naquele país.

Cuba é também o país que tem o maior número proporcional de médicos do mundo. Figura em primeiro lugar numa lista de 174 países, em que a nossa posição, a posição do nosso País, o Brasil, é a 84^a.

Noventa e oito por cento dos cubanos têm acesso à energia elétrica e à água potável e saneamento básico. No Brasil, ainda em relação ao saneamento básico, estamos num índice de aproximadamente 33% de domicílios que têm serviço de coleta de esgoto. De sete cubanos, Sr^a Presidenta, um tem curso superior, e, mais do que isso, aproximadamente dez mil estudantes jovens do mundo inteiro, especialmente da América Latina, do Caribe e da África estudam hoje em Cuba, fazendo seus cursos de graduação, de mestrado e doutorado, sendo custeados pelo governo, portanto, pelo povo cubano. São centenas de venezuelanos,...

(Interrupção do som.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ...fazem curso superior em diversas áreas, principalmente em Cuba, sendo todos eles bancados pelo próprio governo.

Eu quero, Sr^a Presidente, concluir meu pronunciamento, pedindo que todo ele seja inserido nos Anais desta Casa. E transcrevo uma parte importante de um artigo escrito pelo jornalista Luiz Manfredini, que foi publicado recentemente no Portal Vermelho. Por isso gostaria que fosse transcrito.

E quero dizer também que eu, como coordenadora, Presidente do Grupo Parlamentar Brasil/Cuba, não poderia, diante de tantos artigos, de tantas matérias, deixar de vir a esta tribuna para falar também dos acertos que tem aquele País, aquele povo.

Nenhuma ditadura, Senador Eduardo Braga, a quem concedo aparte, se a Presidente me permitir,... Concedo o aparte.

Ah, não é aparte? Perfeito.

Então, quero dizer que nenhum país se sustenta por 50 anos, sofrendo tantas ações terroristas, tantas ações vindas principalmente dos Estados Unidos, se não tiver o apoio da grande maioria do povo. Assim é Cuba, que tem muito dificuldade, mas que tem um povo unido trabalhando para superar suas dificuldades.

Muito obrigada, Sr^a Presidenta.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, mais uma vez a torrente de informações equivocadas sobre Cuba

vem à tona – se é que esse processo foi interrompido em algum momento -, e eu como presidente do Grupo Parlamentar Brasil Cuba não poderia deixar de trazer esclarecimentos a este plenário e aos brasileiros e brasileiras que nos assistem via TV Senado.

O pequeno, em tamanho, país de Cuba, que tanto incomoda as vozes capitalistas, revela nesse incômodo que seu tamanho territorial não condiz com sua grandeza e importância histórica para o mundo. E isso foi deixado muito claro na recente visita da presidenta Dilma Rousseff àquele País.

Cuba é distorcidamente e manipuladamente acusada de autoritária e de desrespeitar os direitos humanos. Pois bem, nossa presidenta foi lá e de lá – não eximindo o Brasil de um auto-exame, ao lembrar que “todos têm telhado de vidro” – propôs o debate dos direitos humanos a partir do Centro de torturas que os Estados Unidos mantém na Base de Guantânamo.

Como lembrou o jornalista Beto Almeida, em artigo publicado no Portal Vermelho, “raras vezes na história tivemos posturas presidenciais com tamanha coragem e sinceridade, e com uma honesta dose de auto-crítica”. A presidenta Dilma só nos honra com suas declarações corajosas, naturais para quem já colocou a própria vida em risco pela democracia do país que hoje preside.

Também estive recentemente em Cuba e pude constatar, como a presidenta Dilma, os avanços daquele país, que apesar de enfrentar mais de 50 anos de bloqueio desumano dos Estados Unidos – o mais antigo da história da humanidade -, conta com um índice de mortalidade infantil de 4,9% e expectativa de vida de 77 anos, índices superiores a países como o próprio Estados Unidos, Japão e Dinamarca. Cuba também está entre as dez potências olímpicas do mundo e livre do analfabetismo desde os primeiros anos da revolução.

Uma pergunta para quem critica àquele país: baixa mortalidade infantil, alta expectativa de vida, excelente desempenho nos esportes, zero analfabetismo, não tem a ver com respeitar os direitos humanos? Não é ter como foco o povo cubano (para quem se diz preocupado com isso)?

O Índice de Desenvolvimento Humano, medido pela ONU, leva em conta: riqueza, educação e expectativa de vida. A incrível resistência de Cuba ao embargo imperialista é revelada em outros índices, além dos que já citei, que têm tudo a ver com IDH: Cuba é o país com maior número de médicos para cada 600 habitantes. Cuba está na primeira posição nesse quesito, e o Brasil na 84ª, numa lista de 174 países; 85% dos cubanos mora em casa própria, no Brasil só 73% dos domicílios são próprios; 98% dos cubanos recebem energia elétrica e têm acesso a água potável e sanea-

mento básico, no Brasil ainda estamos nos 33,5% de domicílios com serviços de coleta de esgoto; De sete cubanos, um tem curso superior e lá toda escolaridade é gratuita; Cuba acolhe mais de 10.000 estudantes de 34 países latino-americanos, africanos e do caribe como bolsistas integrais nos cursos de graduação, mestrado e doutorado. Eles recebem alimentação, moradia, tratamento médico e ajuda de custo mensal.

Hoje temos mais de 200 milhões de crianças dormindo nas ruas do mundo. Nenhuma delas, nenhuma, senhoras senadoras e senhores senadores, é de Cuba. É importante que todo crítico àquele país saiba disso. Infelizmente essas informações são pouco divulgadas porque vão de encontro aos interesses de quem não aceita a resistência da pequena grande Cuba, e prefere dar vazão ao discurso conservador e esquizofrênico anticubano.

E por falar nisso, Srs. Senadores e Srª. Senadoras, quero aqui ler trechos do artigo do Jornalista Luiz Mafredini, publicado no Portal Vermelho, que na minha opinião descreveu a esquizofrenia deste discurso de uma forma ímpar, e que não merece intervenções para alterá-lo:

Diz Mafredini: Há, nesse discurso conservador, algumas vigas mestras que merecem registro. Trata-se de um discurso de propaganda (arma de combate político e ideológico, para usar a expressão feliz da presidente Dilma) e, como tal, faccioso, pois se sustenta naquilo que melhor lhe convém. Isto significa que ignora olímpicamente um campo fundamental dos direitos humanos, o dos direitos econômicos e sociais, a começar pelo mais elementar, pelo que é verdadeiramente essencial; o direito à vida. Evidentemente não teria como acusar Cuba nesse campo em que a Ilha é campeã indiscutível. Então volta as costas para essa face dos direitos humanos em Cuba.

Restam-lhe os direitos políticos. O pensamento conservador não consegue operar com outra noção política que não seja a da democracia liberal, meramente formal, restrita e epidérmica. Por isso é incapaz de perceber como a democracia socialista amplia substancialmente os direitos políticos da sociedade, enraizada que esta em seus mais remotos rincões, fomentando consciência política e participação em massa e a todo instante. Ou pensam que aquelas gigantescas manifestações revolucionárias em Havana são realizadas sob a mira de fuzis? Ou pensam que democracia é o debate entre os ricos que disputam a Presidência dos Estados Unidos, movidos a milhões de dólares, diante de um eleitorado cada vez mais apático e descrente?

Mas o discurso conservador, em função de sua natureza propagandística, também precisa descontext-

tualizar a questão dos direitos humanos em Cuba. Mais uma vez o seu viés esquizofrênico, ou seja, apartado da realidade, delirante e opaco, ignora que a pequena Ilha está em guerra desde que deixou de ser cassino e prostíbulo para os endinheirados norte-americanos. Guerra que envolve desde o bloqueio econômico capitaneado pelos Estados Unidos até as mais sutis (e mesmo escancaradas) manobras de cerco diplomático, administrativo, militar e cultural. Guerra que vai das aparentemente ingênuas panfletagens a partir de pequenos aviões que, partindo da Flórida, por vezes burlam as defesas aéreas cubanas, até os mais perversos atos de sabotagem e terrorismo, como a guerra bacteriológica para envenenar plantações. Incrível é a ação do Escritório de Interesses dos Estados Unidos em Havana, que apóia, inclusive com dinheiro e materiais, iniciativas que visam derrubar o governo constitucional.

O próprio Fidel, tempos atrás, admitiu que as franquias democráticas em Cuba poderiam ser mais amplas, não fosse o clima de subversão da ordem patrocinado pelos Estados Unidos, obcecada em derrubar o que a revolução construiu.

A rigor; o grande crime contra os direitos humanos no território cubano está na base militar norte-americana de Guantânamo, onde 171 prisioneiros acusados terrorismo são mantidos num limbo jurídico.

A postura da presidente Dilma em Cuba foi digna e não caiu nas armadilhas do conservadorismo. Querem discutir direitos humanos? Mas o façamos de modo multilateral e comecemos questionando o bloqueio norte-americano e Cuba e a base militar de Guantânamo. Foi mais ou menos o que ela disse em Havana, criticando os que usam o tema como arma política e ideológica.”

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

A ESQUIZOFRENIA DO DISCURSO ANTICUBANO

*Luiz Manfredini **

A viagem da presidente Dilma Rousseff a Cuba, na semana passada, proporcionou ao discurso conservador – e à mídia que tão histrionicamente lhe presta serviços – mais uma das suas incursões recorrentes (e esquizofrênicas) em relação à vigência dos direitos humanos em Cuba.

Há, nesse discurso conservador, algumas vigas mestras que merecem registro. Trata-se de um discurso de propaganda (arma de combate político e ideológico,

para usar a expressão feliz da presidente Dilma) e, como tal, faccioso, pois se sustenta naquilo que melhor lhe convém. Isto significa que ignora olímpicamente um campo fundamental dos direitos humanos, o dos direitos econômicos e sociais, a começar pelo mais elementar, pelo que é verdadeiramente essencial: o direito à vida. Evidentemente não teria como acusar Cuba nesse campo em que a Ilha é campeã indiscutível. Então volta as costas para essa face dos direitos humanos em Cuba.

Restam-lhe os direitos políticos. O pensamento conservador não consegue operar com outra noção política que não seja a da democracia liberal, meramente formal, restrita e epidérmica. Por isso é incapaz de perceber como a democracia socialista amplia substancialmente os direitos políticos da sociedade, enraizada que está em seus mais remotos rincões, fomentando consciência política e participação em massa e a todo instante. Ou pensam que aquelas gigantescas manifestações revolucionárias em Havana são realizadas sob a mira de fuzis? Ou pensam que democracia é o debate entre os ricos que disputam a Presidência dos Estados Unidos, movidos a milhões de dólares, diante de um eleitorado cada vez mais apático e descrente?

Mas o discurso conservador, em função de sua natureza propagandística, em também precisa descontextualizar a questão dos direitos humanos em Cuba. Mais uma vez o seu viés esquizofrênico, ou seja, apartado da realidade, delirante e opaco, ignora que a pequena Ilha está em guerra desde que deixou de ser cassino e prostíbulo para os endinheirados norte-americanos. Guerra que envolve desde o bloqueio econômico capitaneado pelos Estados Unidos até as mais sutis (e mesmo escancaradas) manobras de cerco diplomático, administrativo, militar e cultural. Guerra que vai das aparentemente ingênuas panfletagens a partir de pequenos aviões que, partindo da Flórida, por vezes burlam as defesas aéreas cubanas, até os mais perversos atos de sabotagem e terrorismo, como a guerra bacteriológica para envenenar plantações. Incrível é a ação do Escritório de Interesses dos Estados Unidos em Havana, que apóia, inclusive com dinheiro e materiais, iniciativas que visam derrubar o governo constitucional. O próprio Fidel, tempos atrás, admitiu que as franquias democráticas em Cuba poderiam ser mais amplas, não fosse o clima de subversão da ordem patrocinado pelos Estados Unidos, obcecada em derrubar o que a revolução construiu.

A rigor, o grande crime contra os direitos humanos no território cubano está na base militar norte-americana de Guantânamo, onde 171 prisioneiros acusados de terrorismo são mantidos num limbo jurídico. Nenhuma

palavra sobre isso da mídia que representa o pensamento conservador? Nenhuma. Compreende-se: a esquizofrenia anti-cubana só trata do que lhe convém. Para ela, qualquer batedor de carteira, quando preso, é promovido a “dissidente”. As Damas de Branco e aquela blogueira picareta são as queridinhas dessa mídia reacionária, tratadas como as lídimas representantes de uma sociedade oprimida pela revolução. Quanta desfaçatez! Elas falam pelos cotovelos, volta e meia organizam manifestações (com apoio popular praticamente zero) e ainda posam de vítimas. E a mídia repercute esse pensamento de facção, sendo hegemônico, acaba por moldar a opinião pública, incluindo aí, lamentavelmente, certos setores da própria esquerda.

A postura da presidente Dilma em Cuba foi digna e não caiu nas armadilhas do conservadorismo. Querem discutir direitos humanos? Mas o façamos de modo multilateral e comecemos questionando o bloqueio norte-americano e Cuba e a base militar de Guantânamo. Foi mais ou menos o que ela disse em Havana, criticando os que usam o tema como arma política e ideológica. Ao fazê-lo, Dilma refez-se de certa vacilação em política externa que marcou o início do seu governo. Na época, ao criticar o Irã, ela própria ergueu a bandeira dos direitos humanos de modo algo unilateral, fazendo coro, mesmo que esse não fosse seu desejo, com a hipocrisia do governo norte-americano. Refez-se disso, e bem. Vamos em frente.

* Jornalista e escritor paranaense, autor de “As moças d

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Belo discurso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Para solicitar a V. Exª, no momento em que a congratulo pela retomada dos trabalhos neste Plenário, a palavra para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O senhor é o primeiro inscrito.

Por favor, ocupe a tribuna, pelo sistema de rodízio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, na pessoa de quem quero cumprimentar todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras pelo reinício dos nossos trabalhos no Senado da República, de forma especial no nosso plenário, agradeço a V. Exª por esta oportunidade de fazer uma comunicação.

Srª Presidenta, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, senhores usuários de redes sociais, venho comunicar a esta Casa e ao povo do Amazonas que ingressei com uma representação perante o Ministério Público do Estado do Amazonas contra a empresa Águas do Amazonas, concessionária de serviços públicos de abastecimento de água e saneamento de esgoto na cidade de Manaus, bem como contra o poder concedente à Prefeitura Municipal.

De fato, Sr. Presidente, Manaus é a única capital brasileira que teve o seu sistema de abastecimento de água e de saneamento da rede de esgoto privatizado neste País. Foi a única capital brasileira. Dessa privatização, já decorrem 12 anos, com condicionantes claros no seu contrato que não foram cumpridos, ao ponto de o poder concedente, há seis anos, realizar uma repactuação. No entanto, aconteceu uma série de situações que levaram o Município a decretar calamidade pública, em 2006, na questão do abastecimento de água na zona norte e na zona leste da cidade de Manaus. Com isso, o Governo do Estado acabou se conveniando e repassando R\$10 milhões de recursos públicos estaduais para que a Prefeitura pudesse exercer um plano emergencial para socorrer a população, uma população que vive ao lado do maior rio do mundo, o rio Amazonas, em comprimento e em volume de água. Ao mesmo tempo, Srª Presidente, foi feito um protocolo de intenções, naquela altura, entre a Prefeitura, o Governo do Estado, a empresa concedente de concessão pública e a empresa de economia mista, a Cosama, empresa de saneamento que cuida de diversos Municípios no interior do Estado e que é de propriedade do Estado do Amazonas. Graças a esse termo de compromisso e a esse protocolo de intenções, o Estado do Amazonas assinou um convênio com o Governo Federal e, por meio de empréstimo da Caixa Econômica Federal, construiu um novo sistema de tomada d'água, um novo sistema de estação de tratamento de água, de adução, de reserva e de anéis de reforço na área de distribuição para resolver, finalmente, essa dívida social absolutamente injustificável e para amenizar o sofrimento de inúmeros amazonenses, brasileiros que acabam tendo problemas de saúde pública em função da péssima qualidade da água e em função da situação do não abastecimento de água encanada em determinadas regiões.

Srª Presidenta, passo a relatar o motivo que nos deixa pasmados e que nos levou a ingressar com essa ação no Ministério Público para que pudesse tomar providências, uma ação civil pública de obrigação de fazer para com a Águas do Amazonas e o poder concedente. O fato é que, mesmo estando pronto esse

novo sistema, o poder concedente, Senador Pimentel, líder do Governo no Congresso, nega-se a assinar o contrato para compra de água no atacado e a efetiva distribuição com tarifa social para o povo. Isso é um absurdo, porque é um desrespeito em dobro para com a população. Um desrespeito porque a água agora é tratada, e eles se negam a entregar no cumprimento de um contrato que é descumprido permanentemente pela concessionária, numa verdadeira picaretagem contra o povo do Estado do Amazonas, o povo de Manaus, e o direito constitucional do brasileiro, amazonense, manauara, de receber água encanada na sua casa.

Portanto, Sr^a Presidenta, ingressemos com esta ação, que, tenho certeza, será desdobrada por diversas ações do Ministério Público, para que possa imediatamente o poder concedente fazer com que essa água que está tratada...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– ...registrar positivamente, Senadora Marta Suplicy, V. Ex^a que foi prefeita de Manaus, a ação do Governador Omar Aziz, que concluiu – aliás, prefeita de São Paulo, melhor dito, aquela importante cidade que muito investimento fez na área de saneamento... E V. Ex^a sabe a importância desse setor para a população. E quero destacar a correção com que o Governador Omar Aziz concluiu o trabalho dessa nova tomada d'água e desse novo sistema. E é inadmissível que esse sistema esteja pronto, feito com recurso oneroso ao Governo do Estado do Amazonas, e, lamentavelmente, o poder concedente e a concessionária pública se neguem a comercializar, com tarifa social, a água, que é um direito obrigatório, pela cidadania e pela Constituição brasileira, de todo o povo e de todo cidadão brasileiro.

Portanto, venho a esta tribuna, agradeço a V. Ex^a e peço a V. Ex^a que dê como lido o nosso pronunciamento a respeito dessa importante matéria e que faça juntar, aos Anais desta Casa, a documentação também apensa ao referido pronunciamento.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR EDUARDO BRAGA.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, senhores usuários das redes sociais, Sr. Presidente, venho comunicar a esta Casa, senhor Presidente, e ao povo de Manaus e do Amazonas, que ingressei com uma representação perante o Ministério Público Estadual do Amazonas contra a empresa Águas do Amazonas, concessionária

ria dos serviços de abastecimento d'água da cidade de Manaus.

E o fiz, não só na condição de senador da República, mas principalmente como cidadão habitante de Manaus, revoltado com o descaso com que essa empresa vem tratando os usuários dos serviços de abastecimento d'água na capital amazonense.

A enorme repercussão que nossa iniciativa teve junto aos meios de comunicação do meu Estado, o Amazonas, mostra o acerto e a oportunidade da iniciativa.

De fato, não é de hoje que a mídia amazonense vem denunciando o caos em que se transformou o abastecimento de água em Manaus, em decorrência da inépcia e da incompetência da concessionária desse serviço que é essencial para a população.

Manaus é uma cidade com cerca de um milhão e 800 mil habitantes. Portanto, uma das maiores metrópoles brasileiras. No entanto, seus moradores, sobretudo os que habitam nas regiões mais pobres, vem sendo submetidos a um intolerável racionamento de água.

Seria uma ironia, por tratar-se de uma cidade cercada de água por todos os lados, mas é tão somente fruto da irresponsabilidade da empresa e da sua péssima gestão, que não lhe permite cumprir os compromissos assumidos com o poder público e com a população.

A situação agravou-se principalmente a partir de meados do ano passado, e continuou piorando este ano.

No bairro Mauzinho, na Zona Leste de Manaus, milhares de pessoas são privadas de água, embora paguem uma conta salgada no final do mês.

Esses moradores relatam que em setembro do ano passado chegaram a ficar 30 dias sem água, ou submetidos a um rigoroso racionamento, muitos sendo obrigados a procurar rios e igarapés nas vizinhanças para tomar banho, incorrendo em sério risco de contrair doenças.

Pelo menos 160 pacientes do hospital Dr. Geraldo da Rocha, na colônia Antônio Aleixo, também na Zona Leste de Manaus, chegaram a ficar três dias sem tomar banho por absoluta falta de água.

Para amenizar o sofrimento dos pacientes, funcionários e acompanhantes tiveram de carregar água em baldes para garantir a realização da higiene básica.

Na Zona Sul de Manaus o quadro não é diferente. Em setembro do ano passado a água faltou nas torneiras dos moradores durante quase um mês.

A solução foi recorrer a baldes e tambores para buscar água nos arredores, obviamente imprópria para o consumo humano.

Alguns caminhões-pipa disponibilizados pela concessionária foram insuficientes para atender à demanda.

Muitos usuários reclamaram do tratamento a eles dispensado pela concessionária, quando as reclamações eram feitas.

Houve casos em que o reclamante recebia da concessionária o número de um telefone indicando a acesso a uma empresa que vendia água.

Portanto, eles eram aconselhados a comprar água, embora já pagassem por um serviço que não funcionava.

Além disso, segundo denunciavam os jornais do Amazonas, quando os consumidores procuram a empresa para solucionar o problema, são obrigados a aguardar durante horas até serem atendidos e receberem uma resposta vazia e sem compromisso.

Campeã de reclamações pelos péssimos serviços prestados, a empresa Água do Amazonas entrou no mercado amazonense através de uma transação que até hoje levanta graves suspeitas.

Desde a famigerada privatização, o que se percebe é uma queda significativa da qualidade dos serviços de saneamento prestados e a constante necessidade da população de recorrer a outras formas de obtenção de água, socorrendo-se principalmente de poços artesanais.

O Ministério Público Federal chegou a instaurar processo administrativo para investigar tanto a privatização como a utilização de recursos do BNDES na transação.

Ficou evidente que não foi executado um programa mínimo de investimentos no abastecimento de água e no esgotamento sanitário, bem como a realização de outros investimentos considerados prioritários.

De fato, regiões de Manaus, como a norte, ainda permanecem sendo supridas basicamente por poços artesanais.

Entre 2003 e 2011 a ARSAM, a Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas, encaminhou 138 notificações, 34 advertências e aplicou 61 multas à concessionária Águas do Amazonas, as quais já totalizaram dez milhões e 470 mil reais.

Só este ano já foram aplicadas três multas no valor de 175 mil reais, pelo não cumprimento de diversas cláusulas do contrato de concessão.

Ao contrato de concessão inicial, firmado em junho de 2000 entre a Prefeitura de Manaus e a concessionária Águas do Amazonas, foram firmados sucessivos aditivos que só serviram para adiar e procrastinar a execução das metas e dos serviços contratados.

Um dos exemplos mais ilustrativos da conduta irresponsável da concessionária foi o Termo de Transação firmado em 15 de janeiro de 2007 entre a Águas do Amazonas e a Prefeitura de Manaus, destinado a

minimizar os problemas de prestação de serviço de abastecimento de água.

A intenção era reunir esforços, de modo a viabilizar a oferta de água nas áreas não consolidadas, especialmente as zonas Norte e Leste, com prazo de conclusão previsto para 18 meses.

Tal prazo expirou-se em 15 de julho de 2008, e como os serviços não foram executados, concedeu-se um novo aditamento de prazo, que desta vez foi prorrogado até 29 de outubro de 2008.

Como a obra não foi concluída deu-se novo prazo, desta feita para 30 de junho de 2009.

Não adiantou.

Em 9 de julho de 2009 foi firmado entre a Prefeitura de Manaus e a concessionária um segundo aditamento ao Termo de Transação, prorrogando-se pela quarta vez o prazo para a realização do serviço, desta feita para 26 de fevereiro de 2010.

Os graves problemas de abastecimento de água que afetam duramente as zonas Norte e Leste de Manaus comprovam que, uma vez mais, o prazo foi descumprido.

E mais: as informações prestadas pela concessionária, relativas ao nível de cobertura da oferta de água não correspondem aos dados levantados pela ARSAM, que é a agência reguladora.

Em dezembro de 2009 a concessionária informou que a cobertura de água alcançava 96,15%, dado considerado irreal pela equipe técnica da agência, que a classificou como utópica.

Foi diante desse quadro de evidente má gestão e de irresponsabilidade na execução dos contratos, que decidimos pedir a intervenção do Ministério Público.

E o fizemos baseados no art. 37 da Constituição Federal que impõe à Administração e, consequentemente, a todo aquele que prestar algum serviço público, o princípio da eficiência, que se constitui na obrigação de se buscar a otimização dos recursos, para dar maior eficácia possível ao serviço prestado.

Nossa Carta Magna também dispõe, em seu artigo 175, que os direitos dos usuários terão de ser resguardados na prestação dos serviços públicos, seja diretamente pelo poder público, seja através do regime de concessão.

Subsidiariamente, o Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 6º, considera como direito básico do usuário a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral, enquanto o artigo 20 estabelece que o fornecedor dos serviços seja responsável pelos vícios apresentados em sua execução.

Ora, Sr. Presidente, pela sua natureza, os serviços de abastecimento de água devem ser contínuos, não se justificando interrupções frequentes, principalmente

quando estas derivam de falta de investimento e de má gestão administrativa da concessionária.

Não há dúvida, Sr. Presidente, de que o não fornecimento de água, pela simples falta de estrutura tendo em vista a abundância deste recurso natural em nossa região, bem como a ausência de cuidados com o tratamento de esgoto, representam uma ofensa à própria dignidade dos cidadãos.

E o mais grave: o consumidor paga caro por um serviço imprestável.

Em nossa representação ao Ministério Público Estadual do Amazonas requeremos que a concessionária Águas do Amazonas seja obrigada a firmar um Termo de Ajuste de Conduta que garanta a execução do seu plano de expansão e dos investimentos programados, dentro dos prazos contratados e sem tergiversações.

É intolerável que a empresa recorra a diversos expedientes temerários para eximir-se de sua responsabilidade contratual e que faça uso de sucessivos aditivos para fugir à sua responsabilidade.

Estou confiante, senhor Presidente, de que o Ministério Público do meu Estado saberá adotar as providências urgentes e necessárias para restabelecer a oferta de água à população de Manaus e apurar as responsabilidades da empresa infratora.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO BRAGA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
DO AMAZONAS**

CARLOS EDUARDO DE SOUZA BRAGA, brasileiro, casado, Senador da República, portador do RG nº 265.025-8 SSP/AM, e do CPF nº 078.104.232-15, com endereço funcional no Senado Federal, Anexo I, 12º andar Salas 1 a 6, telefone (61) 3303-6230, Brasília – Distrito Federal, vem à presença de Vossa Excelência, com o acato de estilo, apresentar **REPRESENTAÇÃO**, com base nos artigos 175 e 37 da Constituição Federal e nos arts 6º e 22 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), em face de **ÁGUAS DO AMAZONAS**, portadora do CNPJ 03.264.927/0001-27, situada na Rua do Bombeamento, 01, Compensa, Manaus/AM, CEP 69029-160, por intermédio de seu representante legal, com base nos fatos e fundamentos a seguir relatados:

**— I —
FATOS**

1. Em 2000, foi realizado o leilão de privatização da Companhia de Saneamento de Manaus, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, tendo o preço mínimo arbitrado sido considerado significativamente menor do que o patrimônio da empresa.
2. Por ter sido considerada a maior concorrência na área de saneamento do país no início do ano de 2000, atraiu a atenção de investidores nacionais e internacionais.
3. Analistas estimavam, à época, que a empresa vencedora da licitação deveria investir, em 10 anos, cerca de R\$ 500 milhões no plano de ampliação da rede de esgoto de Manaus, que era praticamente inexistente, bem como investir no fornecimento de água potável para a população.
4. Ocorre que nada do que foi prometido foi cumprido, estando a cidade de Manaus até os dias de hoje sem o adequado fornecimento de água.
5. Desde a famigerada privatização, o que se percebe é uma queda significativa na qualidade dos serviços de saneamento prestados e a constante necessidade da população em buscar água em baldes, socorrendo-se de poços artesianos.
6. A falta de água na torneira da população dura, muitas vezes, vários dias, quiçá meses, o que não se justifica se considerarmos que o Estado do Amazonas possui, reconhecidamente, abundância em água.

7. Vale lembrar que o Ministério Público Federal chegou a instaurar processo administrativo para investigar tanto o processo de privatização quanto o uso de recursos do BNDES na transação.
8. Está claro que não foi colocado em prática um programa mínimo de investimentos no abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como a realização de outros investimentos considerados prioritários, pois regiões da cidade, como a Norte, ainda permanecem sendo supridas por poços artesianos.
9. O descaso da referida empresa está amplamente comprovado e noticiado, por exemplo, cito o episódio encadeado pela requisição do Excelentíssimo Prefeito de Manaus à época, por meio do ofício 215/GP, de 07 de agosto de 2006, no qual o mesmo, lastreado por um estudo técnico, conclamou nossa solidariedade ao povo como Governador do Estado, para, nos termos do art. 17 do Decreto 5.376/2005, homologasse estado de calamidade pública.
10. Rememoro que o documento afirmava literalmente que *"diante do verdadeiro caos em que se encontra o sistema de abastecimento de água nas zonas Norte e Leste da cidade de Manaus"* fora determinado estado de calamidade pública, pelo período de 180 dias (Decreto Municipal 8589 de 03 de agosto de 2006).
11. Ademais, o Estado do Amazonas, a pedido do Município de Manaus, conforme documentos anexos, fez gestões junto ao Governo Federal e Instituições Financeiras para que o poder concedente (Prefeitura Municipal de Manaus) e para o próprio Governo do Amazonas, para incluir o PROAMA no PAC, visando angariar fundos numa tentativa de enfrentar calamitosa ocasião, formando um consórcio público com PMM, bem como participando do Termo de Compromisso firmado entre o Estado do Amazonas, a Prefeitura Municipal de Manaus, a Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA e a Água do Amazonas.
12. Quando destas tratativas, foram estabelecidas pelas instituições envolvidas, como demonstram os documentos anexo, tais como Protocolo de Intenções 001/2007 e Termo de Compromisso, dos quais a leitura faz concluir a anterior segregação das regiões Leste e Norte da atuação da Águas do Amazonas, bem como reconhecimento da necessidade de investimento pelo Estado e o estabelecimento de critérios para celebração de convênios e/ou consórcio para alcançar a solução do referido problema.
13. Ressalto ainda que o Estado do Amazonas, firmou com a Prefeitura Municipal de Manaus, tendo a anuência da Águas do Amazonas, com o objetivo de melhorar o sistema de abastecimento de água da Cidade de Manaus, o

supramencionado Protocolo de Intenções 001 de 2007, no qual o Estado do Amazonas, comprometia-se a buscar recursos para implementar as obras necessárias para dar o mínimo de eficiência e continuidade ao serviço de abastecimento de água.

14. A situação estava tão precária que, quando na gestão do governo, foi solicitado pelo prefeito apoio para que a prefeitura obtivesse a monta de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) para viabilizar investimentos da Água do Amazonas, conforme previsto no Protocolo de Intenções 001/2007, na Cláusula 2, Inciso II, forçoso destacar que o Governo Do Estado do Amazonas, reconhecendo o estado de calamidade decretado pela PMM realizou convenio no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para execução de plano emergencial conforme documento em anexo, ações que comprovam, o espírito cooperativo estabelecido entre o Governo do Estado e o Poder Concedente, na busca de soluções para o problema de saneamento na Cidade de Manaus. Eis que se estabelece a necessidade da implantação do Projeto Básico PROAMA, investimentos estes, reconhecidos, pelo Governo Federal, Estadual, Municipal e Concessionária como indispensáveis e imprescindíveis para o encaminhamento de solução estruturante e duradora para o abastecimento de água na cidade de Manaus, mais especificamente zonas Leste e Norte, conforme perfilhado em todos os documentos anexos, com destaque para o Decreto 8589 de 03 de agosto de 2006, editado pela Prefeitura Municipal de Manaus, tendo como alcaide o senhor Serafim Fernandes Correa.
15. Vale destacar que, o Poder Concedente, reconhecendo naquela época, 2006, o não cumprimento pela concessionária do Plano de Metas estabelecido quando da privatização do sistema, promoveu, repactuação do mesmo, com alteração das referidas metas. Entretanto, decorridos mais de cinco anos, mais uma vez, a concessionária, insiste no descumprimento contratual, deixando de cumprir as novas metas ali estabelecidas, seja no abastecimento de água, seja na rede de tratamento de esgoto.
16. Contudo, talvez pela mudança de gestão, ou por interesses diversos, a despeito de toda disposição do Governo do Estado do Amazonas em auxiliar a cidade de Manaus, a prefeitura, não deu andamento em nenhuma das medidas visando a regulamentação do sistema de abastecimento de água ou a compelir a concessionária a cumprir com os termos do serviço.
17. Assim, cria-se uma situação paradigmática na qual, num primeiro momento a Prefeitura Municipal torna a iniciativa de decretar Estado de Calamidade Pública e pede socorro ao Estado do Amazonas para auxiliar a cidade a resolver o

problema de desabastecimento de água, mas num segundo momento, quando o Estado do Amazonas oferece-se para prestar toda ajuda necessária, a Prefeitura Municipal de Manaus, simplesmente, não transforma quaisquer das intenções anteriores em ação.

18. Causa um verdadeiro espanto o fato que já era de conhecimento público há muitos anos, havendo inclusive manifestações acerca do mesmo tanto do ex-prefeito Serafim Correa, que decretou estado de calamidade, quanto do atual, Amazonino Mendes.
19. Em ambos os casos pode-se verificar que o gestor do Município tinha pleno conhecimento da precariedade do sistema de abastecimento de água, mas, por motivo não conhecido, a Prefeitura Municipal, atualmente, furta-se em exercer qualquer ação neste campo e amenizar o sofrimento da população que padece com a falta de água e tratamento de esgoto em vários bairros, conforme repetidas notícias veiculadas nos meios de comunicação do nosso estado, bem como pelos órgãos de fiscalização e controle próprios. Destaque-se, relatório elaborado pela ARSAM, Agência Reguladora do Setor, conforme competência estabelecida no Termo de Convênio para Fins de Regulação, Controle e Prestação dos Serviços Concedidos de Água e Esgoto de Manaus, celebrado com a Prefeitura Municipal de Manaus, em 23/03/2000.
20. No mínimo, seria necessário que a Prefeitura Municipal de Manaus tivesse cobrado de maneira puxante da concessionária a realização do serviço público concedido com um mínimo de qualidade e constância, acudindo-se, do Ministério Público e do Judiciário, se preciso, para que a situação do abastecimento de água fosse normalizada.
21. Veja-se que a responsabilidade fiscalizadora da prefeitura decorre do pacto democrático, na qual o povo elege seus representantes para que estes se utilizem dos poderes institucionalizados na perseguição de uma melhor situação de vida para os membros da coletividade.
22. O povo tem direito à boa administração, a qual, no caso em questão, engloba o enfrentamento sério e eficiente do problema de desabastecimento de água e falta de saneamento básico. Ora, corolário disso seria, justamente, realizar cobranças e tomar medidas para combater o péssimo serviço oferecido pela

- empresa *Águas do Amazonas* à população de Manaus, todavia, a Prefeitura tem se mantido inerte e silente, causando graves danos aos munícipes, que não podem contar com água encanada e esgoto recolhido, condições mínimas para promoção da dignidade e saúde. A população se vê obrigada de cobranças indevidas por parte da empresa *Água do Amazonas*, que vem se caracterizando pela ineficiência na prestação de serviços e pela ausência dos investimentos estabelecidos, contratados, e não realizados pela mesma, entretanto, todos os meses a população é cobrada pelo serviço não prestado, ou prestado de forma indevida. Prática que atenta contra a dignidade humana e a economia popular.
23. O atual prefeito, Amazonino Mendes também se comprometeu, na resposta ao Ofício 012853/2008/SNSA/MCIDADES, com o Governo Federal, a implementar na cidade de Manaus, um Plano de Saneamento Básico, o qual, ou não fora feito, ou, nitidamente, é insuficiente.
24. Tanto é que, outro ponto que deve ser ressaltado é que, no ano de 2011, a empresa *Águas do Amazonas* liderou a lista de reclamações da Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Amazonas, que das reclamações que recebeu, 95% eram contra prestadoras de serviço público e desses, 45% eram referentes à *Águas do Amazonas*.
25. Acontece que a situação parece não ter perspectiva de melhora haja vista o desabastecimento permanecer, agora em vários bairros, tendo o auge da crise sido entre os dias 13 e 19 de janeiro do corrente ano, quando boa parte da população de Manaus ficou praticamente sem água.
26. Além de desabastecida e desamparada, a população vive sob a ameaça das conhecidas cobranças indevidas por parte da *Águas do Amazonas*, cuja atuação vem se destacando pela incompetência na prestação do serviço.
27. Deve-se ressaltar que Manaus é uma das maiores cidades do país, bem como servirá, dentro do plano nacional, como uma das sedes da Copa do Mundo tendo ainda um forte apelo turístico e possui um polo industrial desenvolvido, fatores estes que demandam urgência na resolução do problema de abastecimento de água, sob pena de prejudicar não só a saúde e a dignidade da população, mas também de prejudicar o meio ambiente, a economia e a

imagem, não só da cidade, como do Estado do Amazonas, no plano nacional e internacional.

28. A inação da prefeitura de Manaus, não poderá ser tolerada, sob pena de reverter-se a lógica dos princípios da Administração Pública, insculpidos na Constituição, cujo descumprimento, inclusive, dá azo à interposição de Ações de Improbidade Administrativa.

29. Em síntese, a situação calamitosa da distribuição de água na cidade de Manaus, mais aguda nas zonas Norte e Leste, é fruto da omissão conjunta da Águas do Amazonas e a Prefeitura de Manaus, porquanto ainda que o Estado do Amazonas e a própria União tenham se solidarizado com a cidade de Manaus, foi pelo não cumprimento das obrigações por parte da Águas do Amazonas e pela ineficiência da fiscalização da prefeitura de Manaus, somada a sua determinante inação que gerou os prejuízos hoje experimentados pela População da Cidade de Manaus.

— II — DIREITO

30. A Constituição da República, no *caput* do art. 37, impõe à Administração e, consequentemente, a todo aquele que prestar algum serviço público, o princípio da eficiência, consubstanciando tal imposição na obrigação de se buscar a otimização dos recursos, para dar maior eficácia possível ao serviço prestado, podendo sempre ser exigido do prestador que realize suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional, para um fiel atendimento das necessidades da sociedade e seus membros.

31. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 175, dispõe de forma expressa que incumbe ao Poder Público, na forma da lei, a prestação de serviços públicos, dispondo, ainda, sobre o regime de delegação, os direitos dos usuários, a política tarifária e a obrigatoriedade de se manter o serviço adequado.

32. Diz o artigo textualmente:

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob delegação, de forma

de limitação, a prestação

Parágrafo 1º - A Lei dispõe sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de licitação, fiscalização e prestação da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - prazos e tarifas;

IV - os procedimentos para prestar serviços adequados;

33. Juntamente com a Constituição, há o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078, de 1990) que, em seu art. 6º, X, considera como direito básico do usuário a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral, ao assim declarar:

Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:

X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

34. O Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 20, estabelece que o fornecedor de serviços será responsável pelos vícios apresentados no serviços prestados, podendo, o consumidor, exigir:

I - a reexecução dos serviços, sem custo adicional, quando viável;

II - a restituição imediata da quantia paga, nominalmente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;

III - o abatimento de preços, se preferir.

35. Segundo o §2º do mesmo dispositivo um serviço será considerado viciado quando:

§ 2º. O serviço é considerado viciado quando o produto inadequado para o fim que razoavelmente se espera, sem que aquela qualidade corresponda às normas regulamentares de prestação de serviço.

36. Ora, notório que é razoável esperar que os serviços de abastecimento de água sejam contínuos, bem como as empresas invistam na expansão da malha de tubulações, atendendo as normas regulamentares, o que, no presente caso,

42. Assim, resta claro o descumprimento por parte da *Águas do Amazonas* de suas obrigações contratuais, quais sejam, fornecimento adequado, eficiente, seguro e contínuo de água e esgotamento sanitário, o que requer imediata ação por parte do Poder Público, ademais, a reincidência dos descumprimentos das metas estabelecidas tanto no contrato original, quanto na repactuação feita pelo poder concedente da forma registrada nos documentos anexos.
43. Percebe-se também, que a atual Administração Municipal quando instada pelo Governo Federal a se manifestar a respeito do referido programa, registrou através de ofício, encaminhado ao secretário nacional de saneamento ambiental do Ministério das Cidades, análise positiva quanto aos parâmetros adotados para o projeto básico do PROAMA, inclusive reconhecendo o déficit no abastecimento, produção, armazenamento e distribuição de água na cidade de Manaus, bem como relatório técnico detalhado que fundamenta a posição do atual prefeito cancelando e ratificando o referido documento e as tratativas que levaram a elaboração e a execução do PROAMA.
44. Conforme demonstra a cronologia dos atos realizados nas ocasiões formais atestadas pelos documentos anexos, houve a imposição de cumprimento protocolar para que fosse fomentado o projeto pelo Ministério das Cidades, através de sua secretaria nacional de saneamento, o que de fato ocorreu. Após a superação de todas as fases ali impostas, não se pode e não se quer crer que, mais uma vez, o descaso da concessionária irá se manifestar, através de simples e desrespeitosa declaração que não se utilizará do PROAMA, comprando água do atacado da COSAMA, se voltando contra os termos consignados nos contratos e avenças aqui já esposados, e que, sem nunca sofrer qualquer tipo de coação aceitou e firmou anuência com todo o processo, o fazendo, com a participação do poder concedente em cada fase do referido processo, este último, que também não pode se furtar de cumprir suas obrigações.
45. Por fim, ressalte-se que a Organização das Nações Unidas, em sua 64ª Sessão, realizada em 28 de julho de 2010, reconheceu como direito humano à água potável e ao saneamento básico, sendo, obrigatório, então, o entendimento de que o adequado fornecimento de água e tratamento de esgoto é indispensável

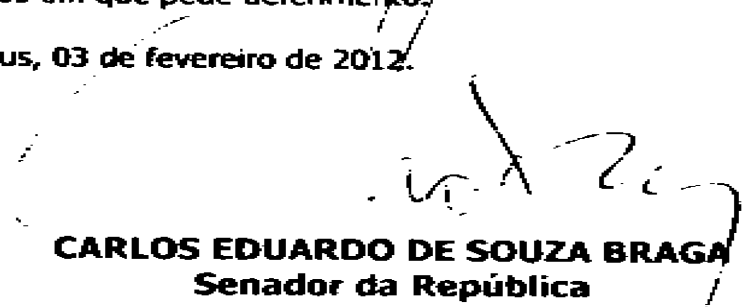
- A)** a instauração dos procedimentos administrativos investigatórios cabíveis e , se for o caso, a celebração de um **Termo de Ajuste de Conduta**, que garanta a execução do plano de expansão e os investimentos programados por parte da *Águas do Amazonas*, bem como que imponha que sejam fornecidas à população informações em tempo hábil quanto da falta de água para manutenção da rede, expansão ou qualquer outra necessidade premente, que também seja imposto a realização de investimentos na melhoria do serviço e os valores firmados contratualmente, cumprindo-se o compromisso firmado com o Poder Público observado em sua integralidade quanto a todos os demais itens aqui não especificados.
- A.1)** Que as providências a serem tomadas também prestem para garantir o cumprimento das obrigações assumidas, no que se refere à compra de água no atacado pelo poder concedente, a distribuição imediata do referido bem para a população das zonas Norte e Leste de Manaus pela concessionária, a conclusão do plano de investimento, estabelecido pela repactuação do plano de concessão pela suas metas e submetas, por parte dos entes públicos e privados, envolvidos no referido programa;
- A.2)** Sejam estabelecidos, com fiscalização e acompanhamento pelo Ministério Público, os valores a serem cobrados, tanto pela COSAMA, ao poder concedente pela água no atacado, quanto os valores a serem cobrados pela concessionária dos consumidores das referidas áreas a serem beneficiadas pelo programa, tendo em vista a previsão estabelecida de Tarifa Social inovadora, que propiciaria justiça social e atendimento das normas legais, estabelecidas na Lei 11.445/2007, que estabelece, as diretrizes nacionais para o saneamento básico.
- A.3)** Que faça constar, em eventual TAC a ser firmado, de forma explícita, metas, bem como os recursos necessários para o cumprimento das mesmas, impondo sanções administrativas e pecuniárias no caso de descumprimento, sem prejuízo da aplicação da legislação cível e penal vigentes.
- A.4)** Ainda que, eventual TAC, preveja, em cláusula própria, a forma legal a ser estabelecida entre o Governo do Estado do Amazonas, a Prefeitura Municipal de Manaus, a Empresa Concessionária e a COSAMA, para operacionalização do sistema objeto do PROAMA, ficando assim, de uma vez por todas, definidas

e dirimidas, quaisquer dúvidas e omissões nos textos anteriores. Crendo ser tal providência imprescindível pelo fato do reiterado descumprimento, ou procrastinação desmotivada, da consecução dos instrumentos previstos, seja no Convênio ou no Consórcio, conforme fartamente aqui já demonstrado, através dos documentos aqui colecionados, valendo destacar que o Governo do Estado do Amazonas nunca deixou de investir para a conclusão do PROAMA, compromisso esse assumido, quando das negociações para elaboração dos termos contratuais firmados, prova maior disso é que a nova tomada d'água na ponta das lajes, a nova estação de tratamento, o novo sistema de adução, o novo sistema de reservação, bem como os anéis de reforço na rede de distribuição e aplicação da referida rede encontra-se conclusa em fase final de testes para solucionar de maneira estruturante e duradora o abastecimento de água naquela região, satisfazendo assim, sua contrapartida contratual.

- B) Que sejam tomadas todas as providências, judiciais e extrajudiciais, para que possa a representada cumprir os termos contratualmente firmados, promovendo, se for o caso, as ações pertinentes para compelir a concessionária a fazê-lo, para que finalmente a população de Manaus tenha o seu direito de ter água tratada, encanada e distribuída de forma contínua, de boa qualidade, por ser direito constitucionalmente garantido, sem mais o desrespeito e a humilhação como consequências da subtração desse legítimo direito.
- C) Se protesta por aditar a presente representação, com novos fatos, ou com novos documentos.

Termos em que pede deferimento.

Manaus, 03 de fevereiro de 2012.


CARLOS EDUARDO DE SOUZA BRAGA
Senador da República



OFÍCIO N.º 215/GP

Manaus, 07 de agosto de 2006.

A Sua Excelência o Senhor
CARLOS EDUARDO DE SOUZA BRAGA
Governador do Estado do Amazonas
Manaus – Amazonas

Assunto: Comunica estado de calamidade pública no sistema de abastecimento de água das zonas Norte e Leste da cidade de Manaus

Senhor Governador,

Honra-me cumprimentá-lo, oportunidade em que compareço à presença de Vossa Excelência para comunicar que este Poder Público Municipal, diante do verdadeiro caos em que se encontra o sistema de abastecimento de água nas zonas Norte e Leste da cidade de Manaus, conforme atesta estudo técnico acostado ao presente, decretou estado de calamidade pública, no intento de minimizar as dificuldades que vêm sendo suportadas pelos munícipes das aludidas zonas.

Tendo em vista o que dispõe o art. 17 do Decreto nº 5.376/2005, impende seja o ato de declaração do estado de calamidade pública homologado por Vossa Excelência.

Desde já contamos com a solidariedade do Governo do Estado para que seja possível a atuação das esferas estadual e municipal em regime de cooperação.

No ensejo, renovo protestos de estima e consideração.


SERAFIM FERNANDES CORRÊA
Prefeito Municipal de Manaus

**GABINETE DO GOVERNADOR
CASA CIVIL
G. P.**

Processo Nº 5059/2006
Data 22/08/2006 Hora 11:21





DECRETO N.º 8589 DE 03 DE AGOSTO DE 2006

DECRETA estado de calamidade pública na prestação de serviços públicos de abastecimento de água do Município de Manaus.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 80, inciso IV, e 128, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Manaus, e

CONSIDERANDO os dados técnicos de que dispõe o Poder Público Municipal sobre a população da capital regularmente atendida pelo serviço de abastecimento de água;

CONSIDERANDO a necessidade inadiável de ampliação do serviço de abastecimento de água para a população não atendida;

CONSIDERANDO o notório estado de necessidade, conforme é diariamente veiculado pelos meios de comunicação;

CONSIDERANDO que o fornecimento de água é um serviço essencial que deve ser prestado à coletividade;

CONSIDERANDO que a ausência do fornecimento do serviço poderá acarretar vários prejuízos à população do Município de Manaus;

DECRETA:

Art. 1.º - Fica decretado estado de calamidade pública pelo período de 180 (cento e oitenta) dias no serviço de abastecimento de água nos bairros da zona norte e zona leste da cidade de Manaus.

Art. 2.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 03 de agosto de 2006.



SERAFIM FERNANDES CORRÊA
Prefeito Municipal de Manaus

4 / Diário Oficial do Município de Manaus – nº 1537

sexta-feira, 04 de agosto de 2006.

DECRETO Nº 8.584, DE 02 DE AGOSTO DE 2006

DECLARA de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 80 inciso XII e 128, inciso I, da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS e tendo em vista as disposições do Decreto-Lei nº 3.365/41 com as alterações introduzidas pela Lei nº 2.786/56,

CONSIDERANDO a necessária intervenção viária que será realizada na rua Recife, e

CONSIDERANDO, por fim, que a afetação pública do bem de que trata este Decreto é imprescindível à adequada funcionalidade do projeto, a teor dos elementos informativos constantes do Processo nº 2006/2287/2908/00499 – PGM,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação a área localizada na rua Recife, bairro Parque 10 de Novembro, de suposta propriedade de agência de veículos Honda, delimitado da forma a seguir descrita: ao Norte, com agência de veículos Honda, por uma linha reta medindo 42,00 metros; ao Sul, com a rua Recife, por uma linha reta medindo 42,15 metros; a Leste, com ciclovia do passeio do Mindu, por um alinhamento medindo 3,83 metros; Oeste, formado pela intersecção das linhas Norte e Sul, com uma área de 80,50 metros quadrados e um perímetro de 87,98 metros lineares.

Art. 2º O imóvel desapropriado destina-se à necessária intervenção viária que será realizada na rua Recife.

Art. 3º Para efeito de imissão provisória na posse, na forma autorizada pelo art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21.06.41, esta desapropriação é considerada de urgência.

Art. 4º A expropriada deverá apresentar na Procuradoria Geral do Município, no prazo de dez (10) dias, a documentação comprobatória da propriedade do imóvel ora desapropriado e da desoneração de gravames incidentes sobre ele, tais como: Escritura Pública, Registro Imobiliário, Certidão Vintenária, Certidão de Quitação de Impostos e Negativa de ônus reais que recaiam sobre o mesmo; reipersecutória Certidões Negativas do(s) Distribuidor(es) da Justiça Federal e Comum.

Art. 5º As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta da Secretaria Municipal de Obras, Saneamento Básico e Habitação – SEMOSBH.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Manaus, 02 de agosto de 2006.

SERAFIM FERNANDES CORRÊA
Prefeito Municipal de Manaus

DECRETO Nº 8.585, DE 02 DE AGOSTO DE 2006

ESTABELECE o novo valor da tarifa do transporte municipal tipo especial, na modalidade executivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 128, inciso I artigo 80, inciso XVII, da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS,

DECRETA:

Art. 1º Fica estipulado o valor de R\$ 2,00 (Dois reais) para a tarifa do transporte municipal do tipo especial na modalidade executivo.

Art. 2º O presente Decreto vigorará até o dia 31 de dezembro do corrente ano, ressalvados os casos de revisão por interesse público.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Manaus, 02 de agosto de 2006.

SERAFIM FERNANDES CORRÊA
Prefeito Municipal de Manaus

DECRETO Nº 8.587, DE 03 DE AGOSTO DE 2006

REVOGA o inciso I do Art. 1º do Decreto nº 8.578, de 31 de julho de 2006.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANAUS, no exercício da competência que lhe confere o inciso I do artigo 128 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o inciso I do Art. 1º do Decreto nº 8.578, de 31 de julho de 2006.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 31.07.2006.

Manaus, 03 de agosto de 2006.

SERAFIM FERNANDES CORRÊA
Prefeito Municipal de Manaus

DECRETO Nº 8.589, DE 03 DE AGOSTO DE 2006

DECRETA estado de calamidade pública na prestação de serviços públicos de abastecimento de água do Município de Manaus.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 80, inciso IV, e 125, inciso I, da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS, e

CONSIDERANDO os dados técnicos de que dispõe o Poder Público Municipal sobre a população de capital regularmente atendida pelo serviço de abastecimento de água;

CONSIDERANDO a necessidade imediata de ampliação do serviço de abastecimento de água para a população não atendida;

CONSIDERANDO o notório estado de necessidade, conforme é diariamente veiculado pelos meios de comunicação;

CONSIDERANDO que o fornecimento de água é um serviço essencial que deve ser prestado à coletividade;

CONSIDERANDO que a ausência do fornecimento do serviço poderá acarretar vários prejuízos à população do Município de Manaus;

Diário Oficial do Município de Manaus – nº 1537

sexta-feira, 04 de agosto de 2006.

5

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado estado de calamidade pública pelo período de 180 (cento e oitenta) dias no serviço de abastecimento de água nos bairros da Zona Norte e Zona Leste da cidade de Manaus.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 03 de agosto de 2006.

SERAFIM FERNANDES CORRÊA
Prefeito Municipal de Manaus

DECRETO DE 02 DE AGOSTO DE 2006

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANAUS, no exercício da competência que lhe outorga o inciso I do Artigo 128 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS,

CONSIDERANDO o que constam nos Ofícios nº 350 e 459/2006-GS-SEMCTI,

RESOLVE:

I - CONSIDERAR AUTORIZADA a viagem empreendida pelo Senhor JUCIMAR MAIA DA SILVA JÚNIOR, Subsecretário Municipal de Ciência e Tecnologia da Informação / SEMCTI, onde se ausentou do Município, a fim de na cidade de São Paulo/SP, participar do Treinamento Linux Security System Administration, com ênus para o arário público.

II - CONCEDER duas diárias para cobrir despesas com alimentação e estadia do funcionário, relativo aos dias 28 e 29.07.2006.

Manaus, 02 de agosto de 2006.

SERAFIM FERNANDES CORRÊA
Prefeito Municipal de Manaus

DECRETO DE 02 DE AGOSTO DE 2006

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANAUS, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 128, inciso I da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS,

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei Municipal nº 936 de 4 de abril de 2006, artigo 5º, inciso

RESOLVE:

I - EXONERAR, a contar de 1º.08.2006, com base nos termos do artigo 103, parágrafo 1º, letra "a", da Lei 1.118 de 1º.09.71 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), o Sr. CARLOS AUGUSTO CRISPIM DE ARAÚJO, do cargo em comissão, símbolo CAD-I, assistente de serviços do Instituto Municipal de Transportes Urbanos – IMTU.

II - NOMEAR a Srª. LEILA DAS GRAÇAS SÁ DE SOUZA, para exercer o cargo de assistente de serviços, símbolo CAD-I, do Instituto Municipal de Transportes Urbanos – IMTU.

Manaus, 02 de agosto de 2006.

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO - FGMCONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS
PARA PROVIMENTO DE VAGAS AO CARGO DE
PROCURADOR DE 3ª CLASSEEDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E
HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO
APÓS ANÁLISE DE TÍTULOS

O PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS, na condição de Presidente da Comissão para acompanhar a realização do Concurso Público, no uso de suas atribuições legais, considerando o Edital nº 01/2005 de Abertura de Inscrições para provimento do cargo de Procurador de 3ª Classe e observados os termos contratuais com a Fundação Carlos Chagas,

RESOLVE:

I - INFORMAR que após a divulgação das notas dos Títulos avaliados, não foram interpostos recursos.

II - TORNAR PÚBLICO o Resultado Final após análise dos títulos, nos termos do Capítulo IX, Item 1 do Edital nº 1/2005 de Abertura de Inscrições.

III - HOMOLOGAR o resultado FINAL do Concurso Público de Provas e Títulos para o provimento do cargo de Procurador 3ª Classe, conforme relação constante do Anexo I.

Manaus, 31 de julho de 2006.

ANANIAS RIBEIRO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Presidente da Comissão

ANEXO I

PROCURADOR DO MUNICÍPIO - 3ª CLASSE
HABILITADOS EM ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO
(APÓS PROVA DE TÍTULOS)

NUMERO	NOME	DOCUMENTO	PONTOS	CLASS
000424	ELIZABETE ANDRADE DOS SANTOS	0000000273502957	188,53	1
001074b	PATRICIA MACÊDO DE CAMPOS	0000000018787787	181,02	2
000338	DANIEL OCTAVIO SILVA MARINHO	0000000014029055	160,25	3
000731g	JULIANA MOREIRA BATISTA	0000000001888601	159,35	4
000230g	BRUNO FELIX DE ALMEIDA	0000000002357357	159,18	5
000038	MARCELO R DE SOUSA JUNIOR	000000001848730	157,73	6
000065g	ALINE FIGUEIREDO DO AMARAL	0000000003328114	157,36	7
080738e	PETLEN ANNE PONTES PERA	0000000015807080	156,58	8
000502c	FERNANDA MIRANDA PEREIRA DE MATTOS	000000112878847	154,18	9
000054b	ALEXANDRE MACHADO DE OLIVEIRA	0000000285711857	153,88	10
001185e	RODRIGO EUGENIO MATOS RESENDE	0000000463084886	153,23	11
00071Q	JOSE LUIZ FRANCO DE MOURA MATTOS JUNIOR	0000000014813181	152,88	12
00128b	TAYNAN LUTAFI ISPER ABRAHAM	0000000018450088	152,84	13
001358a	WAGNER MOREIRA GARCIA	0000000009000036	152,30	14
000088b	ANA BEATRIZ DA MOTA PASSOS	0000000013324875	152,24	15
000068b	JORD BARROSO DE SOUZA	0000000014253857	152,18	16
000498b	ERFANNO JOSE DE OLIVEIRA ROMAO CARLOS ALBERTO	0000000002382526	151,58	17



**PREFEITURA DE
MANAUS**
Cuidando da nossa cidade

Governo do Estado do Amazonas

PROTOCOLO DE INTENÇÕES N.º 001 /2007

celebrado entre o **ESTADO DO AMAZONAS** e o **MUNICÍPIO DE MANAUS**, com a anuência da empresa **ÁGUAS DO AMAZONAS S/A**, na forma abaixo:

Aos dois dias do mês agosto do ano de dois mil e sete, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na sede do Governo do Estado do Amazonas, localizada na Av. Brasil s/n, Compensa II, compareceram o **ESTADO DO AMAZONAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.312.369/0001-90, com sede situada na Avenida Brasil s/n, bairro Compensa II, daqui por diante denominado **PRIMEIRO PARTÍCIPE**, neste ato representado por seu Governador, o Sr. Dr. **CARLOS EDUARDO DE SOUZA BRAGA**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador da cédula de identidade n.º 265.025-SSP/AM e do CPF n.º 078.104.232-15 e o **MUNICÍPIO DE MANAUS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.365.326/0001-73, com sede na Avenida Brasil, n. 2971, bairro Compensa I, daqui por diante denominado **SEGUNDO PARTÍCIPE**, neste ato representado por seu Prefeito de Manaus, em exercício, o Sr. Dr. **JOSÉ MÁRIO FROTA MOREIRA**, brasileiro, divorciado, OAB/AM n.º 640, inscrito no CPF n.º 039.128.628-04, com a anuência da empresa **ÁGUAS DO AMAZONAS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 03.264.927/0001-27, sito a Rua do Bombeamento, n. 01, estação de tratamento de água da Ponta do Ismael, Compensa I, doravante denominada **ANUENTE**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, o Sr. **JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade n. 557463 SSP/BA, inscrito no CPF n. 056.030.725-04, e na presença das testemunhas abaixo nominadas, é assinado o presente **PROTOCOLO DE INTENÇÕES**, o qual tem o objetivo de, em regime de cooperação, melhorar o sistema de abastecimento de água da cidade de Manaus e que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – O presente **PROTOCOLO DE INTENÇÕES** tem por objeto a cooperação entre os partícipes para a realização de ações visando melhorias no sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do Município de Manaus.

Parágrafo único – O objeto deste **PROTOCOLO DE INTENÇÕES** realizar-se-á por meio das seguintes ações:

- I - Obras para captação e tratamento de água na Ponta das Lajes;
- II - Obras para adução no corredor norte-leste e conseqüente reservação ao longo do corredor anteriormente mencionado;
- III - Implementar a tarifa social, com o fito de subsidiar os consumidores carentes;
- IV - Excluir do contrato de concessão dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do Município de Manaus, a área descrita no anexo II.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO PRIMEIRO PARTÍCIPE

I - Realizar as obras constantes nos itens I e II, do parágrafo único, da cláusula anterior, conforme descrito no Anexo I.

II - Determinar a Comissão de Cooperação e Relações Institucionais do Governo do Estado do Amazonas – CCRIA, que envie esforços junto Caixa Econômica Federal com o fito de cooperar para a liberação do financiamento de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) já aprovados ao Município de Manaus.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO SEGUNDO PARTÍCIPE.

I - Implementar a tarifa social na prestação de serviços de abastecimento de água na cidade de Manaus, com o fito de subsidiar os consumidores carentes deste serviço.

II - Dispensar a concessionária de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, Águas do Amazonas, da obrigação constante do item 3.2.2, do Contrato de Concessão de Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Município de Manaus.

III - Excluir do contrato de concessão de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário efetivado com a empresa Águas do Amazonas S/A, a área disposta no anexo II.

CLÁUSULA QUARTA – Fica excluída da concessão de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário a área disposta do anexo II, a qual irá receber obras do Governo do Estado do Amazonas.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO – O presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES terá vigência de 02 (dois) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, se assim acordaram as partes.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA – Este PROTOCOLO DE INTENÇÕES só poderá ser rescindido por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas pactuadas, ou denunciado mediante notificação escrita oficial, com aviso prévio de 90 (noventa) dias, findo os quais será promovida a publicação da rescisão.

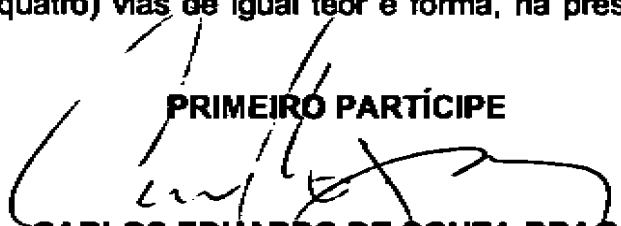
CLÁUSULA SÉTIMA – DOS EFEITOS DA RESCISÃO OU DENÚNCIA - Ocorrendo à rescisão ou denúncia, ficam as partes responsáveis pelas obrigações restantes, decorrentes do presente acordo, até o seu término.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO – O PRIMEIRO PARTÍCIPE promoverá a publicação do presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES em forma de extrato no Diário Oficial do Estado, no prazo estabelecido no Parágrafo Único do art. 61 da lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO FORO – O foro competente para dirimir as questões não resolvidas administrativamente oriundos deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES, é o da Comarca de Manaus.

E, por estarem de comum acordo, os partícipes e anuente assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

PRIMEIRO PARTÍCIPE


CARLOS EDUARDO DE SOUZA BRAGA
Governador do Estado do Amazonas

SEGUNDO PARTÍCIPE


JOSÉ MARIO FROTA MOREIRA
Prefeito de Manaus, em exercício

ANUENTE


JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO
Diretor-Presidente

Testemunhas:

Nome: LAUL ANTONIA ZACARIAS
CPF: 033.515.338-02

Nome: Roberto Augusto Augusto Capistrano
CPF: 026.666.692-20

ANEXO I

AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA CIDADE DE MANAUS

1. Obras

1.1. – Abastecimento de Água

- (a) Captação de Água Bruta;**
- (b) Estação Elevatória de Água Bruta;**
- (c) Adução de Água Bruta;**
- (d) Estação de Tratamento de Água - ETA Convencional;**
- (e) Unidade de Tratamento de Lodo**
- (f) Reservatório de Contato e Compensação;**
- (g) Estação Elevatória de Água Tratada**
- (h) Adução de Água Tratada;**
- (i) Reservatórios de distribuição de Água;**
- (j) Elevatórias de distribuição;**
- (k) Reabilitação, Reforço e Ampliação de Rede de Distribuição de água das zonas norte e leste da cidade de Manaus.**
- (l) Implantação ligações domiciliares com medição**

1.1.1. – Infra-estrutura

- (a) Estrada de acesso à Tomada d'água.**
- (b) Linha de Transmissão e Subestação 69 KV**

1.2. - Complexo de Produção:

1.2.1. – Captação: Ponta das Lajes no Bairro Colônia Antonio Aleixo situado na leste da cidade de Manaus.

1.2.1.1. – Estação de Tratamento/Reservatório de Contato/Estação Elevatória de Água Tratada: Situada no Bairro Castanheiral, próximo ao Colégio Agrícola, zona leste da cidade.

1.2.2. – Reservatórios de Distribuição:

1.2.2.1. – Bairro de Jorge Teixeira

1.2.2.2. – Bairro Tancredo Neves

1.2.2.3. – Bairro Nova Floresta

1.2.2.4. – Bairro Cidade Nova. (Núcleo 23)

1.2.3. – Cobertura do sistema:

Atendimento das áreas de expansão da cidade de Manaus, zonas norte - leste, abrangendo os bairros de: Jorge Teixeira; Nova Floresta; Tancredo Neves; Cidade de Deus; Braga Mendes, Alfredo Nascimento; Val Paraíso; Novo Reino; São Lucas; Nova Conquista; Gilberto Mestrinho; Castanheiras; Grande Vitória; Santa Inês; Colônia Antonio Aleixo; Zumbi dos Palmares; Mutirão Amazonino Mendes; Cidade Nova; Nova Cidade; Monte das Oliveiras, Novo Israel, Rio Piorini, Santa Etelvina, Santa Tereza, União da Vitória, Areal, Colônia Terra Nova, Colônia Santo Antonio, Monte Pascoal, Mauazinho e Distrito Industrial.

TERMO DE COMPROMISSO

CONSIDERANDO que o Município de Manaus foi selecionado pelo Governo Federal para receber recursos destinados à aplicação em serviços urbanos de água, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – Saneamento, previstas no Decreto Federal n.º 6276/2007;

CONSIDERANDO as elevadas despesas para o empreendimento de obras de captação, adução, tratamento e reservação de água na capital do Estado do Amazonas, as quais não podem ser supridas isoladamente pela Prefeitura Municipal de Manaus;

CONSIDERANDO que o Estado do Amazonas, em razão de sua capacidade de endividamento ser superior a do Município, assumirá, em cooperação com a Municipalidade, a responsabilidade de contratar financiamento no âmbito do *Programa Saneamento para Todos* do Ministério das Cidades, para a execução das obras de captação e tratamento de água, em Ponta das Lajes;

CONSIDERANDO que para a gestão associada de serviços públicos na área de saneamento básico faz-se necessária a formação de consórcio público ou a celebração de Convênio de Cooperação, nos termos do artigo 8º da Lei 11.445/2007 e art. 13, § 5.º, da Lei 11.107/2005;

CONSIDERANDO que a execução de serviço público por prestador de determinado ente federado em outra unidade federativa, depende de contrato de programa, conforme o disposto no art. 13, § 5.º, da Lei 11.107/2005, combinado com art. 31 do Decreto 6.017/2007;

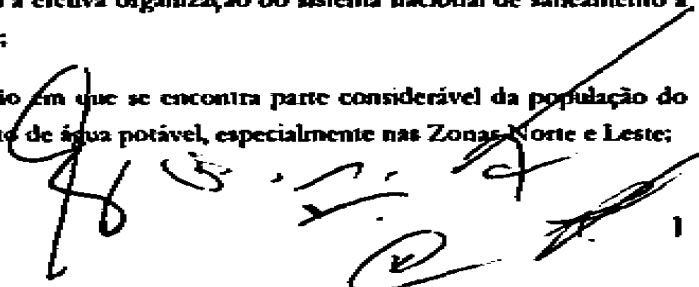
CONSIDERANDO a interdependência das obras e serviços de captação de água para fornecimento no atacado por sociedade de economia estadual para o Município, que distribui água no varejo por intermédio de empresa particular, o que obriga a celebração de contrato entre a sociedade de economia mista e o prestador municipal privado, na forma do artigo 12 da Lei 11.445/2007;

CONSIDERANDO que as partes reconhecem mantidas as demais disposições do Contrato de Concessão, firmado em 04 de julho de 2000, seu respectivo Termo Aditivo, datado de 10 de janeiro de 2007, Termo de Transação e demais obrigações a ele vinculadas, à exceção da obrigação imposta à concessionária pelo item 3.2.2. da cláusula terceira e do Termo Aditivo;

CONSIDERANDO os objetivos centrais da Lei 11.445/2007 – Lei Geral de Saneamento, os quais se resumem na pretensão de organização do sistema nacional de saneamento por meio de regras de gestão associada dos serviços, licitação e contrato, sem descuidar da meta-base de universalização dos serviços;

CONSIDERANDO que para a efetiva organização do sistema nacional de saneamento a Lei 11.445/2007 fixou a data limite de 31.12.2010;

CONSIDERANDO a situação em que se encontra parte considerável da população do Município de Manaus com a falta de abastecimento de água potável, especialmente nas Zonas Norte e Leste;



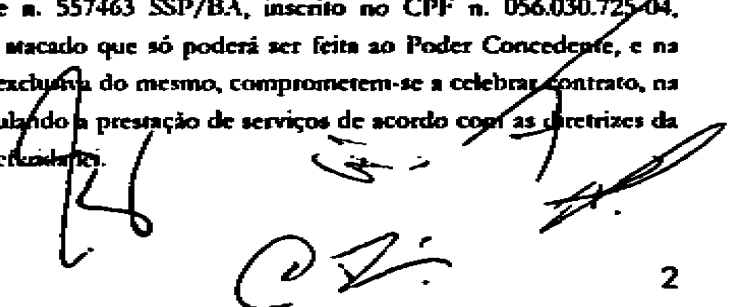
CONSIDERANDO que não se trata de recursos orçamentários da União, na forma do artigo 50, §3º, da Lei 11.445/07 e do item 1.2, anexo I da Instrução Normativa nº. 04 de 22 de Janeiro de 2008 e sim de recursos provenientes de financiamento junto à Caixa Econômica Federal:

01. Pelo presente instrumento, o **ESTADO DO AMAZONAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.312.369/0001-90, com sede na Avenida Brasil, n.º 3925, Compensa II, CEP n.º 69036-110, neste ato representado por seu Governador, o Sr. **CARLOS EDUARDO DE SOUZA BRAGA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 265.025 – SSP/AM, e do CPF n.º 078.104.232-15, residente e domiciliado nesta cidade, na Estrada da Ponta Negra, Conjunto Jardim Europa, Alameda Portugal, n.º 75-B, e o **MUNICÍPIO DE MANAUS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.365.326/0001-73, com sede na Avenida Brasil, n. 2971, bairro Compensa I, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **SERAFIM FERNANDES CORRÊA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 706.358 – SSP/AM, e do CPF n.º 001.539.582-00, residente e domiciliado na Rua Rio Purus, Quadra 4, n.º 50, Nossa Senhora das Graças, comprometem-se a atender o disposto no artigo 50, incisos I e II, bem como nos artigos 48 e 49 da Lei 11.445/2007.

02. Comprometem-se também a instituir consórcio público ou celebrar convênio de cooperação para o fim de regularizar a gestão associada dos serviços públicos de saneamento básico, de acordo com as disposições da Lei 11.107/2005, regulamentada pelo Decreto 6.017/2007.

03. A Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA, pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de sociedade de economia mista que integra a Administração do Estado do Amazonas, com sede Rua 4, Nº 3, Conjunto CELETRAMAZON – Adrianópolis, CEP 69.057-320, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.406.195/0001-25, aqui representada por seu Diretor-Presidente, o Sr. **HERALDO BELEZA DA CÂMARA**, brasileiro, divorciado, portador da cédula de Identidade n.º 280769-SESEG/AM e CPF n.º 027.644.662-34, residente e domiciliado nesta cidade à Rua Tamarí n.º 13, apto 302, Bairro Adrianópolis, CEP 69053-560 e o Município de Manaus, já qualificado, neste ato, também se comprometem a celebrar contrato de programa, com o fim de ajustarem a prestação dos serviços de fornecimento de água tratada por atacado ao Poder Concedente decorrentes do empreendimento realizado pelo Estado do Amazonas, com recursos onerosos.

04. A Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA e a empresa **ÁGUAS DO AMAZONAS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 03.264.927/0001-27, sito a Rua do Bombeamento, n. 01, estação de tratamento de água da Ponta do Ismael, Compensa I, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, o Sr. **JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade n. 557463 SSP/BA, inscrito no CPF n. 056.030.725-04, igualmente por este ato, na venda de água ao atacado que só poderá ser feita ao Poder Concedente, e na distribuição de água no varejo de competência exclusiva do mesmo, comprometem-se a celebrar contrato, na forma do artigo 12 da Lei n.º 11.445/2007, regulando a prestação de serviços de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Saneamento expressas na referida Lei.



05. O Município de Manaus, também por este ato, compromete-se a excluir do contrato de concessão mantido com a empresa Águas do Amazonas, a área de Ponta das Lajes em que serão realizadas as obras de captação, adução e tratamento de água pelo Estado do Amazonas, com recursos financiados, vedando-se, por consequente, a exploração dos serviços de captação, adução e tratamento de água em Ponta das Lajes, bem como as adutoras e reservatórios decorrentes das obras financiadas pelo Governo do Estado do Amazonas.

06. O Estado do Amazonas, o Município de Manaus, a Companhia de Saneamento do Amazonas e a empresa Águas do Amazonas, comprometem-se, também por este ato, a efetivar as providências legais constantes deste Termo de Compromisso e outras eventualmente estabelecidas pela União, decorrentes da legislação, até o dia 31.12.2010, salvo se as obras forem concluídas antes desse termo, o que obrigará a antecipação das providências legais a que se comprometem como condição para o início de operação do sistema de captação e tratamento de água em Ponta das Lajes, e

07. As partes indicadas no item anterior comprometem-se a dar ciência à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades das providências de que ora se obrigam, podendo para este fim específico ser representadas somente pelo Estado do Amazonas.

Manaus, 07 de Março de 2008

Pelo Estado:

CARLOS EDUARDO DE SOUZA BRAGA
Governador do Estado do Amazonas

Pelo Município de Manaus:

SERAFIM FERNANDES CORRÊA
Prefeito Municipal de Manaus

Pela COSAMA

HERALDO BELEZA DA CÂMARA
Diretor-Presidente da COSAMA

Pela empresa Águas do Amazonas

JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO
Diretor-Presidente da Águas do Amazonas

Testemunhas:

Nome: RAUL ARMONIA ZAIDAN

CPF: 033.515.338-02

RG: 9476015 - SSP-SP

Nome: MARCOS HEGESON CARVALHO

CPF: 284.259.792-34

RG: OREJAM 2.324

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MANAUS-AMAZONAS

MARIA DA CONCEIÇÃO CASTRO LOPES - TITULAR
SUBSTITUIÇÃO: MARIA MARIA LOUREIRO DE LUCENA / OLGA BEILA CASTRO LOPES
RUA LOBO D'ALMEIDA, 413 - CENTRO - CEP: 69019-030 - MANAUS - AM
FONE: (92) 3233-3779 / 3234-6669 - FAX: (92) 3233-6266

Apresentado para registro nesta data.

Protocolado sob nº 00384899 e registrado

sob nº 00375539 no livro B-1783

Manaus, 03 de julho de 2008

Cartório RTO
Rua Lobo D'Almeida, 413 - Centro
Cep: 69.010-030 - Manaus / AM
Fones: (92) 3234-6669 / 3233-3779
Fax: 3233-6266
Maria da Conceição Castro Lopes
Oficial

Governo do Estado do Amazonas**Gabinete do Governador****TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA E FINANCEIRA N.º 102 /2006,
CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO
AMAZONAS E O MUNICÍPIO DE MANAUS.**

Aos nove (09) dias de agosto de 2006, nesta cidade de Manaus, na sede do Governo do ESTADO DO AMAZONAS, situada na avenida Brasil, s/n, Compensa II, presentes o ESTADO DO AMAZONAS, representado neste ato pelo Excelentíssimo Senhor Governador CARLOS EDUARDO DE SOUZA BRAGA, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n.º 265.025 SSP/AM e do no CPF n.º 078.104.232-15, domiciliado e residente nesta cidade no Conjunto Jardim Europa, Alameda Portugal, n. 75-B, , com a intervenção da SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA, representada por seu Titular, o Senhor MARCO AURÉLIO DE MENDONÇA, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n.º 01251158-9 e do CPF n.º 009462572-72, residente e domiciliado nesta cidade à rua José Álvares Maciel n.º 30, Conjunto Dom Pedro II, doravante denominado PRIMEIRO CONVENIENTE e de outro lado o MUNICÍPIO DE MANAUS, adiante denominado SEGUNDO CONVENIENTE, neste ato representado neste ato pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito SERAFIM FERNANDES CORREA, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n.º 706.358 SSP/AM e do CPF sob n.º 001.539.582-00, domiciliado e residente na avenida Rio Purus, n. 50, bairro Quadra 4, Nossa Senhora das Graças, e tendo em vista a decretação de estado de calamidade pública através do Decreto Municipal n.º 8.589, de 03 de agosto de 2006, publicado no Diário Oficial do Município de 04 de agosto de 2006 e a sua homologação, por intermédio do Decreto Estadual n.º 26.127, de 09 de agosto de 2006, bem como o que consta do Processo Administrativo n.º 5.160/2006 – Casa Civil, doravante referido por PROCESSO, na presença das testemunhas abaixo nominadas, é assinado o presente TERMO DE CONVÊNIO, que se regerá pelas normas da Lei n.º 8.666/93, que lhe forem aplicáveis e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - Este Convênio tem por objeto a cooperação mútua dos partícipes para o desenvolvimento de atividades visando ao melhoramento da situação calamitosa do sistema de abastecimento de água do Município de Manaus, face à necessidade urgente de dar pleno atendimento ao interesse público, no sentido de abrandar os graves problemas detectados na prestação dos referidos serviços, conforme Plano de Trabalho, Plano de Aplicação e Cronograma de Desemboço, que passam a fazer parte do presente Termo como se nele estivessem transcritos.

Governo do Estado do Amazonas
Gabinete do Governador

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE COOPERAÇÃO – A cooperação mútua dos partícipes dar-se-á da seguinte forma:

A) PRIMEIRO CONVENIENTE, mediante:

1. O repasse da quantia de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) à **PRIMEIRA CONVENIENTE** para o custeio das despesas necessárias à consecução do objeto do presente Convênio.

B) SEGUNDO CONVENIENTE, mediante:

1. A concessão de contrapartida no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) para realização do objeto do acordo;

2. Orientação e fiscalização das obras e serviços necessários à execução do objeto deste Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES – Para realização do objeto deste Convênio os partícipes obrigam-se a:

A) PRIMEIRO CONVENIENTE:

1. Liberar a quantia mencionada na Cláusula Anterior em 02 (duas) parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 5.000.000,00 (Cinco Milhões de Reais), e a segunda no valor de R\$ R\$ 5.000.000,00 (Cinco Milhões de Reais), conforme previsto no Plano de Aplicação e Cronograma de Desembolso, devendo a primeira ser liberada após a publicação de que trata a Cláusula Décima Quarta e a segunda condicionada à apresentação da prestação de contas da parcela anterior.

2. Auxiliar na fiscalização da execução das obras e realização dos serviços, por intermédio de seu corpo técnico;

3. Analisar e aprovar a prestação de contas apresentada pelo **SEGUNDO CONVENIENTE**, relativa aos recursos transferidos.

4. Cientificar a Assembléia Legislativa sobre a celebração do presente convênio.

B) SEGUNDO CONVENIENTE:

1. Aplicar os recursos financeiros necessários às obras, serviços e aquisições, em conformidade com o plano de trabalho;

2. Aplicar na consecução dos fins pactuados os recursos deste Convênio;

3. Fiscalizar a execução das obras e serviços realizados, direta ou indiretamente, consoante previsão do Plano de Trabalho;

Governo do Estado do Amazonas
Gabinete do Governador

4. Efetuar e alistar medições das obras e serviços realizados, para possibilitar o desembolso dos recursos previstos nos respectivos Cronogramas Físico-financeiros e no Plano de Aplicação;
5. Encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, até 31 de janeiro do exercício seguinte, a prestação de contas da aplicação dos recursos financeiros recebidos no exercício findo;
6. Apresentar ao PRIMEIRO CONVENIENTE, no prazo de trinta dias da aplicação do recurso, a competente prestação de contas acompanhada do relatório de realização do objeto e da documentação referida no art. 27 da IN n.º 008/2004, da Secretaria de Controle Interno, Ética e Transparência do Estado;
7. Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao presente convênio, obrigando-se a seguir rigorosamente as normas de aplicação dos recursos financeiros;
8. Prestar informações, fornecer dados e apolar as ações necessárias às atribuições que competem ao PRIMEIRO CONVENIENTE;
9. Restituir eventual saldo financeiro dos recursos conveniados, por ocasião da prestação de contas, após conclusão do objeto;
10. Confeccionar os relatórios de acompanhamento periódicos.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES – Os partícipes são responsáveis:

A) PRIMEIRO CONVENIENTE pelo pagamento das despesas com a publicação do extrato deste Convênio.

B) SEGUNDO CONVENIENTE:

1. Pelos serviços e obras que forem realizadas por sua equipe técnica;
2. Pelo pessoal próprio que utilizar na execução das obras e serviços o qual lhe serão diretamente vinculado e subordinado, não tendo o PRIMEIRO CONVENIENTE relação jurídica de qualquer natureza com o mesmo;
3. Pela contratação que realizar com terceiros, mediante procedimento próprio, para a execução das obras e serviços, podendo nesta hipótese transferir ao contratado os encargos relativos ao pessoal utilizado na execução do contrato, ficando ressaltado que o PRIMEIRO CONVENIENTE não manterá nenhuma relação jurídica com o referido pessoal.

CLÁUSULA QUINTA – DO USO E MANUTENÇÃO DOS BENS – Os bens materiais e equipamentos adquiridos e produzidos com recursos oriundos deste Convênio, e remanescentes na data de sua conclusão ou extinção, serão de propriedade do **MUNICÍPIO DE MANAUS**, que ficará responsável pela guarda e manutenção, durante e após a vigência deste Convênio.

Governo do Estado do Amazonas
Gabinete do Governador

CLÁUSULA SEXTA – DO REGISTRO PATRIMONIAL DOS BENS – O SEGUNDO CONVENIENTE providenciará o registro patrimonial (tombamento) dos equipamentos e material permanente adquiridos com recursos deste Convênio, por meio de aposição de numeração própria.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA UTILIZAÇÃO DE SÍMBOLOS: É vedado aos partícipes utilizar nos empreendimentos resultantes deste Convênio, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR – O valor global do presente Convênio é de R\$20.000.000,00 (Vinte milhões de reais).

CLÁUSULA NONA – DO ORÇAMENTO E EMPENHO – As despesas decorrentes deste Convênio correrão à conta das seguintes dotações: **PRIMEIRO CONVENIENTE** - Programa de Trabalho 17.51231851161, Natureza das Despesas: 444042, Fonte: 100, tendo sido emitida em 09 de agosto de 2.006, a Nota de Empenho n.º 641, no valor de R\$10.000.000,00 (Dez Milhões de Reais); **SEGUNDO CONVENIENTE** - Programa de Trabalho 15.451.1031.1008, Natureza das Despesas: 339039 e 449051.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO – Este convênio vigorará a partir da data da publicação pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado por mútuo acordo dos partícipes, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO – O presente Convênio poderá ser alterado por meio de aditamento, de acordo com a conveniência dos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA – Este Convênio poderá ser denunciado:

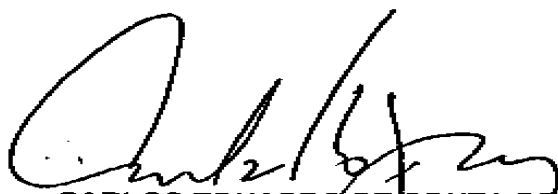
1. Pela deliberação de qualquer dos partícipes, a qualquer momento, manifestada com antecedência de 30 (trinta) dias;
2. Pela inadimplência de quaisquer de suas cláusulas ou condições, a critério do partícipe não inadimplente, mediante comunicação escrita com antecedência de 30 (trinta) dias;
3. Pela ocorrência de fatos imprevisíveis que impossibilitem sua execução;
4. Pela superveniência de norma legal que torne material ou formalmente impraticável;
5. Em resguardo do interesse público;

Governo do Estado do Amazonas
Gabinete do Governador

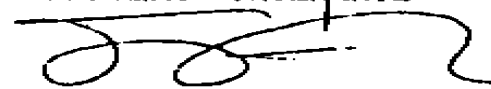
PARÁGRAFO ÚNICO – Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas nesta cláusula os partícipes são responsáveis pelas obrigações que assumiram até a data da denúncia, competindo ao **SEGUNDO CONVENIENTE** a comprovação da aplicação dos recursos que houver recebido, na forma da Cláusula Terceira.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS – Os conflitos e divergências que se originarem deste Convênio, não solucionados pelas vias amigáveis, serão submetidos ao foro da Comarca de Manaus que para tanto fica eleito.

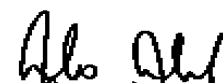
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO – O presente convênio será publicado sobre a forma de extrato no Diário Oficial do Estado em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93.

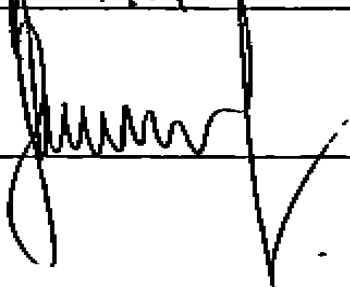

CARLOS EDUARDO DE SOUZA BRAGA
Governador do Estado do Amazonas
PRIMEIRO CONVENIENTE


MARCO AURÉLIO DE MENDONÇA
Secretário de Estado de Infra-Estrutura
PRIMEIRO CONVENIENTE


SERAFIM CORREA
Prefeito do Município de Manaus
SEGUNDO CONVENIENTE

TESTEMUNHAS:





Ao Senhor

LEODEGAR TISCOSKI

Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades

Esplanada dos Ministérios Bloco "A", 3º. Andar, Sala 1442

70.070-901 – Brasília – DF

Assunto: Novo sistema de produção de água de Manaus

Senhor Secretário:

Em resposta ao Ofício no. 012853/2008/SNSA/MCIDADES, de 18 de novembro de 2008, temos a considerar o seguinte:

- Após avaliação do assunto exposto por Vossa Senhoria, conforme relatório anexo, somos de opinião que os parâmetros adotados para o Projeto Básico do novo complexo de abastecimento para a cidade de Manaus – Programa PROAMA, estão compatíveis com as necessidades de nossa cidade, levando em conta as características locais de consumo, do estado atual de atendimento por parte da concessionária, e do que foi estabelecido no contrato de concessão;
- A futura administração municipal, detentora do poder concedente para a prestação de serviços de saneamento básico, se compromete a implementar um Plano de saneamento Básico pra a cidade de Manaus;

Certos de seu zelo em atender aos pleitos de nossa cidade, e enfatizando a urgência que o assunto requer,

Subscrevo-me.

Atenciosamente



AMAZONINO ARMANDO MENDES

Prefeito Eleito de Manaus

MINISTÉRIO DAS CIDADES 11-DEZ-2008 16:36

Ao Prefeito Eleito de Manaus

Sr. AMAZONINO ARMANDO MENDES

Prezado Senhor:

Em resposta à sua solicitação, apresentamos nossas considerações a respeito dos questionamentos expostos no DESPACHO 4614/2008/SNSA/MCIDADES, de 20 de novembro de 2008, do Ministério das Cidades, e encaminhado a V.S.

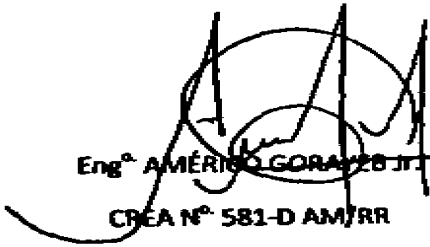
Somos de opinião que os parâmetros adotados para o Projeto Básico do novo complexo de abastecimento para a cidade de Manaus – Programa PROAMA, estão compatíveis com as necessidades de nossa cidade, levando em conta as características locais de consumo, do estado atual de atendimento por parte da concessionária, e do que foi estabelecido no contrato de concessão.

Alertamos para o fato de que apesar dos investimentos feitos pela Prefeitura de Manaus e pela Águas do Amazonas, o problema de abastecimento de água da cidade ainda está longe de ser equacionado, haja vista que a quase totalidade das zonas norte e leste ainda continuarão a ser abastecidas por poços profundos, técnica fadada ao fracasso em função do rebaixamento do lençol freático, constatação já patente em vários pontos da cidade, e que tem levado à diminuição da vazão de exploração de inúmeros poços, além de terem se mostrados sistema frágeis e caros em sua operação e manutenção.

Dos dez pontos relacionados, há que se ressaltar os itens 5 e 10.

- Relativamente ao item 5, caberá ao governo do Estado do Amazonas apresentar ao Ministério das Cidades, um Plano de Manutenção e Operação para o novo sistema.
- Quanto ao item 10, a Prefeitura de Manaus deverá elaborar um Plano de Saneamento Básico, como parte de um Plano de Saneamento para a cidade de Manaus, já previsto inclusive no Plano Diretor da Cidade.

Atenciosamente,


Engº AMÉRICO GORAYEB JR.

CREA Nº 581-D AM/RR

1. ESTIMATIVA POPULACIONAL

Dentre as premissas que se adotam para um projeto de abastecimento de água, a população de final de plano é sem dúvida uma das que mais geram discussões e controvérsias.

A estimativa de crescimento populacional não deixa de ser ao final, um exercício de futurologia, pois não se restringe somente a equações matemáticas, mas envolve fatores de toda sorte, sujeitos a influências locais, regionais e nacionais. No caso de Manaus, cujo maior atrativo é o Pólo Industrial de Manaus, o crescimento maior ou menor da cidade, depende ainda de influências mundiais, em tempos de economia globalizada.

Não nos cabe aqui discutir em profundidade a metodologia e modelos matemáticos utilizados pela empresa projetista. Porém, precisamos ressaltar alguns pontos que ajudem a aclarar o problema e tecer alguns comentários sobre as informações populacionais disponíveis e nas quais se basearam a adoção da população a ser abastecida pelo sistema proposto pelo Governo do Estado do Amazonas.

Na elaboração do Projeto Básico, utilizou-se a estimativa populacional conforme tabela abaixo:

ANO	População (hab)	
	Total – 100%	Atendida – 98%
2010	1.909.520	1.871.330
2020	2.218.330	2.173.960
2030	2.527.160	2.476.620

Fonte: Projeto Básico

O Plano Diretor de Águas, contratado pela concessionária de serviços de água e de esgoto, Águas do Amazonas, aponta cenários de crescimento populacional que podem ser visualizados no quadro a seguir:



QUADRO 5.11
PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO DA ÁREA URBANA
EM DISTINTOS CENÁRIOS
PERÍODO 2000 – 2030

ANO	CENÁRIO AJUSTADO					
	CENÁRIO "A"		CENÁRIO "B"		CENÁRIO "C"	
	POPULAÇÕES (hab)	TAXA GEOMÉTRICA	POPULAÇÕES (hab)	TAXA GEOMÉTRICA	POPULAÇÕES (hab)	TAXA GEOMÉTRICA
2000	1.403.796	1,037087	1.403.796	1,037987	1.403.796	1,049400
2001	1.438.891	1,025000	1.453.506	1,035411	1.470.010	1,047168
2002	1.468.100	1,020300	1.502.951	1,034018	1.536.678	1,045352
2003	1.497.903	1,020300	1.551.985	1,032625	1.606.531	1,045457
2004	1.528.310	1,020300	1.600.457	1,031232	1.673.366	1,041602
2005	1.559.335	1,020300	1.648.213	1,029839	1.739.875	1,039746
2006	1.587.871	1,018300	1.694.445	1,028050	1.804.882	1,037363
2007	1.616.929	1,018300	1.739.614	1,026657	1.868.970	1,035508
2008	1.646.519	1,018300	1.783.563	1,025264	1.931.865	1,033652
2009	1.676.650	1,018300	1.826.141	1,023872	1.993.292	1,031797
2010	1.707.333	1,018300	1.867.190	1,022479	2.052.975	1,029942
2011	1.734.821	1,016100	1.905.821	1,020689	2.109.551	1,027558
2012	1.762.751	1,016100	1.942.597	1,019297	2.163.773	1,025703
2013	1.791.132	1,016100	1.977.378	1,017904	2.215.375	1,023848
2014	1.819.969	1,016100	2.010.026	1,016511	2.264.095	1,021992
2015	1.849.270	1,016100	2.040.414	1,015118	2.309.687	1,020137
2016	1.875.345	1,014100	2.070.453	1,014722	2.354.978	1,019609
2017	1.901.787	1,014100	2.100.934	1,014722	2.401.157	1,019609
2018	1.928.603	1,014100	2.131.864	1,014722	2.448.241	1,019609

ANO	CENÁRIO AJUSTADO					
	CENÁRIO "A"		CENÁRIO "B"		CENÁRIO "C"	
	POPULAÇÕES (hab)	TAXA GEOMÉTRICA	POPULAÇÕES (hab)	TAXA GEOMÉTRICA	POPULAÇÕES (hab)	TAXA GEOMÉTRICA
2019	1.955.796	1,014100	2.163.249	1,014722	2.496.249	1,019609
2020	1.983.373	1,014100	2.195.096	1,014722	2.545.198	1,019609
2021	2.011.338	1,014100	2.226.541	1,014325	2.593.762	1,019081
2022	2.039.698	1,014100	2.258.436	1,014325	2.643.254	1,019081
2023	2.068.458	1,014100	2.290.788	1,014325	2.693.690	1,019081
2024	2.097.623	1,014100	2.323.604	1,014325	2.745.088	1,019081
2025	2.127.199	1,014100	2.356.890	1,014325	2.797.467	1,019081
2026	2.157.193	1,014100	2.389.719	1,013929	2.849.369	1,018553
2027	2.187.609	1,014100	2.423.005	1,013929	2.902.233	1,018553
2028	2.218.455	1,014100	2.456.755	1,013929	2.956.078	1,018553
2029	2.249.735	1,014100	2.490.975	1,013929	3.010.922	1,018553
2030	2.281.456	1,014100	2.525.672	1,013929	3.066.784	1,018553

Fonte: PDAB/2001

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em sua contagem/estimativa, encontrou uma população, em 2007, de 1.612.475 habitantes.

Considerando esta estimativa, o autor da análise feita pelo Ministério das Cidades, infere que a população adotada na concepção do Projeto Básico está superestimada, e sugere a adoção da população do Cenário "A" do estudo populacional do Plano Diretor de Águas, exposto acima.

Sem entrarmos no mérito da análise, cabe-nos salientar entre outras coisas que:

- a. O Censo do IBGE de 1991 contou uma população de 1.011.501 habitantes no município de Manaus. Em 1996, o IBGE fez uma estimativa em que encontrou uma taxa de incremento populacional de apenas 2,73%.

Quando da realização do Censo de 2000, a taxa real de incremento populacional foi de 3,72%.

Na tabela a seguir, podem-se verificar os números:

ANO	População (hab)		Diferença a menor
	Com a taxa estimada em 1996	Real	
2000	1.289.045	1.405.835	116.790

Fonte: IBGE

Fato é que, a estimativa como o próprio nome indica, é apenas uma expectativa de crescimento da população, não devendo, portanto, ser o único elemento da análise de estudo populacional aprofundado.

- b. Nenhuma instituição tem um cadastro tão criterioso quanto o Tribunal Regional Eleitoral (com exceção do IBGE nos anos de realização de Censo Geral), pelo menos no que diz respeito ao eleitorado do município. A partir dessas considerações, podemos então fazer algumas avaliações, como seguem:

Em 2000, o IBGE realizou o Censo Geral, e constatou que Manaus tinha uma população de 1.404.796 habitantes. Nesse mesmo ano, o TRE/AM tinha em seu cadastro 760.925 habitantes. Foi observado que a proporcionalidade entre população versus eleitores tem uma variação de no máximo 5%, para mais ou para menos.

Partindo desse pressuposto, isto é, que o número de eleitores é de 54,16% da população, mostramos no quadro abaixo uma avaliação da atual população de Manaus.

	Eleitores 2000	População 2000	Eleitores 2008	População 2008
MANAUS	760.925	1.404.796	1.056.277	1.950.066

Fonte: TRE/AM

Fonte: IBGE

Fonte: TRE/AM

Considerando-se ainda a variação de $\pm 5\%$, têm-se uma população entre 2.047.569 e 1.852.562 habitantes na cidade de Manaus.

Estes números se mostram mais próximos do estimado no Cenário "C" do Plano Diretor de Águas, que é de 1.931.865 habitantes.

Nesta mesma linha de raciocínio, se considerarmos o número de eleitores levantados pelo TRE em conjunto com outras informações disponibilizadas

pele IBGE, poderemos elaborar uma nova estimativa populacional como segue:

- ✓ A população de menores de 16 anos (e por não votarem não está incluída no cadastro do TRE/AM), segundo a estimativa do IBGE de 2007, era de 543.379 pessoas;
- ✓ A população de maiores de 70 anos (e por terem eleitores facultativos não estão incluídos no cadastro do TRE/AM), segundo a estimativa do IBGE de 2007, era de 36.887 pessoas;
- ✓ A quantidade de migrantes para o Amazonas (entre os quais pelo menos 50% não transferiram seu domicílio eleitoral), segundo o IBGE, era de 347.000 pessoas;
- ✓ A população não incluída no cadastro do TRE/AM, por não possuir título eleitoral nem mesmo documento de identidade, foi estimada em 47.669 pessoas.

Tendo os números acima, podemos compor uma estimativa de população, conforme o quadro a seguir:

MANAUS	No. de eleitores	Menores de 16 anos	Maiores de 70 anos	Migrantes sem transferência de título	Aptos a votar sem título eleitoral	TOTAL
Habitantes em 2008	1.056.277	543.379	36.887	173.500	47.669	1.857.712

Fonte: TRE/AM Fonte: IBGE Fonte: IBGE Fontes: TRE/AM, IBGE Fonte: TRE/AM

Esta estimativa nos remete exatamente ao ponto central entre as estimativas dos cenários "B" e "C" do Plano Diretor de Águas e Esgotos de Manaus

Após as considerações expostas, podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que seria temerária a adoção do Cenário "A" como estimativa populacional para a elaboração do projeto, só nos cabendo concordar com a utilização do Cenário "B" como norteador da concepção do projeto.

2. CONSUMO PER CAPITA

Na literatura disponível são evidentes as divergências existentes entre países, regiões, cidades e locais, quanto ao consumo de água por habitante. A determinação destes valores envolve condições climáticas, costumes, disponibilidade de água, educação, etc.

O Projeto Básico considera para o cálculo do consumo per capita, os dados do ano de 2005 (PDA), fornecidos pela concessionária (ressalte-se que são os únicos dados estatísticos disponíveis), e a partir da população estimada, com um atendimento de 95%, e perdas de faturamento à época de 73%, determina o per capita total de 387 l/hab.dia, e demanda líquida de 223 l/hab.dia.

Na análise do Ministério das Cidades, o consultor afirma que:

- A aplicação de boa técnica nos estudos de demanda exige como base a cuidadosa estimativa do consumo “per capita” considerando a demanda efetiva, ou seja, consumo mais as perdas. O consumo “per capita” deve ser sempre, avaliado através de série histórica mensal de, no mínimo, dos últimos três anos tomando-se por base o consumo das economias micromedidas;
- É admissível o nível de perdas da ordem de 25%;
- Utiliza o diagnóstico do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS para se contrapor aos cálculos do projetista.

Ainda uma vez, nos eximimos de discutir detalhadamente os motivos, acertos e equívocos de cada um. Porém, salientamos que:

- a) A Cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, localiza-se aos 3º de latitude sul e 60º de longitude oeste. Está assentada sobre um baixo planalto que se desenvolve na barranca da margem esquerda do rio Negro, na confluência deste com o rio Solimões, onde se forma o rio Amazonas. Tem uma altitude variável entre 25 m acima do nível do mar na zona portuária e cotas superiores a 100 m nas áreas próximas ao Aeroporto Eduardo Gomes. Seu clima é equatorial úmido, com temperatura média anual de 26,7ºC, com variações médias de 23,3ºC a 31,4ºC. A umidade relativa do ar fica em torno de 80% e a média de precipitação anual é de 2.286mm. O clima da região possui duas épocas distintas: chuvosa (inverno) de dezembro a maio, período em que a temperatura é mais amena, chove quase diariamente, e seca ou menos chuvosa (verão) de junho a novembro, com períodos de sol intenso e temperatura elevada, em torno de 38ºC, chegando a atingir, no mês de setembro, cerca de 40ºC.
- b) Sendo uma cidade assentada à margem de um grande rio, o Negro, a água é culturalmente um elemento não só para suprir necessidades básicas, sendo também

utilizada como fonte de lazer, o que por si só, já eleva em muito o consumo. O uso racional da água, altamente desejável, será um feito a ser alcançado em um prazo que não podemos esperar que seja pequeno. As mudanças de comportamento demandam medidas que não dão resultados imediatos.

- c) Como o próprio consultor afirma, o correto seria determinar o consumo per capita em função de série histórica mensal de no mínimo 3 anos de economia micromedidas.

A concessionária, pedido de financiamento ao BNDES, prevê a troca de 40.000 hidrômetros, o que corresponde a 11% do número de economias, e a instalação de 110.000 hidrômetros, correspondentes a 29% do universo atual. Além disso, já possui um programa próprio para troca do restante dos micromedidores, por falta de confiabilidade nos equipamentos atuais.

Alia-se a isso, o fato de a concessionária não abastecer nenhuma área da cidade no período total de 24 horas. Bem ao contrário, a média de atendimento é de 12 horas.

Logo, não seria nem razoável, nem racional, calcular o consumo per capita utilizando-se este método.

- d) Relativamente ao nível de perdas, a concessionária, Águas do Amazonas, em janeiro de 2007, firmou com a Prefeitura de Manaus, um Termo Aditivo ao contrato de Concessão, foram estabelecidos os índices de perdas ao longo do período de concessão, conforme quadro abaixo. Pelo menos neste momento, não seria cabível discutir tais metas. Os índices aceitos pela Prefeitura de Manaus são:

	2008	2010	2020	2030
NÍVEL DE PERDAS	66%	60%	45%	40%

Em vista do acima exposto, entendemos que o consumo per capita a ser adotado para o Projeto Básico deveria ser:

- Volume mensal produzido pelo sistema atual (informação da concessionária) - 19.543.000 m³;
- População de 2008 – 1.783.563 (Cenário "B")
- Nível de atendimento - 100% (universalização dos serviços de saneamento);
- Consumo per capita bruto – 365,24 l/hab.dia;
- Nível de perdas em 2008 (contrato de concessão) – 66%
- Consumo per capita líquido – 220,03 l/hab.dia.

O número encontrado é, portanto, compatível com o utilizado no Projeto Básico.

PLANO DE METAS E INDICADORES

INDICADOR	UNID	2007		2008		2009		2010		2011		2012
		JUNHO	DEZEMBRO	JUNHO	DEZEMBRO	JUNHO	DEZEMBRO	JUNHO	DEZEMBRO	JUNHO	DEZEMBRO	
Cobertura do serviço de água	%	83,8	87	90	92	95	95	95	95	95	95	95
>= 12 horas	%	47,74	51	56	60	65	70	75	80	85	90	95
< 12 horas	%	36,06	36	34	32	30	25	20	15	10	5	
Cobertura do serviço de esgoto	%	4,5	4,5	5	6	7	8	10	12	15	20	25
Índice de satisfação do cliente		4,8	4,8	4,7	5	5	5	5	5	5	5	5
Tempo para atendimento e defeitos no sistema de água	h	14	13	12	12	12	12	12	12	12	12	12
Tempo para atendimento e defeitos no sistema de esgoto	h	16	15	14	14	14	14	14	14	14	14	14
Reclamações solucionadas	%	81	85	87	70	75	80	85	90	95	100	100
Continuidade do serviço de água	h	10	10	12	12	12	15	16	20	24	24	24
Pressão mínima na rede de água	mca	6	6	7	7	8	10	10	10	10	10	10
Pressão máxima na rede de água	mca	70	70	60	60	50	50	50	50	50	50	50
Porcentagem de tratamento dos efluentes gerados	%	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Volume total de reservação de água	m³	115.000	115.000	125.000	135.000	145.000	158.000	163.000	168.000	170.000	210.000	279.000
Qualidade de água tratada	%	94,7	95	95	98,5	98,5	98,5	98,5	98,5	98,5	98,5	98,5
Coliformes fecais na água distribuída	NMP/100 ml	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Porcentagem de hidrômetros	%	43	43	54	66	76	78	80	80	80	80	80
Porcentagem total de perdas	%	73	71	69	66	64	63	61	59	57	56	47
Porcentagem de perdas de água comercial	%	36	36	34	33	32	32	30	30	28	26	24
Porcentagem de perdas de água físicas	%	37	35	34	33	32	31	31	30	28	26	22

3. AUMENTO DE PRODUÇÃO DE ÁGUA

Segundo informações da Águas do Amazonas, em novembro de 2008, a produção do sistema de abastecimento de água gerido pela concessionária é de:

- ETA Ponta do Ismael – 6 m³/s
- Sistemas isolados (poços) – 1,3 m³/s
- ETA Mauzinho – 0,25 m³/s

Os investimentos que a concessionária irá realizar com o financiamento do BNDES serão direcionados para:

- Programa de Redução de Perdas;
- Recuperação de unidades da estação de tratamento de água da Ponta do Ismael;
- Recuperação de redes coletoras e estações de tratamento de esgotos;
- Expansão do sistema de abastecimento de água.

Ao se concluírem as implantações dessas medidas, o sistema passará a ter capacidade para:

- ETA Ponta do Ismael – 7 m³/s, incremento de 1,0 m³/s
- Sistemas isolados (poços) – 1,3 m³/s
- ETA Mauzinho – 0,25 m³/s
- Total – 8,55 m³/s

ANO	PRODUÇÃO NECESSÁRIA (m ³ /s)	
	Vazão média para o atendimento de 100% da população	Vazão do dia de maior consumo (k1 = 1,2)
2010	7,61	9,13
2020	8,38	10,06
2030	9,00	10,80

Podemos observar que em 2010, o total produzido pelo atual sistema é de 0,58 m³/s menor que o demandado no dia de maior consumo. Como o novo complexo de produção só deverá entrar em operação a partir do final do ano de 2010, a adoção das medidas contempladas no plano da concessionária é de fundamental importância, para que se evitem novos colapsos no abastecimento de água de Manaus.

4. ALTERNATIVAS VIÁVEIS PARA O PONTO DE CAPTAÇÃO

A cidade de Manaus está a poucos quilômetros do encontro das águas dos rios Negro e Solimões, formando a partir daí o rio Amazonas.

Quanto a se captar água à montante da cidade de Manaus, só poderíamos com locais acima da foz do igarapé Tarumã-Açú, distantes mais de quarenta quilômetros das zonas norte e leste da cidade, locais que merecem total atenção do Poder Público, por serem os mais carentes dos serviços de água. Além de não contarem por acesso terrestre, não possuem qualquer infraestrutura elétrica, o que tornaria por demais onerosos tanto a implantação quanto a operação de sistemas nesses locais.

Relativamente ao Puraquequara, o que se observa é que as águas turvas do rio Amazonas só passam a predominar a partir de pelo menos 20 quilômetros a jusante da Vila do Puraquequara, local que no relatório do Ministério das Cidades tem sido apontado como ponto ideal para a captação. Da mesma forma, a infraestrutura local atende somente a pequena vila (na verdade o bairro mais a leste de Manaus), sendo no mínimo, necessária a construção de pelo menos 20 quilômetros de linha de transmissão de 69 kV (obra de custo muito elevado), 20 km a mais de linha adutora, além da construção da via de acesso ao Puraquequara, indenizações de terrenos para passagem de linhas de adução, o que inviabilizaria a implantação do projeto.

5. PLANO DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO NOVO SISTEMA

Concordamos plenamente com a necessidade de um Plano de Manutenção e Operação para o novo sistema, porém, somos de opinião que o mesmo poderá ser elaborado pela projetista e entregue ao longo da execução das obras de implantação do PROAMA, não inviabilizando, portanto, a aprovação do projeto por parte deste Ministério.

6. EFICIÊNCIA E VIABILIDADE DO TRATAMENTO DA ÁGUA DO RIO NEGRO

A concessionária tem operado de modo eficiente as unidades de tratamento de água que captam água do rio Negro. Seguem anexas análises de água que comprovam a boa condição sanitária das águas produzidas.

Segue anexo o Estudo de Tratabilidade da água do rio Negro, elaborado pela Águas do Amazonas.

2. FORMAÇÃO DE TRIHALOMETANOS

“Os trihalometanos são um grupo de quatro compostos, resultantes da reação do cloro, e seus derivados, com a matéria orgânica presente na água bruta. São eles o clorofórmio, bromodiclorometano, dibromoclorometano e bromofórmio (U. S. EPA, 2007). A matéria orgânica pode chegar ao manancial a partir de fontes de poluição pontuais e, principalmente, difusas.

O potencial de formação de trihalometanos pode ser utilizado para comparar a qualidade de vários mananciais, em relação à possibilidade de formação de concentrações elevadas de THMs na água tratada...”

Fonte: “**RELAÇÃO DO POTENCIAL DE FORMAÇÃO DE TRIHALOMETANOS COM AS VARIÁVEIS CHUVA, CARBONO ORGÂNICO DISSOLVIDO E NÚMERO DE CÉLULAS DE CIANOBACTÉRIAS NOS MANANCIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO**”, de Gabriela Sá Leitão de Mello e Nelson Menegon Junior

A grande quantidade de material orgânico dissolvido nas águas do rio Negro, seria sem sombra de dúvida, uma fonte potencialmente perigosa para a formação de trihalometanos. No entanto, a pré-cloração ou inter-cloração, não são praticadas nas instalações de tratamento de água da concessionária, e não há qualquer indicativo de necessidade de usá-las no novo sistema produtor. Ao se manterem as taxas de aplicação, dosagens de produtos químicos, e outros parâmetros operacionais, exaustivamente testadas nas estações hoje em operação, a aplicação de cloro para desinfecção só deverá ocorrer na água já filtrada, onde a concentração de matéria orgânica é demasiada baixa para oferecer qualquer risco.

A concessionária, quinzenalmente, apresenta à Agência Reguladora, à Vigilância Sanitária e ao Ministério da Saúde, análises das águas produzidas em suas instalações (relatórios anexos), e não se encontrou nenhuma concentração de trihalometanos que exceda a concentração mínima exigida nos padrões estabelecidos pela portaria nº 518 do Ministério da Saúde.

2. PONTO DE CAPTAÇÃO À JUSANTE DA CIDADE

A Águas do Amazonas contratou a UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS e empresa GLOBALTECH, em 2006, para desenvolver um estudo sobre a “**DISPOSIÇÃO DE EFLUENTES COM EMPREGO DE EMISSÁRIO SUBAQUÁTICO**” onde se conclui que:

“Suportado pelo relatório técnico do presente documento, e o trabalho científico desenvolvido pela UFAM, pode se assegurar que o tratamento a ser realizado através de EPC – Estação de Pré-Condicionamento seguida de Emissário Subfluvial para a Cidade de Manaus; que já havia

sido adotado e operado por muitos anos pela COSAMA e reavaliado pela Águas do Amazonas; é a solução adequada; aceita pela legislação vigente, e ambientalmente viável; para o futuro saneamento da cidade, e também que é viável o lançamento das águas de decantação e lavagem de filtros da ETA Ponta de Ismael, tomando-se por base os seguintes fatos:

- ✓ **Não se apresentaram restrições significativas para o funcionamento de um emissário no que se refere à hidrologia.**
- ✓ **A modelagem da pluma foi feita para bactérias coliformes fecais e também para outros parâmetros como $DBO_{5,20}$ em condições conservadoras. Isto significa considerar as piores condições ambientais que podem ocorrer na utilização de um emissário, e para três cenários: águas baixas, águas médias e águas altas.**
- ✓ **Para parâmetros tais como $DBO_{5,20}$, as modelagens mostraram total conformidade à legislação ambiental vigente.**
- ✓ **Para bactérias coliformes fecais (termotolerantes) a modelagem demonstrou que a pluma fica restrita a um horizonte de 1,5 m próximo ao fundo do rio sem possibilidades de se misturar com o corpo do mesmo. Este fato nos indica que a maioria dos usos previstos para o Rio Negro não será sequer atingida pelo efeito do lançamento: abastecimento para consumo humano após tratamento convencional, recreação de contato primário, irrigação e atividade de pesca. No caso do uso de proteção de comunidades aquáticas haverá influência apenas na zona de mistura do efluente no rio.**
- ✓ **Foram realizadas, ainda, modelagens segundo seis experimentos mudando condições de implantação do emissário e condições de contorno, de maneira de poder escolher entre todas as melhores condições de funcionamento.**
- ✓ **Todas as modelagens e simulações dão pleno atendimento a legislação para todos os cenários pesquisados, sejam de águas baixas, médias e altas.**
- ✓ **Pelas características dos esgotos sanitários domiciliares este tipo de solução é amplamente difundida e aceita no mundo inteiro e particularmente no Brasil.**
- ✓ **Pelas condições de autodepuração do corpo de água e pela enorme diferença existente entre o volume lançado e o volume do corpo receptor, ocorrem condições hidrológicas e hidrodinâmicas para o lançamento de efluentes oriundos da ETA Ponta de Ismael no rio Negro, ainda mais, pela baixa concentração de sólidos nos lodos efluentes desta ETA e pela alta diluição destes lodos, com uma vazão média estabelecida de 0,34 m³/s.**

Para finalizar torna-se importante salientar que a vocação de preservação do Meio Ambiente levou a empresa Águas do Amazonas a realizar todos os estudos necessários para verificar a adequação da solução de lançamento de efluentes por disposição com adoção de emissários sub-fluviais, os quais revelaram o atendimento e a conformidade da solução proposta em relação à legislação ambiental vigente. Deste modo, a implantação dos emissários sub-fluviais em referência, segundo as concepções expostas neste relatório, resultará em significativos benefícios em termos de serviços a serem prestados às populações a serem atendidas pelo sistema de esgotamento sanitário, sistema este que estará adotando prática ambientalmente correta, já testada e aplicada, com êxito, em inúmeras cidades brasileiras e latino-americanas, como mostra a planilha, em anexo, a seguir apresentada."

Os estudos realizados nos asseguram condições sanitárias adequadas para a captação no sítio de Ponta das Lajes, tal como apregoadado no Projeto Básico.

9. NECESSIDADES MAIS URGENTES

O atual sistema, gerenciado pela concessionária, Águas do Amazonas, está em sua capacidade máxima, e a tendência é que aconteça uma queda na produção em função da grande quantidade de poços que integram o sistema (mais de 100 poços tubulares profundos), e cuja produção tem decaído drasticamente ao longo do tempo, com a ocorrência de grande rebaixamento do lençol freático, e conseqüente diminuição da vazão de exploração dos poços.

Em meados de 2009, o sistema passará a ter capacidade para:

- ETA Ponta do Ismael – 7 m³/s, incremento de 1,0 m³/s
- Sistemas Isolados (poços) – 1,3 m³/s
- ETA Mauazinho – 0,25 m³/s
- Total – 8,55 m³/s

As demandas da cidade de Manaus ao longo dos anos será:

ANO	PRODUÇÃO NECESSÁRIA (m ³ /s)	
	Vazão média para o atendimento de 100% da população	Vazão do dia de maior consumo (k1 = 1,2)
2010	7,61	9,13
2020	8,38	10,06
2030	9,00	10,80

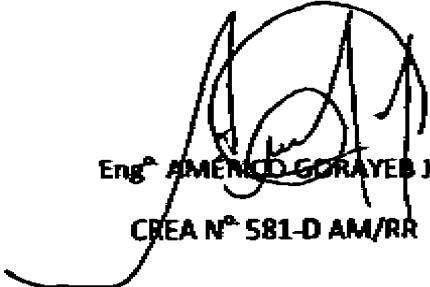
Como já evidenciamos anteriormente, os sistemas isolados, hoje abastecidos por poços tubulares, além dos elevados custos de operação e manutenção, têm-se mostrado inseguros, dadas as diminuições de produção dos poços, graças principalmente ao déficit entre exploração e recarga do aquífero.

Ano	Produção (m³/s)					Demanda
	Sistema existente	Sistema existente (sem os poços)	Novo sistema	Total dos sistemas	Total dos sistemas (sem os poços)	Dia de maior consumo
2010	8,55	7,25	2,5	11,05	9,75	9,12
2020	8,55	7,25	3,75	12,3	11,00	10,07
2030	8,55	7,25	5	13,55	12,25	10,80

No quadro acima, nota-se que a retirada de operação dos poços, medida necessária, deixa completamente a descoberto, ao abastecimento de água da cidade de Manaus, e que somente a entrada em operação, tal como prevista no Projeto Básico, poderá garantir o atendimento da população.

10. PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO

Em cumprimento ao estabelecido pela Instrução Normativa nº 36, citada no relatório, só caberá à nova administração municipal providenciar a implementação do Plano de Saneamento Básico para o município de Manaus.



Engº AMÉRICO GÓRRIZ JR.

CREA Nº 581-D AM/RR

SISTEMA PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE MANAUS

Um sistema público de abastecimento de água é composto, essencialmente, de processos como: captação, adução, tratamento, reservação e distribuição. De acordo com tal sequência, a cidade de Manaus apresenta a seguinte solução:

CAPTAÇÃO – Sistemas produtores de água

Manaus tem captação de água (sistemas produtores) em manancial de superfície, no rio Negro – Ponta do Ismael e Mauazinho – e ainda em manancial subterrâneo (sistemas isolados / poços profundos), situados, em sua maioria, nas zonas Norte e Leste de Manaus. Em breve, terá início a operação do mais novo sistema de produção de água da Ponta das Lajes – PROAMA, localizado, também, à margem esquerda do Rio Negro, fazendo a interligação com os demais, sob a gestão da concessionária.

Capacidade dos sistemas produtores de água

Complexo de produção	Média	Máxima
Ponta do Ismael	5,20	7,00
Mauazinho	0,20	0,20
Sistemas isolados (poços)	1,20	1,78
Ponta das Lajes (em teste)	1,75	2,50
TOTAL	8,35	11,48

Fonte: ARSAM



Vista aérea da Ponta do Ismael, 2010.

Programa Água para Manaus – PROAMA

Com execução iniciada em 2008, o PROAMA tem como finalidade resolver o problema da escassez de água nas áreas de expansão da cidade – zonas Leste e Norte – beneficiando, em sua primeira fase, 300 mil pessoas. A iniciativa é uma parceria entre os governos Federal e Estadual, com investimento de trezentos milhões de reais, sendo duzentos e trinta e dois milhões de reais financiados pelo Governo Federal, via Caixa Econômica Federal, e o restante como contrapartida do Estado do Amazonas.

A primeira etapa da obra está em fase final, com previsão de início de testes para o segundo semestre de 2011, conforme informação da Secretaria de Estado de Infra Estrutura – SEINF. O complexo de produção de água da Ponta das Lajes produzirá, na primeira etapa, 2,5 m³/s de água. Na segunda etapa, a ser executada e com conclusão prevista para 2020, passará a produzir 3,75 m³/s, até chegar à capacidade máxima na terceira etapa, prevista para 2030, de 5 m³/s.

A primeira etapa do projeto inclui:

- Captação de água bruta na Ponta das Lajes.
- Adutora de água bruta.
- Centro operacional Castanheiral.
- Adutora de água tratada.



● **Reservação** – cinco centros de 5000 m³ cada, nas seguintes localidades: Tancredo Neves, Núcleo 23 da Cidade Nova. Em Nova Floresta atenderá 79.935 habitantes, no Jorge Teixeira atenderá 83.501 habitantes e no Mutirão 72.847 habitantes.

● **Anel de reforço da rede existente nos setores Nova Floresta, Jorge Teixeira e Mutirão.**

Na primeira etapa, a água chegará aos seguintes bairros e comunidades: Jorge Teixeira, João Paulo II, Brasileirinho, Santa Inês, Tancredo Neves, Nova Floresta, Gilberto Mestrinho, Grande Vitória, São José, Zumbi dos Palmares, Armando Mendes, Cidade de Deus, Braga Mendes, Mutirão, Águas Claras, Val Paraíso, Fazendinha e Aliança com Deus.

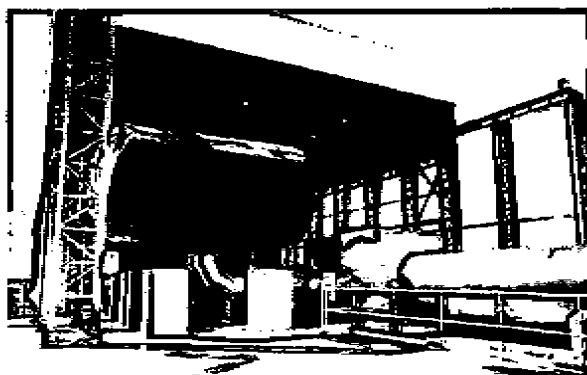
Após a conclusão dos testes e início da operação do sistema, caberá à ARSAM a regulação e fiscalização (acompanhamento, monitoramento, controle e avaliação) do sistema, conforme Termo de Convênio para Fins de Regulação, Controle e Fiscalização da Prestação dos Serviços Concedidos de Água e Esgoto de Manaus, celebrado com a Prefeitura Municipal de Manaus, em 23/03/2000.



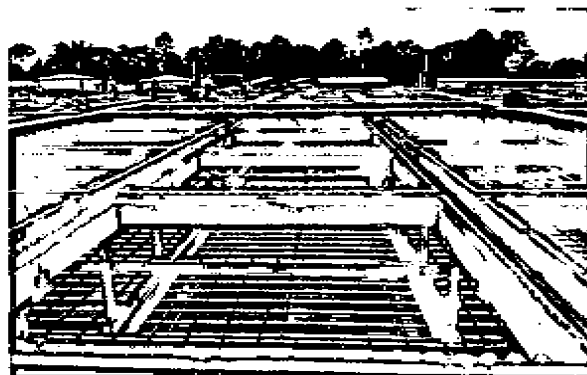
Captação – ponte rolante e torre de tomada



Ponte rolante



Torre de tomada



Decantadores

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS**RELATÓRIO RESUMIDO**

INTERESSADO: DIRETOR - PRESIDENTE

ASSUNTO: INTERLIGAÇÕES, ANÉIS/AAT (ADUTORA DE ÁGUA TRATADA) / PROAMA .

REFERENTE: COMPLEXO DE PRODUÇÃO DE ÁGUA DA PONTA DAS LAJES –
MARGEM ESQUERDA DO RIO NEGRO – ENCONTRO DAS ÁGUAS.

DATA: 14 DE NOVEMBRO DE 2011

1.0- ANTECEDENTES

O COMPLEXO DE PRODUÇÃO DE ÁGUA DA PONTA DAS LAJES, situado na margem esquerda do Rio Negro na localidade de junção das águas do Rio Negro com o Rio Solimões denominada Encontro das Águas, cujo projeto concebido pelo Governo do Estado do Amazonas para captar na 1ª Etapa 2,5 m³/s (216.000.000 litros/dia) e em Etapa Final cerca de 5m³/s (432.000.000 litros/dia) teve como marco inicial das obras o ano de 2008, com o objetivo de produzir água potável em quantidade e dentro dos padrões de qualidade exigidos, universalizando o abastecimento de água preferencialmente nas zonas mais necessitadas de suprimento que são as zonas Leste e Norte do município de Manaus, devendo ser interligado ao sistema existente já consolidado.

2.0- AÇÃO PÚBLICO-PRIVADA

Em outubro de 2009 a ARSAM iniciou estudos de gestão do Sistema Produtor de Água da Ponta das Lajes, resultando na elaboração de Relatório Técnico nº 070/2009 – DITEC/ARSAM, de 04 de novembro de 2009, e na minuta do Marco Regulatório para Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água. Posteriormente a Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINF solicitou desta Agência brevidade de ações (Ofício nº. 0378/2010 – GS/SEMINF, de 22 de fevereiro de 2010) junto a

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Concessionária Águas do Amazonas, no sentido de viabilizar as interligações dos sistemas, dentro das possibilidades técnicas, de modo a beneficiar a população no menor prazo possível. Em dezembro de 2009 foi dado início ao ciclo de reuniões, com a presença de representantes da UGPAC/SEINF, SISTEMA PRI, ARSAM, Consórcio Rio Amazonas e a Concessionária Águas do Amazonas S.A., com o intuito de finalizar o processo de distribuição de água produzida no novo sistema de produção de água da Ponta das Lajes em construção pelo governo do Estado do Amazonas.

Os anéis de reforço (para redes de distribuição) e adutoras construídos/ executados pelo consórcio Rio Amazonas por meio do Programa Água Para Manaus - PROAMA interligaram as redes existentes administradas sob concessão, cujo resultado é o melhor atendimento e qualidade de vida da população abrangente, com melhoria da gestão e do esforço dos órgãos envolvidos.

3.0- SERVIÇOS DE INTERLIGAÇÃO

Os serviços de interligação iniciaram em 23/02/2010 - após a conclusão das obras civis e montagens - na Rua das Camélias, Bairro Jorge Teixeira, próximo à praça de alimentação, abrangendo os macros setores: Mutirão, Cidade Nova e Nova Floresta, e finalizados em 23.03.2011, com a conclusão da interligação por meio de vasos comunicantes dos reservatórios do sistema PROAMA e do Termo de Transação, ambos localizados no Núcleo 23 do bairro Cidade Nova.

Para regularização do abastecimento a UGPAC/AM determinou a interligação aos centros de reservação, por meio da execução de adutoras, nós e anéis hidráulicos viabilizando a distribuição de água à rede existente, em substituição a rede de distribuição anteriormente projetada numa extensão de 69,013km - prevista no memorial descritivo do projeto - em FºFº e PEAD – corresponde ao anel de reforço e adutora, excetuando-se as ligações domiciliares num total de 1.420 unidades.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Os quadros anexos especificam o quantitativo dos serviços de interligação e anéis de reforço/rede adutora executados, com um total de quatorze (14) localidades a serem beneficiadas quando da operacionalização do sistema.

4.0- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos 69,013 km de rede de distribuição previstos, correspondentes aos serviços de reabilitação, reforço e ampliação de rede, foram executados 66,4 Km com 66,25% de tubulação com maior diâmetro atingindo até 600mm, em substituição a rede de menor diâmetro (63 a 110mm) , restando cerca de 2 km a serem implantados após processo de regularização fundiária na localidade Nova Vitória, conforme informações da Unidade de Gestão do Programa de Aceleração do Crescimento - UGPAC/AM.

Manaus, 14 de novembro de 2011.

Quadro 1 – Resumo das Interligações

Resumo das Interligações: sistema PROAMA/ CONCESSIONÁRIA Configuração em 23 de março de 2011			
MACRO SETOR	ZONA	QUANT. PROJETADA	QUANT. EXECUTADA
Jorge Teixeira	Baixa	07	07
Jorge Teixeira	Alta	08	08
Mutirão	Baixa	22	22
Mutirão	Alta	08	08
Nova Floresta	Baixa	07	07
Nova Floresta	Alta	12	12
TOTAL		64	64

OBS. Configuração em 23 de março de 2011.

Quadro 2 – Resumo Adutoras

MACRO SETOR	DN (mm)	EXTENSÃO EXECUTADA (m)
Jorge Teixeira	150 à 500	22.506
Mutirão	150 à 500	21.882
Nova Floresta	150 à 500	22.094
TOTAL		66.482

Quadro 3 – NÓS/ Macro Setor Mutirão (Localidades: Águas Claras, Novo Aleixo, Parque das Garças)

NÓ (hidráulico)	ZONA	DN (mm)	LOCAL
37	Baixa	150	Rua NS – C3 – Águas Claras
33	Baixa	110	Rua I – 07 – Águas Claras
34	Baixa	110	Rua I – 07 – Águas Claras
36	Baixa	200	Rua NS C3 c/ Rua LO – D4 – Águas Claras
35	Baixa	150	Rua NS D7 c/ Rua LO – D1 – Águas Claras
35	Baixa	150	Rua LO – B3 c/ NS – B10 – Águas Claras
42	Baixa	150	Rua Itarantim c/ Rua Rio Trombetas – Pq. das Garças
40	Baixa	150	Rua Gaivota c/ LO – A4 – Pq. das Garças
38	Baixa	110	Rua Rio Trombetas – Pq. das Garças
40	Baixa	150	Rua João Câmara – Novo Aleixo
34	Baixa	400	Rua Rio Grande c/ Rua Caió – Novo Aleixo
48	Baixa	400	Rua Rio Airão c/ Rio Uruguai
41	Baixa	400	Rua Bijogo – Novo Aleixo
40	Baixa	400	Rua Jerônimo Ribeiro c/ Cantora Vera Cruz – Novo Aleixo
45	Baixa	150	Rua Penetração 3 entre Ruas 35 e 33 – Mutirão
43	Baixa	250	Rua 23 c/ Rua 34 – Mutirão
44	Baixa	150	Rua 38 entre Rua 35 e 33 – Mutirão
43	Baixa	110	Rua 51 c/ Rua 34 – Mutirão
47	Baixa	200	Rua Circular 2 entre Ruas 44C e 42A - Mutirão
46	Baixa	250	Rua 27 entre Ruas 44B e 42A - Mutirão
33	Baixa	150	Rua Penetração 3 entre Ruas 39 e 31 – Mutirão
47	Baixa	150	Rua Circular 2 entre Ruas Penetração e Rua 50 – Mutirão
41	Alta	110	Rua 12c/ Rua 85A – Mutirão
41	Alta	150	Rua 06 – Mutirão
34	Alta	200	Rua Itaporão – Novo Aleixo
38	Alta	250	Rua C03 c/ Rua D02 – Águas Claras
38	Alta	110	Rua C03 / Rua D02 c/ Rua C13 – Águas Claras
34	Alta	110	Rua C11 c/ Rua C05 – Águas Claras
34	Alta	250	Rua C11 c/ Rua C05 – Águas Claras
34	Alta	200	Rua C06 c/ Rua D05 – Águas Claras

Obs.: DN (Diâmetro nominal previsto)

Quadro 4 – NÓS/ Macro Setor Nova Floresta (Localidades: Nova Conquista, Gilberto Mestrinho e**Grande Vitória)**

NÓ (hidráulico)	ZONA	DN (mm)	LOCAL
05	Baixa	150	Av. Aratituba (Prox. Rua Crajari) – Plano De Expansão PMM
16	Baixa	200	Rua Tabatinga – Plano de Expansão PMM
17	Baixa	110	Rua Iraque (Prox. Rua Itacoatiara)
18	Baixa	200	Rua Ângelo Bittencourt (Prox. Rua Benedito Lima)
19	Baixa	150	Av. B04 (Prox. Travessa B10) - Plano de Expansão PMM
38	Baixa	63	Rua Juruá
38	Baixa	63	Rua Letícia
03	Alta	110	Av. Topázio (Prox. Rua Águas Marinhas)
04	Alta	250	Rua Pedras Douradas (Prox. Rua Autazes)
06	Alta	63	Rua Crajari (Prox. Presidente Figueiredo)
07	Alta	63	Rua Canadá (Prox. Rua Tiradentes)
08	Alta	150	Rua Perimetral (Prox. Rua Vitória Regia) – Plano De Expansão PMM
09	Alta	150	Rua Leopoldina (Prox. Rua Imperatriz) - Plano De Expansão PMM
10	Alta	200	Rua Curitiba (Prox. Rua Cruzeiro)
11	Alta	110	Rua Jerusalém (Prox. Rua Olinda)
12	Alta	110	Av. Perimetral (Prox. Rua Boa)
13	Alta	63	Rua Barreirinha (Prox. Travessa Barreirinha)
14	Alta	150	Av. Perimetral (Prox. Travessa B11)
15	Alta	150	Av. Perimetral (Prox. Travessa A02)

Quadro 5 – Nós/ Macro setor Jorge Teixeira (Localidades Atendidas João Paulo I, II e III)

NÓ (hidráulico)	ZONA	DN (mm)	LOCAL
22	Baixa	150	Rua das Camélias (Prox. Rua dos Trevos).
23	Baixa	110	Rua Ebano c/ Rua Preciosa 2 interligações neste trecho
23	Baixa	110	Rua Ebano c/ Rua Preciosa
23	Baixa	110	Rua Tamoata (Prox. Curimatã).
25	Baixa	200	Av. Tapajós (Prox. 28 de Agosto)
26	Baixa	200	Av. Itaúba (Prox. Av. Tambaqui)
25	Alta	250	Rua Angelim (Prox. Rua Pedra Mineira).
24	Alta	250	Av. Mirras (Prox. Rua Amor Crescido)
22	Alta	150	Rua São Paulo (Prox. Rua Copaliba).
23	Alta	150	Rua Gergelim (Prox. Rua 7 de Setembro)
27	Alta	110	Rua B c/ Rua C
28	Alta	63	Santa Inês – Final de Rede
28	Alta	63	Santa Inês – Final de Rede
28	Alta	63	Santa Inês – Final de Rede

Anel de Reforço/ Adutoras

Macro setor Jorge Teixeira			
Zona Baixa	Extensão (m)	Zona Alta	Extensão (m)
Rua Itaúba	1125	Rua Principal - Santa Inês	1184
Rua Itaúba	380	Rua A - Santa Inês	481
Rua Brigadeiro Hilário Gurjao	945	Rua A - Rua Mirras - Santa Inês	562
Rua Brigadeiro Hilário Gurjao	1009	Rua Coraima - Jorge Texeira I	98
Rua Ébano	400	Rua Mirras- João Paulo II	696
Rua Lírios	74	Rua Mirras- João Paulo II	1350
Rua Lírios	276	Rua Mirras- João Paulo II	255
Rua Amor Perfeito	184	Rua Eduardo Braga - Brasileirinho	319
Rua Bungavilies	110	Rua Santa Helena - Brasileirinho	182
Rua dos cravos	82	Rua São Pedro - Brasileirinho	302
Rua das Gardeneas	111	Rua 7 de setembro - Brasileirinho	36
Rua das Papoulas	263	Rua Camomila - João Paulo II	234
Rua das Camélias	332	Rua 28 de agosto	165
Av. Brigadeiro Hilário Gurjão	490	Rua São Paulo	300
Rua Aracú	265	Rua Gergelim	1138
Rua Curimatá	50	Rua Alecrim	606
Rua Tamoatá	355	Rua Malvarisco	135
Rua Carangueijo	180	Rua Melhoral	306
Rua Tambaqui	514	Travessa Antônio Lopes	180
Rua Jacaré	280	Rua Manjerição	116
Rua Tapajós	993	Rua Vick	474
Rua 28 de Agosto	180	Av. Tracajá	90
Rua Amazonino Mendes - Belford Roxo	900	Rua Urutai	468
Rua 42 - Rua S 01-Rua 02	1025	Rua Jucá	223
Rua 04	183	Rua Sacaca	132
		Rua Preciosa	200
		Rua Itaúba	420
		Rua Itaúba	191
		Rua Jutai	226
		Rua Taboca	160
		Rua Angelim	350
		Rua Pedra Mineira	123
		Rua Jacarandá	577
TOTAL	10.704	TOTAL	11.802

Macro Setor Mutirão			
Zona Baixa	Extensão (m)	Zona Alta	Extensão (m)
Rua 10 – Mutirão	130	Rua 83 – Mutirão	130
Av. Coronel Sávio Belota – Mutirão	1256	Rua 10 – Mutirão	231
Av. Coronel Sávio Belota – Águas Claras	502	Rua 12 – Mutirão	150
Av. Arterial – Águas Claras	699	Rua 75 – Mutirão	90
Av. Arterial – Águas Claras	328	Rua 6 – Mutirão	382
Av. Arterial – Águas Claras	223	Rua 89 – Mutirão	232
Av. Arterial – Águas Claras	226	Rua 10 – Mutirão	130
Rua J-05 – Águas Claras	114	Av Coronel Sávio Belota – Mutirão	1115
Rua I-07- Águas Claras	428	Rua 196 – Mutirão	516
Rua I-03 – Águas Claras	234	Av arterial – Águas Claras	217
Rua NS-C3 – Parque das Garças	309	Rua C11- Águas Claras	466
Rua NS-C3 – Parque das Garças	226	Rua C05 – Águas Claras	143
Rua NS-C3 – Parque das Garças	184	Rua C12- Águas Claras	113
Rua LO-B3 – Parque das Garças	333	Rua D12 – Águas Claras	144
Rua NS-B10 – Parque das Garças	192	Rua C06 – D05 Águas Claras	219
Rua LO-B6 – Parque das Garças	328	Rua D 16- Águas Claras	174
Rua LO-D4 – Águas Claras	284	Rua João Câmara – Novo Aleixo	220
Rua NS-D7 – Águas Claras	186	Rua Itaporão – Novo Aleixo	366
Rua LO-D1 – Águas Claras	284	Rua Rio Pardo – Novo Aleixo	305
Av. João Câmara – Novo Aleixo	1015	Rua Itapipoca- Novo Aleixo	667
Av. João Câmara – Novo Aleixo	320		
Rua Itamaratim – Parque das Garças	286		
Av. João Câmara – Novo Aleixo	86		
Rua Jerônimo Monteiro – Pq. Das Garças	312		
Rua Arealva – Parque das Garças	326		
Rua Rio Trombetas – Pq. Das Garças	86		
Rua LO – A8 – Parque das Garças	280		
Rua NS-A12 – Parque das Garças	433		
Rua LO- A1 – Parque das Garças	283		
Rua Itapororoca – Novo Aleixo	435		
Rua Rio Airão – Novo Aleixo	310		
Rua Rio Bijogo – Novo Aleixo	301		
Rua Itaquerima – Novo Aleixo	755		
Rua 23- Mutirão	262		
Av. Penetração II – Mutirão	352		
Av. Penetração II – Mutirão	305		
Rua 51 – Mutirão	265		
Rua 38 – Mutirão	353		
Rua 27 – Mutirão	75		
Rua 27 – Mutirão	350		
Rua 40ª – Mutirão	157		
Rua Penetração 3 – Mutirão	300		
Rua Circular 2 – Mutirão	767		
Rua 58 – Mutirão	302		
Rua 39 – Mutirão	39		
Rua 81 – Mutirão	172		
Rua Gurjaú- Mutirão	344		
Rua 89 – Mutirão	244		
TOTAL	15.660	TOTAL	6.222

Macro Setor Nova Floresta			
Zona Baixa	Extensão (m)	Zona Alta	Extensão (m)
Travessa B-08 Cidade do Leste	363	Rua Pelota - Nova Vitória	180
Alameda B-04 Cidade do Leste	662	Rua Barrerinha - Nova Vitória	618
Alameda A - 05 Cidade do Leste	201	Rua Três Poderes - Nova Vitória	402
Travessa A - 05 Cidade do Leste	33	Rua da Feira - Nova Vitória	276
Rua 11/Rua Aguielo Bittencourt - Novo Reino II	1183	Rua do Aterro - Nova Vitória	210
Rua 16 Conjunto Castanheira	75	Rua da Feira - Nova Vitória	270
Rua Bandeirantes - Grande Vitória	450	Ruas sem nome - Nova Vitória	1030
Rua Tabatinga - Grande Vitória	529	Rua Perimetral - Grande Vitória	1057
Rua Marcos Barros - Novo Reino II	44	Rua Barrerinha - Grande Vitória	392
Rua União- Novo Reino II	149	Rua Caxias - Grande Vitória	829
Rua Iraque - Grande Vitória	651	Rua Leopoldina - Grande Vitória	530
Rua Amazonas - Grande Vitória	628	Rua Cruzeiro - Grande Vitória	26
Rua Parintins- Grande Vitória	144	Rua Canadá - Grande Vitória	467
Rua Letícia - Grande Vitória	320	Rua Inglaterra - Grande Vitória	141
Rua Aratituba - Novo Reino II	684	Rua Bela Vista - Grande Vitória	117
Rua Atanontins - Novo Reino II	721	Rua União - Grande Vitória	74
Rua Jurua - Grande Vitória	346	Rua Curitiba - Grande Vitória	865
Rua Anamá - Grande Vitória	100	Rua Salvador - Grande Vitória	158
Rua Perimetral- Grande Vitória	23	Rua Crajari - Nova Conquista	275
Rua Turquesa - Nova Floresta	354	Rua Labrêa - Grande Vitória	618
Rua Turquesa/Rua Esmeralda - Nova Floresta	320	Rua Rubi- Nova Floresta	361
		Rua Granada-Nova Floresta	120
		Rua Esmeralda - Nova Floresta	384
		Rua Manacapuru - Nova Conquista	404
		Rua Rubi- Nova Floresta	405
		Rua Onix - Nova Floresta	202
		Rua Venezuela - Nova Floresta	742
		Av Topázio - Nova Floresta	684
		Rua Perimetral- Grande Vitória	1017
		Rua do Igarapé - Nova Vitória	908
		Rua Perimetral - Grande Vitória	181
		Rua Manacapuru - Nova Conquista	170
TOTAL	7980	TOTAL	14114

Obs.: Somatória extensão de anéis/adutoras:

10.704+11.802+15.660+6222+7.980+14.114= 66.482m

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
RELATÓRIO SÍNTESE

INTERESSADO: Sen. CARLOS EDUARDO DE SOUZA BRAGA

ASSUNTO: Avaliação da Produção de Água dos Complexos Produtores

Localidade: Cidade de Manaus

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta o resumo do relatório de avaliação da produção de água dos complexos produtores da cidade de Manaus - Ponta do Ismael, Mauazinho e Sistemas Isolados (poços profundos) - sob gestão da concessionária Águas do Amazonas e ainda do Complexo de Produção da Ponta das Lajes - encaminhado ao Secretário de Governo do Estado do Amazonas em 4.8.2011, objetivando esclarecer questionamentos acerca do abastecimento de água de Manaus.

2. ANTECEDENTES

Em consequência de freqüentes desabastecimentos de água nas zonas norte e leste de Manaus, a ARSAM intensificou no período de 15 a 25 de julho/2011, medição, monitoração e avaliação do volume de água produzido em relação à população atual efetivamente atendida e a população à ser beneficiada com a redução dos desperdícios e o início da operação do sistema produtor de água da Ponta das Lajes integrante do Programa Água para Manaus - PROAMA.

3. AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ÁGUA DOS COMPLEXOS PRODUTORES

A população urbana da cidade de Manaus com cerca de 1.800.000 habitantes (IBGE- dez/2010), possui segundo o Contrato de Concessão de Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário as seguintes estimativas de

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS**RELATÓRIO SÍNTESE**

cobertura do serviço de abastecimento de água em dez/2010:

95,73% da população, considerando a disponibilidade de ligação à rede implantada, equivalente ao atendimento de 1.707.330 habitantes;

79,67% da população, considerando o número de unidades habitacionais efetivamente ligadas à rede de água e que, portanto constam da base de Clientes da Concessionária, equivalente ao atendimento de 1.420.826 habitantes.

O percentual de 95,73% é diretamente proporcional a vazão média produzida (monitorada) de 568.541m³/dia ou 6,58 m³/s, para um consumo per capita de 333l/habxdia (inclusive perdas de 68%).

A cobertura do serviço de água de 79,67% representa que de um total de 1.383.477 habitantes se subtrairmos 1.420.896 (clientes ativos e cortados da AdA) resulta num contingente populacional de 362.581 habitantes sem adesão a rede de distribuição de água.

Ressalte-se que embora a rede implantada possa atender a 1.707.330 habitantes, existe ainda cerca de 100.000 pessoas que não tem qualquer disponibilidade prevista de atendimento por rede de distribuição de água da Concessionária, pois no contrato de concessão não há previsão de atendimento de 100% da população de Manaus, e sim 95% (dez/2008 a 2029).

A população sem adesão a rede de abastecimento de água (PSA= 362.581 habitantes) decorre de:

- 1. Baixa adesão da população ao sistema público de água - conexão das residências às redes públicas de distribuição;**
- 2. Elevado número de consumidores não integrantes do sistema – cerca de 72.140 economias - incluindo-se neste caso diversos condomínios,**

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS**RELATÓRIO SÍNTESE**

indústrias, prédios comerciais e públicos que utilizam soluções individuais (poços profundos e rasos) não se conectando as redes públicas de abastecimento de água, em descumprimento a Lei n. 11.445 art.45 parágrafo segundo;

Fatores sociais e culturais que contribuem para a não adesão a rede, constituindo as chamadas "perdas especiais" não incluídas nas perdas comerciais, são motivados por:

Fator social - grande número de ocupações irregulares (invasões), cujo cadastro indica um contingente de aproximadamente 25.000 famílias (99.250 habitantes);

Fator cultural - representado por um total de 72.140 habitações que mesmo tendo disponibilidade de uso da rede pública de abastecimento de água utiliza de forma clandestina poços profundos e/ou alternativas, contrariando a Lei Federal n.11.445, de 5.1.2007 e Lei Municipal n. 3910 de 27.8.97 - Código Sanitário do Município

Estimativa da população sem adesão, não integrante do sistema sob concessão:

Habitações: $72.140(\text{poços}) + 25.000 (\text{ocupações irregulares}) = 94.140$ unidades;

População sem adesão: $94.140 \times 3,97_{(\text{índice de ocupação domiciliar IBGE})} = 385.646$ habitantes;

Vazão Complementar necessária / Produção: $385.646 \times 600 \text{ l/hab.dia} = 2,68\text{m}^3/\text{s}$.

- Valor determinado segundo estudo do Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água – PNCD/A/1999, Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano e Secretaria de Política Urbana - Presidência da república.

A relação entre a vazão complementar (necessária para atender a população sem adesão) de $2,68\text{m}^3/\text{s}$ e a vazão produzida de $6,58 \text{ m}^3/\text{s}$ pelos complexos de produção de água sob concessão, representa a perda especial da cidade de Manaus da ordem de 41% da produção média de água disponibilizada pela Concessionária, que

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

RELATÓRIO SÍNTESE

em breve terá as zonas Norte e Leste atendidas pelo Complexo de Produção de Água da Ponta das Lajes, suprimindo a população estimada, e ainda melhorando o fornecimento de água das localidades adjacentes ao complexo.

O sistema produtor de água da Ponta das Lajes, projetado para captar 2,5 m³/s e distribuir 2,33 m³/s deve atender na primeira etapa cerca de 480.000 pessoas, residentes nos bairros/localidades: Jorge Teixeira, Nova Floresta, São José I e III, Cidade de Deus, Núcleo 23 e Mutirão, quando em operação tornará possível o atendimento da demanda complementar de 2,68 m³/s, atualmente sob sangria que desestabiliza o sistema sob concessão, restando 1,41m³/s, atualmente produzido na Ponta do Ismael e demais complexos, como reserva de vazão prevista para atender o crescimento vegetativo da cidade nos próximos 6 anos.

Ajuda memória: $9,33 \text{ m}^3/\text{s}$ (vazão total) – $3,81 \text{ m}^3/\text{s}$ (pop. cliente Ada) – $2,33 \text{ m}^3/\text{s}$ (ponta das Lajes) – $0,40 \text{ m}^3/\text{s}$ (rest. dos 5% da pop.) -- $1,34 \text{ m}^3/\text{s}$ (vazão compl.) = $1,41 \text{ m}^3/\text{s}$.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação da produção de água nos complexos de produção de água da cidade de Manaus, sob Concessão, realizada por esta Agência Reguladora ao longo do processo de regulação, apresenta como resultado do trabalho de fiscalização e controle da produção do Sistema de Abastecimento de Água – SAA, as seguintes considerações:

- 4.1- Para otimização do fornecimento de água deverão ser realizadas: em curto prazo, a Operacionalização da Primeira Etapa do Sistema de Produção de Água da Ponta das Lajes, monitoração, recuperação e execução parcial da rede de distribuição de água abrangente; e em médio e longo prazo, atividades de fortalecimento do setor de produção, racionalização da operação, controle de perdas e efficientização do consumo de energia elétrica;

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS**RELATÓRIO SÍNTESE**

4.2 - Embora nos últimos anos a vazão média produzida e monitorada pela Concessionária, seja suficiente para atender toda a população da cidade Manaus, diversas áreas situadas nas zonas norte e leste continuam desabastecidas de água em função dos seguintes parâmetros:

- a. Reduzido volume de reservação;**
- b. Grande incidência de uso fraudulento da água;**
- c. Necessidade de ampliação da automação e da telegestão;**
- d. Atraso no início da operação do sistema produtor da Ponta das Lajes, acarretando demora na regularização do abastecimento de água das zonas norte e leste;**
- e. Necessidade de ampliação da rede de distribuição de água tanto sob concessão como a alimentada pelo sistema produtor da Ponta das Lajes, beneficiando as áreas adjacentes ao complexo nas Zonas Norte e Leste de Manaus;**
- f. Baixa pressão decorrente da dificuldade de setorização da rede de distribuição;**
- g. Queda de tensão e constantes paralisações no fornecimento de energia elétrica na área não regularizada, alimentada por poços tubulares profundos, desarmando os poços e acarretando paralisações nos sistemas isolados alimentados por esses poços profundos.**

Finalmente, como complementação as informações ora prestadas à Vossa Excelência, ressaltamos que:

I – A porcentagem de perdas (%), em junho/2011 no SAA/AdA, estimada no item 3 retro de 41% , não inclui as perdas comerciais da ordem de 28%;

II – O Relatório de Atividades da ARSAM/2010, pág.20 SAA – Captação – Sistemas Produtores de Água, especifica que a vazão média de 5,20 m³/s refere-se a produção unicamente da Ponta do Ismael, e não de toda cidade como citado na

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS**RELATÓRIO SÍNTESE**

reportagem de "A Crítica". No quadro de produção de água está incluso a vazão média e máxima da Ponta das Lajes e de outros complexos. O atendimento da população para a vazão correspondente é a seguinte: Vazão de 2,5 m³/s, População: 480.000 hab.; Vazão de 5m³/s, População: 998.400 hab.; Vazão de 8,35m³/s, População: 1.603.200 hab.; Vazão de 11,48 m³/s, População: 2.204.160hab. Constata-se:

- a) Que a vazão a ser produzida pela Ponta das Lajes é imprescindível para a regularização do abastecimento de água da cidade de Manaus, pois a vazão média produzida atualmente só atende cerca 1.267.000 hab., embora a cobertura por extensão de rede seja maior;
- b) Que a operação do sistema Ponta das Lajes protegerá o meio ambiente, pois a colocação de parte dos poços profundos em reserva (selados) estabilizará o aquífero subterrâneo acatando a recarga gradual do nível de água no lençol freático;
- c) Que o alcance do Projeto da Ponta das Lajes, em primeira etapa, atenderá em primeira etapa cerca de 500.000 pessoas, concorrendo para o atendimento por água potável de um contingente populacional total de 2.204.000 habitantes nos próximos 10 anos, se considerada a taxa de crescimento populacional segundo o IBGE/2010;
- d) Que é inquestionável o benefício a ser propiciado pelo sistema de abastecimento de água da Ponta das Lajes, pois sem o mesmo toda a população residente na área não consolidada pelos complexos de produção de água existentes – Zonas Norte e Leste de Manaus – estarão durante anos sofrendo com o abastecimento precário de água potável.

É o que temos a relatar.

Manaus, 30 de janeiro de 2012

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Com a palavra o Senador José Pimentel, como orador inscrito.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidenta desta sessão, Senadora Marta Suplicy, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, no último dia 2 de fevereiro, a nossa Presidenta Dilma encaminhou ao Congresso Nacional a sua mensagem com as principais diretrizes do Poder Executivo para este ano de 2012.

A Mensagem da nossa Presidenta Dilma Rousseff apresentada ao Congresso pela ministra chefe da Casa Civil, a nossa Senadora Gleisi Hoffman, traz os rumos, os princípios e as diretrizes com que o Governo trabalhará neste ano de 2012 e faz também toda uma avaliação do que nós enfrentamos no ano de 2011, as várias ações e, em sua mensagem, a Presidenta reafirma o compromisso com o desenvolvimento sustentável e a erradicação da extrema pobreza.

O nosso Governo caminha para a consolidação do novo modelo de desenvolvimento, centrado no fortalecimento do mercado interno, na geração de emprego, na distribuição de renda e nos investimentos.

Apesar da crise econômica global que atinge, especialmente, os países da Europa e os Estados Unidos, o Brasil tem condições de manter sua trajetória de crescimento, sem desequilíbrios fiscais, inflacionários ou externos.

É preciso destacar que o Congresso Nacional, o Senado e a Câmara têm uma grande responsabilidade nesse processo e, certamente, aprovaremos as melhores propostas para o País. Assim como fizemos em 2011, sempre debatendo, aprimorando e aprovando matérias importantes. Contribuímos para a geração de empregos, garantimos uma política de ganho real para o salário mínimo, fortalecemos a nossa indústria, reduzimos a carga tributária para nossos empreendedores, dentre tantas outras medidas que aprovamos nesta Casa. Certamente cumprimos o nosso papel também em 2012.

Neste cenário, quero analisar alguns dados que nos deixam ainda mais otimistas em relação ao ano de 2012. Afinal, mais da metade da população brasileira já pertence à classe média, criando novas oportunidades e um mercado invejável para a maioria dos países do mundo.

Começo, Sr^a Presidenta desta sessão, destacando os dados do Caged, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho, indicando que o Brasil fechou o ano de 2011 com quase 2 milhões de empregos gerados, ou seja, foram exatamente 1.994.560 empregos de verdade com carteira assinada,

que ajudaram a movimentar a nossa economia. Isso tudo, apesar da crise econômica que assola países da Europa e os Estados Unidos, desde 2009. Esse resultado é o segundo melhor de toda a série histórica do Caged, perdendo apenas para 2010, quando geramos 2 milhões e 500 mil postos de trabalho.

Gostaria de destacar que a minha cidade de Fortaleza ocupa a quinta posição entre as cidades que mais geraram emprego em 2011, com um total de 38.429 novos postos de trabalho. Fortaleza fica atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Manaus, sendo, portanto, a cidade do Nordeste que mais gerou empregos formais com carteira assinada em 2011.

Quando analisamos o número de empregos gerados em 2011, precisamos destacar a força das nossas micro e pequenas empresas. É neste setor que são gerados grande parte dos empregos formais, com carteira assinada, mostrando que os empreendedores nacionais, mais do que nunca, acreditam na perspectiva positiva do futuro do nosso País.

É importante destacar que, em 2011, este Parlamento, em especial o nosso Senado, atualizou a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Conseguimos construir um grande entendimento no Legislativo e aprovamos essa matéria por unanimidade aqui no Senado Federal, oferecendo aos empreendedores uma legislação mais moderna e abrangente.

Esta nova legislação, que é a Lei Complementar nº139, de 2011, apresenta vários benefícios que começaram a vigorar em 2012, envolvendo a simplificação no sistema de registro, baixa e alteração de empresas, redução da carga tributária em função de novas faixas de enquadramento tanto para as Micro e Pequenas Empresas quanto para os Empreendedores Individuais, e autorização legal para parcelamento de suas dívidas para com os tributos ali constantes. As faixas de tributação do nosso Simples Nacional foram reajustadas em 50%. Com isso, a primeira faixa passou de R\$120 mil para R\$180 mil, mantendo a mesma tributação de 4% para as atividades comerciais. Já a última faixa passou de R\$2,4 milhões para R\$3,6 milhões, e mantemos a tributação em 11,61% para todos os impostos e contribuições para as empresas do ramo comércio.

Os Empreendedores Individuais podem faturar agora até R\$60 mil reais e antes eram apenas R\$36 mil. Esse processo permitiu que o Brasil chegasse agora, em janeiro de 2012, a quase seis milhões de micro e pequenas empresas formais no Brasil.

Para ter uma ideia do que representa o Simples Nacional para as micro e pequenas empresas, quando esse processo iniciou, em 2007, tínhamos apenas um

milhão e 337 mil micro e pequenas empresas formais no Brasil; num curto espaço de tempo, em menos de cinco anos, já estamos chegando à casa de seis milhões de micro e pequenas empresas formais no Brasil.

Quero também aqui chamar a atenção para outro ponto importante para os empreendedores brasileiros, destacado na Mensagem, é o Programa Nacional de Microcrédito, o Crescer, que oferece empréstimos com taxas de juro de 8% ao ano e taxa de abertura de crédito de apenas 1%. Antes do Programa Crescer, as micro empresas e os empreendedores individuais pagavam em média taxas de juros de 80% ao ano; ela foi reduzida para apenas 8% ao ano, sem correção monetária.

Com essas medidas, fortalecemos um setor de grande geração de emprego e ajudamos a dar esperança de dias melhores para milhares de brasileiros. Exatamente por isso, a meta do Governo Federal, do Estado Nacional, com apoio do empresariado brasileiro, é neste 2012 repetir a mesma geração de emprego de 2011, algo em torno de dois milhões de empregos, tendo clareza de que nós precisamos fortalecer muito a qualificação da mão de obra.

Outra ação legislativa de 2011, de grande importância para o trabalhador brasileiro, foi a aprovação pelo Congresso Nacional da política de reajuste do salário mínimo até 2015, também destacada na Mensagem Presidencial.

A Lei nº 12.382, de 2011, determina que o reajuste corresponda à inflação, medida pelo INPC, mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB) do segundo ano anterior. Com isso, o Poder Executivo tem um instrumento concreto que garante o poder aquisitivo do trabalhador e que permitiu que o salário mínimo chegasse, neste ano de 2012, a R\$622,00. Aliás, o combate à pobreza, compromisso reafirmado pela Presidenta Dilma, em sua Mensagem ao Congresso Nacional, foi uma das grandes iniciativas do Governo Federal, com o lançamento do Programa Brasil Sem Miséria, que alcançou vários objetivos em 2011 e certamente vai se consolidar em 2012. Em apenas seis meses, o Programa Brasil Sem Miséria incluiu 1,3 milhão crianças e adolescentes no Bolsa Família. Também conseguiu localizar e identificar 407 mil famílias que viviam em extrema pobreza e não eram atendidas por nenhum programa federal de inclusão social.

Dentro do programa também constam a assistência técnica para 37 mil famílias de agricultores familiares, a distribuição de 375 mil toneladas de sementes e a construção de 315 mil cisternas. Também foram habilitadas 16 mil famílias para o recebimento do Bolsa Verde. Com isso esperamos, com muita dedicação e muito trabalho, retirar da miséria 16 milhões de brasileiros até 2014.

Sr. Presidente, gostaria de destacar também algumas ações que considero de extrema importância que foram tomadas pela Presidência da República, com a participação do Congresso Nacional, em especial do Senado Federal.

Em primeiro lugar, quero fazer referência ao Plano Brasil Maior que, como destaca a Mensagem do Executivo, deve apresentar impactos mais expressivos agora em 2012. Os principais objetivos do Plano são garantir e aumentar a competitividade da indústria nacional frente a indústrias de outros países nesse momento de crise econômica.

O Plano envolve um conjunto de ações organizadas em três grandes eixos: o estímulo ao investimento e à inovação; o apoio ao comércio exterior; e a defesa da indústria e do mercado interno. Essa matéria foi aprimorada no Congresso Nacional, especialmente pela Câmara Federal.

Dentre as principais medidas do Plano, gostaria de destacar a desoneração das exportações com a instituição do REINTEGRA, o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para Empresas Exportadoras, matéria que tive a oportunidade e a honra de relatar aqui no Senado Federal. Recebi um conjunto de sugestões para aprimorar e melhorar esse Programa do Brasil Maior, mas não conseguimos acolhê-las, porque a Mensagem chegou já com um prazo diminuto no Senado Federal, mas que neste 2012 será objeto de grande debate nesta casa.

Portanto, Sr^a Presidenta, quero dar como lido o restante do nosso pronunciamento, para respeitar o tempo, e que V. Ex^a sempre conduz muito bem nesta Casa. Portanto, muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, começamos o ano legislativo recebendo a Mensagem Presidencial com as principais diretrizes do Poder Executivo para 2012.

A Mensagem da nossa presidenta Dilma Rousseff apresentada ao Congresso pela ministra chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, contém os rumos definidos para o presente ano, sem esquecer os importantes avanços conquistados desde 2003.

Em sua mensagem, a presidenta Dilma reafirma o compromisso com o desenvolvimento sustentável e a erradicação da extrema pobreza. O nosso governo caminha para a consolidação do novo modelo de desenvolvimento, centrado no fortalecimento do mercado interno, na geração de emprego, na distribuição de renda e nos investimentos.

Apesar da crise econômica global que atinge, especialmente, os países da Europa e os Estados Unidos, o Brasil tem condições de manter sua trajetória de crescimento, sem desequilíbrios fiscais, inflacionários ou externos.

É preciso destacar que o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, têm uma grande responsabilidade nesse processo e, certamente, aprovaremos as melhores propostas para o país. Assim como fizemos em 2011, sempre debatendo, aprimorando e aprovando matérias importantes. Contribuímos para a geração de empregos, garantimos uma política de ganho real para o salário mínimo, fortalecemos a nossa indústria, reduzimos a carga tributária para nossos empreendedores, dentre tantas medidas que aprovamos nesta casa. Certamente cumpriremos o nosso papel em 2012.

Neste cenário, quero analisar alguns dados que nos deixam ainda mais otimistas em relação ao ano de 2012. Afinal, mais da metade da população brasileira já pertence à classe média, criando novas oportunidades e um mercado invejável para a maioria dos países do mundo.

Começo, Sr. Presidente, destacando os dados do CAGED, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho, indicando que o Brasil fechou o ano de 2011 com quase 2 milhões de empregos gerados. Foram 1.994.560 empregos de verdade, com carteira assinada, que ajudaram a movimentar a nossa economia. Isso tudo apesar da crise econômica que assola países da Europa e os Estados Unidos desde 2009. Esse resultado é o segundo melhor de toda a série histórica do CAGED, perdendo apenas para 2010 quando foram criados 2.543.177 novos postos de trabalho.

Gostaria de destacar que a minha cidade de Fortaleza ocupa a quinta posição entre as cidades que mais geraram empregos em 2011, com um total de 38.429 novos postos de trabalho. Fortaleza fica atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Manaus, sendo, portanto, a cidade do Nordeste que mais gerou empregos com carteira assinada no ano passado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando analisamos o número de empregos gerados em 2011 precisamos destacar a força das nossas micro e pequenas empresas. E neste setor que são gerados grande parte dos empregos formais, com carteira assinada, mostrando que os empreendedores nacionais, mais do que nunca, acreditam nas perspectivas positivas do futuro do nosso país.

É importante destacar que, em 2011, este parlamento atualizou a Lei Geral das Micro e Pequenas

Empresas. Conseguimos construir um grande entendimento no Legislativo e aprovamos essa matéria por unanimidade aqui no Senado, oferecendo aos nossos empreendedores uma legislação mais moderna e abrangente.

Essa nova legislação, a Lei Complementar 139/2011, apresenta vários benefícios que começaram a vigorar agora em 2012, envolvendo a simplificação no sistema de registro, baixa e alteração de empresas, redução da carga tributária em função de novas faixas de enquadramento tanto para as MPE quanto para os Empreendedores Individuais e autorização legal para parcelamento de dívidas. As faixas de tributação do nosso Simples Nacional foram reajustadas em 50%. Com isso, a primeira faixa passou de R\$ 120 mil para R\$ 180 mil, mantendo a tributação em 4%, para atividade comercial. Já a última faixa passou de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões, mantendo a tributação em 11,61% para todos os impostos e contribuições. Os Empreendedores Individuais podem faturar agora até R\$ 60 mil reais contra os R\$ 36 mil que faturavam até o ano passado.

Outro ponto importante para os empreendedores brasileiros, destacado na Mensagem, é o Programa Nacional de Microcrédito, o CRESCER, que oferece empréstimos com taxas de juro de 8% ao ano e taxa de abertura de crédito de apenas 1%.

Com essas medidas, fortalecemos um setor de grande geração de emprego e ajudamos a dar esperança de dias melhores para milhares de brasileiros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outra ação legislativa de 2011, de grande importância para o trabalhador brasileiro foi a aprovação pelo Congresso Nacional da política de reajuste do salário mínimo até 2015, também destacada na Mensagem Presidencial.

A Lei nº 12.382/11 determina que o reajuste corresponda à inflação, medida pelo INPC, mais a variação do PIB do segundo ano anterior. Com isso, o Poder Executivo tem um instrumento concreto que garante o poder aquisitivo do trabalhador e que permitiu que salário mínimo chegasse nesse ano de 2012 a R\$ 622 reais. Além disso, temos a certeza de que essa política de reajuste será fundamental no combate à pobreza no Brasil.

Aliás, o combate a pobreza, compromisso reafirmado pela Presidenta Dilma em sua Mensagem ao Congresso, foi uma das grandes iniciativas do Governo Federal com o lançamento do Programa Brasil sem Miséria que alcançou vários objetivos em 2011 e certamente vai se consolidar em 2012.

Em apenas seis meses, o programa Brasil Sem Miséria incluiu 1,3 milhão de crianças e adolescentes no Bolsa Família. Também conseguiu localizar e iden-

tificar 407 mil famílias que viviam em extrema pobreza e não eram atendidas por nenhum programa federal de inclusão social.

Dentro do programa também constam a assistência técnica para 37 mil famílias de agricultores familiares, a distribuição de 375 toneladas de sementes e a construção de 315 mil cisternas. Também foram habilitadas 16 mil famílias para o recebimento da Bolsa Verde. Com isso esperamos, com muita dedicação e muito trabalho, retirar da miséria 16 milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, gostaria de destacar também algumas ações que considero de extrema importância que foram tomadas pela Presidência da República, com a participação do Parlamento brasileiro.

Em primeiro lugar quero fazer referência ao Plano Brasil Maior que, como destaca a Mensagem do Executivo, deve apresentar impactos mais expressivos agora em 2012. Os principais objetivos do Plano são garantir e aumentar a competitividade da indústria nacional frente a indústrias de outros países nesse momento de crise econômica.

O Plano envolve um conjunto de ações organizadas em três eixos: o estímulo ao investimento e à inovação; o apoio ao comércio exterior; e a defesa da indústria e do mercado interno.

Dentre as principais medidas do Plano gostaria de destacar a desoneração das exportações com a instituição do REINTEGRA, o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para Empresas Exportadoras, matéria que tive a honra de relatar aqui no Senado, e que consiste na devolução em dinheiro de 3% da receita decorrente da exportação de manufaturados. Com isso pretendemos desonerar as exportações de bens industrializados, dos tributos pagos ao longo da cadeia de produção.

Também destaco a importância da prorrogação da desoneração do IPI sobre bens de capital, materiais de construção, caminhões e veículos comerciais leves até o final de 2012, bem como à implantação de novo regime automotivo com incentivos tributários, em contrapartida a ampliação do conteúdo nacional e agregação de valores aos automóveis produzidos no Brasil. Teremos, assim, alíquotas de IPI mais favoráveis para empresas fabricantes no Brasil.

O Plano Brasil Maior, certamente está contribuindo na preservação dos empregos na indústria brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de fazer referência a outro importante programa do Poder Executivo que também contou com a contribuição de deputados e senadores.

Refiro-me ao PRONATEC, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Sancionado pela Presidenta Dilma Rousseff como a Lei nº

12.513/11, esse programa, destacado na Mensagem Presidencial, oferece formação profissional para os beneficiários de programas de transferência de renda como o bolsa-família. A expectativa é de alcançar cerca de 8 milhões de brasileiros com cursos técnicos na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, nas redes estaduais de educação e nos entes do Sistema S, principalmente o SENAI e o SENAC. Esperamos com isso acabar em médio prazo com o paradoxo de gerar emprego, sem mão de obra qualificada para preenchê-los. Esperamos também que esta seja uma boa oportunidade para que os nossos jovens cheguem ao seu primeiro emprego.

Ainda falando de educação, a Mensagem Presidencial garante a continuação dos processos de democratização do acesso ao ensino superior dando continuidade e fortalecendo o ENEM, o SISU, o PROUNI e o FIES.

E com o Programa Ciência sem Fronteiras vamos oferecer, até 2014, 101 mil bolsas de estudo para nossos melhores estudantes nas melhores universidades do mundo. No início deste ano já tivemos 1.500 alunos de graduação embarcando para o exterior e esperamos que mais 12,500 também o façam ainda no primeiro trimestre.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a nossa presidenta assegurou que não faltarão recursos orçamentários para as políticas sociais e projetos do PAC. Como é o caso do programa Minha Casa, Minha Vida que já entra em sua segunda fase. Até dezembro de 2011 foram contratadas quase 1,5 milhão de moradias. São 540 mil moradias entregues nas duas fases do programa. Em 2012, deverão ser entregues 500 mil moradias e outras 700 mil estarão em obras.

O Programa de aceleração do Crescimento que deve concentrar suas ações, com parcerias estaduais e municipais, em obras de saneamento, mobilidade urbana e prevenção de desastres naturais. Também se destacam ações de melhoria na logística de escoamento de bens e serviços, expansão da malha rodoviária e ferroviária, investimentos em hidrovias e intervenções em portos e aeroportos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 2012 temos todos nós, senadores e deputados, novos desafios que devemos cumprir dentro de nossas obrigações constitucionais.

Destaco, Sr. Presidente, a importância da votação do novo Código Florestal, que retornou à Câmara dos Deputados depois de grandes debates e da análise no Senado. Temos o desafio de concluir a votação do Código para que em junho deste ano possamos chegar à Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvi-

mento Sustentável, a chamada Rio+20, deixando claro para o mundo que o Brasil preserva o meio ambiente.

Em breve, o Brasil se tornará o maior produtor de grãos do planeta, ao mesmo tempo em que protege sua biodiversidade.

Nós podemos conciliar desenvolvimento sócio-econômico com preservação do meio-ambiente. E essa visão precisa ser reafirmada na Rio + 20.

Também considero importante o debate sobre o projeto encaminhado pelo Executivo que trata da contratação de 77 mil servidores e professores para nossas universidades federais. Refiro-me ao PL 2134/11 que está tramitando na Câmara e que após sua aprovação deverá vir para o Senado. Com esse projeto certamente estaremos contribuindo para assegurar uma vaga no ensino superior para muitos brasileiros.

Outro ponto importante para o Legislativo neste ano é a retomada das negociações em torno do projeto que trata da distribuição dos recursos do petróleo entre estados e municípios. O projeto foi aprovado aqui no Senado e está sob análise da Câmara, podendo retornar a esta Casa.

Devemos concluir ainda a análise da Lei Geral da Copa, o PL 2330/11, que também está na Câmara e deverá em breve chegar ao Senado. Esta legislação será fundamental para a execução do maior evento esportivo do planeta.

Portanto, Sr. Presidente, finalizo esperando que o ano de 2012 seja de muito trabalho, mas também de grandes debates entre nós, parlamentares, com o objetivo de auxiliar na construção dessa grande nação chamada Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Pimentel.

Com a palavra, o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna desta Casa, na abertura do ano legislativo, para retratar meu sentimento de dor com o golpe do Governo da Paraíba na autonomia financeira da Universidade Estadual da Paraíba.

Confesso que a minha alma e o meu coração estão em lágrimas. A autonomia financeira da UEPB tornou-se uma realidade através da ação do PSDB, com o hoje Senador, então Governador, Cássio Cunha Lima, quando o sonho se concretizou, em agosto de 2004, através da Lei nº 7.643/2004.

Nos últimos dias a autonomia financeira da UEPB entrou em debate depois que a Reitora Marlene Alves tornou público que o Governo da Paraíba “rasgou” a Lei

da autonomia. Segundo ela, o déficit chega a R\$106 milhões de reais, que deveriam ter sido repassados à universidade nos anos de 2010 e já no primeiro mês de 2011.

Registro a reportagem do Jornal da Paraíba em que uma portaria publicada no Diário Oficial de 31 de janeiro fixou o valor dos repasses mensais em cerca de R\$18 milhões, o que, segundo a reitora, fere a autonomia da Universidade, que prevê repasses que variam de acordo com a receita ordinária do mês anterior do Estado.

Pela Lei, a UEPB deve receber 5,77% da receita estadual, o que representaria no mês de janeiro mais de R\$27 milhões, uma vez que a arrecadação estadual teria sido superior a R\$481 milhões.

Além disso, o Governo do Estado da Paraíba teria anunciado à Universidade o fechamento da Conta Tesouro da instituição. Isso representa um golpe fatal na autonomia da mesma.

O orçamento anual estimado estava previsto para cerca de R\$320 milhões, mas, com a fixação dos repasses proposta pelo Governo, os recursos baixariam para pouco mais de R\$218 milhões.

Em 2004, antes da Lei de autonomia financeira, a receita da UEPB não ultrapassava os R\$50 milhões.

Rasgar a Lei da autonomia é sim um golpe de morte na comunidade acadêmica paraibana.

É impossibilitar o crescimento intelectual do Estado. Lamento, e como lamento, profundamente que o Governo tenha rasgado essa conquista histórica.

Em 2004, até hoje, a UEPB cresceu em ritmo nunca registrado em sua história. Rompeu os limites de Campina Grande, chegou a João Pessoa, e revolucionou, em diversos Municípios do interior. Monteiro, Patos, Catolé do Rocha, Guarabira, Araruna, Lagoa Seca sabem muito o que estou dizendo.

Mas, infelizmente, o nosso maior patrimônio está ameaçado. Todos nós sabemos que só pela educação é possível construir um futuro melhor para as próximas gerações. Pela educação, e somente por ela, a Paraíba poderá figurar entre os grandes Estados do Brasil.

Ano passado, já ferindo a lei da autonomia, já que o repasse foi reduzido de maneira substancial, o governador comprometeu-se com a comunidade acadêmica de retornar em setembro o repasse previsto na lei. Não cumpriu. Repito, rasgou a lei da autonomia.

Paraibanos, amigos, ocupo esta tribuna do Senado para repudiar tal medida, lamentar o ato ditatorial de um governo que pregou durante a campanha a valorização da UEPB e também de um grande salto. O que estamos assistindo é um grande salto na insensibilidade, na falta do diálogo, no desrespeito às categorias e aos poderes no Estado da Paraíba.

Abordo a educação, mas poderia citar outros atos impositivos e ditatoriais do governo do meu Estado na área da saúde, da segurança pública, com o funcionalismo estadual, com os agentes fiscais, que também tiveram a lei do subsídio rasgado com os prestadores de serviço, que, inclusive, ficaram sem salário no mês de janeiro.

Muitos desses prestadores de serviço estão nas salas de aula. Hoje, vivem a incerteza da contratação. Alguns, com 15 ou 20 anos de serviços prestados ao Estado, nem sequer recebem o piso nacional dos professores. Anos após anos vivem reféns do medo de um governo que promoveu o caos na Paraíba.

Eu abro aqui um parênteses, Sr^a Presidenta, para ler uma mensagem que acabo de receber do Professor Gilson Nunes, Presidente da Asprene, Associação dos Servidores Públicos da Região Norte-Nordeste.

Para ele, “para acreditar nas palavras do Governador Ricardo Coutinho é preciso muita reserva e cautela, pois quem ventilava, como candidato ao governo, que o prestador de serviço iria priorizar. Hoje, o que assistimos é o desconforto, a falta de respeito e a total humilhação, quando suspende salários de servidores com mais de 25 anos de serviços prestados, sem justificativa, tratando-os como coisa menor, os trapos humanos do serviço público.”

Continua ele: “Estamos dizendo isso porque temos prova, a exemplo do servidor José Pascoal de Couto Sales, primo do Deputado Federal Luiz Couto, que foi sumariamente exonerado, pois não recebeu seu salário do mês de janeiro de 2012, e com 25 anos de serviço prestado à Escola Estadual Senador Argemiro de Figueiredo, em Campina Grande. Segundo o mesmo, ‘nunca faltou sequer a um dia de trabalho’.”

Continua o professor Gilson: “Temos toda a documentação para comprovar e contrariar o discurso do Governador, quando usou uma emissora de rádio, em horário pago pelo governo, para afirmar que tudo isso é boato, que não existe prestador de serviço com 25 anos sendo posto para fora na sua gestão.”

Continua o professor: “Para o professor, o Governador só recuou em virtude do desgaste público que vem sofrendo, não só na mídia, mas pela população, que já se manifesta contra sua gestão, pedindo o *impeachment* do mesmo. Para contrariar o discurso do Governador de que os servidores não estão sendo exonerados, gostaríamos de ilustrar e provar com documento que a servidora Maria Estela Simplício Guedes, com 21 anos de trabalho e com 69 anos de idade, foi sumariamente demitida verbalmente pela diretora da Escola Estadual Miguel José Leal, do distrito de São José da Mata, em Campina Grande.

Logo, a assessoria jurídica da Asprene está preparando um dossiê com a relação dos demitidos e sem salários para entregar ao Ministério Público e ao próprio Governador, pois, se ele não tem conhecimento desse quadro miserável pintado pelo ‘artista da morte’, precisa reconhecer que os seus assessores são responsáveis pelo desgaste do mesmo. Em vez de governar, ficar trocando antigos servidores por novos apadrinhados, que substitua todos os seus assessores que têm, de uma certa forma, contribuído para o desgaste ético e moral do Governo.

O Governo tenta desqualificar as informações dos representantes das organizações de classe e também de uma instituição de renome nacional, como a UEPB. Diz a ‘defesa do Governador’: ‘Disseminam mais mentiras dos que tentam desestabilizar o nosso trabalho. Não podemos focar todos os dias em ficar apenas respondendo boatos’.”

Segundo o Professor diz, “observa-se no discurso do Governador que ele só quer que a população leia e assimile o que ele fala. A voz do povo é o eco da morte e sem sentido.

O Governo só falta publicar no Diário Oficial o reordenamento do Concílio de Trento, estabelecendo entre outras medidas a retomada do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, a criação do *Index Librorum Prohibitorum*, com relação de livros, sites, blogs e matérias proibidas e de não acesso à população.

Campina Grande, 7/02/2012.”

A Asprene é que quem assina essa nota, Sr^a Presidenta.

A tirania desse governo não atingiu apenas a lei de autonomia da UEPB. No final do ano passado o Governo fechou cerca de cerca de 200 escolas estaduais escolas de ensino fundamental e médio. Só na Cidade de João Pessoa pelos menos 11 escolas foram fechadas.

Recebi relatos de pais e alunos sobre as dificuldades nos deslocamentos para escolas em bairros distantes de suas residências nas grandes cidades, como João Pessoa e Campina Grande; alunos poderão ficar sem estudar, pois não têm condições de se deslocarem para outros bairros.

Como o governo não discutiu com as comunidades o reordenamento, as novas escolas indicadas sequer possuem vagas.

No interior, dezenas de escolas que atendiam alunos da zona rural foram fechadas, e em alguns casos o único transporte disponível é o deplorável pau-de-arara, tantas vezes denunciada na imprensa, mas que ainda figura na dura realidade da educação pública do interior do Nordeste.

(A Sr^a Presidenta faz soar a campainha.)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Estou concluindo, Sr^a Presidenta.

A situação é tão grave que professores, pais e centenas de alunos, em sinal de protesto, interditaram uma rodovia estadual para impedir a passagem da comitiva do governo do Estado. O fato foi manchete de diversos veículos. O protesto aconteceu na PB-400 entre os Municípios de Cajazeiras e São José de Piranhas, onde seis escolas estaduais foram fechadas.

O chamado reordenamento é um retrocesso na educação pública nunca antes registrado. Quando todo o Brasil se esforça para ter mais alunos na escola, o governo da Paraíba manda fechar essas escolas. Tal gesto é incompreensível! E o Pior: falta planejamento diálogo e sensibilidade. Será que o mesmo pensa em reformar as escolas fechadas, transformando-as em delegacias ou presídios? Por que não começar um projeto futuro – estou concluindo, Sr^a Presidenta – que é o da escola em tempo integral, que iniciei quando prefeito, fazendo no turno complementar atividades complementares de esportes, culturas e de lazer.

Por falar nisso, chamo a atenção dos Srs. Líderes nesta Casa para que na próxima reunião, na terça-feira, Senador Alvaro Dias, Líder do meu partido, seja incluída na pauta deste Plenário para votação a PEC nº 94, de 2003, do Senador Demóstenes Torres, para que a educação em tempo integral seja implantada no Brasil até o ano de 2022, de forma progressiva.

Registro os atos de pura violência contra a educação no meu Estado, como eu disse no início deste meu pronunciamento, com minha alma e meu coração em lágrimas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente, agradecendo a compreensão de V. Ex^a.

Muito obrigado e que Deus proteja a todos.

Durante o discurso do Sr. Cícero Lucena, a Sra. Marta Suplicy, 1º Vice-Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Costa.

Durante o discurso do Sr. Cícero Lucena, o Sr. Humberto Costa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Marta Suplicy, 1º Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Cícero Lucena, parceiro e companheiro na Mesa do Senado.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Pausa.)

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr^a Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de saber qual é o momento da minha inscrição. O Senador Aloysio está falando como inscrito?

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não, ele está falando como orador inscrito.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pois é, eu estava inscrito antes do Senador Aloysio. Ainda bem que é o Senador Aloysio, não posso reclamar. (Risos.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Faz favor...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O senhor me desculpe!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – V. Ex^a pode usar da palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a tem precedência absoluta. (Risos.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O senhor me desculpe. Houve um erro aqui. Há muitos inscritos antes, realmente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas não há problema.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Depois do Senador Aloysio, estão os Senadores Wellington Dias – que não se encontra presente; então, não temos um problema –, Mozarildo Cavalcanti, que também não se encontra, Humberto Costa, que também não se encontra...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Na relação aqui no *laptop*, está...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Alvaro Dias e Aloysio...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – E o Aloysio é depois. (Risos.) Mas não há problema, não, Sr^a Presidente. Sendo o Aloysio, cedo a minha vez, com a maior satisfação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É que eu troquei.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mas quem é que está aí? E Jorge Viana. Não, não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É que eu permutei, Marta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sim, mas o Alvaro está antes de você. Mas, se ele cede a vez... O Alvaro está antes, mesmo tendo permutado. Foi um equívoco meu.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas é claro, não tem problema.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mas espere um pouquinho, deixe-me explicar, Alvaro.

Como o Wellington Dias, que seria o próximo, o Mozarildo, que seria o outro, e o Humberto, que seria o outro, não estão, se o Senador Alvaro der a palavra, está certo. Depende do Senador Alvaro. Se ele ceder, está certo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pode falar, Senador Aloysio, claro. É uma satisfação ouvi-lo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Ele é em seguida, porque os outros não estão presentes.

Desculpem. Ainda bem que V. Ex^a alertou, porque eu chamei agora os três que não estavam presentes. Pronto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a tem precedência sobre mim em todos os títulos. Mas agradeço muito a gentileza de V. Ex^a e também à nossa Presidente, que dirimiu esse conflito de horários.

Sr^a Presidente, Srs. Senadores, eu, esta tarde, vou falar de um assunto da hora e outro da hora também.

O assunto da hora que não foi abordado ainda por nenhum Senador governista é a concessão que o PT sempre chamou de privatização dos aeroportos, de três grandes aeroportos federais.

Não há nada que me irrite mais – e creio que este sentimento eu compartilho com todos aqueles que frequentam os nossos aeroportos – do que aquele anúncio: “Devido a um novo reposicionamento da aeronave, o seu embarque se dará pelo portão de número tal”.

Quero saudar esse reposicionamento do PT em relação às privatizações. Nós vamos ficar livres daquela cantilena demagógica que, a cada eleição, o PT reeditava, demonizando as chamadas privatizações, que são concessões do serviço público à iniciativa privada.

Eu lamento apenas que, antes da privatização dos serviços, muitas agências reguladoras tenham sido privatizadas, privatização perversa que se deu sob a forma de loteamento político. Em todo caso, creio que é uma iniciativa positiva. Espero que agora seja desbloqueado um processo, que se iniciou no governo José Serra e que prossegue agora, sob o Governo Alckmin, em que o Governo de São Paulo pleiteia do Governo Federal autorização para subconceder à iniciativa privada alguns aeroportos paulistas que hoje são administrados pelo departamento aeroviário do Estado. O Governador Serra, há alguns anos, dois ou três anos, pleiteou essa autorização ao Governo. E nós tínhamos, lá no governo de São Paulo, um modelo que, creio eu, poderia ter sido seguido pelo Go-

verno Federal: ao mesmo tempo em que se outorga a concessão de um aeroporto lucrativo, de grande movimento, o concessionário se veria obrigado também a assumir a gestão e os investimentos nos aeroportos de menor movimento.

Dá-se o filé **mignon**, e quem leva o filé *mignon* leva também o osso, como se diz. Infelizmente esse processo não avançou no governo de São Paulo durante a gestão Serra porque o governo do PT ainda estava freado seguramente pelos seus preconceitos de natureza ideológica. Essa é mais uma apostasia do PT, mas uma apostasia que quero saudar como uma apostasia do bem.

Outro assunto que gostaria de tratar nesta tarde, Sr^a Presidente, diz respeito ao problema da greve em serviços públicos, que vem à ordem do dia da opinião pública de forma chocante em razão dos acontecimentos provocados por setores da Polícia Militar do Estado da Bahia. O que se vê ali é greve de Polícia Militar que se transformou em motim e atentado contra o funcionamento das instituições do Estado democrático de direito. A Assembleia Legislativa do Estado da Bahia foi impedida de funcionar; o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia não pode funcionar; servidores públicos que deveriam usar suas armas em defesa da população voltaram suas armas contra a população. É abuso intolerável. Qualquer que seja a posição que o governo do PT, o Governo do Governador Jaques Wagner venha a tomar em relação ao fato, a verdade é que acontecimentos como esses não podem se repetir.

Penso que o Senado tem alguma responsabilidade nesse assunto, pois, salvo raríssimas exceções, entre as quais eu me incluo, Senadores aprovaram no ano passado uma anistia por atacado envolvendo acontecimentos semelhantes a esse que ocorre agora na Bahia e que haviam ocorrido em sete ou oito Estados. Votaram-se, num único projeto de lei, a pretexto de se votar anistia para os Bombeiros Militares do Estado do Rio de Janeiro, mais sete ou oito anistias para casos muito semelhantes ao que hoje se verifica na Bahia. Esse tipo de atitude, no meu entender, estimula um comportamento desviante da boa norma da civilidade e dos princípios do Estado democrático de direito.

O fato, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que o Congresso Nacional não pode mais permanecer inativo diante desse tema espinhoso, delicado, que é a regulamentação do direito de greve dos servidores públicos.

Todos nós sabemos que a Constituição de 88 garante o direito de greve a todos os trabalhadores, inclusive, evidentemente, aos servidores públicos. Acontece que, se no ano seguinte à promulgação da Constituição de 88 já o Congresso Nacional editou

uma lei que estabelece normas para garantir e reger o exercício do direito de greve dos trabalhadores da iniciativa privada, 23 anos depois da promulgação da Constituição nós ainda não temos uma lei que discipline a greve no serviço público.

Vejam V. Ex^{as} que esse é um problema que afeta não apenas o público, mas que interessa aos servidores.

Não é à toa, Sr^a Presidente, que foram os sindicatos de diferentes categorias que impetraram mandados de injunção perante o Supremo Tribunal Federal para que aquela Corte, diante da inação do Congresso, editasse regras que tornassem viável o exercício do direito de greve dos servidores públicos. Foi assim que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento dos Mandados de Injunção 670 e 712, a que me refiro, impetrados por entidades sindicais, baixou norma, legislou em nome do Congresso, legislou diante da omissão do Congresso, estendendo aos servidores públicos as normas relativas à empresa privada no que couber.

O problema é este: no que couber, porque, evidentemente, as relações de trabalho no serviço público têm peculiaridades que as distinguem de maneira radical daquelas que são travadas no setor privado. No serviço público, quando há conflito, não se trata de conflito entre capital e trabalho. Quando o trabalhador da iniciativa privada faz greve, ele castiga o patrão, que deixa de extrair lucro. Como se lia e ainda se lê nos livros de economia política em que eu aprendi, na minha mocidade, a tentar decifrar alguns mistérios do sistema capitalista, no momento em que se interrompe a produção da mais-valia, vulnera-se o lucro e o bolso do patrão. No caso do serviço público, quando há conflito entre o governo e o servidor, quem paga é o cidadão. É o cidadão que paga tudo, paga o funcionamento do governo e paga, indiretamente, o salário do servidor público.

O serviço público está sujeito ao princípio da não interrupção. Os salários dos servidores públicos são pagos em razão de leis, leis de iniciativa exclusiva dos chefes de Poder, que devem observar, na sua elaboração, os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

São questões delicadas e melindrosas, mas cuja complexidade não justifica o Congresso Nacional ficar de braços cruzados e permitir que o Supremo legisle em seu lugar. Em nome do público, em nome dos que pagam os nossos salários, os salários dos servidores e dos congressistas, em nome dos contribuintes, é preciso que o Congresso tome uma atitude que se reclama, que ele mesmo se atribuiu quando elaborou a Constituição. Normas que possam reger, por exemplo, o período de aviso-prévio antes da deflagração da greve; normas que estimulem e facilitem a composição extrajudicial dos conflitos; normas que disciplinem a questão sempre difícil e melindrosa do pagamento

dos dias parados; normas que garantam um patamar mínimo de serviços a serem disponibilizados pelos servidores que porventura estejam em greve, conforme a essencialidade do serviço que prestem. Evidentemente, o servidor do serviço previdenciário, do serviço de saúde, do serviço de educação, tem sob a sua responsabilidade, em relação ao funcionamento geral da sociedade e às demandas dos cidadãos, serviços de uma essencialidade indiscutível. É claro que uma greve nesses serviços deve preservar um patamar mais elevado que outros menos essenciais.

Certas categorias não podem fazer greve, pura e simplesmente. Juiz não pode fazer greve! Juiz é titular de um poder, poder de julgar, poder de aplicar a lei, e, no entanto, há três meses, ouviu-se, por parte de associação de magistrados, a ameaça de greve. Assim como, no meu entender, policial militar não pode fazer greve. Por uma razão: Polícia Militar é militar; Polícia Militar tem um estatuto especial na Constituição que a torna sujeita a regras e princípios que regem as Forças Armadas, uma vez que constituem forças auxiliares e reservas do exército.

(Interrupção do som.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Para concluir.

Uma vez que as Polícias Militares são forças auxiliares e reservas das Forças Armadas, nos termos da Constituição.

Mas isso tudo tem que ser disciplinado livremente, democraticamente, arduamente, especialmente em ano de eleições, pelo Congresso Nacional. E mais, Sr^a Presidente: o Poder Executivo tem também, nesse caso, a sua parcela forte de responsabilidade.

O Congresso Nacional aprovou, em 2010, uma convenção da Organização Internacional do Trabalho que dispõe sobre relações do trabalho da Administração Pública. Essa convenção foi aprovada pelo Congresso em 2010 e enviada à Presidência da República para que a Presidência providenciasse um decreto, como manda a Constituição, de implantação dessa convenção, mas, até agora – estamos em fevereiro de 2012 e até agora a Presidência da República não baixou o decreto.

Eu inquiri à Casa Civil, também no semestre passado, sobre as razões de tamanha demora, e a resposta que recebi foi daquele tipo: “Estamos estudando”. Até quando, não sei!

O fato, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, é que esta responsabilidade, a responsabilidade de legislar sobre um assunto tão dramático e tão importante, não pode mais ser postergada.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Aloysio Nunes.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias, que falará pela Liderança do seu partido.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, até este momento, não ouvimos sequer um governista comemorar a privatização dos aeroportos. Certamente há um constrangimento no ar, já que, durante a campanha eleitoral, o PT e a sua candidata demonizaram as privatizações.

As privatizações dos aeroportos consagram a incoerência do discurso petista ao longo de muitos anos. Seria admissível afirmar: o PT renega os compromissos assumidos durante mais de vinte anos. O PT renega uma bandeira que empalmou durante mais de vinte anos com o discurso contrário às privatizações.

Dizer isso seria o mesmo que afirmar: o PT acabou. Com as suas bandeiras, foi sepultado.

Poder-se-ia afirmar: houve estelionato eleitoral. Na campanha, o adversário privatizaria o País; o PT, jamais. Privatizações jamais. No entanto, o PT privatiza.

Ora, Sr^a Presidente, é a confissão da incapacidade administrativa de realizar obras suficientes para se oferecer ao País aeroportos adequados. Certamente o Governo não passaria por esse desgaste político, não viveria esse constrangimento se tivesse competência para executar obras e entregar aeroportos em condições, especialmente para a Copa do Mundo de 2014.

Outra indagação se faz: por que o Governo instituiu um preço insignificante para o leilão que permitiria, inclusive, a adoção da estratégia do conluio para empresas se beneficiarem pagando preço menor?

O Governo comemora um ágio elevado como se isso fosse razão para comemoração.

A relação custo-benefício para essa providência adotada pelo Governo só será possível avaliar com o tempo, mas já há aqueles que, entendendo do assunto, não compreendem como grandes empresas, as mais poderosas do setor, foram alijadas na concorrência. Pesos pesados da administração de aeroportos globais como os de Cingapura, Frankfurt e Zurique foram derrotados no leilão dos aeroportos brasileiros de Cumbica, Viracopos e Brasília, levando operadoras menores, sem a necessária experiência, sem a experiência compatível para esse desafio. Vai dar certo? Não podemos afirmar. Desejamos que sim.

Na verdade, o PT mudou. Enterrou seu discurso, enterrou suas bandeiras e não pode mais falar em privatizações.

Peço a V. Ex^a que considere como lido o discurso, porque foi impossível falar sobre todas as questões

que envolvem esse ato do Governo, privatizando os aeroportos.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ALVARO DIAS:

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o êxito do leilão de três dos principais aeroportos do país comprovou o que há muito já se sabia, mas só o PT não admitia: a privatização é a melhor saída para melhorar a nossa infraestrutura e impulsionar o crescimento nacional. Depois de anos sendo vilipendiado pelo petismo, o modelo vitorioso retorna à agenda do país.

O leilão de ontem resultou em ágio médio de 348%. Os consórcios vencedores se dispuseram a pagar R\$ 24,5 bilhões pelas outorgas para exploração dos aeroportos de Cumbica (Guarulhos), Campinas (Viracopos) e Brasília. O valor equivale a quase cinco vezes o lance mínimo de R\$ 5,5 bilhões fixado pelo governo.

Os pagamentos serão feitos ao longo do período de concessão, que varia de 20 a 30 anos. O dinheiro alimentará um fundo estatal (Fundo Nacional de Aviação Civil) destinado a bancar obras em aeroportos de menor movimentação, e que não são passíveis de privatização. Com cerca de R\$ 1 bilhão disponíveis por ano, o governo não terá mais, portanto, qualquer desculpa para deixar o setor no estado de penúria em esteve nos últimos anos.

Se houve surpresa em relação aos monumentais valores ofertados, também houve em relação aos vencedores: na disputa de ontem, grandes grupos de empreiteiras ficaram fora do pódio.

Houve forte participação estatal, por meio dos fundos de pensão, e de operadores aeroportuários menores no jogo mundial. A generosa participação do BNDES também se fez presente.

Todos os consórcios vencedores têm algum histórico de problemas em negócios pretéritos.

O que levou o aeroporto de Brasília – com ágio de 673% – é formado pela Engevix e pela argentina Corporación América, que afundou em crise ao pagar preços altíssimos pelos aeroportos do país vizinho, nos anos 90. É o mesmo que arrematou o aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN) em 2011 e ainda não conseguiu estruturar-se para se financiar. Com dívidas de US\$ 600 milhões e atrasos no cronograma de investimentos, o grupo conseguiu, em 2007, renegociar o contrato, trocando dívida por uma participação de 20% do Estado. Com a “reestatização”, deixou de pagar a outorga em troca de um percentual das receitas para o governo.

Já o consórcio que ofereceu R\$ 16,2 bilhões por Guarulhos tem forte participação de fundos de pensão de estatais, como Previ, Funcef e Petros, que integram a Invepar. Trata-se da mesma operadora do Metro do Rio, serviço que é alvo de críticas frequentes e cuja qualidade considera-se ter piorado depois que passou para as mãos do grupo.

Por fim, o consórcio que assumirá o aeroporto de Viracopos traz na sua composição a mesma empresa que, em 2009, venceu um leilão do governo de São Paulo para administrar uma das rodovias do estado, não conseguiu apresentar garantias e foi desclassificada em favor da segunda colocada.

Reforça uma certa desconfiança em relação à solidez dos grupos que irão assumir em maio a administração dos três principais terminais aéreos do país o fato de o valor a ser desembolsado por eles para pagar as outorgas superar a geração anual de caixa obtida hoje pelos aeroportos. No caso de Guarulhos, por exemplo, terão de ser pagos pouco mais de R\$ 800 milhões por ano, enquanto a geração de caixa gira hoje em torno de R\$ 500 milhões.

Tais dúvidas, porém, não embaçam uma constatação evidente e relevante: é preciso acelerar a concessão dos demais aeroportos brasileiros passíveis de privatização. Na lista, estão o Galeão (Rio), Confins (Belo Horizonte) e Recife, que o governo estima só ofertar no ano que vem, mas também já estão igualmente estrangulados e mereceriam ter o processo de concessão antecipado.

“O principal fator desse sucesso [do leilão] está em ter demonstrado definitivamente que a transferência da gestão de importantes serviços públicos para o setor privado é o único modo de garantir rápido avanço à infraestrutura do Brasil”, comenta Celso Ming em sua coluna de hoje no Estado de SP.

O êxito de ontem também poderia servir para que o governo do PT acordasse e parasse de boicotar outras concessões de serviços públicos à iniciativa privada e, ainda, fizesse deslanchar os processos de parcerias público-privadas, que jamais conseguiram lograr sucesso na alçada federal sob as gestões de Lula e de Dilma Rousseff.

Relegadas ao limbo pelo vezo ideológico e pela oposição eleitoreira e oportunista do PT, as privatizações renascem, triunfantes. Como afirmou ontem Elena Landau, diretora do BNDES à época da venda do Sistema Telebrás: “O debate sobre privatizações se encerrou... E nós ganhamos”. Melhor para o país que tenha sido assim. Será que os petistas irão se desculpar por terem sido, por tanto tempo, contra o Brasil?

Uma das críticas que os petistas faziam às privatizações do governo FHC era o financiamento do

BNDES. “Então o próprio estado brasileiro vai financiar o capital estrangeiro?”, indagavam, com aquela inteligência peculiar. Transformaram a participação do BNDES nas privatizações em um crime, o que ajudou a compor a mitologia vigarista da dita “privataria”. Agora, vemos o organismo a financiar nada menos de 80% da operação.

Pesos-pesados da administração de aeroportos globais, como os de Cingapura, Frankfurt e Zurique, foram derrotados ontem no leilão dos aeroportos brasileiros de Cumbica, Viracopos e Brasília. Quem levou foram operadores da África e da América Latina, que não administram nenhum dos 30 maiores aeroportos do mundo. A estatal Infraero manterá participação de 49%.

Como se vê, ninguém tem experiência compatível com o desafio. Vai dar certo? Tomara! Ou estamos lascados. Gigantes não costumam abrir mão de bons negócios, assim, por nada.

O “modelo tucano”, como diriam os petistas, também contemplava a participação dos fundos de pensão e o financiamento do BNDES. Mas não tinha o governo como sócio – como terá o modelo Dilma, por intermédio da incompetente Infraero.

O PT venceu três eleições fazendo terrorismo com as privatizações. Em 2002, conseguiu convencer amplas camadas do eleitorado de que as formidavelmente bem-sucedidas privatizações da Telebras e da Vale eram um mal para o país. Em 2006 e 2010, acusou seus adversários de quererem privatizar a Petrobras, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Era só terrorismo eleitoral.

Agora, dado o desastre em que se encontra a infraestrutura aeroportuária brasileira, o partido não teve saída e resolveu fazer o óbvio, chegando aonde estavam os adversários que tanto demonizaram, só que com quase 15 anos de atraso.

A privatização dos aeroportos, que é bem-vinda, também é a evidência de uma fraude: a do discurso petista. Vamos torcer para que os aspectos deletérios da operação, como essa Infraero no meio da pista, não comprometam a sua eficiência. Porque, como sempre, cairá nas costas do contribuinte.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não. V. Ex^a será atendido na forma do Regimento Interno, Senador Alvaro Dias.

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr^a Presidente, Senadora Marta Suplicy, meus colegas Senadores, Senadoras, meu povo brasileiro e do querido Piauí, primeiro dizer, com base no pronunciamento anterior, que ainda ontem fiz aqui um pronunciamento

ressaltando a importância desse processo inovador relacionado aos aeroportos, que considero sim um sucesso em todos os sentidos. Primeiro, não é privatização. Nós temos um patrimônio que continua com o povo brasileiro. Nós temos os setores estratégicos preservados para o Brasil. E tivemos uma parceria, na verdade, que nos permitiu as condições para o ingresso de um forte recurso e proteção aos consumidores. Acho que só por isso está de parabéns a Presidente Dilma, está de parabéns o Ministro da Aviação Civil, Ministro Bittencourt, está de parabéns a Ministra Gleisi, nossa colega Senadora, o Presidente da Infraero, enfim, todos que participaram dessa engenharia inovadora que tem todo o nosso apoio.

Sr^a Presidente, trago aqui, com o maior carinho, um tema importante.

O Governo Federal, através do Ministério da Educação, anunciou a pré-seleção de 14 mil escolas urbanas e 14 mil escolas rurais para a oferta de ensino integral ainda este ano. A expectativa do MEC é oferecer educação integral para cinco milhões de estudantes ainda em 2012.

Meu Estado, o Piauí, tem 1.472 escolas públicas pré-selecionadas. Nós iniciamos um trabalho pioneiro, ainda sem o apoio do Governo Federal, e chegamos a 19 escolas nessa experiência.

Pelo Estado, o Governador Wilson Martins deve chegar, este ano, a cerca de 300 escolas, e aqui destaco que agora vamos chegar, entre escolas urbanas e rurais, estaduais e municipais, a 1472 escolas pré-selecionadas.

Essas escolas, por intermédio de seus Municípios, têm até 15 de fevereiro para aderir ao Programa Mais Educação, que vai garantir os investimentos necessários para a oferta do ensino integral.

Destaco aqui a necessidade de cada prefeito, cada secretário de educação, assim como a área estadual estar atento para não perder esse prazo, pela importância desse programa.

Especificamente no Piauí, ao todo são 652 escolas de tempo integral na zona urbana e 820 escolas de tempo integral na zona rural já pré-selecionadas. Teresina, por exemplo, tem 100 escolas pré-selecionadas, unidades escolares como: Barão de Gurguéia; Escola Municipal do Mocaminho, do Parque Piauí, Conselheiro Saraiva; na minha querida Parnaíba, ao norte, escolas como a Escola Rural Frei Higino; Piripiri, como a Escola Padre Raul Formiga; na cidade de Guaribas, uma pequena cidade que há algum tempo foi elencada como uma das mais pobres do Brasil, com a Unidade Escolar Agripino Matias Maia e a Unidade Escolar Belarmina Ribeiro; a minha querida Oeiras, para citar

outro exemplo, também com a Escola Agrotécnica e a Escola Municipal Tamboril, para citar alguns exemplos.

Cada prefeito, tanto os dos Municípios citados quanto os do restante do Estado, deverá aderir ao Programa Mais Educação, o que pode ser feito com a senha oferecida pela Internet.

Esse é um programa que visa a fomentar atividades para melhorar o ambiente escolar, tendo como base estudos desenvolvidos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef, utilizando os resultados da Prova Brasil. Nesses estudos, destacou-se o uso do Índice de Efeito Escolar – IEE, indicador do impacto que a escola pode ter na vida e no aprendizado do estudante, cruzando-se informações socioeconômicas do Município no qual a escola está localizada.

Por esse motivo, a área de atuação do programa foi demarcada, inicialmente, para atender, em caráter prioritário, as escolas que apresentam baixo índice de desenvolvimento de educação básica, situadas em capitais e regiões metropolitanas.

Quando se adere ao Programa Mais Educação, aumenta a oferta educativa nas escolas públicas, por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macrocampos como acompanhamento pedagógico, em que há o reforço escolar – um ponto principal –, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, que, aliás, ressalto como da maior importância, prevenção e promoção da saúde, educação voltada para a área da comunicação, inclusive com instalação de rádio nas escolas, educação científica e educação econômica.

Destaco ainda uma cobrança que sempre faço para que tenhamos o ensino de línguas nesse período, para que possam os alunos concluir o seu ensino básico no Brasil dominando uma ou duas línguas, além da Língua Portuguesa, e mais ainda: o ensino profissionalizante, que defendo já deve começar uma fase inicial de curta duração a partir da oitava ou nona série.

Para o desenvolvimento dessas atividades, o Governo Federal repassa recursos para ressarcimento de monitores, materiais de consumo, equipamentos e material de apoio, segundo as atividades desenvolvidas e escolhidas por cada escola. As escolas beneficiárias também recebem conjuntos de instrumentos musicais, rádio escolar, como eu disse, e recursos para equipamentos e materiais que podem ser adquiridos pela própria escola.

As unidades de ensino que já estavam no programa em 2011 devem informar o número de alunos a serem atendidos e escolher as atividades a serem desenvolvidas este ano. A adesão ao Mais Educação é opcional, mas aqui ressalto para todo o Brasil: aos Municípios que estão contemplados faço um apelo pela

importância que tem. Aliás, tratamos aqui de temas como da área social, das drogas, temas de ocupação saudável para os alunos, e creio que exatamente esse programa de escola de tempo integral é um instrumento importante para ter o aluno, manhã e tarde, ocupado de forma saudável em cada Município do nosso País. Espero que possamos atingir todos os Municípios nos próximos anos.

As unidades de ensino que já estavam no programa, portanto, devem informar o número de alunos a serem atendidos e escolher as atividades a serem desenvolvidas neste ano. A adesão ao Mais Educação é opcional, como eu disse, mas quero frisar: é fundamental para o desenvolvimento da educação no Brasil e do meu Piauí.

Dados mostram que três mil novas escolas buscarão acesso ao Sistema de Informações Integradas de Planejamento, Orçamento e Finanças do MEC, o Simec, para fazer o cadastro. Esse cadastro é essencial. Esse procedimento é necessário para a unidade aderir ao programa e receber recursos do Governo Federal. Para as escolas pré-selecionadas, o acesso ao Simec ocorre por meio de senha, fornecida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o FNDE.

Estive hoje com o Presidente e parablenizo a equipe, o Ex-Ministro Fernando Haddad e também o Ministro que tomou posse Aloizio Mercadante, pelo importante destaque nessa área da qualidade da educação.

Sou um defensor do ensino integral nas escolas públicas brasileiras. Quando governador, implantei essa proposta no meu Estado, oferecendo uma nova oportunidade aos nossos estudantes, todos os estudantes. O ensino integral é uma porta aberta para a educação e, principalmente, fecha as portas para o mundo das drogas, para o mundo da violência, para o mundo da prostituição, enfim, todos os descaminhos que os pais e que a sociedade cobram dos mais dos jovens.

Além do segundo turno, com reforço escolar, eu repito, a importância das atividades culturais e esportivas, tenho defendido o ensino para o mundo digital, o ensino de línguas e a profissionalização a partir da 8ª série.

Por isso, quero louvar mais essa iniciativa do nosso Governo e dizer que os prefeitos têm até o dia 15 de fevereiro para aderir ao programa.

Quero acreditar que é uma vitória da maior importância para todo o Brasil. Com certeza, no meu Estado, nós vamos ter uma forte adesão.

Srª Presidente, quero encerrar aqui, além de tratar desse importante tema, e destacar que a Caixa Economia Federal anunciou hoje os seus resultados: em 2011, além do resultado social, R\$5,2 bilhões com crescimento de 37% em relação a 2010. No último tri-

mestre, o lucro chegou a R\$1,6 bilhão, 20% a mais do que no mesmo período do ano anterior.

Destaco aqui os investimentos, R\$80 bilhões na área de habitação, com crescimento novamente em relação a 2010 de 5,5 %. Os financiamentos também em todas as áreas tiveram um forte crescimento, na área de infraestrutura urbana, de mobilidade, de saneamento, recursos do Minha Casa Minha Vida, onde foram aplicados R\$32,1 bilhões.

Então, Srª Presidente, peço que seja dada como lida essa homenagem que faço a todos que fazem a Caixa Econômica, parabenizando todos os homens e mulheres bancários que fazem a Caixa Econômica Federal e atuam nas mais diferentes áreas um orgulho para o Brasil. E faço isso em nome do Superintendente da Caixa no meu Piauí, Emanuel Bonfim e do Presidente da CEF Jorge Hereda.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR WELLINGTON DIAS

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, hoje trago uma notícia a ser comemorada: a Caixa Econômica Federal, o banco brasileiro que é 100% público, atingiu em 2011 lucro de R\$ 5,2 bilhões, com crescimento de 37% em relação a 2010. No último trimestre, o lucro chegou a R\$ 1,6 bilhão, 20% a mais do que no mesmo período do ano anterior.

Em 2011, o saldo da carteira de crédito chegou a R\$ 249,5 bilhões, com crescimento de 42%. A carteira imobiliária apresentou saldo de R\$ 152,9 bilhões em dezembro de 2011, aumento de 41,1% em relação ao registrado no ano anterior.

Sr. presidente, eu sou com muito orgulho empregado da Caixa Econômica Federal, onde comecei minha vida pública, nos anos 80, no movimento que lutou por bandeiras históricas dos trabalhadores brasileiros, do direito à sindicalização ao direito de ser considerado bancário.

Por isso, quero hoje comemorar mais essa vitória da Caixa Econômica Federal e de seus empregados, pois sabemos que a Caixa tem sido um dos mais importantes operadores dos Programas que têm ajudado a mudar o Brasil, como o Programa de Aceleração do Crescimento.

A Caixa é o banco que realiza pagamentos do Programa Bolsa Família – que tanta gente tirou da miséria e tanto crescimento trouxe para o Brasil com inclusão social e geração de empregos. É a administradora do PIS e operadora do FGTS, e está entre os

mais eficientes administradores de fundos do país, reconhecida pelo mercado e pelos entes públicos.

Em 2011, a Caixa liberou R\$ 80 bilhões para a habitação, valor 5,5% superior ao contratado em 2010. Os financiamentos tiveram crescimento de 15,7% e totalizaram R\$ 67,8 bilhões, dos quais R\$ 36,4 bilhões foram realizados com recursos da poupança e R\$ 31,3 bilhões com linhas que utilizam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). No âmbito do Programa Minha, Casa Minha Vida 2, a Caixa realizou contratos no total de R\$ 32,1 bilhões, atendendo a 1,7 milhão de pessoas.

As rendas de prestação de serviços encerraram o ano em R\$ 12,6 bilhões, crescimento de 20,7% em comparação ao registrado em 2010. Segundo a Caixa, esse aumento foi puxado “pela expansão da base de clientes e das transações bancárias”. A Caixa também ganhou mercado, ao cumprir seu papel de banco público, porque trabalhou com juros baixos e concedeu crédito, o que foi fundamental para o Brasil vencer a crise.

O patrimônio líquido consolidado atingiu R\$ 19,6 bilhões em dezembro de 2011, evolução de 26,7% em 12 meses. O patrimônio de referência somou R\$ 39,5 bilhões, enquanto o índice de Basileia alcançou 13,35%, superior aos 11% exigidos pelo Banco Central. Esse percentual indica a capacidade do banco de emprestar, levando-se em consideração os recursos próprios e a ponderação de riscos. A exigência é que, para cada R\$ 100 emprestados, o banco deve ter, pelo menos, R\$ 11 de recursos sem emprestar.

De acordo com a Caixa, os ativos administrados atingiram a marca histórica de R\$ 1 trilhão, dos quais R\$ 510 bilhões são próprios.

Podemos comemorar a expansão desse banco brasileiro 100% público, Sr. presidente, pois a Caixa tem como missão a melhoria da qualidade de vida da população e mostrou, nos últimos anos ser capaz de dar respostas concretas, rápidas e de qualidade para os desafios colocados pelo Governo Federal.

A Caixa hoje é uma estrela de primeira grandeza no cenário nacional. Uma empresa que tem um planejamento de longo prazo, que teve apoio incondicional do Presidente Lula – e tem o apoio da presidenta Dilma – para dar continuidade a uma gestão com responsabilidade social, do ponto de vista dos seus empregados, dos seus clientes. Todo cidadão brasileiro é ou pode ser cliente da Caixa. Todo cidadão que procura uma unidade da Caixa para ter acesso a benefícios do Governo, para ter um financiamento para a casa própria ou para expandir seu negócio, para abrir uma poupança, é bem vindo. Essa missão é nobre e a gestão da Caixa no governo da Presidenta Dilma irá, com certeza, reafirmar esse papel.

Parabéns a todos os homens e mulheres que fazem da Caixa Econômica Federal um orgulho para o Brasil.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senador Wellington Dias.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (PR – AM) – Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (PR – AM) – Sr^a Presidente, eu quero me inscrever pela Liderança do PR.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex^a tem a palavra então.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Eu cheguei e me inscrevi – a senhora ainda estava na Mesa – e quero confirmar a minha inscrição para falar após a Ordem do Dia.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É verdade.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mas, depois da Ordem do Dia. Ainda não começamos a Ordem do Dia, apesar de serem 16 horas e 02 minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Eu só estou colocando e alertando a V. Ex^a que eu vou falar logo após a Ordem do Dia.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está aqui escrito e será cumprido.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Muito obrigado. É só para alertar.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (PR – AM. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidenta.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, nós estamos abrindo nossa agenda legislativa na primeira semana de trabalho oficial do Congresso Nacional. Nós temos temas muito importantes que entrarão em pauta, mobilizando a atenção de cada um de nós, sempre com o objetivo de atender às expectativas do cidadão brasileiro, cada brasileiro que nos ofereceu a sua confiança

e o seu voto para sentir-se representado, ter voz e vez aqui dentro do Senado Federal.

E é em respeito a esse voto, ao compromisso que ele me confere, e em solidariedade ao povo do Amazonas, que não posso deixar de chamar a atenção para o que está acontecendo na cidade de Manaus.

Venho aqui para falar de uma cidade assolada pela violência, onde o aumento galopante da criminalidade é a marca mais visível de um governo impotente, desorganizado e ineficiente.

Venho aqui falar de uma parcela da população brasileira acuada por homicídios, assaltos cada vez mais violentos e por um forte sentimento de abandono pelo Poder Público.

Em Manaus, hoje, bandidos roubam, sequestram, torturam e matam com a desfaçatez daqueles que se acostumaram à impunidade. Diante da inércia do Poder Público, os meliantes riem das polícias e achacam a população com ousadia cada vez mais intensa. A violência que se dá em Manaus é o retrato do mais puro escárnio.

Esse assunto não é novo. Em setembro do ano passado, aqui, desta tribuna, eu alertei para a escalada da violência em nossa capital do Amazonas. Já naquele período, acompanhávamos assombrado o noticiário das TVs e dos jornais e das rádios, relatando a humilhação do cidadão que vive em Manaus. Vimos roubos espetaculares, sequestros, assassinatos e a reação atônita do Poder Público estadual.

Os cidadãos foram às ruas protestar e pedir uma solução, clamaram por socorro. Muitas promessas foram feitas, muitos recursos foram liberados, mas até agora a população não recuperou seu direito inalienável de ir e vir em segurança, de viver o seu dia-a-dia sem o peso do medo pela própria integridade e pela segurança de suas famílias.

O que temos visto em Manaus é o recrudescimento da violência, a ponto de Manaus figurar entre as 50 cidades mais violentas do mundo. Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, a que ponto nós, do Amazonas, chegamos: Manaus é hoje a 26ª cidade mais violenta do mundo, com 51,2% de homicídios por 100 mil habitantes. Esse é o assombroso resultado do estudo produzido pelo Conselho Cidadão para a Segurança Pública e a Justiça Penal, organização não-governamental criada no México e integrada por especialistas do mundo todo. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado do Amazonas, em 2001 foram registrados mais de mil casos de homicídios.

Sr^a Presidente, tenha certeza de que no momento em que trago ao conhecimento dos meus Pares o que acontece em minha cidade, vocalizo as preocupações de todos, de cada cidadão que vive hoje em Manaus.

Não faço aqui uma crítica vazia e desamparada por fatos, nem me utilizo desta tribuna para conduzir disputas políticas menores. Não, falo de um problema real que se agrava a cada dia e para o qual ainda não foi sequer encaminhada uma solução adequada. Falo em solidariedade para com aqueles que vivem agora sob o império do medo e da insegurança.

É preciso acertar a política de combate à criminalidade, motivar e mobilizar as forças policiais para que produzam resultados no enfrentamento dos criminosos. 3

É preciso encontrar mecanismos de modernização e articulação das polícias, de modo a combater com mais eficácia a onda de violência que assusta Manaus.

É preciso enfrentar os problemas do sistema prisional do Estado e garantir que os bandidos sejam presos e punidos com rigor.

É preciso cobrar apoio efetivo do Governo Federal, que abandona os poderes estaduais e municipais e só emprega sua força, que é quase irresistível, quando o caos alcança o nível da barbárie. É o que vimos acontecer no Rio de Janeiro, mais recentemente em Salvador. O Governo Federal só entrou em ação quando a situação ultrapassou todos os limites. O quadro que observo em Manaus torna-se ainda mais grave, diante da defesa ensaiada pelo Governo do Estado, que diz ter investido mais de R\$250 milhões em segurança pública no ano passado. A busca e a adoção de soluções efetivas para esse problema tornaram-se ainda mais importantes quando consideramos que Manaus foi escolhida como uma das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014.

Sr. Presidente, quero me unir ao cidadão que vive em Manaus – para encerrar – não apenas na cobrança, mas também na busca e na articulação das ferramentas necessárias ao melhor desempenho do poder público nesse setor.

Farei todo o esforço possível para que, no futuro, Manaus seja reconhecida internacionalmente pela sua pujança na economia, pelo respeito ao meio ambiente, pela beleza do seu povo e originalidade da sua cultura, e não pelos altos índices de violência.

Não estou inventando nada. Jornal de maior circulação de Manaus, *A Crítica*: “Homicídio Número Mil”. Ultrapassamos mil homicídios. Manaus é violenta. Para ONG citada por mim nesta fala, Manaus é a 26ª ...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para encerrar, Senador.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (PR – AM) – É a 26ª cidade mais violenta do mundo.

É preciso que o Governo do Estado faça alguma coisa e tire o povo da cidade de Manaus do medo em que vive.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Alfredo Nascimento, que falou pela liderança do seu partido.

Agora, com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti. (Pausa.)

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores:

Antes de iniciar a minha fala, eu gostaria de fazer aqui três pequenos registros. Primeiramente eu, diferentemente do que falou aqui o Líder do PSDB, estou profundamente satisfeito com o resultado do processo, realizado ontem, do leilão de privatização de aeroportos nacionais. O que nos diferencia do governo anterior não é uma posição ideológica necessariamente em relação à privatização, mas o que privatizar. Certamente que o controle aéreo do País permanece sob responsabilidade das Forças Armadas. A Anac continua a existir para regular todo o restante do que diz respeito à aviação civil do Brasil.

Nós privatizamos a estrutura de prestação de serviços em terra para os aeroportos brasileiros, o que vai facilitar, com novos recursos e rapidez, a chegada de reformas para a Copa do Mundo e, ao mesmo tempo, recursos que estão entrando para serem investidos na aviação regional.

Então, eu não me incluo entre aqueles que estavam envergonhados dessa decisão.

Segundo, eu queria fazer dois registros. O primeiro é um voto de aplauso pelo transcurso do 96º aniversário do ex-Senador e ex-Deputado Constituinte de 1946, o pernambucano Jarbas Cardoso de Albuquerque Maranhão, figura da maior proeminência do nosso Estado, hoje residente no Rio, sendo que é, hoje, o último dos Constituintes de 46 que se encontra vivo. Então eu gostaria de, em nome do meu Estado, fazer essa homenagem.

O outro é para requerer um voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Luiz Gonzaga Vasconcelos, acontecido em 23 de janeiro de 2012. Ele foi Vereador, Deputado Federal por quatro mandatos consecutivos, Secretário de Interior e Justiça de Pernambuco; um cidadão que todos nós lamentamos a sua morte. Portanto, eu gostaria que esses votos fossem aprovados e as respectivas famílias e amigos informados.

Mas venho à tribuna, no dia de hoje, da mesma forma que outros Senadores e outras Senadoras, para

abordar a minha preocupação quanto à situação que atinge a população da Bahia por conta da paralisação promovida por policiais militares, desde a última semana. Tivemos mais de cem homicídios registrados no Estado, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública da Bahia.

A situação é extremamente grave, mas as autoridades federais e da Bahia estão retomando o controle e garantindo a ordem. Soldados da Força Nacional e das Forças Armadas já estão em Salvador, enviados em missão pelo Governo Federal. São 2.800 militares do Exército, Marinha e Aeronáutica e 450 policiais da Força Nacional. Estão lá a pedido do Governador Jaques Wagner, que é do meu partido, o Partido dos Trabalhadores.

Ao mesmo tempo, o Governador anunciou um aumento de 6,5% dos salários e a possibilidade de reajustes parcelados até 2015 para a corporação militar. A negociação entre os líderes do movimento grevista e as autoridades começou na segunda-feira e deve se estender ao longo do dia de hoje. Portanto, todos nós esperamos que se chegue a um resultado positivo. O Governo do Estado está disposto a conceder o pagamento da Gratificação de Atividade Policial (GAP) de nível 4, a principal exigência do movimento, mas não há recursos para o pagamento imediato.

Os policiais militares recebem hoje a gratificação de nível 3, incorporada ao soldo para formar o salário. Atualmente, um soldado da Bahia recebe entre 1.900 reais e 2.300 reais. O Governador acena com a incorporação da gratificação de nível 4 de forma gradual até 2015.

Nos últimos anos, o Governo da Bahia, que é do PT, concedeu reajustes aos policiais militares, com ganhos reais de 30%. A reivindicação dos policiais militares é absolutamente justa. São homens e mulheres que arriscam suas vidas diariamente para garantir a segurança pública nas cidades do País. Precisam ganhar salários compatíveis com os riscos que enfrentam, porém isso precisa ser feito e construído na forma do diálogo.

A outra reivindicação apresentada pelos líderes do movimento baiano é absolutamente inaceitável. A hipótese de uma anistia aos grevistas que pegaram em armas e assustaram a população baiana, ameaçando as pessoas e provocando a depredação de bens públicos, é considerada inadmissível por nós e pelo Governador. O Governador está certo. Não é possível tolerar que agentes da ordem, policiais militares, peguem em armas para ameaçar a população e a ordem pública. Isso é vandalismo e é intolerável num regime democrático. A Constituição Federal obriga os policiais

a manterem a lei e a ordem; não protege aqueles que estão promovendo a desordem.

Felizmente, a maioria da Polícia Militar baiana está em compasso com a lei. O Estado, que tem o monopólio do uso da força, não pode tolerar desmandos ou deixar que bandidos usem a farda da Polícia Militar para chantagear o Governo e promover o caos. Isso não pode ser tolerado, em hipótese alguma. Deve-se negociar, mas não sob a chantagem do terror. As reivindicações precisam ser analisadas pela ótica da realidade, com acenos de reajustes compatíveis com a política fiscal. Existem suspeitas de que haja motivação política entre os líderes do movimento que resultaram nessa situação de confronto. Reivindicações salariais e de condições de trabalho são justas e devem ser conduzidas em obediência à lei, no espírito do diálogo, na base da conversa, não com o ultimato da arma. Essa não é a prática do Governador Jaques Wagner. Ele está negociando, mas sem abrir mão de suas prerrogativas como governador. É a população que está sofrendo os desmandos cometidos por bandidos usando a farda de policiais. A imensa maioria da corporação é de gente séria e comprometida com o bem-estar da população.

A informação é de que a paralisação é parte inclusiva de um movimento em nível nacional pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição que estabelece o piso salarial para policiais e bombeiros, a chamada PEC 300. O piso salarial unificado em todo o País de R\$3.500,00 é a principal reivindicação da categoria.

Os jornais noticiam que, nos próximos dias, policiais militares de mais quatro Estados ameaçam declarar greve, às vésperas do Carnaval. Estão marcadas assembleias com indicativo de greve para Alagoas, Rio, Acre e Espírito Santo. Nos quatro Estados, a PM soma mais de 19 mil homens. É preciso separar o movimento armado de confronto ao Estado de direito na Bahia da pressão pela aprovação da PEC 300.

O Congresso Nacional não pode compactuar com a ação de bandidos para atender a justas reivindicações salariais. Chegou a hora de o Governo Federal, os governos estaduais, a Câmara e o Senado juntarem forças e assumirem com coragem a necessidade de regulamentar a greve no serviço público. Greve com arma não é greve, é rebelião, é motim. Imaginem se o presidente de um sindicato de operários industriais pudesse colocar um revólver na cintura para discutir e negociar com o dono da empresa. Isso é inadmissível! Nós não podemos ser vítimas do corporativismo mais atrasado, porque quando acontecem greves na saúde, na educação, no transporte público e na segurança pública quem sofre não é o governador nem o prefeito nem o presidente da República, é a popu-

lação. Por essa razão, o Congresso e o Governo têm que ter a coragem de dizer no serviço público onde pode e onde não pode fazer greve. É isso que o povo brasileiro espera.

Ouçõ com atenção o aparte da Senadora Marta Suplicy.

A Sr^a Marta Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero parabenizá-lo, Senador Humberto Costa, pela contundência nos dois temas que V. Ex^a abordou, na questão da regularização da greve e na questão da privatização, assim dita pelos nossos opositores. O que foi feito é muito diferente do que ocorreu na privatização – essa de fato – da Vale. O que foi feito foi uma concessão, nenhum bem ativo foi alienado, ele volta para o Governo. Então, o que fizemos é bem diferente, e V. Ex^a foi extremamente claro na sua explanação. Eu o parabeno. Também apoio o que foi feito pelo Governo, porque vamos ter aeroportos na área de serviços funcionando, o que vai ser muito positivo, e vamos manter sempre a questão do domínio pelas Forças Armadas, pela Presidência, pela União, do que é mais importante, que é o funcionamento, e não os serviços.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com certeza. Quero agradecer o aparte de V. Ex^a. Vou concluir, Sr. Presidente, dizendo tão somente que este desafio tem de ser lançado ao Congresso Nacional: regulamentar o direito de greve no serviço público para proteger o interesse dos trabalhadores – é justo –, mas principalmente para proteger o interesse da população brasileira.

Os servidores públicos são empregados do povo brasileiro, e não empregados do presidente, do governador ou do prefeito. Por essa razão, devem a sua responsabilidade à população brasileira. E o sindicalismo que defende a liberdade de fazer greve armada é um sindicalismo atrasado, é um sindicalismo que não pensa no momento novo que vivemos, inclusive nas relações de trabalho no mundo.

Quero aqui, na minha condição de Senador, fazer esse desafio, e que possamos, as lideranças, diante desse caos que está acontecendo na Bahia, que não deve ser tratado como um problema de governo e de oposição, mas deve ser tratado como um problema de interesse da população... Não interessa a ninguém extrair dividendos políticos de uma situação como essa. Por isso, precisamos ter a unidade necessária e dar as condições para que a Bahia resolva esse impasse, porque podem ter certeza: nos próximos dias, será nos Estados de cada um de nós...

A Sr^a Lídice da Mata (Bloco/PSB – BA) – Senador Humberto...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – ... que esse caos estará instalado.

Eu ouço a Senadora Lídice da Mata, se o Presidente me permitir.

A Sr^a Lídice da Mata (Bloco/PSB – BA) – Caro Senador, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e dizer que a condução do Governador Jaques Wagner na greve da Bahia tem sido a condução, acima de tudo, de manter o diálogo aberto, em todo o tempo, com as representações das associações da Polícia Militar, que, neste momento, encontram-se negociando, com a participação do Arcebispo primaz do Brasil, Dom Murilo, num clima de absoluta paz. Mesmo no que diz respeito à participação dos grevistas, o que o governador tem afirmado publicamente é que ele tem a convicção de que 92% da tropa da Polícia Militar que aderiu à greve não aderiu a atos criminosos ou de vandalismo. Portanto, é com esse espírito democrático que se está conduzindo a greve na Bahia. Mas gostaria de ressaltar só mais uma questão, como V. Ex^a já destacou: não se trata de uma questão da Bahia, trata-se de um movimento nacional que já se realizou em alguns Estados e pretende-se estender para outros. E se trata, portanto, de a Câmara dos Deputados e o Senado Federal pensarem uma saída global para a questão da segurança pública no Brasil. Muito obrigada.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, quero só concluir a minha fala dizendo o seguinte: no ano passado este Congresso aprovou uma anistia aos bombeiros do Rio de Janeiro que entraram em greve. Nunca tive simpatia por esta proposta, mas aqui cedi e também concordei, entendendo o momento político que se vivia.

Quanto a essa situação da Bahia e outras que possam vir mais à frente, que ninguém conte com o meu voto nem com o meu apoio, porque acho que isso é um incentivo a que coisas como essa se repitam. Quem faz greve tem que assumir todas as responsabilidades da greve. Quem assume atitudes criminosas tem que responder pelos seus crimes. Entendo a diferença do que havia lá no Rio e do que há na Bahia, mas acho que essa prática deve ser extinta, de o Congresso Nacional respaldar greves e situações como essas em serviços. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Humberto Costa, a Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) –

ORDEM DO DIA

Quero renovar o que fiz na sessão de abertura desta Sessão Legislativa do Congresso Nacional: os

meus votos de felicidades e, ao mesmo tempo, de êxito a todas as Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores. Que tenhamos um excelente trabalho durante este ano.

A nossa pauta se constitui de blocos de requerimentos.

O primeiro diz respeito a audiências de comissões. O segundo bloco, tramitação conjunta de pedidos para tramitação conjunta de projetos. E o terceiro, pedindo desapensamento.

De maneira que, se não houver objeção do Plenário, vou submeter em bloco esses requerimentos.

Os primeiros dizem respeito a audiências de outras comissões. Pedidos para audiências de outras comissões.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, incluindo os requerimentos que pedem auditoria ao Tribunal de Contas, que é o primeiro da pauta. O primeiro requerimento da pauta...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Esse não...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ...pede auditoria ao Tribunal de Contas para as obras denominadas tapa-buracos, realizadas entre 2006 e 2011.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O requerimento de V. Ex^a deveria ser incluído na Hora do Expediente, e não na Ordem do Dia. Mas está incluído, de maneira que vamos votar, independente desse...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – ...desse bloco, que é específico sobre essas matérias, que são matérias quase que de rotina na Casa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu agradeço. Eu gostaria que esse requerimento fosse votado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em votação os Itens nºs 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 15, 17, 18, 19 e 21 da pauta de hoje e, respectivamente, os Requerimentos nºs 1.422, 1.431, 1.432, 1.438, 1.439, 1.440, 1.446, 1.483, 1.522, 1.532, 1.557, 1.561, 1.569 e 1.590, todos de 2011, pedindo a audiência de outras comissões.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

A Ata individualizará a tramitação dos requerimentos de cada proposição.

São os seguintes os requerimentos aprovados:

Item 1:**REQUERIMENTO Nº 1.422, DE 2011**

Requerimento nº 1.422, de 2011, da Senadora Ana Rita, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (proíbe visitas íntimas aos presos por crime organizado).

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

Item 3:**REQUERIMENTO Nº 1.431, DE 2011**

Requerimento nº 1.431, de 2011, da Senadora Ana Amélia, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2007, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (sociedades cooperativas).

Uma vez que já se encontram instruídas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, as matérias vão à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Econômicos.

Item 4:**REQUERIMENTO Nº 1.432, DE 2011**

Requerimento nº 1.432, de 2011, do Senador Armando Monteiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT).

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

Item 5:**REQUERIMENTO Nº 1.438, DE 2011**

Requerimento nº 1.438, de 2011, do Senador Armando Monteiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a

de Assuntos Econômicos (inserir no manual automotivo referência das principais peças que compõem o veículo).

Uma vez que já se encontra instruída pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Serviços de Infraestrutura.

Item 6:**REQUERIMENTO Nº 1.439, DE 2011**

Requerimento nº 1.439, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (prestação de informações na negociação coletiva).

Item 7:**REQUERIMENTO Nº 1.440, DE 2011**

Requerimento nº 1.440, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos (prestação de informações na negociação coletiva).

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

Item 8:**REQUERIMENTO Nº 1.446, DE 2011**

Requerimento nº 1.446, de 2011, da Senadora Lúcia Vânia, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (regulamentação do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro).

Uma vez que já se encontra instruída pela Comissão Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura; seguindo posteriormente, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Item 11:**REQUERIMENTO Nº 1.483, DE 2011**

Requerimento nº 1.483, de 2011, da Senadora Ana Rita, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 414, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (progressão continuada no ensino fundamental).

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Educação, Cultura e Esporte.

Item 12:**REQUERIMENTO Nº 1.522, DE 2011**

Requerimento nº 1.522, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (restrições ao uso e à propaganda de bebidas alcoólicas).

Item 15:**REQUERIMENTO Nº 1.532, DE 2011**

Requerimento nº 1532, de 2011, do Senador Walter Pinheiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (restrições ao uso e à propaganda de bebidas alcoólicas).

A matéria vai à Mesa para decisão do Requerimento nº 13, de 2012, de tramitação em conjunto, lido na sessão do dia 6 de fevereiro, de 2012, seguindo posteriormente às Comissões de Assuntos Sociais; de Assuntos Econômicos; de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Item 17:**REQUERIMENTO Nº 1.557, DE 2011**

Requerimento nº 1.557, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a

de Constituição, Justiça e Cidadania (dispõe sobre a taxa de juros do cheque especial).

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Econômicos.

Item 18:**REQUERIMENTO Nº 1.561, DE 2011**

Requerimento nº 1.561, de 2011, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (redução de emissão de poluentes por veículos automotores).

Uma vez que já se encontra instruída pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Item 19:**REQUERIMENTO Nº 1.569, DE 2011**

Requerimento nº 1.569, de 2011, da Senadora Ana Amélia, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 697, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (desconto no IR de Pessoa Jurídica pelo fornecimento de ensino ao empregado).

A matéria vai às Comissões de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, de Assuntos Econômicos.

Item 21:**REQUERIMENTO Nº 1.590, DE 2011**

Requerimento nº 1.590, de 2011, do Senador Demóstenes Torres, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (destinação dos recursos provenientes de bens apreendidos com tráfico de drogas).

Uma vez que já se encontra instruída pela Comissão de Assuntos Econômicos, a matéria vai à Comissão de Constituição, Jus-

tiça e Cidadania e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Também vamos submeter à deliberação do Plenário os Requerimentos de tramitação conjunta dos Itens nºs 2, 10, 16 e 20 da pauta de hoje, e, respectivamente, os Requerimentos nºs 1.428, 1.454, 1.537 e 1.580, todos de 2011, pedindo tramitação conjunta.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Senador Sérgio, V. Ex^a gostaria de usar da palavra? *(Pausa.)*

Perdão.

A Ata vai individualizar cada um dos requerimentos e cada proposição.

São os seguintes os requerimentos aprovados:

Item 2:

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2011

Requerimento nº 1.428, de 2011, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2011, com os Projetos de Lei do Senado nºs 718, de 2007, 169, de 2008, e 494, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem matérias correlatas (destinação e descarte de embalagens e resíduos).

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, seguindo posteriormente ao exame das Comissões de Assuntos Econômicos; de Agricultura e Reforma Agrária; de Serviços de Infraestrutura; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle.

Item 10:

REQUERIMENTO Nº 1.454, DE 2011

Requerimento nº 1.454, de 2011, do Senador João Vicente Claudino, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 172, de 2006; e 635, de 2007-Complementares, por regularem matéria correlata (cobrança de multa decorrente de inadimplência de obrigações do consumidor).

As matérias passam a tramitar em conjunto e retornam à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 16:

REQUERIMENTO Nº 1.537, DE 2011

Requerimento nº 1.537, de 2011, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 354, de 2011, com o Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2008, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 74, 94, 470, 681, de 2007; 364, 465, de 2008; e 12, de 2011, por regularem matérias correlatas (deduções no cálculo do imposto de renda).

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Assuntos Sociais; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; de Educação, Cultura e Esporte; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, de Assuntos Econômicos.

Item 20:

REQUERIMENTO Nº 1.580, DE 2011

Requerimento nº 1.580, de 2011, da Senadora Lídice da Mata, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2011 com o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2009 (já tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 4, 589, 590, de 2007; 174, 181, 240, 449, 463, de 2008; 45, 305, 347, 380, de 2009; 160 e 197, de 2010), por versarem sobre matérias correlatas (isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI).

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Serviços de Infraestrutura; de Agricultura e Reforma Agrária; de Assuntos Sociais; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Não havendo objeção também do Plenário, a Presidência colocará em votação, em globo, os requerimentos de desapensamento de projetos.

São os Itens nºs 13 e 14, respectivamente, os Requerimentos nºs 1.523, 1.524, todos de 2011.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

São os seguintes os requerimentos aprovados:

Item 13:**REQUERIMENTO Nº 1.523, DE 2011**

Requerimento nº 1.523, de 2011, da Senadora Lídice da Mata, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2011 – Complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, de 2007; e 21, de 2011, todos Complementares, a fim de que tenha tramitação autônoma (limitação de empenho e movimentação financeira no Orçamento da União).

O Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2011 – Complementar, é desapensado das demais matérias, volta a ter tramitação autônoma e vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, seguindo, posteriormente, à de Assuntos Econômicos.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, de 2007; e 21, de 2011, todos Complementares, continuam apensados e retornam ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, seguindo posteriormente às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Econômicos

Item 14:**REQUERIMENTO Nº 1.524, DE 2011**

Requerimento nº 1.524, de 2011, do Senador Inácio Arruda, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2011, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2010 (descontos nas tarifas de energia elétrica).

As matérias voltam a ter tramitação autônoma.

O Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2011, volta à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, vai à de Assuntos Econômicos.

O Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2010, uma vez que já se encontra instruído pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 9:**

REQUERIMENTO Nº 1.453, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.453, de 2011, do Senador João Claudino, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2008, de sua autoria.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O Projeto de Lei do Senado, de 2008, vai definitivamente ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 11, de 2012**, do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de auditorias nos contratos de obras de manutenção das rodovias federais que receberam recursos para as operações denominadas “Tapa-Buracos”, no período de 2006 a 2011.

Em votação o requerimento.

Sem que alguém queira discutir, encerro a discussão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Encerrada a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Mário Couto, primeiro orador inscrito pela Liderança.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, acho que já chegou à Mesa a minha indicação para falar pela Liderança do PTB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a está inscrito pela Liderança do PTB.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na tarde de hoje quero falar à Nação brasileira, mais especificamente ao meu querido Estado do Pará de Nossa Senhora de Nazaré.

Sr. Presidente, há um ano começou a brotar um escândalo na Assembleia Legislativa do meu Estado, com televisões, rádios e jornais tentando incluir o meu nome no referido escândalo. Inicialmente, resolvi dar algumas entrevistas. Depois, resolvi que não era mais prudente e optei pelo silêncio.

Um ano se passou, meu caro Senador Pedro Taques, a minha vida sendo investigada e eu, calado, observando as televisões colocarem a minha imagem no ar como se eu fosse culpado do que estava acontecendo ali.

Um ano depois, exatamente na semana passada, meu caro Presidente, veio, então, o desfecho desse acon-

tecimento, meu caro Pedro Simon. O promotor público que investigava o caso disse que culpa nenhuma tinha eu.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Mário Couto, peço desculpas a V. Ex^a para interrompê-lo apenas para registrar a presença, em nossas galerias, dos alunos do curso de Direito da Faculdade Castelo Branco, de Colatina, no Espírito Santo.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – E vou ler onde me inclui o Procurador Nelson Medrado. Depois de um ano de investigação, meu caro Paim, o promotor público diz que não encontrou nada, absolutamente nada, mas tinha que optar por uma acusação. E, meu caro Senador Pedro Taques, optou por dizer que eu pequei por omissão, que eu devia ter visto a falsificação das assinaturas nos processos. E eu não vi as assinaturas. Caso igual aqui no Senado: teria sido o Presidente do Senado culpado pelas ações do Secretário do Senado, Agaciél.

Quero aqui parabenizar o Ministério Público do meu Estado. Quero aqui, Presidente, remeter à Mesa Diretora um requerimento que vou ler:

Fulcrado no que preceitua o art 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro votos de congratulações ao Ministério Público do Estado do Pará, na pessoa do Excelentíssimo Procurador-Geral do MPE, Sr. Antônio Eduardo Barleta de Almeida, pelos relevantes serviços prestados à sociedade, em especial à iniciativa de apurar denúncias de irregularidades na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), contribuindo, assim, para a moralidade dos Poderes Públicos no Pará.

O Ministério Público do meu Estado, senhores e senhoras, é um dos mais ilibados e puros desta Nação. Os promotores públicos do meu Estado são promotores sérios, competentes e capazes. O ato que cometeu o Procurador Nelson Medrado relativamente à minha pessoa não foi um crime, foi um erro. Não foi um crime, meu prezado e querido Senador Pedro Taques, foi um erro que poderia acontecer com qualquer um, um erro que aconteceu com ele, mas que poderia ter acontecido comigo.

Houve um pedido de reintegração da esposa do procurador, após 22 anos fora da Assembleia, cedida de um órgão estadual a um órgão federal – já aí há uma brutal irregularidade. O promotor pediu a reintegração da esposa depois de 22 anos de ausência, e eu pedi o parecer da Procuradoria Geral da Casa. A Procuradora – naquela época, a Dr^a Maria Eugênia – me instruiu a não reintegrar ao quadro efetivo, mas a reintegrar. Eu reinteguei a esposa do promotor. Bastou

isso para que o Procurador Nelson Medrado criasse em seu coração uma raiva contra a minha pessoa.

Meu querido promotor, eu apenas protegi a Constituição Federal. V. Ex^a pode dizer que o Supremo determinou que a sua esposa fosse reintegrada, mas aquele meu ato, promotor, deve ter ferido V. Ex^a; aquele meu ato, promotor, de defesa à Constituição brasileira, deve ter ferido V. Ex^a e V. Ex^a cometeu um erro brutal: usou o coração em vez de usar a razão, promotor.

O coração pedia que V. Ex^a também atingisse a minha filha, que V. Ex^a atingisse a minha secretária, que há trinta anos trabalha comigo. Paraenses, o promotor, meu querido líder da minha Bancada, acusou a minha secretária de ter recebido R\$4,9 mil a mais no seu contracheque. Mas não foi capaz de ter o cuidado de olhar a folha que foi ao banco para pagamento, que tinha estornado o valor de R\$4,9 mil. E assim, meu Senador Flexa Ribeiro, a senhora foi punida, a minha secretária também foi punida.

O Ministério Público da minha terra, repito eu, é um dos mais sérios deste Brasil. Os promotores públicos da minha terra são sérios. O promotor Nelson Medrado cometeu um erro brutal, mas não cometeu um crime. Por isso eu me dou o direito de, inicialmente, Senador Flexa Ribeiro, não recorrer ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Mas o pior erro do promotor foi exatamente aquele, Senador Flexa, de não se julgar suspeito. Como já teria um parecer dado por mim, depois de pedir da competente Procuradoria da Assembleia Legislativa, que já tinha um fato entre o Presidente e a esposa dele, ele deveria ter se julgado suspeito. Ele não deveria ter investigado o Senador Mário Couto, deveria ter dado para outro procurador, porque lá todos são sérios e honestos. Foi um erro do procurador Nelson Medrado. Ele deveria ter julgado suspeição. Ele deveria optar pela isenção. Ele deveria dizer: “Eu quero a isenção do direito do cidadão”.

Meu nome, Senador Paulo Paim, foi aos jornais. Alguns publicaram com seriedade. Vamos ver o que diz o jornal **O Liberal**, jornal de maior circulação no meu Estado, o melhor jornal do norte do Brasil: “De que foi acusado o Senador Mário Couto? Segundo o Ministério Público Federal, deve responder ao processo por não ter exercido corretamente as suas funções”. E aí vai para o Regimento Interno da Casa porque não achou no Código Penal nenhum artigo para me enquadrar. Foi me enquadrar no Regimento Interno da Assembleia Legislativa. Este é **O Liberal**. Este é o jornal sério. Este é o jornal competente da minha terra. Este é o jornal mais lido da minha terra. Este jornal falou a verdade, exatamente o que está nos autos do processo.

Vejam o outro jornal. Vejam o que diz, Senadores e Senadoras, o outro jornal, que tenho em mão: **Diário do Pará**, cuja formação todos os paraenses sabem qual foi. Todos os paraenses têm conhecimento da sua formação, da sua origem.

Vejam o que diz o **Diário do Pará**: “Mário Couto é acusado de fraude na Alepa”.

Prezados Senadores, meu prezado Pedro Simon, a minha vida limpa, a minha honestidade, o meu caráter, a minha dignidade não podiam ser escondidos atrás da covardia. Falei nesta tribuna por muitas vezes que não sou covarde e que não levarei jamais para a sepultura a covardia.

Requeiro, de acordo com o art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, votos de aplauso às Organizações Rômulo Maiorana do Estado do Pará pela maneira ética, imparcial, séria e competente com que produzem e vinculam as suas reportagens, dando exemplo não apenas ao Pará, mas a todo o País, como se pratica o bom jornalismo. Requeiro, ainda, que os votos sejam encaminhados aos digníssimos Srs. Rômulo Maiorana Júnior – Presidente Executivo da ORMs – e Ronaldo Maiorana, Diretor Jurídico das Organizações.

Convivi com o pai desses dois homens, eu fiz negócio com Rômulo Maiorana, com o velho Rômulo Maiorana, eu conheci a sua dignidade, eu conheci o seu trabalho, eu conheci a sua honradez, eu conheci a forma como Rômulo Maiorana, o pai, construiu seu patrimônio para que os filhos não tivessem vergonha dele e do seu nome.

O que o Grupo Maiorana tem é lícito, o patrimônio é integro, a moral jamais será abalada, porque aquele patrimônio foi feito com o suor do pai e com o suor dos filhos, com dignidade de cada um, com a moral de cada de um, com a seriedade de cada um.

Aquele outro, todos sabem a quem pertence. Todos sabem quem são os donos. Todos sabem como se formaram o Pará e o Brasil. Meu Deus, meu Pai querido, meu Cristo, minha santa querida Nossa Senhora de Nazaré, meu querido Aécio Neves, às vezes eu fico a pensar: um homem público, como eu, que, por exemplo, militei 25 anos na vida pública, parte da minha vida e que tenho? Qual o meu patrimônio, Aécio? Eu tenho duas casas, Aécio.

Senadores, políticos que seguiram a mesma carreira minha e chegaram ao Senado, como entram aqui neste Senado milionários? Diga-me, Nação brasileira, como pode? Aqueles que fizeram exatamente o mesmo caminho que eu, como podem ter televisão, jornais, rádios, fazendas?! Como pode, Brasil?

Político que só militou na política e que vira rico de uma hora para outra é ladrão! Não adianta querer explicar o patrimônio, meu querido Pedro Taques! Não adianta querer explicar o patrimônio, que não explica nunca! E a coisa mais fácil é a comparação. É só comparar, meu querido Pedro!

Como é possível ser bilionário somente militando na vida pública? Como? Diga-me como, meu querido Pedro Taques! Isso é uma imoralidade! É por isso que a nossa classe política não tem credibilidade, neste País, e a cada pesquisa que se faz a classe política está lá embaixo.

Na minha terra, vocês jamais verão este homem envolvido em corrupção. Entrei na política e vou sair como entrei. Saio com a mesma dignidade. Não tenho patrimônio nenhum em nome de irmão; não tenho patrimônio nenhum em nome de filho; não tenho patrimônio nenhum em nome de minha mulher; não tenho patrimônio nenhum...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Procurem...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – ... mexam, catem a minha vida. Não tenho...

Essa minissérie começou hoje. Se querem briga, vamos para a briga, vamos para o pau. Cada um sabe como fede, cada um sabe como fede. Esse é o início da minissérie. Pode vir quente que eu estou fervendo.

E aqui, Pedro Taques, a próxima minissérie é fazer comparações; a próxima minissérie é trazer os dados, é mostrar o patrimônio, é mostrar o que aconteceu na prática. Esse é o próximo capítulo da minissérie. Mexam, podem mexer comigo, podem falar inverdades, podem colocar mentiras neste jornal que a mim isso não abala. A minha moral é maior do que este jornalzinho.

Presidente Sarney, prometo amanhã voltar à minissérie.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Jorge Viana, inscrito na lista de oradores. *(Pausa.)*

Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador José Sarney, Srs. Senadores e Sras Senadoras, temos lá em Roraima um problema antigo e de fácil solução, que, no entanto, por um inexplicável posicionamento da Petrobras, nós nunca resolvemos.

Desde o governo do então Governador Neudo Campos e, depois, no mais recente governo do Governador Ottomar Pinto, estivemos na Venezuela. Na última vez com o Governador Ottomar Pinto, o atual

Presidente Chávez disse que estaria disposto a exportar combustíveis (gasolina, *diesel* etc) para Roraima sob as mesmas condições que fazia para Municípios vizinhos da Colômbia, isto é, aos preços que a Venezuela pratica, preços que, na verdade, são quase um décimo do valor da gasolina que pagamos lá em Roraima, distribuída pela Petrobras.

Qual é a solução que pedíamos? Que a Petrobras fizesse a importação, através da sua distribuidora, e um levantamento histórico da média de gastos de gasolina e óleo *diesel* durante cinco anos. Que então estabelecesse uma quota para importação e fosse reajustando de acordo com o número de veículos que houvesse.

Pois bem, estivemos com o Presidente Lula, que se mostrou também, à época, simpático à ideia. E as tratativas andaram. Chegamos a conversar no Ministério de Minas e Energia, na Petrobras. Terminou que a coisa nunca aconteceu, porque, segundo informações, a Petrobras teria alegado que, se fizesse isso com Roraima, teria que fazer também com o Rio Grande do Sul, com o Paraná, enfim, com Estados que fizessem limites com outros países produtores de petróleo – e não sei se tem algum país que produza gasolina e seja tão barata quanto a da Venezuela.

Pois bem, não se resolve legalmente o problema da importação do combustível da Venezuela para Roraima, e o que acontece desde aquela época – e já são quase dez anos – é que na prática a gasolina consumida em Roraima é contrabandeada da Venezuela. Imagine que você, só ao atravessar a fronteira, deixa de pagar uma gasolina próxima de R\$3,00 e vai pagar a gasolina em torno de R\$0,50. É querer muito que alguém que more em Roraima continue pagando essa gasolina mais cara, seja ela na capital Boa Vista ou em outros municípios.

Então, existe uma permanente prática do contrabando da gasolina e do óleo *diesel* da Venezuela. As reservas indígenas, Senador Paim, estão transformadas em depósitos de combustível contrabandeado, porque se usa o mecanismo de colocar tambores de gasolina nas reservas indígenas, onde há dificuldade de fiscalização, e depois é fácil contrabandear, segundo informações de que disponho, até para os próprios postos revendedores de gasolina no Estado.

Então, é um contrassenso um Estado distante como Roraima não poder se beneficiar de alguma coisa que está lá colocada à disposição, inclusive com a boa vontade do Presidente Chávez.

Quero, portanto, até ler matéria de hoje do jornal **Folha de Boa Vista** que tem o seguinte título: “Polícia estoura local que vendia gasolina trazida da Venezuela”. Aparece uma **pick-up** da Polícia Federal lotada de tambores com gasolina e o texto diz que:

Em investigação iniciada após duas prisões em flagrante, por contrabando de combustível em Pacaraima, na última sexta-feira, a Polícia Federal conseguiu chegar a um posto clandestino de combustível no bairro Centenário. Com a descoberta, outras duas pessoas foram presas e encaminhadas para a penitenciária agrícola. No fim de semana, aproximadamente 1.500 litros de gasolina foram apreendidos. O nome dos envolvidos foi preservado.

Então, quero dizer, como parlamentar de Roraima, que é inacreditável que soluções tão simples neste País não sejam adotadas e que se abra caminho, Senador Capiberibe, para o contrabando, para a ilicitude, porque nossas fronteiras são despolicizadas, já que temos um contingente de policiais federais pequeno, de policiais rodoviários pequeno. A fronteira, na verdade, não tem só uma passagem. Ela tem uma passagem oficial, mas “n” caminhos colaterais por onde esse combustível passa.

Espero, nesse momento em que a Polícia Federal faz essa constatação, que a Presidente Dilma – vou fazer um expediente formal à Presidente para solicitar – retome esse assunto, analise novamente e possa autorizar a Petrobras. E a Petrobras também deve analisar o que fazer. Precisamos acabar, portanto, com a ilicitude, com o contrabando, com a perda, portanto, de impostos legalizando a importação do combustível da Venezuela. Ganha a população de Roraima, que é uma população que está a 800Km de Manaus, no extremo norte do País. Seria um incentivo a mais, até para baratear o transporte, para baratear a atividade agrícola e todas as atividades produtivas que ainda são incipientes no meu Estado.

Então, quero pedir a V. Ex^a, Senador Sarney, que autorize a transcrição na íntegra dessa matéria.

Quero aqui, portanto, reiterar à Presidente Dilma que vamos reanalisar esse antigo pleito do Estado de Roraima, que, repito, foi feito inicialmente pelo Governador Neudo Campos, que avançou bastante, e, depois, pelo Governador Ottomar, que praticamente ultimou tudo. O Governo venezuelano estava de acordo e o Governo brasileiro surpreendentemente não levou à frente, não concordou, embora seja insignificante o consumo de combustível que existe no meu Estado comparativamente com o que é consumido no Brasil.

É importante que façamos essa reclamação, esse pleito, essa denúncia para que, de fato, esse assunto volte a ser tratado pelo Governo brasileiro. E que possamos fazer um entendimento. Tenho trazido aqui denúncias de situações vexatórias por que têm passado os brasileiros que vão à Venezuela. Inclusive os brasileiros que vão à Venezuela atravessam a fronteira para abastecer seus carros, porque, abastecendo lá, por exemplo, na cidade

de Santa Elena, que é na fronteira com o Brasil, roda com preço, digamos, dez vezes menor.

Por mais que existam aparentemente assuntos mais relevantes, esse é muito relevante. Ele envolve, primeiro, contrabando e, segundo, utilização das reservas indígenas como depósito de combustível, colocando, por fim, um conjunto de pessoas que têm a sua distribuição, os postos de gasolinas legalizados à mercê de ter que ceder, como é o caso aqui de um posto em um bairro, e comprar o combustível contrabandeado, misturá-lo, quem sabe, com o da Petrobras

e vendê-lo ao preço da gasolina brasileira, comprando pelo preço da gasolina venezuelana.

Então, é um contrassenso que espero que seja corrigido pelo Governo brasileiro.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR .MOZARILDO CAVALCANTI.
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*



Polícia estoura local que vendia gasolina trazida da Venezuela

Fonte: a A A A

YANA LIMA

Em uma investigação iniciada após duas prisões em flagrante por contrabando de combustível em Pacaraima, na última sexta-feira, 3, a Polícia Federal (PF) conseguiu chegar a um posto clandestino de combustível no bairro Centenário. Com a descoberta, outras duas pessoas foram presas no sábado, 4, e encaminhadas para a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, totalizando quatro prisões no fim de semana e aproximadamente 1,5 mil litros de gasolina apreendidos. O nome dos envolvidos foi preservado.

Ao conduzir os primeiros presos para o Instituto Médico Legal (IML), onde foram realizados os procedimentos antes do envio ao sistema prisional, a equipe da PF em Pacaraima recebeu a informação de um posto clandestino que estaria recebendo combustível venezuelano para posterior revenda.

No sábado, os agentes mostraram o local (instalado em uma casa na rua Imperatriz, bairro Centenário) para a abordagem chefiada pelo delegado Rodolfo Saldanha. Durante a ação foi constatado o estoque de grande quantidade de gasolina, momento em que foi dada a voz de prisão para o dono da casa/posto clandestino e para um "pampeiro" – expressão vulgarmente usada para designar motoristas que contrabandeiam combustível do país vizinho – flagrado ao fornecer mais gasolina para o local.

Os aproximadamente 1,5 mil litros do combustível estavam armazenados de modo a gerar alto risco de explosão, por estar acondicionado em um cômodo fechado, com fiação elétrica exposta e inclusive com uma máquina de lavar em funcionamento no momento da abordagem.

Na casa havia grande quantidade de tonéis etiquetados com nomes que podem ser de eventuais compradores ou ainda a identificação dos fornecedores para posterior acerto de contas. Os envolvidos ainda serão investigados e o combustível apreendido será encaminhado hoje para a Receita Federal.

Os acusados foram autuados por ameaça à vida e formação de quadrilha. No caso do dono do posto, há autuação por receptação qualificada, uma vez que era ciente de que o combustível era fruto de contrabando. Já ao "pampeiro" também incide o crime de contrabando. As penas para estes crimes são de três a oito anos pelo perigo de explosão; três a oito anos por receptação qualificada; um a três anos por formação de quadrilha e um a quatro anos pelo contrabando.

O delegado Rodolfo Saldanha explicou que embora não haja uma determinação de crime para quem compra combustível ilegal, a maior penalidade que o comprador pode sofrer é um risco a uma eventual explosão ou outro dano, além de o consumidor colaborar para a prática delituosa. "Apesar de ser uma prática socialmente aceitável, é extremamente danosa, pois o risco é muito grande de que vidas sejam ceifadas de forma irresponsável", frisou a autoridade policial.

Ele aproveitou para pedir a colaboração da população, para que outros pontos de venda clandestina de gasolina sejam denunciados para a Polícia Federal uma vez que a estocagem fora dos padrões regulamentados representa um perigo iminente de explosão.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. José Sarney, Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ciro Nogueira, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ciro Nogueira. Bloco/PP – PI) – Com a palavra o nobre Senador Pedro Taques. (Pausa.)

Parece que o nosso Senador Pedro Taques está ausente. (Pausa.)

Com a palavra o nobre Senador Rodrigo Rollemberg. (Pausa.)

Ausente.

Com a palavra a Senadora Marta Suplicy. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Sérgio Souza. (Pausa.)

Ausente.

Com a palavra o Senador Lauro Antonio. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Presente, agora com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro. V. Ex^a dispõe de 20 minutos. (Pausa.)

O Senador Mozarildo fez uma solicitação. V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento da publicação. (Pausa.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Ciro Nogueira, V. Ex^a deveria estar no Ministério das Cidades. Tenho certeza disso, Senador Ciro.

Sr. Presidente Ciro Nogueira, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, vou abrir os trabalhos legislativos neste ano de 2012 com um pronunciamento dividido em três partes.

Primeiro, Senador Jarbas Vasconcelos, quero festejar o leilão das privatizações dos aeroportos.

O PT, Líder Walter Pinheiro – V. Ex^a estreia na Liderança do Partido dos Trabalhadores –, deveria pedir desculpas ao PSDB, ao nosso Líder, Senador Alvaro Dias. Senador, o PT criticou e sempre critica em todos os processos eleitorais o PSDB por ter iniciado corretamente a privatização de alguns setores em que o Governo não deve estar presente. Onde a iniciativa privada pode e deve atuar, os recursos estatais, governamentais, devem ser utilizados em benefício da sociedade, em outras áreas importantes. E o PT sempre se coloca contrário a utilizar recursos, como foi na telefonia, com êxito, com sucesso, e, agora, com um atraso de nove anos, ele se rende à realidade e abre a privatização para o setor aeroportuário, com

sucesso, com sucesso. Arrecadou R\$24,5 bilhões em três aeroportos e fez errado. Tem de aprender a lição, porque, junto com Guarulhos e com Brasília, Senador Mário Couto, deveria ter colocado aeroportos da nossa região amazônica, que são deficitários, junto com aeroportos que são superavitários, como o de Macapá, para contrabalançar e para que pudessem ser oferecidos serviços aos usuários em condições de boa utilização.

O caminho é este: tem de melhorar. E, aqui, estamos para aplaudir e dizer que antes tarde do que nunca.

O tão propalado sucesso no leilão de três dos principais aeroportos do País, anunciado ontem, serviu, como eu disse, para comprovar o que há muito já se sabia, mas que só o PT não admitia: a privatização é a melhor saída para melhorar a nossa infraestrutura e para impulsionar o crescimento nacional. Depois de anos sendo vilipendiado pelo petismo, o modelo vitorioso retorna à agenda do País.

Os consórcios vencedores se dispuseram a pagar R\$24,5 bilhões pelas outorgas para exploração dos aeroportos de Guarulhos, de Viracopos e de Brasília. O valor equivale a quase cinco vezes o lance mínimo de R\$5,5 bilhões fixados pelo Governo. E é importante dizer à Nação brasileira que esse lance de R\$5,5 bilhões já foi aumentado por solicitação do Tribunal de Contas da União (TCU). O Governo queria um lance menor, e o TCU mandou subir o valor do lance.

Os pagamentos serão feitos ao longo do período de concessão, que varia de 20 a 30 anos. O dinheiro alimentará o Fundo Nacional de Aviação Civil, um fundo estatal destinado a bancar obras em aeroportos de menor movimentação que não são passíveis de privatização. Com cerca de R\$1 bilhão disponíveis por ano, o Governo não terá mais, portanto, qualquer desculpa para deixar o setor no estado de penúria em que esteve nos últimos anos.

No entanto, esse sucesso de ágio camufla uma situação bastante preocupante: na disputa de ontem, os grandes grupos de empreiteiras ficaram fora do pódio. Todos os consórcios vencedores têm um histórico de problemas em negócios realizados num passado bastante recente. O consórcio que levou o aeroporto de Brasília, com ágio de 673%, é formado pela Engevix e pela argentina Corporación América, que afundou em crise ao pagar preços altíssimos pelos aeroportos do país vizinho nos anos 90. É o mesmo que arrematou o aeroporto de São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande

do Norte, em 2011, e ainda não conseguiu estruturar-se para se financiar. Com dívidas de US\$600 milhões e com atrasos no cronograma de investimentos, o grupo conseguiu, em 2007, renegociar o contrato, trocando dívida por uma participação de 20% do Estado.

Já o consórcio que ofereceu R\$16,2 bilhões por Guarulhos tem forte participação de fundos de pensão de estatais, como Previ, Funcef e Petros, que integram a Invepar. Trata-se da mesma operadora do Metrô do Rio, serviço que é alvo de críticas frequentes e cuja qualidade considera-se ter piorado depois que passou para as mãos do grupo.

Por fim, o consórcio que assumirá o aeroporto de Viracopos traz na sua composição a mesma empresa que, em 2009, venceu um leilão do governo de São Paulo para administrar uma das rodovias do Estado, a Rodovia dos Trabalhadores, e não conseguiu apresentar garantias e foi desclassificada em favor da segunda colocada, a Eco Rodovias.

A jornalista Miriam Leitão destaca comentário de um especialista em aviação em seu artigo de hoje, no jornal *O Globo*:

O que achei estranho é que os grandes operadores – aeroportos como os de Cingapura, Zurique e Houston – perderam. Também ficaram de fora as empreiteiras mais sólidas, como Odebrecht e CCR. O ágio foi alto, mas se fosse com os grandes operadores, tudo bem, por que eles estão acostumados a tirar leite de pedra, mas os pequenos, talvez não.

Portanto, é uma privatização baseada na forte participação estatal, por meio dos fundos de pensão e de operadores aeroportuários menores no jogo mundial, sem falarmos na mais uma vez generosa participação do BNDES.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tais dúvidas, porém, não excluem uma constatação evidente e relevante: é preciso acelerar a concessão dos demais aeroportos brasileiros passíveis de privatização. Na lista, estão Galeão, Confins e Recife, que o Governo estima só ofertar no ano que vem, mas que também já estão igualmente estrangulados e mereceriam ter o processo de concessão antecipado.

Tomara que essa nova licitação venha com aperfeiçoamentos que permitam a participação das grandes e experientes operadoras do mundo!

Ainda vale, aqui, destacar o comentário do jornalista Celso Ming, em sua coluna de hoje no Estadão:

“O principal fator desse sucesso [do leilão] está em ter demonstrado definitivamente que a transferência da gestão de importantes serviços públicos para o setor privado é o único modo de garantir rápido avanço à infraestrutura do Brasil”.

Enfim, vemos as privatizações renascerem triunfantes. Acho que o debate sobre as privatizações tomará novo contorno a partir de hoje.

O PT venceu três eleições fazendo terrorismo com as privatizações. Em 2002, conseguiu convencer amplas camadas do eleitorado de que as formidavelmente bem-sucedidas privatizações da Telebrás e da Vale eram um mal para o País. Em 2006 e em 2010, acusou seus adversários de quererem privatizar a Petrobras, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Era só terrorismo eleitoral. Agora, dado o desastre em que se encontra a infraestrutura aeroportuária brasileira, o Partido não teve saída e resolveu fazer o óbvio, chegando aonde estavam os adversários que tanto demonizou, só que com quase quinze anos de atraso. A privatização dos aeroportos, que é bem-vinda, também é a evidência de uma fraude, a do discurso petista.

Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella, quero deixar inserida nos Anais do Senado a mensagem do Governador Simão Jatene, do Estado do Pará, à Assembleia Legislativa do nosso Estado, encaminhada aos Srs. Deputados na abertura da Sessão Legislativa de 2012. Peço que ela seja inserida nos Anais na íntegra. Encaminho-a à Mesa. Farei aqui apenas alguns registros que acho importantes para conhecimento não só de todos os paraenses, mas, em especial, de todos os brasileiros.

De 2006 a 2010, não só eu, o Senador Flexa Ribeiro, como também o Senador Mário Couto fizemos comentários sobre o desgoverno do PT no nosso Estado. Eu tecia esses comentários lamentando muito, porque eu gostaria de vir à tribuna para anunciar os avanços e a melhoria da qualidade de vida de todos os paraenses. Aquilo tudo que registramos da tribuna ao longo desses quatro anos em que o Pará recuou, ao invés de avançar, ficou registrado nos números e no recuo da qualidade dos serviços que foram ofertados de 2006 a 2010 à população do nosso Estado. A mensagem que o Governador Simão Jatene encaminhou à Assembleia no dia 1º de fevereiro, na abertura dos trabalhos legislativos de 2012, demonstra exatamente isso.

Disse o Governador Simão Jatene na sua mensagem:

O desequilíbrio nas contas públicas, já manifestado nos dois anos anteriores [anteriores a 2010], tendia a se agravar, como bem mostra o Resultado Primário de 2009 [ou seja, em 2007 e em 2008], negativo em 43 milhões de reais e que, em 2010, alcançou a nada desprezível cifra de 443 milhões de reais, também negativa.

O balanço financeiro do Estado do Pará em 2010 apresentou saldo negativo de R\$433 milhões!

Continua o Governador:

No que se refere ao Resultado Primário de 433 milhões de reais negativos em 2010, conforme mencionado anteriormente, em 2011 [agora, no primeiro ano de gestão da nova gestão do Governador Simão Jatene, do PSDB], o Pará voltou a apresentar um valor positivo que, superando as expectativas, alcançou, pela metodologia do Programa de Ajuste Fiscal, 811 milhões de reais, dos quais, mesmo retirando despesas empenhadas e não liquidadas e as cotas disponíveis a empenhar, ainda atinge 344 milhões de reais, ou seja, muito superior, inclusive, ao compromisso de 51 milhões de reais, assumido pelo governo anterior como meta no Programa de Ajuste Fiscal assinado com o Governo Federal.

Então, Deputado Paxiuba, Deputado Federal pelo PSDB do meu Estado que nos honra com sua visita no plenário do Senado Federal, o Pará saiu do desgoverno do PT, em 2010, de um déficit fiscal de R\$433 milhões para um superávit de R\$344 milhões.

Por outro lado, refletindo o esforço de racionalizar gastos e buscar eficiências, as chamadas despesas correntes, que correspondem à manutenção da 'máquina pública', as quais, em 2010, já haviam alcançado 2,6 bilhões de reais, graças aos mecanismos de controles adotados, em 2011, foram de apenas 2,4 bilhões de reais, número inferior até mesmo ao que foi gasto em 2009, num indicativo claro do sucesso das ações adotadas.

Ou seja, o governo do PSDB de Simão Jatene gastou, em 2011, menos do que o Governo do PT gastou em 2009. Portanto, atendeu à população, em 2011,

com mais eficiência e com melhor qualidade, gastando menos do que o desgoverno do PT gastou em 2009.

Do mesmo modo, garantiu a admissão de aproximadamente cinco mil concursados, cujos prazos de validade dos referidos concursos estavam prestes a expirar, resgatando o compromisso de avançar na profissionalização da administração pública.

(...)

As experiências do governo regional em Santarém e em Marabá nos proporcionaram conhecimentos que nenhum estudo, nenhuma pesquisa pode oferecer.

(...)

Na saúde, conseguimos avanços inegáveis durante o ano. Eleito como prioridade absoluta, o fim da angustiante fila de espera por hemodiálise, por parte de cidadãos com insuficiência renal, (...) foi alcançado nos dez primeiros meses do ano, graças à distribuição de cem aparelhos de diálise nos municípios-polo do interior e na capital, onde também foi inaugurado o Centro de Hemodiálise Monteiro Costa, além da implantação da primeira unidade pediátrica de hemodiálise do Estado, na Santa Casa.

Com o objetivo de aumentar a disponibilidade de equipamentos de saúde pública para a população, atenção especial foi dedicada ao Hospital de Tailândia, que, com estrutura física praticamente pronta desde 2006, padecia de indefinições quanto a equipamentos e gestão, sem abrir as portas para a população, o que só veio a ocorrer, efetivamente, em 2011, quando foi organizado e entregue para a administração do Município.

A população do Estado do Pará sabe que esse Hospital de Tailândia, um hospital regional, ficou praticamente pronto em 2006. Por quatro anos, não foi colocado em funcionamento pelo governo do PT, da ex-Governadora Ana Júlia, só entrando em funcionamento efetivo a partir de 2011.

No mesmo sentido, buscou-se dotar Belém de um novo hospital público, expandindo o número de leitos e reduzindo as filas de pacientes que aguardavam para realizar cirurgias. O Centro Hospitalar Jean Bitar, com 80 leitos, 23 para UTI e sete salas cirúrgicas, tem permitido

reduzir filas, particularmente de pacientes não oncológicos que disputavam espaço no Ofir Loyola, que assim pode ter uma ala liberada para a reforma já em curso.

Ainda no que se refere à saúde, as obras de ampliação da Santa Casa, que enfrentavam problemas físicos e financeiros, foram retomadas e serão concluídas este ano. Do mesmo modo, a construção do Hospital Oncológico Infantil, iniciada ainda no nosso governo e que foi praticamente paralisada, ganhou ritmo, o que, além de visível, permitirá sua conclusão até o final de 2012. Quanto aos hospitais regionais, inaugurados na nossa gestão anterior, instalaram-se novos serviços, e, para 2012, além do início da construção de um novo Hospital em Itaituba [que é sua terra, Deputado Paxiuba], já se determinou a ampliação dos hospitais de Santarém e de Marabá, bem como o início do programa de requalificação dos hospitais municipais.

(...)

De certa forma desidratado no período 2007/2010, o Pró-Paz foi retomado com todo vigor em 2011 como ferramenta fundamental para a redução da violência e para o combate à criminalidade, transformando-se num dos pilares da prevenção.

Nesse sentido, além das atividades ligadas ao 'Pró-Paz Cidadania', que chegou a fazer em 2011 mais de 350 mil atendimentos, o 'Pró-Paz Integrado' foi reformado para melhorar o atendimento das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, e foram ainda implantados quatro polos do 'Pró-Paz nos Bairros', Guamá, Terra Firme, Benguí e Marituba, levando atividades ligadas à cultura, esporte e lazer, exercitando cidadania com mais de duas mil crianças e jovens de 8 a 18 anos.

Na área da segurança, "o policiamento ostensivo foi ampliado, e entraram em operação 700 viaturas novas, mais potentes, confortáveis e monitoradas".

Na área da educação, "na primeira semana de janeiro de 2011, notícias informavam o desabamento de sete escolas, indicando o grau de precariedade e a falta de manutenção da rede física".

Prossegue o Governador:

(...) mesmo considerando as fortes restrições financeiras, foram realizadas reformas em mais de 100 escolas em vários Municípios. Estão em construção 28 escolas, sendo 11 técnicas e 17 indígenas, das quais sete já estão prontas. O governo iniciou a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações, PCCR dos professores, e vem lutando para garantir o pagamento do piso do magistério. Promoveu a capacitação de aproximadamente 20 mil professores, inclusive da rede municipal, tendo distribuído, quando da realização da Feira do Livro, o Cred-Livro para 18 mil docentes estaduais.

(...)

E o mais interessante, 380 mil alunos receberam uma alimentação saudável com frutas, verduras e iogurtes regionais, além das proteínas e do indispensável arroz com feijão.

No ensino universitário, novos cursos foram implantados no interior, como o de Desenho, em Paragominas; Enfermagem, em Conceição do Araguaia; Biomedicina, em Marabá; Engenharia Ambiental, em Altamira; e Tecnologia de Alimentos, em Salvaterra.

Em 2013, próximo ano, o curso de Medicina será implantado pela Universidade do Estado do Pará (Uepa) no sul e no sudeste do Pará, no Município de Marabá.

Para terminar, Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella, peço a V. Ex^a, como eu disse no início, seja inserida, na íntegra, nos **Anais do Senado** a mensagem do Governador Simão Jatene aos Deputados da Assembleia Legislativa do Pará por ocasião da abertura da Sessão Legislativa ocorrida em 1º de fevereiro de 2012.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**MENSAGEM DO GOVERNO DO PARÁ
À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARÁ**

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados,

Na honrosa condição de Governador do Estado e em obediência aos preceitos constitucionais que jurei defender, submeto à apreciação desta Assembléia Legislativa um balanço das ações do governo no ano de 2011, com os principais resultados alcançados além de indicativos das ações para 2012.

Há exatamente um ano expus as senhoras e senhores, e a toda sociedade paraense, o preocupante quadro de dificuldades a ser enfrentado, tal era àquela altura a situação de desequilíbrio financeiro, o acúmulo de dívidas e a desorganização da gestão pública no Estado. Ainda que com base em informações que o tempo mostrou serem menos grave que o real desafio, o fiz para demonstrar a urgência de um esforço coletivo e de um pacto social, bem como a necessidade de estabelecer uma linha demarcatória, um ponto de partida que permitisse ao governo se avaliar e ser avaliado.

Na mesma ocasião, porém, também vaticinei que se o desafio era grande, não era impossível de ser vencido. E que essa era a nossa obrigação, minha e dos senhores, eleitos pela vontade e esperança da maioria do povo paraense. Após doze meses de luta, percalços e vitórias, posso afirmar que o cenário já é outro, o pior da tempestade passou. Mesmo que muitos danos ainda precisem ser recuperados, o Pará está pronto para seguir adiante, para uma nova etapa, e é preciso e justo dividir isso com cada um dos paraenses.

Longe de mim a pretensão ou ingenuidade de achar que tudo está resolvido, que os problemas desapareceram e que vencemos a batalha final. Sei que, até pela condição humana, não há vitória definitiva ou permanente, pois, como na vida, a administração pública é uma eterna renovação de desafios a superar. Mas há também, como na vida, momentos de celebrar conquistas. E este é um deles. Com o apoio político desta Casa, a compreensão da sociedade, a dedicação e o talento dos servidores do Estado, o Pará reequilibrou suas finanças, e está pronto para retomar os investimentos e o crescimento. O Estado terminou o ano melhor do que começou.

Senhoras e Senhores Deputados,

Inequivocamente, 2011 foi um ano atípico e de grandes desafios para todos nós paraenses. O desequilíbrio das contas públicas, já manifestado nos dois anos anteriores, tendia a se agravar, como bem mostra o Resultado Primário de 2009, negativo em 42 milhões

de reais e que em 2010 alcançou a nada desprezível cifra de 433 milhões de reais, também negativa.

No mesmo sentido, compromissos assumidos e não honrados que atingiam desde a Secretaria do Tesouro Nacional, a fornecedores e até mesmo servidores públicos, levavam a perda de credibilidade e desorganização da administração estadual, impondo um quadro de fortes restrições a qualquer negociação e a redução quantitativa e qualitativa na prestação de serviços, deteriorando a infraestrutura e os equipamentos públicos.

Longe do olhar e da compreensão do homem simples e da opinião pública, a desorganização das contas e da gestão pública, por sua vez, potencializavam a estrutural insuficiência de recursos da administração estadual, contribuindo para desqualificar políticos e política e reduzir a auto estima dos paraenses, abalando os pilares da própria organização social do Estado, o que só não alcançou, a época, dimensões insustentáveis, em função do grande volume de operações de crédito realizadas.

Urgia reverter essa tendência, que parecia se consolidar levando o Estado ao caos profundo. Para evitar o que se configuraria uma catástrofe, medidas emergenciais foram adotadas, desde a prosaica, mas absolutamente necessária, economia de material de expediente até a suspensão de novos investimentos, salvo para os setores de saúde, segurança e educação. Planos de ajuste foram desenhados e negociações políticas com Brasília foram encetadas. O controle rigoroso dos gastos foi acompanhado do dobrado esforço de aumentar a arrecadação.

Reforçando o caráter atípico e a complexidade de 2011, cabe aqui lembrar que no curso desse ajuste fiscal, que, felizmente, já apresentava sinais de sucesso, fomos todos nós, paraenses por nascimento ou adoção, instados a participar de um plebiscito que independentemente do seu objetivo ou resultado, lamentavelmente, pela forma açodada e elevado grau de incerteza sob o qual se realizou, acabou por promover uma forte tensão no seio da sociedade.

Senhoras e Senhores Deputados,

Tudo isso somado poderia ter mergulhado o Estado nas águas turvas da insolvência econômica e da crise social. Alcançar, passo a passo, as metas ajustadas e os objetivos traçados, até permitir que o Estado, ao cabo de um ano, voltasse a respirar e começar a investir, já seria uma vitória maiúscula, que precisa ser reconhecida e partilhada com cada paraense que contribuiu para que isso ocorresse, mesmo diante de toda tensão e emoção do processo plebiscitário, confirmando que a maior riqueza do Estado é a nossa gente,

o nosso povo. E é por ele e pra ele que divido com as senhoras e senhores a alegria de já poder anunciar alguns resultados francamente positivos, que resgatam compromissos assumidos e sinalizam um novo tempo.

No que se refere ao Resultado Primário, de 433 milhões de reais negativos em 2010, conforme mencionado anteriormente, em 2011, o Pará voltou a apresentar um valor positivo que, superando as expectativas, alcançou, pela metodologia do Programa de Ajuste Fiscal, 811 milhões de reais, dos quais mesmo retirando despesa empenhadas e não liquidadas e as cotas disponíveis a empenhar, ainda atinge 344 milhões de reais, ou seja, muito superior, inclusive, ao compromisso de 51 milhões de reais assumido pelo governo anterior como meta no Programa de Ajuste Fiscal assinado com o Governo Federal.

Por outro lado, refletindo o esforço de racionalizar gastos e buscar eficiência, as chamadas despesas correntes, que correspondem a manutenção da “máquina pública”, as quais, em 2010, já haviam alcançado 2,6 bilhões de reais; graças aos mecanismos de controle adotados, em 2011, foram de apenas 2,4 bilhões de reais, número inferior até mesmo ao que foi gasto em 2009, num indicativo claro do sucesso das ações adotadas. Tal sucesso permitiu avanços em várias áreas, inclusive na de recursos humanos, como demonstra o pagamento de mais de 80 milhões de reais referentes a vantagens retiradas indevidamente das folhas de pagamento só do Executivo, nos anos anteriores a 2011, acumulando passivos. Do mesmo modo garantiu a admissão de aproximadamente 5 mil concursados, cujos prazos de validade dos referidos concursos estavam prestes a expirar, resgatando o compromisso de avançar na profissionalização da administração pública. Tudo no esforço de recuperar a credibilidade e os mecanismos de gestão.

Senhoras e Senhores Deputados,

O Pará que emerge da crise financeira e da campanha plebiscitária tem tudo para ser um Estado melhor, mais equilibrado, mais justo, mais consciente das carências do povo em todos os cantos, e também mais unido e preparado para enfrentar os desafios.

Deus queira que tenhamos, todos, serenidade, humildade e maturidade para fazer deste marco o início de um tempo de crescimento, paz, união e fraternidade. Depende de nós, homens e mulheres de boa vontade, reverter o histórico quadro negativo que nos prejudica há décadas. E dois são os caminhos para tal: por um lado, temos que nos unir para aumentar nossa capacidade de luta e defesa externa, e 2012 será de grandes embates federativos. Por outro, temos que assumir que qualquer governo ou oposição tem o

dever de contribuir para a continuidade e melhoria das praticas e políticas positivas, bem como para a revisão e cancelamento de projetos e ações equivocadas, independentemente de interesse partidário.

Só um comportamento coletivo dessa natureza nos permitirá romper com a estrutural limitação de sermos um estado reconhecidamente grande produtor e exportador de recursos naturais e, ao mesmo tempo, contabilizarmos uma renda per capita que corresponde à metade da média nacional e um orçamento estadual por habitante que corresponde apenas a aproximadamente 150 reais por mês.

Sem o acúmulo de conquistas, estaremos fadados a patinar sempre no mesmo lugar, parados no tempo. Criticando uns aos outros sem chance real de vencer nossos dois grande inimigos que são a pobreza e a desigualdade. Para que nada disso seja um exercício vão, de alguém fechado em gabinete a pensar soluções distantes da realidade do povo, é que desloquei o Governo, por duas vezes, ao interior do Estado. As experiências do governo regional em Santarém e em Marabá nos proporcionaram conhecimentos que nenhum estudo, nenhuma pesquisa, pode oferecer. Ouvir a voz do povo, direto e sem intermediários, permite avaliar a real dimensão de suas necessidades. A riqueza desses contatos só encontra paralelo no corpo-a-corpo que se trava durante as campanhas eleitorais, de onde se retiram ensinamentos para todo o período de governo.

Foram esses encontros, somados à experiência de governar o Estado por quatro anos, que forjaram o plano de governo resumido na Agenda Mínima, contemplando ações de atendimento mais básico até investimentos estratégicos. A Agenda Mínima é um documento público dos compromissos assumidos com a sociedade e, como tal, passível de uma cobrança futura. O documento, amplamente divulgado, também sinaliza a transparência como valor fundamental para a administração pública.

Senhoras e Senhores Deputados,

Como já mencionei, 2011 começou sob a égide da economia e corte dos gastos e investimentos. Menos para as áreas em que a falta de investimentos afeta a vida e o futuro do cidadão, às vezes, de modo irreversível. Falo da saúde, da segurança e da educação.

Na saúde, conseguimos avanços inegáveis durante o ano. Eleito como prioridade absoluta, o fim da angustiante fila de espera por hemodiálise, por parte de cidadãos com insuficiência renal, exemplifica bem o que falo e foi alcançado nos dez primeiros meses do ano, graças à distribuição de cem aparelhos de diálise nos municípios-polo do interior e na capital, onde também foi inaugurado o Centro de Hemodiálise Mon-

teiro Costa, além da implantação da primeira unidade pediátrica de hemodiálise do Estado, na Santa Casa.

Com o objetivo de aumentar a disponibilidade de equipamentos de saúde pública para população, atenção especial foi dedicada ao Hospital de Tailândia que com estrutura física praticamente pronta desde 2006, padecia de indefinições quanto a equipamentos e gestão, sem abrir as portas para a população, o que só veio a ocorrer efetivamente em 2011, quando foi organizado e entregue para a administração do município.

No mesmo sentido, buscou-se dotar Belém de um novo hospital público, expandindo o número de leitos e reduzindo as filas de pacientes que aguardavam para realizar cirurgias. O Centro Hospitalar Jean Bitar, com 80 leitos, 23 para UTI e sete salas cirúrgicas, tem permitido reduzir filas, particularmente de pacientes não oncológicos que disputavam espaço no Ofir Loyola, que assim pode ter uma ala liberada para reforma já em curso.

Ainda no que se refere a Saúde, as obras de ampliação da Santa Casa, que enfrentavam problemas físicos e financeiros, foram retomadas e serão concluídas este ano. Do mesmo modo, a construção do Hospital Oncológico infantil, iniciado ainda no nosso governo passado e que foi praticamente paralisada, ganhou ritmo, o que além de visível, permitirá sua conclusão até o final de 2012. Quando aos Hospitais Regionais, inaugurados na nossa gestão anterior, instalaram-se novos serviços e para 2012, além do início da construção de um novo Hospital em Itaituba, já se determinou a ampliação dos Hospitais de Santarém e de Marabá, bem como o início do programa de requalificação dos hospitais municipais.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Muito ainda se poderia falar sobre saúde pública, mas o que foi demonstrado, se nem de longe permite dizer que alcançamos o patamar desejado, do mesmo modo que não elimina a lamentável, ainda que real, possibilidade de ocorrência de situações inaceitáveis, tampouco credencia quem quer que seja a desqualificar os ganhos e avanços obtidos pelas centenas e milhares de pessoas que puderam contar com exitosa experiência do “diagnóstico cardiológico a distância”, da reativação do setor de obstetrícia do Abelardo Santos, ou mesmo dos serviços especializados da UTI coronariana do Hospital das Clínicas ou dos novos serviços implantados na capital e no interior.

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

Se na saúde, ainda que tenhamos sérios problemas a enfrentar, os avanços são incontestáveis, não é diferente quando se busca fazer uma avaliação da

área da segurança pública. Decorrente de causas diversas e se manifestando sob as mais distintas formas, a violência, certamente, está entre os fenômenos que preocupam todas as sociedades e exige a participação de todos no seu combate e redução.

Com essa compreensão foi criado no nosso governo passado o Pro-Paz, programa que apesar de ter origem no Estado se pretende ação pública e coletiva que procura difundir e valorizar a cultura de Paz, único antídoto efetivamente capaz de reduzir a violência.

De certa forma desidratado no período 2007/10, o Pro-Paz foi retomado com todo vigor em 2011 como ferramenta fundamental para a redução da violência e combate à criminalidade, transformando-se num dos pilares da prevenção.

Neste sentido, além das atividades ligadas ao “Pro-Paz Cidadania” que chegou a fazer em 2011 mais de 350 mil atendimentos, o “Pro-Paz Integrado” foi reformado para melhorar o atendimento das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, e foram ainda implantados quatro polos do “Pro Paz nos Bairros”, no Guamá, Terra Firme, Benguí e Marituba, levando atividades ligadas à cultura, esporte e laser, exercitando cidadania com mais de 2.000 crianças e jovens de 8 a 18 anos.

Como parte da estratégia global de combate à criminalidade, procurou-se reestruturar o Sistema e a própria Secretaria de Segurança Pública, reforçando a integração das ações, melhorando o sistema de acompanhamento de ocorrências e a produção de relatórios de monitoramento de resultados, facilitando o planejamento e avaliação das operações realizadas.

Intensificaram-se as ações repressivas e se buscou valorizar a área da inteligência e da polícia científica no sentido de evitar que a impunidade se cristalice como estímulo à reprodução ampliada de ações criminosas. O policiamento ostensivo foi ampliado, e entraram em operação 700 viaturas novas, mais potentes, confortáveis e monitoradas.

Numa experiência nova e ousada, que já vem se demonstrando exitosa, implantou-se a UIPP-Unidade Integrada Pro-Paz, na Terra Firme, operando sob a lógica do policiamento comunitário. Foram mais de 200 profissionais capacitados e a comunidade tem dado depoimentos que estimulam a implantação de novas unidades.

Buscando melhorar as condições de trabalho, bem como a segurança e atendimento da população, foram construídas quatro Unidades Integradas e estão em construção mais nove, com objetivo de atingir a meta de 30 definida na Agenda Mínima.

Do mesmo modo já foram concluídos quatro quartéis para a Polícia Militar e estão em construção mais quatro, além de um especificamente para o Corpo de Bombeiros. Tudo isso, porém, seria incompleto se na estratégia adotada não fosse dada atenção à ressocialização, terceiro pilar de combate à criminalidade.

Entre as lamentáveis marcas do sistema penal brasileiro a reincidência é sem dúvida uma das mais preocupantes. O egresso, após cumprir pena, não raramente encontra grande dificuldade de reinserção no mercado e na vida social, tornando-se presa fácil para o mundo do crime.

Com essa constatação recuperamos e dinamizamos a “Fábrica Esperança”. Programa também implantado no nosso governo anterior, no qual o egresso do sistema penal desenvolve uma série de atividades produtivas com acompanhamento psicossocial, recebendo salário e desenvolvendo novas habilidades e se readaptando a uma nova vida. Atualmente já está em funcionamento a unidade de produção de roupas como: macacões, camisetas, lençóis, etc; no setor de alimentos e comestíveis uma padaria cada vez mais diversificada, enquanto está em fase de conclusão a reinstalação de um Restaurante Popular que também funcionou no nosso governo anterior, mas lamentavelmente havia sido desmontado.

Por outro lado, o governo está trabalhando firmemente com objetivo de ampliar e recuperar o sistema prisional, que nacionalmente é sempre foco de tensões e episódios desagradáveis, enfrentando o problema da superlotação, no que o Pará também, lamentavelmente, não foge à regra geral do País.

Nesse sentido estão em fase de construção 13 novos Centros de Triagem, na capital e no interior do Estado, que no conjunto somam 3 mil novas vagas, ampliando em 50% o sistema prisional do Estado. Dentre esses equipamentos se inclui um centro feminino em Santarém e outro em Marabá, bem como a reconstrução da chamada “colônia” Heleno Fragoso. Tais medidas assumiram um caráter emergencial considerando que, se em dezembro de 2006 o sistema contava com cerca de 6.200 vagas e já abrigava aproximadamente 8 mil presos, em 2011 dispunha de pouco mais de 6.300 vagas para uma população carcerária de quase 12 mil pessoas. Assim, as ações em curso, se não resolvem definitivamente a questão da superlotação carcerária, representam passo importante que só não pode ser interrompido.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputadas e Deputados,

Tais ações, somadas a tantas outras que não cabe aqui explicitar, é que dão sustentação e consistência às

estatísticas analisadas pelo Dieese que, para tristeza daqueles que apostam no pior, apontam a significativa redução nos números da criminalidade, particularmente dos crimes mais violentos, como o homicídio. Por trás das mais de 420 vidas preservadas, que representaram uma redução de mais de 30%, quando se compara o número de homicídios ocorridos só na Região Metropolitana de Belém entre 2010 e 2011, está todo um trabalho e uma decisiva participação da nossa sociedade que sei, como os senhores também sabem, deseja um novo tempo.

O fato de ter recuado entre 2010 e 2011, de 107 mil para 95 mil o número de roubos no Estado, mais do que uma estatística representa o evitar que milhares de pessoas experimentem um constrangimento e perda difícil de ser avaliada por quem, felizmente, não viveu situação semelhante.

Senhoras Deputadas, Senhores Deputados,

Se também na segurança pública é verdade que ainda há muito que fazer, não menos verdadeiro é que os avanços foram incontestes. E o mesmo aconteceu com a Educação.

De mais difícil mensuração por, normalmente, ter resultados menos imediatos, melhorar a Educação, até pela sua condição básica a qualquer estratégia de desenvolvimento, se constitui um dos maiores desafios da nossa sociedade, e preocupação fundamental do governo.

A necessária expansão quantitativa, ocorrida no País nas últimas décadas, resultante da busca da universalização do ensino fundamental, ao tempo que representou avanço inquestionável, aumentou a complexidade dos problemas exigindo mais que nunca a incansável luta pela qualidade, sem deixar que se acumulem novos déficits quantitativos nos demais níveis de ensino.

Isso que já seria matéria de preocupação suficiente para qualquer gestor, assume proporções bem maiores quando recordamos que na primeira semana de janeiro de 2011 notícias informavam o desabamento de sete escolas, indicando o grau de precariedade e falta de manutenção da rede física.

Por outro lado, o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações do magistério, remetido para a Assembleia em 2010, criou uma série de expectativas que não podiam ser atendidas, face a lacunas e incorreções que precisaram ser corrigidas e que exigiram longas negociações.

Desse modo, sem dúvida, a primeira grande tarefa na educação foi recuperar uma certa capacidade de gestão que permitisse iniciar a recuperação da rede física, continuar novas construções paralisadas e iniciar

novas escolas, além de criar as condições objetivas para implantação do PCCR.

Nessa direção, mesmo considerando as fortes restrições financeiras, foram realizadas reformas em mais de 100 escolas em vários municípios. Estão em construção 28 escolas sendo 11 técnicas e 17 indígenas, das quais 7 já estão prontas. O governo iniciou a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações, PCCR dos professores, e vem lutando para garantir o pagamento do piso do magistério. Promoveu a capacitação de aproximadamente 20 mil professores, inclusive da rede municipal, tendo distribuído quando da realização da Feira do Livro o Cred-livro para 18 mil docentes estaduais.

No intuito de ajudar a preparação dos alunos, foram criados o PROENEM e o PROVEST. O primeiro, com auxílio da internet, desenvolveu um forte esquema de envolvimento dos jovens que participam do ENEM, inclusive aplicando provas e divulgando gabaritos, e atingiu até alunos da rede privada. Por outro lado, através de ação presencial, o PROVEST procurou capacitar em Belém e em algumas cidades do interior alunos das escolas públicas interessados em participar do Vestibular.

Numa ação inovadora, junto com a melhoria física das escolas, foi importante a iniciativa de agregar gêneros da agricultura familiar na alimentação escolar na Região Metropolitana de Belém. Três mil produtores rurais passaram a fornecer regularmente para a Seduc. E o mais interessante, 380.000 alunos receberam uma alimentação saudável com frutas, verduras e iogurtes regionais, além das proteínas e do indispensável arroz com feijão.

No ensino universitário, novos cursos foram implantados no interior como o de Desenho, em Paragominas; enfermagem em Conceição do Araguaia, Bio-medicina em Marabá, Engenharia Ambiental em Altamira e Tecnologia de Alimentos em Salvaterra. Todos buscando valorizar as vocações regionais e responder às exigências e demanda locais.

Quanto a ações futuras, cabe registrar o compromisso de iniciar em agosto de 2013 o curso de Medicina em Marabá, para o que já foi autorizado inclusive a realização das obras físicas necessárias. Do mesmo modo que na busca da qualidade do ensino médio, merece destaque o convenio entre SEDUC/MEC e Instituto Unibanco, em fase de assinatura, experiência exitosa em outros Estados, que englobará no Pará, inicialmente, 110 escolas em Belém e no Interior. Finalizando, ressalte-se a elaboração por todo o ano de 2011 de operação de crédito construída conjuntamente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento,

no valor de 200 milhões de dólares, que se encontra em fase final de aprovação, e se destina a financiar amplo programa de recuperação da rede física, forte valorização dos professores e, inclusive, a implantação de um sistema de avaliação da educação no Estado fundado no mérito.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Muito ainda se poderia falar a despeito das ações do governo em 2011, todavia, sem pretender alongar demais essa mensagem, não é possível deixar de fazer, ainda que breve, uma análise dos desafios a ações ligadas à produção, infraestrutura e logística, bem como sobre as ações voltadas à cultura e ao esporte, que tanto nos animam e temperam a vida.

Senhores Deputados,

Se 2011 merece destaque como o melhor ano de que se tem registro no que se refere a saldo de empregos formais, do mesmo modo cabe atenção ter sido o ano em que mesmo sob forte expansão econômica o Estado acabou por apresentar sinais claros e consistentes de mudança na tendência histórica de desmatamento.

Digno de festejo, essa feliz combinação tem origem em muitos fatos, mas sem dúvida dentre eles tem que ser destacado o Programa Municípios Verdes, ao qual já aderiram quase 100 municípios. Fundado na convicção de que quem constrói e transforma a sociedade é a própria sociedade, o programa se realiza através de um grande pacto em torno de determinados objetivos, dentre os quais a redução do desmatamento. Premiando as boas práticas econômicas, ambientais e sociais, desponta como experiência que vem despertando interesse e ganhando espaço, inclusive na mídia nacional e internacional. O programa, que é o elemento central da estratégia estadual de fomentar no Estado atividades economicamente rentáveis, socialmente justas e ambientalmente sustentáveis, temos certeza que será uma bela demonstração de que o povo paraense é capaz de promover o desenvolvimento sustentável.

Falar em atividade econômica e produção nos remete à questão da infraestrutura e logística e, nesse aspecto, faz-se necessário, antes de tudo, observar que aqui reside um dos maiores desafios para qualquer governo no nosso Estado. Primeiro, pela natural discrepância entre as receitas e o volume de recursos necessários à expansão ou mesmo simples manutenção da infraestrutura, especialmente aqui na Amazônia. Segundo, porque provavelmente é nesse segmento que a falta de investimentos continuados, a interrupção de investimentos, provoca uma degradação dos equipamentos e patrimônio que a cada dia impõe

um esforço maior para que se reconstrua um padrão minimamente razoável.

Caso exemplar se depreende de uma avaliação da situação das estradas. A falta de investimento na manutenção das estradas estaduais nos últimos anos, que levou a que a Pesquisa Rodoviária, realizada pela Confederação Nacional dos Transportes, em 2010, constataste a progressiva perda de qualidade das estradas paraenses sob jurisdição estadual ou federal, apontando o estado como uma das situações mais críticas do País, configurou um passivo de difícil reversão.

Longe de mim a leviandade de dizer que esse quadro já mudou. O preço da pavimentação de um Km de estrada, ainda que bastante variado, chega a oscilar entre 500 mil a 1 milhão de reais; como, diante das restrições financeiras já mencionadas, teria sido possível, em tão pouco tempo, reverter o quadro constatado e mencionado pela CNT? Não, a verdade precisa ser dita e os desafios, encarados de frente.

Nesse sentido, o que posso lhes afiançar, bem como a todo povo paraense, é que esforços não estão sendo medidos para que se possa superar essa desagradável situação, e que o primeiro passo, que foi sair da desconfortável situação de desequilíbrio crescente entre receitas e despesas, já foi superado. Assim, posso anunciar que já no próximo mês estaremos inaugurando a implantação e pavimentação da chamada estrada da “Perna-Sul”, que liga o município do Acará à Alça Viária, resgatando um velho sonho de todos que vivem no Vale do Acará, e beneficiando os moradores dessa região que se dinamiza com a expansão da cultura do dendê.

Do mesmo modo, está praticamente concluída e pronta para ser inaugurada a pavimentação do trecho da PA 124, que liga o município de Garrafão do Norte a Capitão Poço. Também está concluída a ponte sobre o Rio Arraia, na estrada que liga Redenção a Conceição do Araguaia, bem como a ligação entre Palestina e a BR 230. Por outro lado, estamos trabalhando na pavimentação e recuperação de várias rodovias, dentre as quais a PA 279, iniciada no nosso governo anterior, paralisada e carente de manutenção. A PA 127; a PA 151; a PA 375; a PA 124 – no trecho Garrafão a Cachoeira do Piriá, a chamada Estrada do Bambu ligando Floresta do Araguaia à PA 150; e tantas outras.

Pela sua importância econômica estratégica e caráter integrador do Estado, determinamos também uma verdadeira reconstrução da Alça Viária, que como todos sabemos, tem trechos construído em solos de difícil acomodação que precisavam de tratamento especial. Assim, também, está em fase de conclusão o

projeto completo de recuperação da PA 150 até Marabá, o qual espero iniciar a execução ainda neste semestre.

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

Faço referência a tais obras sem qualquer outro interesse que não seja demonstrar a V. Exas. que mesmo na adversidade o Estado não parou, e mesmo sem poder investir no volume e velocidade desejável, está presente em todos os setores. Reforçando essa afirmativa, o Asfalto na Cidade, exitoso projeto de apoio ao desenvolvimento urbano e as prefeituras, criado no nosso governo passado, está de volta e já se faz presente em 14 municípios, dos quais Nova Ipixuna e Primavera estão prontos para inauguração agora em fevereiro. Atendendo apelo de lideranças e populações locais, o programa ganhará muito mais velocidade agora em 2012, contribuindo para elevar a autoestima especialmente dos pequenos e médios municípios.

Apoiando o desenvolvimento das cidades e melhorando a qualidade de vida da nossa gente, o Estado, em parceria com a Caixa Econômica e com a Funasa, vem desenvolvendo um forte programa de expansão da infraestrutura urbana, através da implantação, melhoria e expansão de sistemas de abastecimento d'água e construção de casas populares, os quais, juntamente com a retomada do “Cheque Moradia”, agora com uma linha especial para atender pessoas com deficiência, configuram um leque bastante interessante de instrumentos de combate a pobreza e desigualdade.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Para que se tenha uma ideia da ordem de grandeza desses investimentos, no que se refere a abastecimento d'água, o Estado está intervindo em aproximadamente 70 municípios. Isso significa dizer que quase a metade dos municípios do Pará terá melhorado o abastecimento de água nos próximos anos. Isso significa mais saúde, mais qualidade de vida pra nossa gente. Tais fatos são incontestáveis. E mais do que qualquer coisa, representa estímulo e incentivo na busca de novos avanços. O fato de não termos alcançado o que julgamos desejável e até mesmo necessário, não diminui o mérito do que foi obtido. E é esse mérito que quero dividir com os senhores e todos os paraenses.

Senhoras e Senhores Deputados,

Cuidar da elevação da qualidade de vida da população pressupõe, certamente, oferecer cada vez mais amplos e melhores serviços essenciais, e foi o que o governo buscou sem descanso, lutando contra todas as adversidades. E quando falo em essencial, me refiro também à busca incansável das pessoas pela felicidade, pela elevação da auto-estima, tanto quanto pela saúde, segurança e educação. O acesso democrático à cultura,

ao esporte e ao lazer, por isso mesmo, é desde o início um item importante e obrigatório de governo, tanto que ganhou destaque na Agenda Mínima.

Neste primeiro ano de governo, portanto, investimos no retorno e no fortalecimento de eventos musicais que o público consagrou. A música corre no sangue do paraense, que se mostra capaz de ser original e criativo em vários ritmos, e de apreciar todas as manifestações, do mais popular ao mais erudito. O sucesso de eventos como o Festival Internacional de Ópera e o Festival Internacional de Música dá prova disso. As programações intensas do Nazaré em Todo Canto e do Natal com Arte em Toda Parte, com suas misturas de balé clássico, orquestra sinfônica, música folclórica e ritmos regionais, estão sempre repletas de um público receptivo e participativo. E é essa autêntica força popular que torna a música paraense tão rica e variada, agora consagrada no palco paulistano com o Terruá Pará e a um passo de conquistar o Brasil.

O ano também foi marcado pela volta dos grandes eventos esportivos aos nossos palcos, que passaram quatro anos fora do roteiro dos atletas que brilham em várias modalidades. O paraense, mais uma vez, se mostrou um excelente público para eles.

Junto com o Grande Prêmio de Atletismo vieram as maiores estrelas nacionais das pistas. Sediamos aqui o Campeonato Brasileiro de Ginástica Rítmica, as apresentações do nado sincronizado das seleções brasileira e russa, e estamos preparando as piscinas para o Campeonato Sulamericano de Desportos Aquáticos, agora em marco. E para 2016 já temos uma boa notícia: o Pará será subsede das Olimpíadas, sendo o Estado com mais espaços para jogos entre todo o Norte e Nordeste. Isso só faz reforçar uma certeza: somos capazes de nos superar porque temos um povo forte e vencedor. A prova disso: quando todos ainda amargavam a decepção por não poder receber os jogos da Copa do Mundo, o futebol internacional foi responsável pelo momento mais emocionante do ano, tendo como principal destaque ninguém menos que a torcida paraense, que cantou em coro afinadíssimo, à capella, o Hino Nacional Brasileiro para todo o país. O investimento do governo para trazer ao Mangueirão o jogo final do Superclássico das Américas, entre as seleções do Brasil e da Argentina, foi plenamente compensado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Graças às artes dos músicos, dos atletas e, principalmente, do nosso público, o Pará viveu um ano de fortes lembranças. Que as boas memórias se sobreponham às dificuldades e passagens mais amargas, é um desejo demasiadamente humano. Mas é o que

o governo, institucionalmente, com a participação de cada um e de todos, deseja e se esforça por conseguir. Sem querer esquecer as lições de um ano difícil, o que pretendemos é que o paraense seja dignamente atendido em suas necessidades, possa planejar o futuro, e que viva o presente com orgulho de ser o que é, um povo forte e criativo.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Não poderia finalizar essa mensagem sem lhes dizer que é certo que o desequilíbrio das contas públicas gera o caos, amarra o Estado e deixa-o incapacitado para alçar maiores voos. Mas é igualmente certo que o Pará não pode mais prescindir, além do equilíbrio orçamentário, das suas imensas riquezas naturais como fonte de uma vida digna e melhor para todos os paraense. Historicamente temos contribuído de forma efetiva e estratégica para o desenvolvimento brasileiro, todavia, temos que reconhecer que essa condição não tem recebido a contrapartida correspondente por parte da União.

Tal comportamento, não se trata de atitude específica desse ou daquele governo ou partido. Deriva de um sistema federativo esgarçado e que trata de forma até perversa as unidades que têm suas economias fortemente fundadas nos recursos naturais. Por isso, ao tempo que quero agradecer o apoio recebido desta casa, e aqui faço inclusive uma referência especial à oposição, quero mais uma vez convidá-los, bem como a toda sociedade paraense, para juntos empreendermos uma grande cruzada em torno dos grandes interesses do Pará.

O ano que se inicia, para o qual se prevê a redefinição dos critérios e índices de distribuição do FPE, as novas bases dos royalties do petróleo, os novos royalties da mineração, as novas alíquotas para o comércio interestadual, etc. não poderia ser mais propício para um exercício dessa natureza. Estamos sendo chamados a fazer História. Que não nos falte coragem e humildade para levarmos adiante o que nos foi confiado pelo povo do Pará. Que o espírito público prevaleça neste e nos próximos anos, em favor do desenvolvimento continuado do Pará, em favor do povo do Pará, de todos os cantos, vindos de todos os lugares para fazer, aqui, em paz, com Deus, um Estado caboclo, mestiço, alegre, otimista e feliz.

Muito obrigado

Simão Jatene, Governador do Estado do Pará.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Ciro Nogueira, 4º Secretário deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Nós que agradecemos a V. Ex^a, que será atendido de acordo com o dispositivo da Mesa.

V. Ex^a só faltou citar o açaí na merenda daquelas crianças lindas do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Já faz parte da merenda.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Já faz parte da merenda.

Eu gostaria de convidar o Senador Líder do PT, Walter Pinheiro, como orador inscrito. *(Pausa.)*

Eu gostaria de convidar o Senador Anibal Diniz, do bravo Estado do Acre. *(Pausa.)*

Eu gostaria de convidar o nobre Senador da Paraíba, do PMDB, Vital do Rêgo, para fazer uso da palavra como orador inscrito.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Marcelo Crivella, é coisa de Deus começar o ano legislativo, Senador Mozarildo, com a Presidência da nossa sessão comandada por um apóstolo de Deus, homem que eu admiro. Acho que a única divergência que tenho com V. Ex^a é em relação aos *royalties*; no resto, estamos sempre acordes.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Senador; a recíproca é verdadeira.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senadora Ana Amélia, eu queria cumprimentar V. Ex^a, saudá-la, em nome do PP, porque ontem estivemos juntos na posse de um Ministro do Partido Progressista, o paraibano, meu conterrâneo de Campina Grande, Agnaldo Ribeiro. Eu espero que o Ministro Agnaldo, como bem disse no seu pronunciamento, focado na eficácia da gestão, possa traduzir toda a esperança, o anseio da Paraíba e do Brasil nesse Ministério que é um dos de maior complexidade de todo o Orçamento da União. É um Ministério gigantesco, que tem, entre outras missões, a de fazer uma gestão junto às cidades. E as cidades brasileiras precisam se reaquecer nas suas mais diversas problemáticas. Por isso é que nós, de Campina Grande, firmamos o mesmo conceito, a mesma convicção, a mesma confiança em saudar V. Ex^a, que esteve comigo, ontem, na posse do Ministro da Paraíba e do Brasil, Agnaldo Ribeiro.

Sr^{as} e Srs. Senadores, muito se tinha para falar, até porque estamos voltando de um período de experiências dos nossos Estados em que o sentir das visitas que fizemos nas nossas regiões se faz efetivamente

muito presente. E, enquanto posso descer para uma realidade paraibana, para uma realidade nordestina, queria, antes de mais nada, cumprimentar o Governo, como fizeram aqui outros Senadores, colegas de partido, de bancada, pelo gesto moderno, ousado – talvez atrasado, mas ousado – do Governo de investir de forma forte, decidida e determinada na abertura do capital aeroportuário, um dos gargalos mais fortes da nossa infraestrutura.

O sucesso dos leilões que ontem o Brasil viu com um super ágio em Brasília, em Guarulhos, Senador Mozarildo, e em Viracopos, mostra como estávamos pelo menos dez anos atrasados no entendimento de que era necessário criar parcerias para alavancar ou dinamizar o nosso desenvolvimento.

Bom, os aeroportos devem ser os primeiros de uma série de medidas que o governo deve fazer na infraestrutura aeroportuária. Sobre infraestrutura aeroportuária, quero privar-me, excepcionalmente, de tratar da situação do Porto de Cabedelo logo mais.

Mas confesso que, nos últimos dias, acompanhando a crise de segurança pública na Bahia, senti que nós não podemos nos esconder ante uma realidade eminentemente estadual ou pensar, Senador Armando Monteiro, que ela existe apenas na Bahia.

A dificuldade de interlocução do governo baiano com os setores da segurança pública motivaram aquela visão que nenhum de nós gostaríamos de ter: policiais amotinados, o Exército tentando enfrentá-los, uma avalanche de insegurança, o pânico na sociedade, num momento nobre da vida turística baiana e em especial da cidade de Salvador.

Mas, cá com os meus botões, lembrei que no seu Pernambuco já há manifestações parecidas.

Na nossa Paraíba, nós chegamos, Senador Armando, a rasgar uma lei estadual.

Não sei, a sintonia e a sinergia dos Governos pernambucano e paraibano são tão grandes, mas lá, na Paraíba, havia uma lei estadual para promover a recuperação e a reposição salarial dos nossos profissionais de segurança pública, e o Governador, socialista, simplesmente rasgou a lei e não a cumpriu. E há manifestações também das associações de cabos, soldados e oficialatos.

Eu me preocupo exatamente com essa rede que começa a se alastrar no País inteiro, dando conta da necessidade nossa, do Parlamento, de rediscutir, de reaquecer de forma viva e forte a problemática da segurança pública nacional, sobretudo a dignidade salarial dos nossos agentes.

A PEC 300 não pode ser matéria vencida nesta Casa nem no Congresso Nacional.

Entendemos que o Governo e os Governos Estaduais têm limitações, mas não podemos nos esconder numa atitude de omissão ou de cumplicidade, porque o exemplo baiano pode ser vivido em Pernambuco, na Paraíba, em Roraima, em Porto Alegre ou no Rio Grande, meu querido Senador Pedro Simon.

Eu queria trazer essa preocupação à tribuna, despidido de qualquer manifestação de ordem política; muito antes, pelo contrário, convocando e convidando o Governo a viver uma pauta nova, enfrentando essa realidade, que é a realidade do tratamento desumano, injusto que os nossos policiais, no âmbito estadual, recebem, com honrosas e poucas exceções.

Por isso, faço este registro, dizendo que já recebi manifestações da Paraíba de elementos e de lideranças que compõem esse quadro e lhes pedi prudência, em nome da sociedade, porque ninguém, nem a sociedade de Salvador nem a sociedade de qualquer capital, cidade ou Estado pode pagar por, muitas vezes, uma imprudência, uma falta de diálogo do governante com as lideranças.

Este é o apelo que faço, Sr. Presidente, em nome das manifestações que venho recebendo do meu Estado nessa área de segurança pública também.

Falei de infraestrutura e quero referir-me ao papel importante do Porto de Cabedelo, na Paraíba, para o desenvolvimento do meu Estado.

O Porto de Cabedelo, único do Estado, tem mais de 100 anos, visto que foi criado em 1908. Já teve grande importância para a economia nordestina, como destacou a Deputada Federal da Paraíba Nilda Gondim: “Nos anos 60, o porto era referência no Nordeste. Por isso, precisa aprofundar a sua dragagem para voltar a receber navios de grande porte e, assim, impulsionar o desenvolvimento do Estado”. A Deputada complementa com a afirmação de que o aumento da capacidade de operacionalização do Porto de Cabedelo significará um avanço importantíssimo para a economia da Paraíba.

São necessários, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quase R\$200 milhões para modernização dos guindastes, ampliação e aprofundamento dos cais, envolvendo construções de um terminal de múltiplo uso, visando a aumentar a capacidade de estocagem de contêineres. Investir no Porto de Cabedelo para aumentar a sua capacidade de operação é uma providência que estava sendo demandada há muitos anos, tendo em vista as atuais características do transporte marítimo.

Esse porto possui, em média, oito metros de profundidade, mas com a dragagem pode chegar – e deve chegar – ao mínimo de 11 metros de calado. Ainda assim, há especialistas que entendem que ele não poderia receber navios de grande porte, porque necessitariam, no mínimo, de 13 metros de profundidade para operar com segurança.

Além disso, Cabedelo é um porto antigo e, apesar da sua modernização, também apresenta outro problema de difícil solução: o estrangulamento logístico. O Porto de Cabedelo enfrenta dificuldades para o armazenamento de mercadorias. Essa é uma das razões pelas quais 21% dos produtos importados e exportados pela minha Paraíba passam pelo Porto de Suape, em Pernambuco, que já opera com mais de 100% da sua capacidade.

De minha parte, venho fazendo o possível para que o Porto de Cabedelo, o único do Estado da Paraíba, receba a atenção das autoridades competentes, no sentido de modernizá-lo, adequando sua capacidade ao porte da maioria dos navios da atualidade.

Quanto ao Porto de Lucena, também na Paraíba, incluí em minhas emendas individuais ao Plano Plurianual (PPA) recursos para estudo e investimentos naquele porto, que chamamos de “águas profundas”.

Os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental já foram realizados, em Lucena, pelo governo anterior, do Governador José Maranhão, em 2010, e o porto, construído na condição **offshore**, terá 17 metros de profundidade, com capacidade para movimentar 18 milhões de toneladas de carga por ano, tornando-se o maior porto do Nordeste.

O grande diferencial do Porto de Lucena é que ele pode contar com uma área de 10 milhões de metros quadrados, onde podem localizar-se, além de empresas, tanques para o armazenamento de combustíveis e exportação de álcool. Nosso Estado, em termos de proximidade com a Europa, é beneficiado pela ótima localização geográfica.

Esses são alguns dados que trago para V. Ex^{as}, dizendo que o Governo Federal, esse Governo para o qual trabalho, no qual tenho crença e fé, ainda deve muito à Paraíba. Não temos uma obra de infraestrutura importante no Estado pelas mãos do Governo Federal. Para nós, Mozarildo, você que é descendente, através da sua mãe, dos seus avós, a grande obra de infraestrutura que a Paraíba precisa na área marítima, de infraestrutura portuária, é a modernização do Porto de Cabedelo.

O ramal da Transnordestina é outro anseio para o qual alocamos recursos e já contemplamos no PPA – as duplicações das principais rodovias.

Venho fazendo desta tribuna um permanente canto desafiador, para que o Governo Federal possa abastecer o nosso Estado dentro das suas prioridades, com obras infraestruturantes de grande vulto. O Porto de Cabedelo; as duplicações das principais rodovias, especialmente a duplicação da BR-230; o ramal da Transnordestina, que nos liga do porto até a cidade de Cajazeiras, são obras que dão a todos nós a expectativa de um crescimento orgânico, acelerado, forte e capaz. Obras que foram contempladas pelo meu querido Líder do PT, a quem saúdo.

Diziam que você estava quase irreconhecível, mas vejo-o muito bem. Não sei por que essa maldade com você, Pinheiro, com você, meu amigo, grande gestor do plano plurianual. São coisas da vida política, mas receba o orgulho de ter participado com V. Ex^a, receba a satisfação de vê-lo liderando a Bancada do PT, porque, mais do que eu, o Presidente Arlindo Chinaglia, o Senador Acir Gurgacz, que andou com V. Ex^a o Brasil afora, sabem de sua imensa competência, amizade e lealdade com seus amigos. Parabéns, Pinheiro, por essa mais nova função que muito deve honrar qualquer companheiro do Senado!

Eram essas as nossas palavras, Sr. Presidente, registrando novamente a minha preocupação com a expansão do movimento de insurreição na segurança pública do País; as minhas palavras de cumprimento ao novo Ministro das Cidades, e o apelo para que o Governo Federal possa, à luz do PPA, dar à Paraíba o que ela merece, porque é um Estado pobre e precisa sair da estagnação econômica em que vive.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Eu gostaria de fazer uma comunicação enquanto o nosso Líder do PT se prepara para ocupar a tribuna.

Comunico, com profundo pesar, o falecimento do ex-Governador de Sergipe Seixas Dória e requeiro o cancelamento da sessão especial do Senado Federal prevista para o dia 13 de fevereiro de 2012, constante do Requerimento nº 1.573, de 2011.” Esse é o requerimento do Senador Lauro Antônio, do PR de Sergipe.

É o seguinte a comunicação:

COMUNICAÇÃO Nº , DE 2012

Comunico, com profundo pesar, o falecimento do Ex-Governador de Sergipe Seixas Dória, e requeiro o

cancelamento da sessão especial do Senado Federal prevista para o dia 13 de fevereiro de 2012, constante do Requerimento nº 1.573, de 2011.

Sala das Sessões, –


Senador Lauro Antonio
 PR/SE
 Arlindo Chinaglia (PT - Gene)
 Acir Gurgacz (CPP/RS)
 Vital
 (Dória)
 (1.573)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Concedo a palavra ao Líder do PT, Senador Walter Pinheiro.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Marcelo Crivella, Sr^s e Srs. Senadores, meus caros telespectadores da TV Senado, Senador Mozarildo, quero aqui, até aproveitando a generosidade do meu amigo, companheiro de jornada e Presidente da Comissão de Orçamento, Senador Vital do Rêgo, dizer da minha alegria neste momento por estar na tribuna para dar continuidade a um processo que nós tivemos oportunidade de construir durante o ano de 2011. Foi uma experiência, Vital, das mais prazerosas, foi um aprendizado enorme e uma responsabilidade muito grande. Coube à Comissão de Orçamento, portanto à Câmara e ao Senado, a responsabilidade de construir o plano de governo da Presidenta Dilma Rousseff, e fizemos isso com a auscultação da sociedade, das comissões e dos Parlamentares.

A propósito, meu caro Vital, durante o recesso, li matéria cujo autor dizia que nós, em 2011, trabalhamos menos do que em 2010, e fazia uma classificação, Senador Armando Monteiro, nessa matéria, para dizer que a quantidade de projetos apreciada foi muito menor do que em 2010.

Aí eu disse: “Tudo bem”. Liguei, mandei a resposta e só fiz uma comparação. Se a quantidade de matérias votada é o indicativo da produtividade, mandei para ele as 2.200 emendas. Portanto, cada emenda é um projeto

que, votado duas vezes na comissão e duas vezes no plenário do Congresso, representa 8.800 mil votos.

Então, se isso é produtividade, ele deveria ter levado em consideração a apreciação de 8.800 mil matérias – isso só no PPA. No entanto, eu não acho que isso seja produtividade. Eu li, Senador Armando Monteiro, todas as 2.200 emendas dos Parlamentares. Li atentamente as 600 contribuições da sociedade, resultado das 11 audiências públicas pelo Brasil. Fiz isso em conjunto com a Consultoria, passei horas e horas a fio na sala da consultoria, analisando uma por uma; discuti com cada bancada, discuti com cada comissão e ainda tive oportunidade de discutir com cada Parlamentar, para termos oportunidade de construir a várias mãos, sem contar o sem-número de reuniões que fizemos com o Governo para essa questão, para construir uma peça próxima da realidade e encaixada nas necessidades estruturantes e das questões sociais do nosso Brasil.

Portanto, produtividade para mim é isto: mais do que as 8.800 votos. A eficiência não pode ter quantidade. Isso aqui é um Parlamento, Casa de leis, e não fábrica de sandálias. É muito diferente.

E, nessa toada, quero dizer aqui que as minhas primeiras palavras – e não poderia ser de outra forma – são de agradecimento à minha bancada, à bancada do Partido dos Trabalhadores no Senado, ao meu Partido, pela confiança, e aos meus companheiros de jornada no Senado, mas particularmente à minha bancada, que, na quarta-feira próxima passada – portanto, dia 1º –, de forma unitária, escolheu-nos para cumprir, no ano de 2012, a tarefa de liderar a nossa gloriosa bancada, mas principalmente a tarefa de dialogar com todos aqui na Casa, a tarefa de me relacionar, independentemente de base ou oposição, de mesa ou comissão, mas de me relacionar, Senador Crivella, com todos nesta Casa. Portanto, a Liderança nos permitirá cada vez mais estreitar as relações, buscar a média do entendimento, contribuir para que as coisas possam caminhar na linha dessa eficiência. Procurarei corresponder a essa confiança, refletindo a média do pensamento, das atribuições e das demandas da Bancada do PT, não apenas nesta Casa, mas também junto a outra Casa, junto aos Poderes, ao Executivo, ao Judiciário e também, de forma muito clara, na relação com o meu Partido, o Partido dos Trabalhadores.

Sei que terei pela frente a dura tarefa de substituir o competente, o nosso companheiro Humberto Costa, Senador por Pernambuco, que, com seu reconhecido talento, liderou com brilhantismo a nossa bancada durante todo o ano de 2011. O Senador Humberto conduziu a nossa bancada em um ambiente de harmonia, de unidade, inclusive em situações de posições contrárias. Nos momentos de tensão, o meu

companheiro Humberto mostrou ser verdadeiramente um Líder, um timoneiro, em virtude da sua calma, do seu espírito conciliador, da sua busca permanente pela unidade. Essas coisas podem ser enumeradas como uma das inúmeras marcas da gestão do meu companheiro Humberto Costa à frente dessa Liderança, que promoveu a modernização da nossa bancada, da relação com a assessoria e com os outros partidos. Sob seu comando, graças, em boa parte, a esse modo de conduzir todas as questões, desde as mais simples até as mais espinhosas, nossa bancada deu conta do trabalho, nossa bancada atuou unida nessa questão.

Quero também me dirigir particularmente ao meu nobre companheiro, o Senador Wellington Dias, enaltecendo seu gesto de grandeza; e não poderia ser diferente, pois a sua biografia é de grandeza, de gestos extraordinários.

Convivi com o Wellington durante muito tempo na Câmara e tive a oportunidade de compartilhar à distância da sua gestão no Piauí. Em dado momento, até trabalhamos juntos, quando fui Secretário de Planejamento da Bahia e nas inúmeras reuniões de que participei com o Governador do Piauí, quando representei a nossa gloriosa Bahia nas discussões sobre o Nordeste e o Brasil.

Quero agradecer muito essa nobreza do nosso companheiro Wellington, que, num gesto de unidade, retirou sua candidatura, e nós, na condição de bancada, patrocinamos a escolha, por unanimidade, desta nova Liderança.

Faço questão de dizer, meu caro Suplicy e meu caro Paim, que o Wellington estendeu o tapete vermelho para que essa nossa eleição pudesse ser realizada num bom clima; não só na renúncia, mas principalmente na importante tarefa que o Wellington passa a ter a partir de agora, que é contribuir, em nível nacional, na intermediação da bancada com as diversas facetas dos processos eleitorais e municipais, principalmente na relação com os Municípios para essa nossa batalha. Um dos pontos que a Bancada do PT está elegendo como prioritária: o novo pacto federativo nesta Casa, que tem que ser discutido por nós, debatido. Este é o ano em que nós temos que botar o dedo nessa ferida, e o Wellington vai dar uma contribuição enorme nesse sentido. Esse seu trabalho será fundamental para que o Partido dos Trabalhadores mantenha e amplie sua posição em relação às administrações, mas que no Parlamento possamos contribuir com cada canto deste País. Aliás, o calendário eleitoral – e é importante lembrarmos isto – vai efetivamente nos levar à renovação de prefeitos, à recondução de outros ou à de vereadores.

Este será nosso primeiro desafio na liderança: poder continuar o bom trabalho do Humberto, continuar

o bom trabalho nesta Casa. Mesmo em ano eleitoral, que possamos dar respostas positivas a temas fundamentais e ainda conviver com o processo eleitoral.

Vamos trabalhar nessa direção em todo canto do País, mas quero deixar bem claro que essa tarefa da disputa em cada canto será reservada para cada canto. Aqui, a nossa tarefa é exatamente juntar as peças, tentar encontrar o caminho que nos leve a essa espinha dorsal, ao programa que citei aqui antes: ao PPA, que nós aprovamos, meu caro Armando, para que não fiquemos aqui batendo cabeça, ou que olhemos o PPA como peça bonita, mas sem capacidade de execução.

Então, é importante que esse trabalho do Parlamento possa efetivamente construir essa espinha dorsal, encontrar estes dois eixos: o desenvolvimento sustentável com as ações sociais; cuidar do momento de economia delicada, mas continuar investindo na ponta, gerando emprego, estimulando a indústria, ampliando as condições para o consumo, distribuindo renda e, ao mesmo tempo, trabalhando na linha para, de uma vez por todas, buscar eliminar a miséria e a pobreza neste País.

Portanto, são dois pilares importantes: crescer e desenvolver de forma sustentável, mas continuar incluindo as pessoas nesse novo cenário.

O Sr. Armando Monteiro (PTB – PE) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Vou dar o aparte.

Esse trabalho, com certeza, será um trabalho que não farei sozinho. Tenho plena clareza, meu caro Armando, de que contarei, aqui, com diversas colaborações. Mas sou apenas um a mais nesse contexto de Senadores que, com certeza, poderão olhar esse momento a partir dessa visão. E, certamente, tenho essa necessidade de insistir na coesão da nossa base aliada.

A base não pode ter um comportamento somente de obediência, na condição de base aliada, mas deve ter um comportamento de comprometimento de base aliada para um projeto de nação. Nós representamos os Estados. É verdade. Mas ninguém compõe Estado, meu caro Armando, sem Municípios. O cidadão não mora no Estado ou na União, ele mora no Município.

Portanto, essa coesão da nossa base aliada, a própria atuação na relação com a oposição, esses elementos devem, de forma muito vigorosa, levar em consideração aquilo que vamos produzir. Nesse sentido, não devemos medir esforços para alcançarmos um novo pacto federativo que nos conduza à mais justa e equânime distribuição dos recursos entre os entes federados do nosso País.

Um aparte ao Senador Armando Monteiro.

O Sr. Armando Monteiro (PTB – PE) – Meu caro Senador Walter Pinheiro, eu queria expressar publicamente, aqui, do plenário, a minha alegria por vê-lo investido na condição de líder da sua bancada. Parabéns a Bancada do PT pela sua escolha. Conheço V. Ex^a. Tive o privilégio de conviver com V. Ex^a desde a época em que éramos Deputados. Conheço o seu espírito público, a sua firmeza, a sua capacidade de negociação e, sobretudo, a forma como V. Ex^a convive, aqui, com seus pares. É um homem do diálogo; é um homem sempre aberto à discussão e que tem absoluta sintonia com essa agenda, que é de interesse do País. Então, quero me congratular com V. Ex^a. Tenho certeza de que V. Ex^a se desempenhará muito bem no cumprimento dessa nova missão. E quero, por um dever de justiça, tributar também ao nosso companheiro e conterrâneo, Senador Humberto Costa, o meu reconhecimento pela sua atuação parlamentar. Um Parlamentar combativo, firme e que deu uma contribuição importante na condução de sua bancada e também a essa agenda de interesse do País. Portanto, Senador Walter Pinheiro, eu me congratulo com V. Ex^a e formulo os melhores votos de que V. Ex^a tenha uma passagem – e tenho certeza de que será – muito feliz na liderança de sua bancada.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Muito obrigado, Senador.

Eu quero, só para dar uma continuidade, Senador Pedro Simon, e, na sequência, darei aparte a V. Ex^a e ao Suplicy, mas eu quero insistir que só com um novo pacto federativo nós vamos efetivamente dar um fim a essa guerra fiscal entre Estados, tornar mais justa a distribuição de recursos. Com isso, nós vamos fortalecer intensa e internamente e dar maiores condições para que o País possa superar as ameaças externas e continuar com o desenvolvimento local.

Fazemos aqui uma referência muito forte ao fundo especial dos Estados, o Fundo de Participação, sobre o qual teremos que nos debruçar, até por conta da decisão do Supremo Tribunal Federal. Mas é importante lembrar também as medidas para que a gente possa eliminar a pobreza, construir uma Nação forte, trabalhar de forma cada vez mais intensa por essa musculatura em cada Estado, mas concentrar as nossas ações para que, verdadeiramente, com esses pontos, a gente coloque um dedo na ferida nessa questão da reforma tributária. Só assim faremos verdadeiramente esta reforma tributária: a guerra fiscal, o Fundo de Participação dos Municípios, o Fundo de Participação dos Estados, a questão dos *royalties*, tanto do petróleo quanto do setor mineral, a questão do ICMS na importação, o *e-commerce*, ou seja, o comércio eletrônico, as questões dos portos, a forma como nós vamos tratar aqui

nesta Casa as relações entre Estados, de que forma os Estados vão se comportar e a distribuição desses recursos pelo País afora.

Além dessa limitação do ano, o que é natural, porque é um ano eleitoral, mas nós não podemos nos curvar a essa pressão que eu acho que é muito maior, que é a pressão de dar respostas com indicativos de fora para a gente atender a questão da economia aqui de dentro. Essa é uma preocupação? É, mas a gente tem que continuar com o foco a partir dos nossos Municípios, das questões da ponta. Assim nós enfrentamos a crise de 2008 e assim nós vamos ter oportunidade de continuar contribuindo para esse desenvolvimento sustentável com a eliminação ou a redução da desigualdade social em nosso País.

Concedo um aparte ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Nobre Senador, desde a primeira vez em que eu abracei V. Ex^a aqui no Senado, eu dizia a V. Ex^a e a todos que V. Ex^a tinha que ser o líder. Pelo que conhecia de V. Ex^a, da competência de V. Ex^a, mas, cá entre nós, pela sua simpatia, pela sua capacidade de diálogo, de entendimento. Alguns até diziam que V. Ex^a era um homem de muita personalidade e que o líder não pode ter tanta personalidade porque ele tem que ser mais adaptável às circunstâncias. Eu dizia, e V. Ex^a confirmava: não, perder a personalidade V. Ex^a não perderia, mas que teria condições de chegar lá. Vejo com muita felicidade a escolha de V. Ex^a. Olha, se discutimos o líder ou o ministro tal que pode ajudar, que pode prejudicar a Presidente da República, a escolha de V. Ex^a para líder nesta Casa é um fato muito importante. Com todo respeito ao seu antecessor, pelo qual tenho o maior carinho e muita admiração, mas V. Ex^a vai além, porque tem condições de diálogo, de entendimento. A simpatia do seu sorriso, o abraço que V. Ex^a dá, a competência com que diverge e debate, a capacidade que tem de analisar os fatos, e, quando a coisa merece alguma interrogação, V. Ex^a levantar e não por ser líder, obrigatoriamente, defender o indefensável, que não é a maneira de ajudar. Não é. Eu, quando era governador, sempre dizia: não gosto daqueles que batem palmas mesmo quando sei que estou errado. Gosto dos que chegam na minha cara e dizem que estou errado. É um grande momento esse de V. Ex^a. Acho que foi um grande ato do PT. E tenho certeza de que deve ter havido pelo menos o silêncio simpático da Presidência da República, porque a bancada do PT é independente. Mas fico muito feliz, fico muito feliz. E acho que esse assunto que V. Ex^a está abordando não poderia ser um assunto mais importante para o início do debate. Na verdade, V. Ex^a tem toda razão. Esse pacto federativo tem que ser feito de uma vez. O Brasil não pode mais

esperar. Estamos, na verdade, vivendo um momento anárquico. De pacto federativo, não tem mais nada. Se olharmos, o que no Brasil lembra federação? É só esta Casa aqui. O Senado é uma federação. Cada Estado tem três Senadores. São Paulo tem igual ao Maranhão, representam a federação. O que mais? Nada. Acho muito importante termos a coragem, a grandeza... A imprensa disse que se está falando num pacto do entendimento de uma norma tributária e uma nova distribuição dos impostos. E aí dizem: não, porque o Sul tem que ter cuidado, porque... Não acredito. Eu acho que vamos ter entendimento suficiente. Na época, a guerra era para determinar onde ficaria o imposto, o imposto da fábrica de automóvel, e só tinha automóvel, na época, em São Paulo. Quem fica com o imposto: São Paulo que produz o automóvel ou o Rio Grande do Sul que compra o automóvel? Essa era a discussão, e a mesma pergunta se faz hoje: as grandes indústrias estão em São Paulo, ficam com as indústrias ou com os consumidores? Esse é um assunto sobre o qual já há diálogo, já há entendimento, já há compreensão, e acho que V. Ex^a tem razão. De certa forma, perdoe-me a sinceridade, mas fala V. Ex^a como líder e já perdemos um ano. Esse é um assunto para ter começado no ano passado, que, aliás, era o melhor ano para começar. Este ano teremos eleição, teremos confusão, já será mais complicado, mas também, se não começar este ano, não sei mais. Já saímos atrasados um ano, porque era para ser no ano passado, mas, se não saiu no ano passado, que comece agora, porque, se não começar agora, nunca mais. Olha, V. Ex^a não calcula a alegria com que o felicito. É muito bom ser amigo do rei. Embora eu não tenha nada, é muito bom ter como Líder do Governo, Líder do PT, um homem da competência, da simpatia e da capacidade de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senador Pedro Simon, eu só tenho a agradecer a generosidade de V. Ex^a. Meu pai dizia que um homem depois dos 70 – e V. Ex^a está um pouquinho acima – tende inclusive a ser mais generoso, tem a cautela, o ensinamento do tempo; a forma de enxergar não é mais só a do mero olhar. Ele enxerga com o coração, com o sentimento, com a alma. Dizia o meu velho pai que, depois dessa idade, o homem tende inclusive a ter acuidade no olhar, mas, principalmente, a aplicação da sensibilidade no enxergar as coisas. E V. Ex^a é uma dessas pessoas que brinda todos nós com esse comportamento.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy e, depois, ao Senador Paulo Paim. E vou encerrando aqui, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Walter Pinheiro, quero também saudar a escolha

de nossa bancada pelo consenso e entendimento de elegê-lo para ser o nosso líder neste ano. V. Ex^a salientou muito bem o trabalho do Senador Humberto Costa, que, ao longo desse ano, contribuiu para que a nossa bancada andasse de forma muito harmônica. Avalio como importante os passos que V. Ex^a hoje, na primeira reunião para formular diretrizes, colocou muito bem, bem como as preocupações. Dentre os temas importantes, está o pacto federativo. E V. Ex^a aqui salientou a importância de Comissões como a CAE examinarem isso, ainda que haja essa iniciativa do Presidente Senador Sarney de termos uma comissão especial, para daí a CAE examinar. Mas eu quero também saudar o espírito que V. Ex^a colocou hoje na nossa reunião. Inclusive, tivemos a presença do Presidente Rui Falcão na última reunião, em que o elegemos, e naquela ocasião mostrou a sua preocupação com uma boa interação de nossas iniciativas, sempre em diálogo com a direção do partido e também com o Governo da Presidenta Dilma. Permita que eu aqui fale da sua recomendação, que acatei, pois avaliei que seria importante que nós, a partir da experiência tão significativa da visita da Presidenta Dilma a Cuba e dos episódios que lá ocorreram, aqui façamos uma recomendação, tanto ao Governo dos Estados Unidos, quanto ao Governo de Cuba, seja para o fim do bloqueio ou do embargo relativo a Cuba, de parte dos Estados Unidos, como também outros aspectos que têm preocupado, por exemplo, Cuba, como a possibilidade de anistia para aqueles cinco presos cubanos que foram objeto de um livro do escritor Fernando Moraes, assim como também a possibilidade de um apelo por parte dos Senadores com respeito à possibilidade de a Sr^a Yoani Sánchez ter a permissão de visitar o Brasil. E V. Ex^a então avaliou que um tema como esse será muito melhor se for feito com harmonia em relação à direção do partido, ao Governo, e eu acho que foi muito adequado. Até transmito ao Senador Pedro Simon, que disse que gostaria de assinar comigo este requerimento, que então aguardaremos as opiniões que virão para nós. Mas V. Ex^a falou de uma coisa tão bela do Senador Pedro Simon, e é importante saudá-lo e cumprimentá-lo, porque, quando fez aniversário, no dia 31, nasceu a sua neta Isabela, uma razão de grande alegria para ele e sua família.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Suplicy.

Senador Paulo Paim e, por último, Sr. Presidente, só o Senador Jorge Viana. E encerro aqui a minha participação nesta tarde e noite.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Walter Pinheiro, eu vou usar este um minuto só para dizer que eu acompanhava o seu trabalho já como

líder do PT lá na Câmara dos Deputados. E aqui, no Senado, em todos os debates em que eu acompanhei a liderança de V. Ex^a, no debate da Emenda nº 29, no debate da LDO, no debate da Lei de Diretrizes, no debate do salário mínimo, no debate da questão das comunicações, V. Ex^a praticamente orientava, com o seu conhecimento e a sua forma harmoniosa de construir para o coletivo... Inúmeras vezes, a bancada, claro, acompanhando, também sempre o nosso Líder Humberto Costa. Eu tenho certeza absoluta de que, sob a sua liderança, a bancada do nosso partido vai caminhar muito tranquila, e a Presidenta Dilma terá uma bancada aqui, sob a sua orientação, muito positiva e construtiva, até porque V. Ex^a, como foi bem dito aqui pelo Senador Simon, tem uma postura de equilíbrio, olhando para o Palácio, mas olhando muito também para o Parlamento. E isso me agrada. E eu tenho o orgulho de dizer que sou o seu liderado. Um abraço, meu Senador.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Por último, o Senador Jorge Viana.

O Sr. Jorge Viana (Bloco/PT – AC) – Meu caro colega, Walter Pinheiro, eu só quero aqui, bem rapidamente, por conta da compreensão da Mesa, mas eu não poderia deixar de, pelo menos, ficar, neste seu primeiro pronunciamento como líder de todos nós, da bancada, e um dos líderes que já era informalmente aqui nesta Casa e agora formalmente como líder do nosso bloco do PT. Tenho muito orgulho de ser um dos seus liderados. Você é uma pessoa da maior integridade, tem um compromisso com a busca permanente de justiça social, mas é, talvez, um dos mais dedicados Senadores que eu conheci nesta Casa. E foi exatamente isso que nos fez ter um consenso na bancada, depois de ter aí um ano de dedicação do nosso Líder Humberto Costa, que cumpriu um papel extraordinário e que se consolidou como um dos influentes nesta Casa. V. Ex^a tem hoje a missão de nos liderar a todos. Eu queria só deixar aqui o registro de que espero ser um dos ajudadores e que estou seguro da sua disposição de se entregar e se integrar plenamente com os desafios deste Parlamento, com as missões do nosso projeto de governo de governar o Brasil, mas, essencialmente, cumprir o compromisso de servir o povo brasileiro. Então, conte conosco. Sucesso. O Senado e a política só ganham com essa sua ascensão à liderança do PT e do Bloco. Muito obrigado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu que agradeço, Senador Crivella, aos meus companheiros de bancada; aos 12. Portanto, somos uma bancada de 13. Jorge, tenho muito carinho por V. Ex^a, como tenho carinho pelo amigo de longas jornadas,

Paulo Paim; Suplicy, com o seu jeito sempre cativante; minha companheira Marta, nossa Vice-Presidenta desta Casa. Então, é uma bancada recheada de figuras importantes, que sustentam essa nossa caminhada.

Fizemos até aqui exatamente com a participação de todos: a companheira Angela, a companheira Anta Rita, o companheiro Anibal, do Acre, com quem eu sempre brinco, que aqui chegou, mas que já estreou com pinta de veterano, trazendo toda a força do Norte; meu companheiro Delcídio, e o meu sempre inquieto, mas figuraça, meu companheiro Lindbergh Faria, ou, como carinhosamente, na bancada, chamamos de “Lindobergh”, o nosso aguerrido Senador, nos seus poucos mais de 40 anos, que, de vez em quando, chega a brincar comigo, Jorge, dizendo que eu tenho idade para ser o pai dele. Aos 12 anos, eu não tinha a menor possibilidade. Até fui pai muito cedo, com 18 anos, mas não aos 12. Mas aceito essa relação pelo carinho que pude, nesse ano de trabalho com essa nova bancada, receber de todos esses companheiros.

Então, encerro aqui, meu caro Presidente, fazendo esta convocação: que nós possamos, neste ano de 2012, pautar essa questão da reestruturação da distribuição dos recursos, do pacto federativo em nosso País.

Essa não é uma missão fácil, mas é uma missão possível.

Quero aqui dizer, meu caro Senador Crivella...

(Interrupção do som.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – ...que deixarei para o dia de amanhã, quando já teremos mais avanços na questão da greve na Bahia, para tocar nesse assunto, como fez muito bem no dia de hoje aqui o Senador Humberto Costa. Acho que é importante isso.

Amanhã, espero, como Líder, fazer o pronunciamento em relação a essa questão da greve na Bahia e aos desdobramentos. E a minha expectativa voltada muito para o dia de hoje, porque têm avançado muito as negociações, é para que superemos ali o impasse e devolvamos ao povo baiano, na serenidade, na tranquilidade, a sua segurança.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado e boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Nós que agradecemos e desejamos muito sucesso ao jovem Líder baiano e Líder da Bancada, aliás, não só do PT, mas do PSB, do PRB e do PCdoB.

Chamamos para a tribuna o bravo Senador de São Paulo Eduardo Suplicy.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Marcelo Crivella, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último dia 31 de janeiro, telefonei para o Senador Pedro Simon porque sabia que ele queria muito expressar a solidariedade e estar presente à reunião para a qual o Presidente da OAB, Ophir Cavalcanti, havia nos convidado a fim de debatermos o que seria objeto de análise, no dia seguinte, ou seja, a decisão do Supremo Tribunal Federal na questão do CNJ. Ali, expressei em nome do Senador Pedro Simon, também a sua palavra de apoio à iniciativa da OAB, até porque era dia de seu aniversário e ele havia ficado em Porto Alegre junto a sua família. Mas ele não havia me contado o que acontecera às 20h daquele dia. Eis que, de noite, nasceu Isabela, a sua neta, o que foi motivo de tanto contentamento para a sua esposa Ivete, para o Tiago e a Miriam – – Tiago é o seu filho – e também, lá no céu, para Tânia, a primeira esposa do Senador Pedro Simon. Eis que ele tem dito aos seus amigos que Isabela Simon é tão especial e tão linda que faz lembrar aquela que o Senador Pedro Simon considera a mais bela mulher que ele conheceu, ou seja, a avó Tânia.

Quero cumprimentá-lo, Senador Pedro Simon, até porque hoje o tema que aqui trago é justamente a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o CNJ. V. Ex^a não pôde estar naquela tarde na OAB, que estava completamente lotada, mas quero dizer que falei em seu nome quanto à saudação e apoio de V. Ex^a à causa que a OAB ali estava defendendo naquele dia.

Com muita honra, ouço V. Ex^a, Senador Pedro Simon, cumprimentando-o pela chegada de sua neta no dia em que completou nada menos que 82 anos de contribuição aos direitos à cidadania, à realização de justiça em nosso País.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – V. Ex^a é realmente um amigo imprevisível, completamente inesperado. Mas a emoção que V. Ex^a me proporcionou com a sua manifestação é incalculável. Até pensei, lá pelas tantas: estou tão feliz que vou à tribuna falar. Mas eu pensei: isso é ridículo! Aí V. Ex^a me poupou de fazer aquilo que achei que não devia. Mas, realmente, chegar aos 82 anos alguém que perdeu um filho quando tinha 10 anos e, com 82 anos, ter uma neta que, graças a Deus, não é parecida com o avô, eu vou ser sincero: é muita felicidade. É verdade que mostrei a Sarney e disse-lhe que é muito bacana ter uma neta. Ele me disse: “Eu sei, eu já tenho três bisnetas. E tu não calculas: minha mulher diz que ser bisavô é muito melhor que ser avô”. Mas, por enquanto, estou curtindo ser avô. Realmente, a vida tem vários sentidos. Eu creio que essa continuidade de ver as pessoas chegarem me dá uma tranquilidade muito grande. Agradeço o seu

discurso e agradeço pelo senhor fazer essa manifestação exatamente com aquela reunião da OAB. Realmente, era o dia do meu aniversário e o nascimento da minha neta. Fiquei muito feliz quando o Presidente da OAB me telefonou. Ele tinha me convidado para ir lá, dizendo que V. Ex^a tinha sido convidado, tinha aceitado e que, na hora de falar, fez a citação do meu nome. Acho que foi uma grande reunião, histórica, aquela da OAB. Cá entre nós, acho que vivemos o momento mais importante dos últimos tempos, a decisão do Supremo Tribunal Federal. Tenho orgulho do Supremo Tribunal que temos, tenho orgulho da reunião que foi feita, a grandeza com que as decisões foram tomadas, em que os que perderam tiveram a compreensão de respeitar os outros e os que ganharam representam o povo brasileiro. Creio que aquela decisão marcou um novo momento na vida brasileira, e nós agora, no Senado, temos condições de, a partir daquela decisão, partirmos para uma nova etapa. Muito obrigado. Minhas felicitações a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senador Pedro Simon, porque V. Ex^a, inclusive aqui da tribuna do Senado, tantas vezes se manifestou, apoiando a decisão que finalmente o Supremo Tribunal Federal acabou tomando.

Ao longo dos últimos meses, lemos em revistas uma série intensa de notícias sobre possíveis desvios de conduta ocorridos no seio do Poder Judiciário. As suspeitas vão desde supersalários ao sumiço de bens doados pelo Conselho Nacional de Justiça.

A Federação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário postou, em 23 de setembro do ano passado, no seu *site* eletrônico, uma pesquisa realizada pelo **Congresso em Foco** mostrando que, no Estado de São Paulo, 514 juízes e desembargadores percebiam vencimentos acima do teto remuneratório constitucional. Esse limite para os desembargadores equivale a 90,25% do subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal, que gira em torno de R\$ 26.700,00, que, aliás, é a mesma remuneração dos congressistas.

O jornal **O Estado de S. Paulo** publicou, em 24 de janeiro, matéria sob o título “Supersalários de magistrados no Rio variam de R\$40 mil a R\$150 mil ao mês”, na qual mostra que 72 desembargadores receberam mais de R\$100 mil, sendo que 6 tiveram rendimentos superiores a R\$200 mil.

Diz o *Estadão* que “dados de novembro de 2011 mostram que 107 dos 178 desembargadores receberam valores que superam, com folga, a casa dos 50 mil. Desses, quatro ganharam mais de R\$100 mil cada – um recebeu R\$152.972,29”. O jornal relaciona que, além dos salários, os magistrados têm direito ao grande rol de benefícios e vantagens remuneratórias,

tais como auxílio-saúde, auxílio-locomção, ajuda de custo de transporte e mudança, auxílio-refeição, auxílio-alimentação, gratificação hora-aula, gratificação de substituto, terço constitucional de férias (em dobro), gratificação de Justiça Itinerante, correção abono variável, abono permanência, parcela autônoma de equivalência e indenização de férias.

O Globo, de 1º de fevereiro deste ano, publica artigo de Elio Gaspari no qual ele aponta a distorção que envolve o pagamento de auxílio-moradia a desembargadores e a juízes que, diferentemente dos Parlamentares federais, somente são transferidos das cidades onde moram em situações excepcionais. Além de ser questionável o pagamento de auxílio-moradia para esses servidores do Estado, eles adquiriram o direito de pagamento dos atrasados que remontam vultosas somas.

O jornal **O Estado de S. Paulo**, de 31 de janeiro, traz matéria sob o título “Investigação em tribunais estaduais poupa desembargadores”, mostrando que apenas 1% dos 1.333 processos contra juízes dos Tribunais de Justiça envolve desembargadores. No mesmo dia, a **Folha de S. Paulo** informa que o Tribunal de Justiça de São Paulo está investigando se foram realizados pagamentos a desembargadores por fora do contracheque no período de 2006 a 2009. E **O Globo** publica notícia sobre investigação do CNJ relativa ao sumiço de R\$6,4 milhões em equipamentos de informática doados pelo órgão aos tribunais estaduais.

Não obstante reconhecer o alto valor que reside na missão desempenhada pelo Poder Judiciário e ser testemunha da excelência do trabalho realizado por um número tão significativo de magistrados, ministros, desembargadores e juízes, avalio que os aspectos negativos que agora vêm à tona somente estão aparecendo pela ação firme dos membros do Conselho Nacional de Justiça e, principalmente, pela atividade profícua e séria desenvolvida por sua Corregedoria e, em especial, pela Ministra Eliana Calmon.

Dentro desse quadro de transparência no trato com a coisa pública que o CNJ tenta incrementar no âmago do Poder Judiciário, ação que tem sido aplaudida por toda sociedade brasileira, a Associação dos Magistrados Brasileiros se insurgiu contra esse trabalho e ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, a Adin 4.638, questionando a Resolução 135 do CNJ, que uniformizou as normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar aplicável aos magistrados. Dizia a Associação dos Magistrados Brasileiros que a competência do CNJ em âmbito disciplinar é subsidiária. O Conselho não poderia atuar de forma concorrente, mas somente após os tribunais terem decidido sobre o caso concreto.

Além disso, ponderava a associação de juízes que “não incumbe ao CNJ criar deveres, direitos e sanções administrativas mediante resolução, ou substituir-se ao Congresso e alterar as regras previstas na Lei Orgânica da Magistratura” (Lei Complementar 35, de 1979).

Esse é um ponto que eu gostaria de comentar, porque a mesma entidade – a Associação de Magistrados Brasileiros –, que é presidida pelo ilustre Desembargador Nelson Calandra e que afirma ser de competência do Congresso Nacional alterar a Lei Orgânica da Magistratura, trabalha junto a Deputados e Senadores para firmar a interpretação de que essa Lei somente pode ser modificada por iniciativa privativa do Supremo Tribunal Federal.

Todavia, não faz sentido a AMB fundamentar a sua Adin com o argumento de que cabe ao Legislativo alterar a Lei Complementar 35 e, paralelamente, advogar nas Casas Legislativas que a iniciativa reservada do art. 93 da Constituição da República impede que um parlamentar ou uma comissão do Senado ou da Câmara possam propor qualquer mudança na lei que institui o Estatuto da Magistratura.

Aqui, apresentei dois projetos de lei – o PLS 374, de 2007, e o PLS 375, de 2007, ambos complementares – que modificam a Lei Orgânica da Magistratura e o Estatuto do Ministério Público, para reduzir as atuais férias de 60 dias para os 30 dias normais concedidos a todos os trabalhadores e servidores públicos, e, por conseguinte, pôr fim ao duplo auxílio-férias.

Pois não é que as associações de magistrados e as de membros do Ministério Público têm envidado esforços para que vença a interpretação das normas retiradas do **caput** do art. 93 e do §5º do art. 128 da Constituição da República, que considerariam os citados projetos inconstitucionais por vício de iniciativa?

Ressalto que, numa de suas visitas ou audiências à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, o próprio Presidente César Peluzo, do Supremo Tribunal Federal, avaliou como adequado que as férias pudessem ser reduzidas para o normal da população brasileira.

Avalio que as citadas reservas, questionadas desde a origem, dizem respeito à iniciativa de apresentação de lei complementar *in totum*, mas jamais proibem que as Casas Legislativas possam alterá-las por meio de emendas.

Sobre essa discussão, aqui peço a reflexão de meus colegas, Senadoras e Senadores, principalmente daqueles mais afeitos às questões de Estado e de cidadania, para que se debrucem na análise dessas interpretações que tolhem a atuação do Poder Legislativo na sua função principal, outorgada pelo voto

da população, que é elaborar as leis que irão reger a nossa vida em sociedade.

Sobre a competência do Conselho Nacional de Justiça para investigar magistrados, felizmente, na quinta-feira passada, prevaleceu no Supremo Tribunal Federal a opinião da maioria dos ministros no sentido de que o CNJ tem, sim – Senador Pedro Simon, parabéns –, constitucionalmente, competência originária (primária) e concorrente com os tribunais para zelar pelo bom funcionamento do Poder Judiciário e pela correção de atitudes de seus membros.

Seis ministros – Joaquim Barbosa, Carmem Lúcia, Ayres Britto, Rosa Weber, Gilmar Mendes e Dias Toffoli – venceram, pois o resultado foi seis votos a cinco. Na verdade, venceu a República democrática brasileira!

Aqui, quero dar os cumprimentos por aquela sessão tão significativa. Foi uma sessão, conforme o Senador Pedro Simon ressaltou, histórica, um dos momentos de mais alta qualidade do debate entre os onze ministros do Supremo Tribunal Federal.

Mas, com respeito a todos que argumentaram, inclusive ao Presidente Nelson Calandra, de quem, neste caso, discordo. Ainda hoje, eu o encontrei no avião e tivemos um diálogo muito construtivo, em que ele ressaltou que ainda há aspectos a serem votados e que está atento a isso.

Considero também, Senador Pedro Simon, que foi uma decisão histórica da maior relevância e que elevou a apreciação que todos temos dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Foi uma tarde/noite memorável, porque terminou tarde aquela sessão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Nós que agradecemos...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, eu só vou aproveitar o encerramento do seu pronunciamento para informar a Casa e todos aqueles que estavam na expectativa de que, por iniciativa de V. Ex^a, a Comissão de Direitos Humanos iria realizar amanhã de manhã uma audiência pública para discutir a questão de Pinheirinho. Mas, mediante o entendimento que fizemos com V. Ex^a, com o Senador Aloysio Nunes e com outros que deveriam participar da reunião, concluímos que amanhã seria muito próximo para o devido deslocamento de todas as pessoas envolvidas e principalmente os atingidos. Por isso, fizemos um acordo. Inclusive, vamos ajustar com a Secretária de Segurança de São Paulo para que essa audiência seja na primeira quinta após a quarta-feira de cinzas. Por isso, aproveito o momento, primeiro, para cumprimentar V. Ex^a pelo discurso e pelo pedido de audiência

pública que aprovamos ontem, mas avisando a todos que fizemos essa mudança de data mediante um amplo acordo. Era isso. Obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Muito oportuno, Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Certamente, dessa forma, teremos um pouco mais de tempo para todos os convidados efetivamente confirmarem a sua presença nessa importante audiência pública, que servirá para todas as pessoas envolvidas.

Senador Paulo Paim, ainda ontem, estive outra vez em São José dos Campos, na residência dos fatos ocorridos, ali no Campo dos Alemães, que fica em área contígua à do Pinheirinho, onde se deu a operação. A operação para a reintegração da área do Pinheirinho em favor dos proprietários da massa falida da Selecta S.A. deu-se no Pinheirinho e nas áreas adjacentes. Cerca de dois mil policiais ali andaram, inclusive talvez porque a Polícia queria mostrar que havia entre as pessoas que moram no Pinheirinho algumas que participam do narcotráfico e tal. Então, a operação se estendeu para a área vizinha, ali logo perto, no Campo dos Alemães. Uma residência ali foi invadida às 23h40 do domingo, dia 22, data da reintegração. Das 23h40 até as 4 horas, policiais militares realizaram atos que na verdade ofendem até o Governador Geraldo Alckmin, que ficou indignado ao saber, o comandante geral da PM e o próprio Secretário de Segurança Ferreira Pinto.

E quero cumprimentar o Governador Alckmin e o Coronel Camilo Pena por terem dito que querem a apuração aprofundada e rigorosa do que aconteceu.

Ontem, fui acompanhar os depoimentos perante o Promotor de Justiça Laerte Levai e também o delegado do 3º Distrito Policial.

Acompanhei os atos da perícia, que ali recolheu as evidências de tudo que havia sido relatado pelas moças que foram objeto de um comportamento totalmente inadequado. E, ainda hoje, conversei com o Coronel Camilo Pena, dizendo que a Corregedoria da Polícia Militar vá logo lá também examinar todos os objetos do ambiente onde aconteceram os fatos. E espero que possa haver todo o direito de defesa para os policiais que foram responsáveis por aquilo, para explicar o porquê do seu comportamento e que seja dado o direito de defesa completo.

Com respeito ao comentário que fez o Secretário Ferreira Pinto, de que parecia que estava havendo uma disputa entre o PT e o PSDB, quero aqui afirmar que, se tivesse ocorrido isso num Governo do Partido dos Trabalhadores, no Estado de São Paulo, eu também estaria exigindo das autoridades o procedimento completo de apuração dos fatos. Esse constitui o meu dever.

Ontem, também visitei a Juíza Márcia Loureiro e disse que ela será convidada para essa audiência, assim como visitei o Prefeito Eduardo Cury e transmiti isso a ele, que está disposto a vir para elucidar, para ouvir da Dr^a Márcia Loureiro e do seu marido José Loureiro Sobrinho, que é o Diretor do Fórum de São José dos Campos, as razões que levaram a uma decisão muito precipitada no meu entender.

Isso tudo é o que iremos examinar aqui, na audiência pública.

Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só para uma comunicação inadiável. Eu estava inscrito, mas estou abrindo mão da inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria que constasse nos Anais do Senado – sei que faço isso em nome de todos os acreanos – voto de pesar pelo falecimento de um ex-parlamentar, Deputado José Melo, irmão do ex-Senador e hoje Deputado Federal Flaviano Melo. E daqui levar os sentimentos meus e de todo o povo acreano à D. Laudi, à Dr^a Othília e ao ex-Senador e hoje Deputado Federal Flaviano Melo, pela perda do Zé Melo, como todos nós o conhecemos, um acreano brilhante, inteligente, uma pessoa íntegra, que enfrentou durante muitos anos problemas de saúde, dificuldades.

Hoje, inclusive, eu e os Senadores Sérgio Petição e Anibal Diniz fomos lá prestar uma homenagem à família e à figura de Zé Melo, que era um contemporâneo, um pouco mais velho que nós, um acreano de muito valor, que nos deixou ontem e foi enterrado hoje aqui, em Brasília.

Queria, fazendo esse registro, levar, em nome de todo o povo do Acre, à família Melo um voto de pesar e solidariedade, neste momento de dificuldade, especialmente à D. Laudi, matriarca da família. Sei que faço isso em nome de todos do Acre e também de Parlamentares, porque são dois irmãos que atuaram no Parlamento: o Zé Melo, como Deputado Federal, e o ex-Senador e hoje Deputado Federal Flaviano Melo.

Agradeço a oportunidade.

Queria, por fim, só dizer que também encaminhei hoje, na Comissão de Defesa do Consumidor e também de Fiscalização e Controle, um requerimento convidando para uma audiência pública naquela Comissão os representantes da Anac, da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e das companhias aéreas, tendo em vista o problema gravíssimo que nós, acreanos, parlamentares ou não, pessoas simples do

nosso Acre, pessoas com necessidade de sair com emergência do Acre, estamos vivendo por conta da crise de, no melhor e maior mercado da aviação civil do mundo, que é o Brasil, onde as oportunidades para as companhias são as melhores, estamos pagando a mais cara passagem do mundo.

Chegaram a me cobrar, e não tive a coragem de comprar, R\$6.700,00 por uma passagem de ida e volta Brasília a Rio Branco. Isso é mais caro do que ir a qualquer país do mundo. Fiz um pronunciamento, cobrei. Já tive um contato da direção da GOL. E espero que das outras companhias também. E uma intervenção da Anac, porque está escrito nas atribuições da Anac, criada em 2005: zelar pelos interesses dos usuários e também estabelecer um serviço que seja adequado ao País.

Todos sabemos que, para a Amazônia e para um País continental como o nosso, o transporte aéreo é serviço de primeira necessidade e não há escolha, não se trata de ter dinheiro ou não. É um absurdo o que está ocorrendo. Portanto, o que estamos querendo – certamente toda a bancada do Acre tem esse mesmo propósito – é uma explicação e uma solução para esse problema. Nós não podemos aceitar isso. Na hora em que o povo acreano acessa uma condição social melhor, tem um pouco mais de condição, fica proibido de viajar por conta da irresponsabilidade do serviço prestado e do custo da passagem que temos hoje.

Portanto, essa é uma luta que a bancada vem travando há algum tempo. O governo do Estado, na figura do Governador Tião Viana, tomou uma série de providências. O Acre está vivendo um momento especialíssimo de crescimento, de melhora de uma série de indicadores, mas temos que conviver com uma situação dessas.

Assim, penso que o Senado é o lugar adequado, pois é a Casa da Federação, para que tenhamos uma explicação adequada e, a partir dessas explicações, tomemos as medidas para mudar esse quadro.

Agradeço a compreensão de V. Ex^a e deixo registrado aqui a minha solidariedade à família desse grande acreano, dessa figura querida e inteligente que nos deixou: José Melo. Minha solidariedade à família do Deputado Flaviano Melo, da Dr^a Othília, dos seus sobrinhos, filhos e netos e, especialmente, da D. Laudi, que é uma das matriarcas que honram o Acre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Nós é que agradecemos, Senador Jorge Viana.

Esta Mesa se solidariza com o seu voto de pesar pela família Melo do Acre. V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento Interno da nossa Casa.

Com a palavra o Senador Sérgio Petecão, para um comunicado urgente. Só peço ao Senador Sérgio Petecão que, por favor, aguarde um minuto para que eu leia um requerimento.

As Senadoras Ana Rita e Angela Portela apresentaram os **Requerimentos nºs 4 e 5, de 2012**, respectivamente, solicitando, nos termos do art. 40, do Regimento Interno, autorização para participarem da Delegação Brasileira que acompanhará a 51^a Sessão do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres – Comitê CEDAW, que ocorrerá em Genebra, Suíça.

Em votação o Requerimento nº 4, de 2012, da Senadora Ana Rita.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Em votação o Requerimento nº 5, de 2012, da Senadora Angela Portela.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Com a palavra o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC. Pela liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Crivella, agradeço o espaço cedido à Liderança do meu Partido, PSD, e me somar ao Senador Jorge Viana em seu discurso e fazer aqui um registro de pesar.

Trata-se do falecimento do ex-Deputado José Melo, que foi Deputado Federal por dois mandatos, filho do Deputado Raimundo Melo, liderança expressiva do nosso Estado, e irmão do nosso querido Deputado Federal Flaviano Melo, ex-Senador desta Casa, ex-governador de nosso Estado, ex-prefeito de nossa capital e hoje Deputado Federal.

Queria também prestar minha solidariedade a D. Laudi, mãe do Zé, a Dr^a Othília, todos os familiares. Foi um dia muito triste. Tive a oportunidade de participar do funeral juntamente com a família. Tenho o prazer de ser amigo particular da família, pessoas pelas quais tenho um carinho muito grande.

Gostaria que ficasse registrado aqui, nesta noite de hoje, nosso pesar pela morte dessa pessoa pela qual o povo acreano tinha um carinho muito grande. Já estava doente há algum tempo; ontem veio a falecer e hoje foi seu sepultamento.

Mas um fato triste que chocou todos que estavam ali, naquele ato fúnebre, foi uma notícia veiculada no jornal *Página 20*, de nosso Estado. Tenho feito tudo para não ler os jornais de nosso Estado, porque, infelizmente, perderam sua identidade. Lá, basta ler um jornal para ter a certeza de que já leu todos os jornais do Estado. O jornal *Página 20*, hoje, se fez de

propósito, conseguiu indignar, conseguiu decepcionar tanto os familiares de José Melo como os amigos que estavam presentes. Ele veiculou, na coluna Poronga, que o ex- Deputado, nosso saudoso José Melo, teria falecido por conta das decepções que teria tido com seu irmão quando governador, Flaviano Melo.

As pessoas, no afã de puxar saco – lá no Acre temos muitos jornalistas puxa-sacos –, não respeitam sequer a dor das famílias. Num momento como esse, de dor, o jornalista não perdoou. Aliás, jornalista não, porque não acredito que se possa designar como jornalista alguém que, em sã consciência, aproveite esse momento ruim pelo qual a família está passando para tentar tirar qualquer tipo de proveito político.

Portanto, eu queria aqui lamentar e gostaria também de registrar esse episódio, episódio que decepcionou todo o povo acreano – recebi várias ligações de pessoas indignadas com essa atitude do jornalista. Aliás, o jornalista é tão covarde, Senador Crivella, que nem sequer teve coragem de assinar a nota. Era um momento de dor, mas pessoas não respeitam nem esses momentos das famílias. Lá no Acre se politiza tudo! Mas é como o senhor tem sempre dito quando me aconselho com o senhor: “Entregue na mão de Deus”. Então, vou entregar mais essa na mão de Deus, e tenho certeza de que, quando deitar sua cabeça no travesseiro, essa pessoa vai fazer uma reflexão e perceber que não se pode politizar tudo na vida.

Mas, Sr. Presidente, o outro assunto que me traz à tribuna nesta tarde/noite de hoje é um assunto que já foi abordado pelo Senador Jorge Viana. Trata-se de algo que vem trazendo um transtorno muito grande para a população do nosso Estado. Eu, sinceramente, não quero nem acreditar que, por trás desse serviço prestado, ou melhor, desse desserviço que está sendo prestado ao nosso Estado, possa haver qualquer tipo de esquema para tirar dinheiro do povo acreano. Seria absurdo. Nós vivemos num Estado pobre, de pessoas humildes e não podemos conviver com a presente situação.

Escrevi algumas linhas a esse respeito.

Sem pelo menos avisar os usuários acreanos, a Gol Linhas Aéreas simplesmente suspendeu o voo direto que fazia de Brasília para Rio Branco, com duração de cerca de três horas. Em seu lugar, implantou uma nova rota, que faz conexão em Manaus, no Amazonas, e escala em Porto Velho, com duração de mais de 14 horas. um voo que vem trazendo enormes prejuízos e desconforto a todos os que utilizam a companhia para chegar ao Acre. A volta chega a mais de sete horas, novamente com escalas em Porto Velho e conexão em Manaus. Um verdadeiro absurdo.

Não é a primeira vez que a Gol surpreende os acreanos, com surpresas em seus itinerários. Na realidade, a companhia já chegou até mesmo a suspender a rota para o nosso Estado, isso sem ter a delicadeza ou o respeito de alertar os usuários para qualquer tipo de modificação em suas rotas para o Estado.

É preciso lembrar que em razão de sua localização geográfica e distância dos principais centros, o Acre ainda depende fortemente do transporte aéreo para muitas de suas atividades.

Ainda que reconheça que o atual estado da pista de pouso do aeroporto de Rio Branco mereça reparo urgente, até mesmo para segurança dos voos, a Gol deveria ter um mínimo de consideração com o Acre, afinal é um Estado que sempre garantiu retorno financeiro considerável à empresa.

O fato é que a nova rota fez com que outras companhias com voos diretos tivessem saltos em suas tarifas. Acabamos de ouvir o depoimento do Senador Jorge Viana, que disse que, na semana passada, cobraram dele, por uma passagem de ida e volta para Rio Branco, R\$6,7 mil. Repito: R\$6,7 mil.

Na quinta-feira, tentei embarcar para Rio Branco também. Já não consegui vaga na TAM, vou ter que pegar um voo da TAM até Belo Horizonte; de Belo Horizonte pegar um voo da Trip, ir até Cuiabá, e de Cuiabá ir a Porto Velho para poder chegar a Rio Branco. Um verdadeiro absurdo. Um verdadeiro absurdo!

É preciso lembrar que a Gol já ofereceu problema até mesmo para o transporte de doente com maca que faz o tratamento fora do domicílio, o conhecido TFD, alegando problema de ordem econômica. Foi necessário até mesmo apelar para o Ministério Público Federal para que o transporte do enfermo fosse realizado, sem falar que durante muito tempo a empresa ofereceu resistência para aceitar o endosso das passagens da Varig, quando essa companhia ainda fazia rota para o Acre.

É preciso que a Gol tenha em mente a necessidade social – não pode pensar só no lucro – dos passageiros do nosso aeroporto.

Quero acreditar que este alerta surta efeito. Espero que o apelo feito por outros integrantes da nossa Bancada, como o que acabou de ser feito pelo Senador Jorge Viana, venha a sensibilizar a Gol e faça com que a empresa repense o caso e retome a sua antiga rota como forma de respeito e consideração com o Estado que sempre utilizou suas linhas e contribuiu para assegurar seus lucros, para, decisivamente, consolidá-la como uma das maiores empresas do nosso País.

Queria pedir ao nosso Líder da Bancada, Senador Aníbal, que convoque uma reunião de emergência

com toda a Bancada Federal, os nossos Deputados Federais, os três Senadores. Vi há pouco o Senador Jorge Viana dizendo que tem uma audiência na Anac.

Queria pedir a todos os órgãos envolvidos que tenham sensibilidade. Estou falando em nome de centenas de telefonemas que recebi hoje da população, principalmente das pessoas mais humildes. Como é que um cidadão comum, uma pessoa que ganha salário mínimo poderá viajar, sair do meu Estado – às vezes são muitas pessoas – para tratamento de saúde, pagando uma passagem ida e volta ao custo R\$6,7 mil, como foi dito pelo Senador?! É um absurdo!

Então, deixo aqui nosso apelo no sentido de que as autoridades, toda a Bancada – nós, Deputados Federais, os três Senadores, o Líder da nossa Bancada, Senador Aníbal Diniz – convoquem uma reunião de imediato para que nós possamos discutir a situação com todos os órgãos envolvidos no transporte aéreo deste País, a fim de que nós possamos fazer um relato da situação por que passa hoje o povo acreano.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Sérgio Petecão, o Sr. Marcelo Crivella deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella. (Pausa.)

Passo a palavra ao Senador Lauro Antonio.

Eu não havia visto o Senador Lauro Antonio. Mas a Assessoria, competente, como sempre, alertou-me de que S. Ex^a estava tomando água.

Senador Lauro Antonio, V. Ex^a fará uso da palavra pelo tempo que for necessário para seu pronunciamento. É um orgulho para mim presidir a sessão no momento em que V. Ex^a usa da tribuna.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado pelo carinho, estou muito feliz em retornar aqui a esta Casa.

Senhoras Senadoras, Senhores Senadores,

Um novo ano Legislativo se inicia e com ele teremos novos e antigos desafios pela frente. Desafios estes, na forma de projetos novos e na continuidade de outros, os quais acreditaram serem de grande importância para o nosso povo e para o nosso País.

E um dos grandes desafios a darmos continuidade este ano, sem dúvidas, será o de erradicar a pobreza extrema em nosso País. Pessoalmente, vejo que os programas sociais do Governo Federal são muito importantes e, neste momento, imprescindíveis. Mas precisamos estar atentos à criação de políticas públicas efetivas para erradicação dessa condição à qual

parte do nosso povo está submetida, com a criação e geração de empregos e renda que fixem homens e mulheres à sua terra.

Termos um plano de desenvolvimento voltado para os locais do País onde estão localizados os bolsões de pobreza, mais do que um objetivo é uma meta a ser alcançada. Vivemos em uma nação de dimensão continental e de grandes diversidades regionais e, por isso mesmo, faz-se necessário o desenvolvimento de políticas que contemplem as particularidades de cada região.

Em Sergipe, por exemplo, temos a capital Aracaju com um dos melhores IDH do nordeste e uma das melhores qualidades de vida do País, em contrapartida, há regiões no Estado, onde apesar dos esforços dos governos Federais e Estaduais a população vive em situação de pobreza extrema. E o que fazer para mudar

E o que fazer para mudar esse quadro de desigualdade? Como gerar emprego para essas pessoas?

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o meu sonho, o meu desejo e o meu empenho estão voltados para a criação de oportunidades por meio da qualificação de pessoal para o mercado de trabalho. O nosso Estado oferece grandes possibilidades para implantação de indústrias, mas é na indústria sem chaminé, no turismo, que vejo o enorme potencial, não apenas de Sergipe, mas do Brasil. E quando falo em turismo, refiro-me tanto ao turismo de negócios quanto ao de lazer.

Temos, em Sergipe, uma das 100 praias mais belas do mundo, a praia do Saco, localizada na região do Mangue Seco, onde a construção de uma ponte ligando a região sul de Sergipe à região norte da Bahia certamente irá trazer uma enorme possibilidade de desenvolvimento para toda aquela região.

A despoluição dos rios Sergipe e Poxim é outro grande trunfo turístico para o estado, assim como a revitalização da Ilha do Ouro, um local paradisíaco do sertão sergipano, às margens do rio São Francisco.

E por falar no “Velho Chico”, a construção de uma ponte, ligando o norte de Sergipe ao sul de Alagoas trará, com certeza, grandes possibilidades de desenvolvimento para essas regiões dos dois estados. E aqui não posso deixar de citar o **canyon** de Xingó, que é o quinto **canyon** mais profundo do mundo, indiscutivelmente uma das regiões mais bonitas do Planeta.

Mas o fato é que além dos 173 km do nosso belo e aprazível litoral, onde a temperatura da água é uma das mais agradáveis de toda a América do Sul, de todas as possibilidades de aproveitamento turístico dos nossos rios, temos, ainda, um grande potencial para o desenvolvimento do turismo histórico e rural.

Está em Sergipe a quarta mais antiga cidade do País: São Cristóvão, que também foi a primeira capital do estado. E em 2010, a UNESCO anunciou a praça São Francisco como patrimônio cultural da humanidade.

Laranjeiras é referência histórica e cultural pela beleza de suas ruas, igrejas e casarões construídos em modelo português nos séculos XVII, XVIII E XIX.

Isso sem mencionar a serra de Itabaiana, a cachoeira de Macambira e todas as possibilidades de turismo rural existentes no Estado. Esse segmento turístico é de grande importância por criar um fluxo de interiorização, fomentando não apenas o turismo externo, mas também o interno. Dessa maneira, ganha o turista que tem a oportunidade de conhecer a culinária, o folclore e a cultura da região e, por sua vez, as comunidades onde existem empreendimentos voltados para o segmento do turismo rural crescem com a geração de empregos e renda para sua população, mantendo o homem ligado às suas raízes e à sua cultura.

Temos, também, um dos solos mais férteis para cultivo de palma, milho, laranja, coco, cana-de-açúcar e hortifrutis pela possibilidade que temos, não apenas de irrigação pelos rios da região, mas principalmente pela possibilidade de perenização dos rios com a construção de pequenos embarqueamentos.

Então, Senhor Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que tenho a lhes dizer hoje é o que verdadeiramente acredito!

O nosso País é rico em todos os recursos que precisamos para desenvolvê-lo ainda mais e tirar definitivamente nosso povo dessa situação de desigualdade social e pobreza extrema. Acredito firmemente que com nosso trabalho junto com todos os Parlamentares, em parceria com o Governo Federal, os governos estaduais e municipais, conseguiremos soluções viáveis e criativas para tornarmos os nossos Estados e Municípios lugares mais dignos de viver.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Senador Lauro Antonio, o qual fez esse belo pronunciamento..

Passamos a palavra, neste momento, ao Senador Marcelo Crivella, anteriormente chamado, para que use a tribuna pelo prazo regimental, com a tolerância devida desta Presidência e, tenho certeza, para a satisfação do povo brasileiro.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua tolerância, indulgência, compreensão, solidariedade, sobretudo amizade.

Sr. Presidente, quero cumprimentar os telespectadores da TV Senado; os ouvintes da Rádio Senado;

o público presente; o Zezinho, nosso companheiro; a minha mãe querida, que nos assiste lá do Rio de Janeiro, e pedir a Deus que nos abençoe neste novo ano. Que possamos aqui, com humildade e esforço, construir o Brasil dos nossos sonhos.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de tocar num assunto doloroso. O que é esse assunto? O desabamento daqueles edifícios no centro da cidade do Rio de Janeiro, que vitimou mais de 20 pessoas. E hoje tivemos outra surpresa desagradável. Em São Paulo, a estrutura de um edifício, já com certa idade, contribuiu para que a caixa d'água lá no teto, que estava completa de água, caísse. O teto cedeu, e ela caiu. Depois do último pavimento, ela foi caindo sobre os outros pavimentos até chegar à garagem, esmagando um carro. Há uma senhora desaparecida, e uma criança morreu. A tragédia poderia ter consequências muito maiores.

Senador Paulo Paim, eu gostaria de conversar um pouco com os telespectadores da TV Senado para dizer da minha preocupação também como Senador, mas, sobretudo, como engenheiro civil. Trabalhei durante muitos anos em obra. Tenho, em anotação de responsabilidade técnica, 78 edificações, pelas quais sou responsável.

Um prédio tem um esqueleto. Ele tem elementos de fundação, que são as estacas, as fundações, os blocos de coroamento. Ele pode ter também um radier ou pode ter paredes de diafragma. São elementos de fundação. Ele tem também os pilares, os arranques dos pilares. Ele sobe, encontra-se com a viga do primeiro pavimento e sobre elas se apoiam as lajes, essas plataformas, essas placas de concreto por onde as pessoas caminham, onde colocam os móveis. E isso se repete a cada pavimento, formando o esqueleto de um edifício. Há também a coluna do elevador, as escadas, mas elas não comprometeriam a estabilidade, a segurança dos prédios.

Pois bem o cimento chega ao Brasil por volta de 1920. Antes disso, nós tratávamos o concreto, fazíamos as argamassas e o concreto usando como cimento óleo de baleia. Quando tivemos o advento da nossa siderúrgica, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, o uso do concreto armado, o concreto com barras de aço, passou a ser usual em todo o nosso País. Mas isso se deu na década de 40, 50, no século passado. A partir daí, o Brasil teve oportunidade de experimentar um grande desenvolvimento. Os prédios foram aumentando de altura. Não conheço nenhuma cidade do mundo, com exceção de Tóquio, no Japão, que tenha tantos edifícios em suas áreas residenciais e comerciais como a cidade de São Paulo, como a cidade do Rio de Janeiro, como a cidade de Belo Horizonte, como a cidade de Porto Alegre. Os prédios

no Brasil passaram a ser arranha-céus diferentes dos que existem nos Estados Unidos, onde há prédios em Nova York, em Manhattan, mas as áreas residenciais são de casas, como em Orlando, em Los Angeles ou em qualquer outra cidade americana. No Brasil é um mar de edifícios.

Antigamente, antes da ABNT, os engenheiros, os construtores carregavam a mão no aço, achando que as estruturas de concreto, com muitas barras de aço, trariam mais segurança. Verificou-se depois que isso não favorece à segurança. Por quê? Uma peça de concreto, seja um bloco de fundação, uma coluna, uma viga ou uma laje, que tenha excesso de ferro, quando sobrecarregada, acima daquilo para o qual ela foi dimensionada, não vai romper pelo aço, mas pelo concreto, o que causará um desabamento iminente. Quando ela se rompe pelo aço, ou seja, quando o aço do concreto armado está dimensionado dentro das normas, na quantidade correta, a peça, quando sujeita a uma carga excessiva, romper-se-á pela sua armadura, pelo aço; e o aço, antes de romper-se, entra em escoamento, começa a esticar, perde seção, tem um esticamento, mostrando uma grande deformação. As pessoas veem deflexão nas vigas, nas lajes, ou mesmo nos pilares, e elas têm tempo de buscar um reforço, um socorro ou se evadirem. Assim foi, por exemplo, o desabamento do prédio na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, calculado de maneira errada, mas, com normas atuais, ele mandou aviso. O prédio manda aviso, mas os prédios antigos, não. Nos prédios com mais de 30, 40, 50, 60 anos de idade, o desabamento, muitas vezes, é iminente.

Por isso, há um ano, ou quase isso, propus aqui, no Senado Federal, um projeto para que examinássemos as estruturas dos prédios. Isso nada tem a ver com a garantia que os construtores oferecem às pessoas que comprem os apartamentos durante cinco anos. Eles estão falando de piso, de paredes, de pintura, de portas que empenam, de janelas que não funcionam, e eu estou falando de estrutura, estou falando de esqueleto, estou falando de segurança das pessoas. E esse concreto, como tudo na vida, começa a perder resistência depois de certa idade. Admite-se, na engenharia civil, que isso ocorra a partir dos 30 anos. Não é que ele se enfraquece a ponto de cair, mas começa a perder certa resistência, sobretudo a compressão. Aqueles que foram subdimensionados começarão a apresentar certas fissuras. Essas fissuras poderão crescer para uma trinca. Essa trinca poderá crescer para uma rachadura. É preciso fazer exames para que, antes que isso ocorra, os prédios possam ser reforçados.

O que me levou a apresentar esse projeto, na verdade, foi a quantidade de marquises que caía pelo

Brasil afora. Agora, a minha preocupação começa a ter mais, eu diria, argumentos. Por quê? Porque estamos vendo prédios caindo, como esse de São Paulo hoje, o que nos deixa muito preocupados.

Esse projeto está na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. O Senador Zeze Perrella é o Relator. Fez emendas que aperfeiçoaram muito o projeto. O Senador Zeze Perrella – inclusive ele está presente no plenário – propôs que os prédios, a partir de 30 anos, fossem vistoriados de 5 em 5 anos; a partir de 40 anos, de 3 em 3; de 50, de 2 em 2; a partir de 60, de 1 em 1. Achei uma emenda muito boa. O Senador Zeze Perrella quer também que a inspeção que seja feita, a partir de 30 anos, nessas estruturas antigas seja com profissional engenheiro que tenha pelo menos 5 anos de Crea e experiência de cálculo estrutural. Perfeito! Acho que assim estamos somando a segurança e trazendo para as pessoas uma garantia a mais.

Essas emendas que enriquecem, que aperfeiçoam, que aprimoram o nosso projeto trarão benefícios ao povo brasileiro.

Gostaria também de ressaltar que há outro benefício. Vamos estar movimentando um setor da engenharia importante para o nosso País, que é a construção civil. Vamos levar às construções antigas técnicos, gerar empregos para novos profissionais ou para calculistas. Enfim, é uma geração de emprego virtual. É uma geração de empregos, de tarefas, de trabalho a favor da segurança.

Por último, eu gostaria de ressaltar também que há edifícios, como aquele da 13 de maio, no Rio de Janeiro, cuja arquitetura é arcaica. Ele não vai atrair mais uma jovem dentista, um jovem advogado ou um professor que está montando um pequeno curso, porque as pessoas, hoje, querem ir para um prédio em que tenha academia de ginástica, que tenha estacionamento, que tenha segurança. Aquele prédio, como muitos outros no centro da cidade do Rio de Janeiro, é decadente. Se, por acaso, a sua estrutura estiver comprometida e se o engenheiro que for lá apresentar, ou fotografar, ou levar o laudo para a prefeitura das trincas, das fissuras, das deformações, das deflexões excessivas nas peças estruturais, ora, não valerá a pena fazer um reforço estrutural. É claro que o proprietário vai ter interesse de fazer uma incorporação. Prédio que já está ultrapassado, mas que ocupa um local excelente, um terreno de grande valor econômico. Então, é muito mais viável jogar esse prédio abaixo e fazer um novo. Isso valoriza, isso é uma renovação panorâmica, arquitetônica das cidades brasileiras, que não vão poder ficar com prédios antigos e que foram projetados para uma época em que havia um banheiro

no corredor. Hoje, as pessoas querem um escritório, todos eles tipo suíte, com um banheiro dentro da sala.

Senador Paim, essa é uma preocupação que o Senado Federal precisa ter. Vários prédios como o da Barra, como o Andraus, como aqueles três prédios da Cinelândia, como este hoje de São Paulo, cujas estruturas estão envelhecendo, precisam ser verificados.

Eu espero que a nossa Comissão se debruce sobre o tema na próxima terça-feira, véspera de carnaval, mas estou com esperanças de que possamos reunir nossos membros e deliberar. É terminativo, vai para a Câmara, na Câmara faremos gestões para que o processo seja aperfeiçoado, mas logo vá para a nossa Presidenta.

Ao concluir o meu pronunciamento, quero parabenizar a Presidenta. Parabenizar porque essa dama ilustre da política brasileira, ontem, mostrou sua competência no leilão dos aeroportos. Nós conseguimos 25 bilhões. O preço mínimo foi superado em muito. E ela, já na entrevista que concedeu em seguida, disse: “Nós precisamos agora fazer essa coisa funcionar”.

Essa é a Presidenta Dilma. Essa era a Ministra Dilma nos oito anos do Presidente Lula. Essa é a Presidenta Dilma, uma mulher devotada à gestão, a fazer com que o Brasil cresça na proporção exata da sua grandeza, da grandeza do seu povo e dos seus recursos naturais.

Nós não podemos nos conformar em ter prédios caindo, aeroportos estrangulados e também favelas. Nós não podemos, como brasileiros, aceitar que num País que tem cimento, tem pedra, tem madeira, tem aço em profusão, tem polo petroquímico, portanto tem tinta, tem verniz, tem plástico e tem borracha, num País que tem mão de obra em abundância, pedreiro, carpinteiro, servente, nós ainda tenhamos pessoas morando em barracos.

Esse movimento Brasil sem barraco deve ser uma bandeira do Senado e da Câmara e do Brasil inteiro. Quando a gente passa em uma favela, não podemos aceitar aquilo. Crianças vivendo no meio dos ratos e das baratas, crescendo diminuídas. Elas crescem humilhadas pela vida. É duro viver num quarto exíguo, é duro viver numa casa cujo cheiro é ruim. A casa da gente é o nosso palácio, é o nosso, eu diria, castelo. A gente sofre tantas agruras no dia a dia, na nossa rotina, mas a gente sabe que à noite vamos para casa. Teremos o conforto do nosso lar e o convívio da nossa família. Agora, quando essa casa é um barraco, um barraco improvisado no morro, as pessoas voltam resignadas, tristes, deprimidas. Ali a porta empenada, ali o banheiro, muitas vezes, não tem porta e fica ao lado da cozinha. É uma coisa constrangedora. A mãe

cozinhando, e alguém no vaso sanitário. Ali as pessoas vivem acanhadas, tristes, sobretudo as crianças.

O IBGE nos disse que 13 milhões de brasileiros estão vivendo em habitações que ele chamou improvisadas, habitações do tipo favela. E mais: o IBGE nos mostrou que o índice de natalidade é maior na favela do que na cidade formal. Só não é o índice de longevidade, porque se morre mais cedo na favela do que na área formal. Quer dizer, as comunidades carentes, onde as pessoas vivem em casas que não têm telhado e onde não é raro uma criança cair soltando pipa ou uma dona de casa estendendo roupa... É outra tragédia. Quem conhece o Rio de Janeiro, quem conhece os hospitais do Rio de Janeiro, os diretores, sabe que eles reclamam muito disso. Chegam pessoas com problemas sérios, porque caíram; crianças soltando pipa em cima das lajes.

Mas não é só isso, não. Essas lajes, no período das chuvas, empoçam água, e essa água é criadouro de mosquito da dengue. Além da falta do telhado, do conforto térmico para as famílias, de guardarmos crianças e donas de casa de quedas, ainda promovemos uma das doenças tropicais que mais malefícios têm causado ao nosso povo, que é a dengue. E é bom lembrar que, na recaída, o risco de dengue hemorrágica é enorme. As pessoas vão para o hospital, começam a sangrar, têm hemorragia, às vezes até pelos olhos, pelas unhas. Têm que tomar muito sangue. É um custo social imenso, mas o pior mesmo é a perda da vida de uma criança ou de um jovem que morre com dengue.

Sr. Presidente, não quero passar, no meu primeiro pronunciamento em 2012, qualquer pessimismo, de maneira nenhuma. Até tive oportunidade de levar meus netos à Disneylândia, neste final de ano, e todas as pessoas que encontrei nos Estados Unidos, falavam: “você é de onde?” “Sou do Brasil.” “Puxa!”

Estive com o Presidente Obama. Aliás, estive com o Presidente na **National Prayer Breakfast**. Há 60 anos, os Senadores me convidaram, fazem lá em Washington um dia nacional de oração. E fiquei maravilhado com o Presidente Obama, com o seu discurso. Ele disse para nós, Senador Paim, que lê a Bíblia todos os dias de manhã e faz uma oração. E disse mais: quando faço as minhas políticas, procuro conferir com a orientação de Cristo. “Agora mesmo, estou querendo um imposto maior dos muito ricos, pela crise que vivemos.” E falou no seu discurso: “Jesus disse na Bíblia: ‘aos que muito foi dado, muito será pedido’. Nem estou pedindo muito; peço apenas um pouco mais de solidariedade neste momento de crise”.

É claro que o Partido Republicano, todos conhecemos, acha que o Presidente Obama é um homem socialista, que quer impor aos Estados Unidos outra

visão. E eu diria que o Partido Republicano, que está nas suas prévias, nas suas primárias, tem sido muito ácido com o Presidente. Mas as pesquisas de ontem – eu já estava no Brasil – dão 51 para o Presidente, 43 para o Romney, que é um candidato mórmon que, se não me engano, foi Governador de Massachusetts. E, se for Gingrich, o **ex-house speaker**, ex-presidente da Câmara, o Presidente Obama tem uma vantagem maior.

Mas sem entrar no mérito da disputa, naquele momento em que eu estava reunido lá com os Senadores, com os pastores, com o Presidente Obama, com a Michelle Obama, com tanta gente que se reúne uma vez por ano para fazer uma oração e pedir a Deus orientação para aquela nação, para os destinos da maior nação do mundo, as pessoas que me cumprimentavam sempre saudavam: “Ah! Temos ouvido sobre o Brasil. Vocês têm um déficit que é 38% do PIB. Quem dera nós, americanos, tivéssemos hoje uma proporção PIB/déficit como a de vocês, brasileiros! Estamos vendo que vocês estão, agora, com a Copa do Mundo, com as Olimpíadas; vocês têm grandes reservas de petróleo”.

Aliás, os Estados Unidos que desperdiçavam o milho... Senador Paim, o milho é um alimento importante. O mundo tem três civilizações ligadas ao alimento: a civilização do trigo, que é a Europa; a civilização do milho, que são os irmãos africanos; e a civilização do arroz, que são os asiáticos. Então, se você pegar trigo, milho ou arroz para transformar em **commodities**, vamos dizer assim, de energia, você começa a prejudicar, porque pessoas morrem, pois o alimento começa a ficar muito caro. E os americanos estavam fabricando álcool do milho. O Congresso Nacional – tive essa notícia lá – não deixou passar, e o Presidente Obama não forçou o subsídio para o milho para que eles tivessem competitividade com o álcool produzido no Brasil pela cana-de-açúcar. Ao mesmo tempo, verifiquei pela Internet, que o BNDES abriu uma linha específica para aumentarmos a produção de cana-de-açúcar e podermos atender o mercado americano com álcool muito mais viável economicamente.

Mas eu queria terminar o meu pronunciamento exatamente com otimismo e dizer deste Brasil grandioso, que a gente consegue enxergar nos horizontes sem fim da esperança desta terra tão linda que Deus nos deu e que, portanto, com a Presidenta Dilma e com o nosso Governo, superando nossas dificuldades, nós certamente saberemos construir esse Brasil dos nossos sonhos. É preciso – claro – estarmos atentos para não permitirmos que, neste ano, se travem os gastos públicos como travamos no ano que passou e aí tenhamos um crescimento abaixo de 3%. O Brasil precisa

crescer a 4%, 5%, até porque temos o compromisso de tirar da miséria esses 16 milhões de brasileiros com o nosso Programa Brasil sem Miséria.

É preciso gerar empregos! Esse é o âmago do programa do Presidente Obama, que também é baseado na Bíblia. As pessoas falam da rede social que ele está criando, mas toda ela é voltada a levar as pessoas a trabalhar. A primeira página da Bíblia já diz isso: “É do suor do seu rosto que tirarás seu sustento”. Não existe outra fórmula! Não existe jantar grátis. Nesse ponto, as pessoas têm razão: é com o suor de nosso rosto que construímos a vida. O trabalho é fundamental! Graças a Deus, também, os americanos estão com índice de desemprego baixando os 9% – hoje estão a 8%.

Para concluir, Senador Paim, quero falar do meu Rio de Janeiro que está em obras.

Sábado agora, estarei com o Prefeito Eduardo Paes na comunidade da Mangueira e na comunidade do Andaraí. Oito horas da manhã na Mangueira e nove horas no Andaraí, onde estaremos lançando as obras do Cimento Social. É um projeto que tenho prazer e honra de participar. É um projeto em que nós estamos levando às comunidades reformas às suas casas. As casas que não se podem reformar, jogamos ao chão e construímos uma nova. Nós conseguimos fazer casas, Senador Paim, no Rio de Janeiro, em três dias, de dois pavimentos e completamente mobiliadas. São entregues às pessoas com geladeira, fogão, exaustor; toda mobiliada nos quartos, fogão... Quando eu enviar as fotografias, V. Ex^a vai ficar muito feliz. A obra começou no morro da Providência; agora, está indo para a Mangueira, está indo para o Andaraí e estamos tendo a grata satisfação de ver o nosso povo bem melhor.

O Prefeito Eduardo Paes estará comigo, assim como outros companheiros de diversos partidos, no sábado, caminhando com as obras do Cimento Social.

Senador Paim, muito obrigado por este tempo que o senhor me dá. Queria aqui, como fez o Presidente Obama no **National Prayer Breakfast**, dizer que precisamos da orientação de Deus. Não podemos nos esquecer daquele que nos criou, não podemos nos esquecer das nossas orações, independentemente da religião. Todos nós não somos obras do acaso, todos nós temos um Criador, o Criador dos céus e da terra, que nos fez a todos. A Ele devemos toda a honra e toda a glória. Que Ele ilumine, com a luz do Cruzeiro do Sul, sobretudo com a luz da cruz de Cristo, os pensamentos, os debates, as propostas, as votações que fizermos nesta Casa de tal maneira que aqui não haja escândalos em 2012 e que não venhamos a ser vergonha para a nossa gente sofrida e valente. Pelo contrário, que, ao falarem da nossa Casa, orgulhem-se

de nós, dos jovens aos mais idosos, de cabelo branco, do Chuí, aquele riacho do Rio Grande do Sul, até o extremo de Roraima, no monte Roraima, o povo brasileiro possa, junto conosco, celebrar a democracia, a justiça e a liberdade.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Senador Marcelo Crivella. Agora, na sequência, falará o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paim; Sr^{as} e Srs. Senadores; caros telespectadores da TV Senado, é a primeira semana de trabalhos no Senado, e, hoje, começamos também a semana de trabalho nas Comissões.

Logo pela manhã, houve uma audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, onde debatemos a importância dos fertilizantes rochosos e do potencial deste País no que diz respeito à autonomia dos fertilizantes. Também naquele momento, solicitei ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Rollemberg, que convocasse audiência pública sugerida no requerimento apresentado por mim no dia 5 de julho de 2011, aprovado naquela Comissão. Prontamente, fui atendido. Inclusive, o Senador Jorge Viana lá se fazia presente e relatou o fato acontecido com ele recentemente em que uma companhia aérea pediu a bagatela de R\$6,7 mil por uma passagem aérea de ida e volta para Rio Branco. Esse fato foi citado há pouco pelo Senador Jorge Viana, que também apresentou um requerimento para que haja a convocação das empresas aéreas. O meu requerimento pede a convocação da Infraero, da Agência Nacional da Aviação Civil (Anac) e também dos sindicatos e órgãos que representam o setor.

Mas o que me traz à tribuna no dia hoje, Senador Paim, é o fato de que este é o ano de discutirmos o pacto federativo. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, no ano de 2010, que o Congresso Nacional teria de se manifestar sobre o Fundo de Participação dos Estados (FPE). Não decretou a inconstitucionalidade de seus dispositivos, Senador Pedro Taques, mas decidiu, de forma clara, que sua validade expiraria no final do ano de 2012 e que o Congresso teria esse prazo para se manifestar sobre o assunto.

Acompanhei, nos veículos de imprensa do Senado Federal, hoje, pela manhã, a notícia de que o Senador Pedro Taques e, parece-me, o Senador Rollemberg teriam, em comissão, ido à Presidência do Senado e conversado com o Presidente José Sarney para instalar uma comissão de notáveis para discutir o pacto federativo. Entre os compromissos assumidos pelo

Presidente Sarney, estaria a federalização fiscal, a Lei Kandir, o ICMS – e há a guerra fiscal nesse campo – e também o Fundo de Participação dos Estados, o FPE.

Eu gostaria de dizer a toda sociedade, aos Estados, aos nobres colegas Senadores e Senadoras que apresentei um requerimento na semana passada para que formássemos uma comissão mista do Congresso Nacional, com onze membros titulares e com onze membros suplentes de cada uma das Casas, para que fizéssemos um anteprojeto, no prazo de noventa dias, que viesse a ser apresentado e rapidamente votado no âmbito do Congresso Nacional, nas duas Casas. É claro que sabemos bem que essa tramitação tem de passar pelas duas Casas, porque, se vier um projeto da Câmara, se for formada uma comissão nesse sentido e se vir outro projeto do Senado, chegaremos ao final do ano – este é um ano curto para o Legislativo brasileiro, porque é um ano de eleição – e ainda não teremos votado esse projeto ou o votaremos de maneira acelerada, principalmente no Senado.

Concedo um aparte, com muita honra, ao Senador Pedro Taques.

Na sequência, Senador, eu gostaria de lhe apresentar um desembargador federal que está ali, no cafezinho. Eu gostaria que V. Ex^a o conhecesse.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Sim. Senador Sérgio, parabéns pela sua fala, à qual quero associar-me. Quero dizer que, hoje, na parte da manhã, fizemos um requerimento ao Presidente Sarney para a criação de uma comissão de alto nível, formada por estudiosos, para repensar o pacto federativo. Precisamos entender que a atual realidade que vive a República Federativa do Brasil não é a mesma de 1988. Essa comissão será formada, segundo nosso pedido, se for atendida pelo Presidente José Sarney, por economistas, por juristas, por cientistas políticos, para que possamos pensar em alguns temas. Quais temas seriam esses? Primeiro, a chamada guerra fiscal, o que se denomina também de federalismo fiscal, as relações entre a União, os Estados e os Municípios no que tange à arrecadação de tributos. Também aqui temos de pensar a respeito do Fundo de Participação dos Estados, o FPE. Existe um projeto do Senador Raulo Rodrigues e também do Senador Romero Jucá que trata de um novo critério de distribuição do FPE, tendo em conta, como V. Ex^a fez referência, a decisão do Supremo Tribunal Federal da lavra do Ministro-Relator Gilmar Mendes, que disse da inconstitucionalidade dos critérios de distribuição a partir de 31 de dezembro de 2012. Isso significa dizer que, neste ano, o Congresso Nacional e, notadamente, esta Casa, que é a Casa da Federação, vão precisar debater esse tema. Precisamos votar um projeto que trata do FPE, e esse projeto tem

de ser promulgado até 31 de dezembro. Nesse debate sobre o pacto federativo – veja que “pacto” significa acordo e que “federativo” significa União –, precisamos aqui debater a questão do Sistema Único de Saúde (SUS), o repasse, de fundo a fundo, da União para os Estados e Municípios. Podemos debater aqui a chamada competência para a segurança pública, porque sabemos que há um jogo de empurra-empurra entre a União e os Estados para saber quem tem atribuição para tratar da segurança pública. Por fim, é preciso tratar dos Municípios. Hoje, há Municípios no Brasil que vivem do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o que se denomina de federalismo cooperativista, o que V. Ex^a, como jurista que é, sabe muito bem. Os Municípios ficam com o pires na mão pedindo dinheiro para os Estados e para a União, porque os Municípios têm muitas atribuições e poucos recursos para fazer frente a essas atribuições. Essa comissão – tenho certeza – contará com o auxílio de V. Ex^a, que é um conhecedor do tema. Parabéns pela sua fala!

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Quero dizer a V. Ex^a que sou também municipalista, e a Constituição de 1988 soube dividir os impostos. O que não havia naquele momento eram contribuições, e isso traz hoje o desequilíbrio entre os entes federados.

Estou de acordo com o debate sobre o pacto federativo. Porém, entendo que o debate do FPE deve ser tratado por outro colegiado devido à urgência. Concorro plenamente no que diz respeito a debatermos a questão da Lei Kandir, a questão do FPM, a questão do ICMS e o federalismo fiscal. Com isso concordo. Acho que temos tempo para debater isso, mas este é um ano curto, e o FPE tem de ser debatido, votado e sancionado neste ano, para que entre em vigor já no dia 1º de janeiro, para que os Estados brasileiros e o Distrito Federal não venham a sofrer prejuízos, não podendo ter a parte que lhes compete dos impostos federais. Talvez, tivéssemos um duodécimo nas participações dos impostos federais, mas acho que esse não é o caso.

Tenho a certeza de que o melhor modelo será construído por essa comissão formada por pessoas do mais alto nível e do mais alto conhecimento na área, principalmente por aqueles que vêm da Academia, sempre, é lógico, ouvindo e conversando com os Senadores.

Agradeço a intervenção a V. Ex^a, Senador Pedro Taques, e me coloco à disposição naquilo que for possível e nas nossas obrigações aqui, no Senado Federal, para discutir, junto com V. Ex^a e com as comissões formadas pelo Senado Federal, toda a questão que diz respeito ao pacto federativo.

Há algo que, talvez, não tenhamos percebido. Votamos aqui, no ano passado, os **royalties** do petróleo. Foram afixados como indexadores o FPE e o FPM. Se não tomarmos o cuidado de fazer uma legislação para o FPE que seja constitucional, na forma já decidida pelo Supremo Tribunal Federal, traremos também aí um risco na distribuição, na sequência dos **royalties** do petróleo, o que é tão sonhado por muitos Estados brasileiros, como o seu Mato Grosso; como o meu Paraná; como o Estado do Rio Grande do Sul, do Senador Paim; como o Estado de São Paulo, do Senador Suplicy; e como muitas outras unidades federativas que tanto sonham também com a partilha desses recursos.

Então, Senador Paim, esse é o tema que me traz à tribuna no dia de hoje. Temos de debater o pacto federativo. Este é o ano para fazermos isso. Eu disse isso hoje na Comissão de Assuntos Econômicos ao Presidente daquela Comissão. Este é o ano de debatermos o pacto federativo. Não estamos em ano eleitoral estadual, de eleições gerais; a eleição é municipal. Ainda passaremos pelo ano de 2013, e só haverá eleições gerais em 2014. É o momento de começarmos o debate do pacto federativo, porque não cabe mais o modelo proposto e o modelo que aí está para as nossas federações.

Solicitei também à Comissão de Assuntos Econômicos que convocasse audiência pública para discutirmos as desigualdades regionais e os incentivos do Governo Federal o mais rapidamente possível e fui também atendido pelo nosso Presidente daquela Comissão.

Então, Sr. Presidente, eu queria deixar claro e explicar que esse requerimento de minha autoria, sugerido, Senador Pedro Taques, ao Presidente do Congresso Nacional, para a formação dessa comissão mista para estudar especificamente a questão do FPE serve para que possamos dar a celeridade que esse caso exige, para que não venhamos a chegar ao final do exercício sem uma lei que trata do assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Sérgio Souza, pelo seu pronunciamento, por referir-se ao pacto federativo e ao FPE.

Eu não posso encerrar esta nossa sessão, até como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, sem primeiro registrar que hoje é o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas, Senador Suplicy.

Essa data foi um projeto de minha autoria, sancionada pelo Presidente Lula e surgiu por proposta do próprio movimento indígena, como forma de perpetuar o martírio do Cacique Sepé Tiarajú.

Sepé tombou em defesa da nossa terra e de seu povo em 7 de fevereiro, exatamente hoje, em 1756, no

sul do Brasil, ou seja, lá no meu Rio Grande. Três dias depois, as tropas coloniais de Portugal e Espanha, formadas por um exército de 3.700 soldados, liquidaram cerca de 1.300 indígenas, o que ficou conhecido no Brasil como a Batalha de Caiboaté.

A história nos proporciona este momento aqui no Senado para que possamos lembrar o nosso passado, debatermos o presente e olharmos para o futuro.

Portanto, hoje, 7 de fevereiro, é um dia de reflexão dos povos indígenas.

A nossa Constituição, da qual tive a honra de participar, quando de sua elaboração, garante direitos de cidadania para esses brasileiros, cerca de 800 mil, segundo o Censo de 2010, do IBGE.

O art. 231 reconhece sua organização social, costumes, línguas, crenças, tradições e os direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas por eles.

Mas, afinal, será que efetivamente os poderes da República e a nossa sociedade respeitam esses primeiros brasileiros? Será que o Parlamento, enfim, que nós, Parlamentares, estamos fazendo a nossa parte como representantes do todo o nosso povo?

Eu não tenho dúvida alguma de que ainda existe uma grande discriminação em relação aos povos indígenas. Precisamos percorrer um longo caminho até conseguirmos colocar o trem nos trilhos, garantindo o direito de oportunidade para todos.

O processo é longo, é árduo, é de direitos humanos, é de consciência, é cultural. Requer empenho de todos junto com o poder público para buscarmos de fato uma política de igualdade para todos.

É claro que, nos últimos nove anos, avançamos um pouco em políticas públicas para os povos indígenas.

Lembramos aqui alguns dados da educação escolar.

Hoje, nós temos no País 2.638 colégios indígenas; 196 mil alunos indígenas nos níveis fundamental e médio; 12 mil professores. Dá para dizer que nessas escolas 95% são indígenas.

Mas, é óbvio, também, senhores e senhoras, que, na política macro, estamos muito aquém do necessário para atender a nação indígena.

Não podemos fechar os olhos para assassinatos de índios, privação do uso da terra, mortes de crianças por falta de atendimento médico, suicídios em grande escala, uso de álcool e drogas, sem nenhuma estrutura adequada nas terras indígenas.

O movimento indígena espera ansiosamente que o Congresso debata e vote o Estatuto dos Povos Indígenas.

A Comissão de Direitos Humanos, dentro de sua programação para o ano de 2012, abriu espaço reservado para o debate do tema.

Concluo, dizendo, senhores e senhoras, como já fizemos no ano passado e agora, que assumimos, mais uma vez, o colegiado da Comissão de Direitos Humanos.

Estamos dando palco para esses brasileiros. Queremos dar palco para os índios, para os quilombolas, para os ciganos, para os deficientes, para os idosos, para aqueles que são massacrados. Por que não lembrar aqui o que aconteceu no Pará e o que vem acontecendo em diversas partes do Brasil, como foi recentemente em São Paulo?

Mas, enfim, Senador Suplicy, quero terminar dizendo: Viva Ângelo Kretã Kaingang, Marçal Tupã-i, Xicão Xucuru, Galdino Pataxó e tantos outros que tombaram, porque foram assassinados covardemente.

Como bradou Sepé Tiarajú há mais de 250 anos: “Co Ivi Ogueraco Iara”, ou seja, “Esta terra tem dono”.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Parabéns, Senador Paulo Paim, que, na conclusão dos trabalhos de hoje, ao presidir a sessão, relembra e faz, de forma muito bonita, uma homenagem aos índios, mas também aos quilombolas, a todos aqueles a quem a terra brasileira pertence.

Gostaria de informar-lhe, até por sugestão do Senador Aloysio Nunes e de V. Ex^a, que liguei há pouco para o Chefe da Casa Civil, para que possa dizer se está de acordo com a data proposta por V. Ex^a, dia 23 de fevereiro, quinta-feira logo após o Carnaval, portanto, após a Quarta-Feira de Cinzas, para a realização da audiência pública sobre o episódio do Pinheirinho.

Será uma oportunidade, Presidente Paulo Paim, para ouvirmos tanto a opinião do governo municipal de São José dos Campos, o Prefeito Eduardo Cury, os representantes do Governador Geraldo Alckmin, em especial o Secretário da Habitação, Silvio Torres; o Secretário da Segurança Pública, Ferreira Pinto; ouvirmos as autoridades do Governo Federal, especialmente a Secretária Nacional da Habitação, Inês Machado; a pessoa do Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência, do Ministro Gilberto Carvalho, que lá esteve; o Secretário Nacional de Articulação Social, Paulo Maldos. Também está na proposta ouvir o Presidente do Tribunal de Justiça, Ivan Sartori, se desejar cá estar; o Juiz Rodrigo Capez, que representou o Presidente do Tribunal de Justiça durante toda a operação de reintegração. Poderemos ouvir aqueles que estão conduzindo o processo de apuração de possíveis abusos que ocorreram naquela operação. Eventualmente, até o Comandante-Geral da Polícia Militar, Álvaro Camilo.

Ou até o Corregedor, porque, até o dia 22, muito já se terá avançado na apuração dos fatos que aconteceram. Também os representantes dos moradores do Pinheirinho, que foram objeto do deslocamento.

Há uma vantagem, prezado Senador Paulo Paim, em realizar a audiência no dia 22, porque poderemos ver como o governo federal, o governo estadual e a prefeitura estarão encaminhando uma solução para aquelas pessoas que hoje foram deslocadas das residências que até então existiam no Pinheirinho, das quais muitas ainda se encontram no abrigo.

Informou-me ontem o Prefeito Eduardo Cury que, como muitas delas passaram a perceber o Bolsa Aluguel de R\$500,00, por decisão do Governador Geraldo Alckmin, muitas famílias já saíram do abrigo e encontraram algum lugar para morar. Às vezes, na casa de parentes, onde se apertaram um pouco. Às vezes, o casal jovem que foi morar, por um tempo, na casa dos pais, com aquela contribuição, ou outros que foram morar na casa de conhecidos. São 404 pessoas, mas há ainda um número considerável entre as mais de mil famílias que estavam ali aguardando uma solução.

Quem sabe, até o próximo dia 22, poderão os representantes dos governos federal, estadual e municipal chegarem a um bom entendimento sobre a solução de moradia. Eu até disse ontem ao Prefeito Eduardo Cury que constitui nossa responsabilidade colaborar para que uma boa solução seja realizada para prover o direito à moradia, à educação, à saúde, a uma vida com dignidade para todos.

Então, meus cumprimentos, Senador Paulo Paim, porque essa audiência pública, que contará, inclusive, com a presença de defensores públicos e de representantes das comissões de direitos humanos que fizeram a oitiva de todas as pessoas que, de alguma maneira, sofreram com o resultado do processo de reintegração, também será a oportunidade de ouvir a Juíza Márcia Loureiro, que foi uma das responsáveis, assim como o Juiz Luiz Beethoven Giffoni Ferreira, que primeiro tinha dado 15 dias de prazo para que houvesse um entendimento entre aquelas partes e depois voltou atrás. Então, será uma oportunidade para ouvi-los, porque, desse episódio, acredito, muito teremos que aprender.

De maneira que será muito importante essa audiência que contará com a presidência de V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Suplicy, que, mais uma vez, fala da importância dessa audiência pública, agora confirmada, já que eu dependia desse telefonema que V. Ex^a agora confirma.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Eu já sugeri o dia 23. Ele está em reunião. A secretária foi falar com ele, que vai retornar, mas, em princípio, dia 23.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dia 23, logo após a Quarta-Feira de Cinzas...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Aliás, perdão, em princípio dia 22, que é o dia seguinte à Quarta-Feira de Cinzas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dia 22, logo em seguida à Quarta-Feira de Cinzas, teremos audiência pública na Comissão de Direitos Humanos para discutir a questão de Pinheirinhos, que abalou todos quando foi apresentado aqui por V. Ex^a relato a esse respeito. A Comissão de Direitos Humanos fez o que tinha de fazer: chamou uma audiência pública, por provocação de V. Ex^a, que foi acatada por mim, em entendimento com os outros Senadores.

Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O Senador Inácio Arruda está com a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna para fazer uma prestação de contas de missões que assumi em nome do Senado Federal.

Inicialmente, Sr. Presidente, estive presente, nos dias 7 e 8 de janeiro, na cidade de Santiago, no Chile, na Festa do Abraço. Esse nome vem da luta de resistência do povo chileno ao regime ditatorial de Pinochet. Não tendo como fazer política, o povo chileno se encontrava no parque consagrado ao libertador do Chile, General O'Higgins, e realizava um encontro em que todos podiam se abraçar. Aquele era o ato político mais significativo que se podia realizar durante o regime draconiano de Augusto Pinochet, no Chile.

Ali, numa confraternização com a presença do Partido Comunista chileno, que organiza essa festa, também estiveram representações de vários países e do mundo político chileno.

Todos os partidos da frente, digamos assim, popular de esquerda, e mais a frente conhecida como Concertação Chilena, que envolve o Partido Social Cristão, o Partido Socialista Chileno, participaram dessa belíssima festa que reuniu mais de trinta mil chilenos durante esses dois dias.

E realizamos ali inúmeros debates. Lançamentos de livros. Participei do lançamento do livro da Karol Cariola, que é uma dirigente juvenil do Partido Comunista Chileno, da Camila Vallejo, uma jovem líder estudantil, já podemos dizer, da América do Sul, porque ela lidera o movimento dos chilenos pela transformação do ensino no Chile em ensino público, efetivamente, porque hoje se tem um sistema absolutamente privado, que alija muitos chilenos do direito à educação, seja do ensino

que conhecemos como ensino médio, e mesmo o ensino superior e o ensino fundamental e pré-escolar. É uma concentração nas mãos privadas da formação e da educação do povo chileno.

Tive oportunidade também de participar de uma mesa de debate com a embaixadora da Venezuela, a embaixadora da Nicarágua, o embaixador de Cuba sobre a integração sul-americana, algo que estamos discutindo intensamente no Parlasul, com a presença do Senador Paulo Paim e de tantos outros Senadores brasileiros e Deputados Federais, com os argentinos, que estavam presentes nessa mesa de debate, com os uruguaios, paraguaios, chilenos, bolivianos e venezuelanos.

Então, é muito importante para a nossa região, para esta região do mundo, essa firme integração, uma integração mais solidária dos nossos povos, uma solidariedade e uma irmandade maior na nossa região. Não uma integração puramente econômica. Econômica também – é fundamental que a economia esteja presente na integração –, mas uma integração social, uma integração cultural, uma integração que permita ida e vinda do nosso povo sem discriminação na nossa região. Que recebamos fraternalmente os bolivianos, os paraguaios, os uruguaios, os argentinos, os chilenos, que têm grande representação nativa entre a sua população. Imaginem, a Bolívia: 70% da sua população é nativa. Nós temos os mapuches lá no Chile; uma grande representação no sul e no centro do Chile é nativa, que tem história, tradição, que participou do crescimento da sua região.

Então, foi um encontro muito significativo. Agradeço o Senado da República por ter me designado para participar dessa importante atividade externa e internacional do Senado. Ressalto o interesse dos outros países nessa mesa de que tive a oportunidade de participar como palestrante, pela posição brasileira, pela forma como o Brasil está-se conduzindo no processo de integração regional. Então, a nossa posição é muito examinada, discutida, debatida e o Brasil, de fato, tem consagrado uma integração solidária, fortemente social.

Destaco também a ação do nosso Embaixador no Chile, Frederico Cezar, porque, durante aquele período em que ali estive, o Chile enfrentava uma dessas crises – digamos assim – da natureza que envolveu a presença humana: os incêndios florestais enormes que o Chile enfrentou. Registro o empenho da Embaixada brasileira, do nosso Embaixador, do nosso Consulado em Santiago, de todos os que integram a Embaixada brasileira, que se empenharam em ajudar o povo chileno, em levar daqui a nossa contribuição, deslocando a Força Aérea Brasileira e especialistas do Ibama

em incêndios florestais para ajudarem a debelar os incêndios que tomaram conta das florestas ao sul do Chile. Portanto, considero uma atitude muito positiva da Embaixada brasileira no Chile.

Sr. Presidente, nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional precisa resolver pendências, porque surgem problemas. Visitando a Embaixada brasileira em Santiago, recebi uma demanda do nosso cônsul em Santiago do Chile, Sílvio, que nos dizia que é preciso resolver o trânsito de brasileiros que circulam entre o Chile e o Brasil, pois têm que atravessar o país membro do Mercosul, a Argentina.

Então, ao cruzarem a Argentina, normalmente os brasileiros têm sofrido embaraços e dificuldades, que podem ser resolvidos eliminando barreiras puramente burocráticas que não podem se superpor a ação política que nós temos desenvolvida tão forte de integração.

Então, estou com essa demanda para tratarmos na nossa Comissão de Relações Exteriores para superar esses obstáculos que criam dificuldades ao trânsito de brasileiros na região e, evidentemente, aos trânsitos de outros nacionais que atravessam a Argentina para alcançar o Estado e o país chileno.

De lá do Chile, Sr. Presidente, fui, em nome do Senado, participar do Fórum Social Temático, em Porto Alegre, uma atividade do Fórum Social Mundial, que este ano ficou localizada, e Porto Alegre recebeu o Brasil.

E aqui também quero destacar dois debates importantes de que participei em nome do Senado Federal: um debate que está ligado diretamente a Rio+20, em uma mesa muito destacada na Assembleia Legislativa no Estado do Rio Grande do Sul, onde se discutiram as mudanças climáticas, os seus efeitos e a ligação deste debate, muito importante, com o desenvolvimento. Acho que vamos começando a tirar conclusões que permitem ao Brasil manter o seu ritmo de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, garantir a forte preservação ambiental que já existe no Brasil de hoje. Não há nenhuma outra nação com um grau de preservação de legislação e de unidades de conservação como tem o Brasil.

Numa segunda mesa, na Superintendência do Trabalho, no Rio Grande do Sul, uma mesa patrocinada pelas centrais sindicais e coparticipação na coordenação da CTB e da Federação Mundial do Trabalho, nós discutimos também a integração latino-americana, a criação dessa importante estrutura chamada Celac, que une as nações do México à Patagônia, sem excluir nenhuma nação de lá até aqui. Então, do México à Patagônia, nós temos uma estrutura política que vai buscar criar instrumentos institucionais que fortalecem a unidade latino-americana. Esse é um passo, digamos,

mais alargado no processo de integração, que vai além das construções que nós materializamos no período mais recente do Mercosul com o Parlasul e do Pacto Andino, também com sua participação parlamentar, e do Parlatino, que é também uma instituição política dentro da qual nós temos uma participação ativa.

Agora, damos um passo adiante. Quem sabe, nesse passo adiante, também não integraremos toda ação legislativa? As estruturas tais como o Parlasul, Mercosul, Pacto Andino, Parlatino, bem como a cooperação caribenha, que também já existe como processo de integração; a Alba, que é uma estrutura ligada aos países que estão em torno de um processo puxado pela Venezuela, de cunho bolivariano, começam a encontrar base de unidades na Unasul e na Celac.

Quem sabe, daqui a pouco haverá uma forte presença, com o Banco do Sul, um banco de investimentos que não precisará das ordens de Washington, muito menos do Clube de Paris e das suas instâncias europeias? Ou uma rede de TV como a que nós temos hoje, a Telesul? Mas é preciso que seja mais ampla ainda, que abarque toda região da América do Sul e, quem sabe, também o Caribe.

Sr. Presidente Senador Paim, é muito interessante um debate que discuta a integração, puxado pelos trabalhadores, pelo movimento sindical, que coloque a questão social, mas que compreenda com força essa necessidade da integração econômica e cultural. O que tem de arte, de música, de beleza plástica, de arquitetura, de ciência inovadora na nossa região pode se integrar, num processo que fortaleça as nossas nações.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de concluir essa prestação de contas com a minha participação também na atividade desenvolvida pela Presidência da República, que foi o diálogo com o movimento social, entre o Governo, o Executivo brasileiro e o movimento social, num ato muito expressivo no Gigantinho, ali no Beira-Rio. V. Ex^a conhece muito bem aquele terreno dos vermelhos, naquela região colorada do Rio Grande do Sul.

Eu quero ressaltar o pronunciamento da Presidenta Dilma, porque parece existir no País uma espécie de dicotomia. De um lado, ficam os que defendem o desenvolvimento, o crescimento, a distribuição da riqueza, a elevação da qualidade de vida do povo; e, de outro, parecem estar os ambientalistas, que defendem o verde, que defendem o santuarismo, que defendem a intocabilidade do meio ambiente. E a Presidenta, eu acho que de forma justa, procurou demonstrar no seu pronunciamento que o Brasil, a América do Sul e o mundo chamado em desenvolvimento e subdesenvolvido precisam acelerar o seu desenvolvimento e que não pode haver dicotomia. Nós não podemos aceitar

a dicotomia de que é inviável crescer, desenvolver-se, distribuir a renda com a sustentabilidade ambiental. É possível, sim, crescer, desenvolver-se, produzir e, aliás, ampliar a produção no campo, produzir mais alimentos, porque a nossa região é um berço mundial de produção de alimentos e, ao mesmo tempo, preservar a riqueza ambiental que nós possuímos, que são os rios, os lagos, a água e todas as estruturas da biodiversidade que estão em nossa região.

E não é só no Brasil, é na Bolívia, é na Colômbia, é no Equador, é no Peru, é no Chile. Todos os nossos países têm uma riqueza natural fantástica, mas, ao mesmo tempo, precisam permitir que o seu povo tenha qualidade de vida, que a gente se desenvolva, que a gente cresça, que a gente tenha direito a todos os bens que permitem elevar a qualidade de vida.

Eu imagino muitas vezes e tenho dito em muitos lugares: puxa vida, não podemos levar a energia elétrica a todas as aldeias que existem no Brasil, dos nossos nativos, das nossas tribos, que são os povos originários brasileiros? Por quê? Eles não têm direito ao progresso, ao desenvolvimento? Claro que têm! E isso pode ser feito com sustentabilidade. Nós não podemos levar o fogão a gás, nós não podemos levar a geladeira, todos esses bens que facilitam a vida de todos os povos sem destruir a sua cultura? Por acaso os vikings deixaram de ser vikings, os noruegueses deixaram de ser noruegueses, que têm uma das rendas *per capita* mais elevadas do planeta, porque se desenvolveram, porque cresceram? Lá convivem com os barcos mais sofisticados de pesca do mundo e a pesca artesanal. Não há incompatibilidade entre uma atividade e a outra. Por isso, Sr. Presidente, quero dizer que o pronunciamento da Presidenta Dilma vai ao encontro do anseio do povo brasileiro e dos povos da nossa região: crescer, desenvolver-se, com sustentabilidade.

A Rio+20 não é para criar embaraços ao desenvolvimento. A Rio+20 não é para colocar um calço que impeça e dificulte o nosso crescimento. A Rio+20 tem de ser enxergada como um espaço capaz de atender aos povos da nossa região, aos povos dessa parte do mundo, aos povos que não alcançaram qualidade de vida adequada, que vivem à margem – grande parcela vive na África, na América do Sul e em parte da Ásia –, que vivem ainda abaixo da linha da pobreza ou mais precisamente na miséria, alimentando-se de restos, catando lixo nos monturos. É isso que precisa ser superado. E isso pode e deve ser feito com grande sustentabilidade ambiental.

Não nos podem negar o progresso, dizendo que, para obter o progresso e a qualidade de vida que outros conseguiram, precisamos de outro planeta, precisamos

ir para outro mundo. Não! Nós podemos crescer e nos desenvolver com sustentabilidade aqui, na nossa Terra. Podemos e devemos tomar esse caminho.

Essas foram as palavras, Sr. Presidente, da nossa Presidenta Dilma no Gigantinho, que considero que dão um rumo mais acertado aos objetivos da conferência mundial que realizaremos no mês de junho, no Estado do Rio de Janeiro, que é a Rio+20. Nós almejamos esse caminho. Acho que é o caminho mais acertado.

Agradeço, mais uma vez, Sr. Presidente, ao Senado Federal essa oportunidade de poder participar de duas atividades tão extraordinárias: a Festa do Abraço, em Santiago, no Chile, e o Fórum Social Temático, em Porto Alegre, na terra de V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a, Senador Inácio Arruda, faz sua importante análise, entre muitas outras, do Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre, abordando questões específicas, as áreas temáticas. E comentou aqui o belo pronunciamento da Presidenta Dilma. Confesso a V. Ex^a que eu não estava no Rio Grande do Sul. Eu me obriguei a tirar alguns dias de férias e, por isso, não estive lá.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. *Fora do microfone.*) – Férias justas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu precisava parar por alguns dias, o que coincidiu com essa data. Mas, com certeza, estarei em outros momentos com V. Ex^a, aproveitando o direito de aprender mais com V. Ex^a. Meus cumprimentos a V. Ex^a!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu é que perdi essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra, neste momento, ao Senador Líder do PSOL, que é meu amigo. Tenho orgulho de dizer que o Senador está fazendo um belo trabalho como Relator do Estatuto da Juventude e, inclusive, quando chegar à Comissão de Direitos Humanos, será o indicado por este Senador, não por ser o Senador mais jovem, mas por sua competência, por seu trabalho, por sua história e por sua vida. É uma alegria ouvi-lo!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – A satisfação e a alegria são todas minhas Senador Paulo Paim, Presidente desta Mesa. É uma satisfação já lhe ver no reinício dos trabalhos legislativos. Quero lhe agradecer a compreensão, neste fim de sessão, já às 20 horas e 15 minutos, pela concessão da palavra, para fazer aqui, Sr. Presidente Paulo Paim, um breve pronunciamento. Eu não poderia deixar de emitir a minha opinião sobre os gravíssimos acontecimentos que ocorrem, desde o fim de semana, na Bahia, onde estão envolvidos o Governo de Estado e os policiais militares

em greve, acampados desde a última segunda-feira na Assembleia Legislativa daquele Estado.

Falo porque esse é um tema que tomou proporção nacional. Não é uma questão que diz respeito somente a uma crise envolvendo o Governo da Bahia e os policiais militares daquele Estado. No meu entender, Senador Paulo Paim, é uma crise de gravíssimas proporções, e me parece que as abordagens que tenho visto sobre esse tema têm sido somente da perspectiva de um “levante” das forças militares, que descumprem o preceito constitucional de hierarquia e de disciplina, e se levantam, consequentemente, contra a população, contra o estado de direito.

Essa análise, Senador Paim, me leva a uma reflexão similar a uma frase, a uma consigna, que costumamos ouvir que diz o seguinte: falam somente do transbordamento do rio, mas não falam das margens que o oprimem.

Quero refletir sobre as margens que oprimem, ou melhor, quero fazer aqui uma reflexão sobre as causas daquilo que me parece ser uma gravíssima crise no nosso sistema de segurança pública nacional.

Eu estava observando o editorial de um dos jornais de circulação nacional de hoje. Parte desse editorial, ao condenar concretamente o movimento grevista, faz também um reconhecimento sobre a questão salarial em que vivem os trabalhadores da segurança pública por todo o País hoje. Faz um reconhecimento disso, mas coloca essa questão como se fosse uma questão lateral. Ora, imaginem como vamos poder cobrar que nos dê segurança um agente de segurança pública ou um policial militar que não pode dar segurança na sua casa? Os salários citados, inclusive reconhecidos pelo Governador da Bahia nas entrevistas de ontem, e colocados em xeque são salários da ordem de R\$2 mil. Ora, convenhamos, é muito aquém do que é necessário para um agente responsável por dar segurança para todos nós.

Ouvi de ontem para hoje uma espécie de criminalização sobre a grande bandeira levantada pelos policiais militares, pelos bombeiros militares, que é a PEC nº 300. Ouvi uma criminalização sobre isso, como se não fosse justa a equiparação dos vencimentos desses trabalhadores, dos bombeiros, dos policiais, com o maior dos vencimentos, que é quanto recebe um policial, um bombeiro militar aqui do Distrito Federal.

Essa questão não vai somente para a mera questão salarial.

Quero trazer à reflexão, aqui, Sr. Presidente, dados apresentados essa semana pelo *site* Contas Abertas, que fala sobre o investimento nacional no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Diz o *site* Contas Abertas:

Em 2011, o governo federal deixou de investir R\$ 1,04 bilhão no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que, desde 2007, pretende enfrentar a criminalidade e a violência. No total, cerca de R\$ 2,1 bilhões estavam programados para serem gastos no ano passado, porém apenas 50,5%, equivalente a R\$ 1,1 bilhão, foram desembolsados.

Eu poderia fazer

Eu poderia fazer aqui a argumentação ideológica de quanto nós continuamos a pagar para a dívida pública, para o modelo econômico que temos, que destina 49% do orçamento da União para a dívida pública e 0,36% para a segurança pública. Esse argumento eu sustento. Mas para não ser, a *contrário sensu*, para não ter só a argumentação de que esse é um argumento ideológico, quero falar aqui dos números propostos pelo Governo.

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania é um programa montado pelo Governo Federal, ou seja, é um compromisso do Governo Federal em investir esses recursos com segurança pública. E, no ano passado, desses recursos, somente 50% foram investidos em segurança pública, foram investidos para equipamento, para compra de viaturas, para melhorar a condição das nossas polícias.

O programa, o Pronasci, está presente em 150 Municípios de 22 Estados e no Distrito Federal. É um programa que, se bem executado, poderia servir para reduzir e muito os dramáticos índices de violência que temos.

Esse corte de 50% representou uma execução a menos de tudo que poderíamos ter de combate à criminalidade no País. Mas esse não foi o único programa, querido Presidente, que foi cortado. Outro programa, de modernização de estabelecimentos penais, deveria ter recebido R\$20 milhões, mas nenhum centavo no ano passado foi desembolsado para esse programa.

Não para por aí. Há uma área fundamental para as nossas polícias, que é a formação, a capacitação. Vejo que para exigir-se da polícia sua atuação tem que estar bem capacitada, bem formada; temos que ter investimento do Estado em inteligência e tem que ter valorização profissional.

De valorização profissional, já falamos pelos números aqui. Já falamos. E falo do salário médio na Bahia, de menos de R\$2 mil, salário médio no Nordeste, de um policial militar, que é menos de R\$1,5 mil. Falo então das razões que estão movimentando mobilizações de policiais militares por todo o País.

Então já temos essa situação em relação à valorização.

Em relação à capacitação, trago aqui uma informação. Junto com o Pronasci existe um programa do Ministério da Justiça intitulado Bolsa Formação. Essa Bolsa Formação tinha previsto desembolsar, em 2011, R\$622 milhões. Desembolsou R\$572,5 milhões. Dessa forma, com pouco investimento em formação, o investimento previsto em formação, de R\$622 milhões, é aquém do que necessitaria para ser investido em formação de policiais em todo o País. Com pouco investimento em formação, com o achatamento dos salários, com o sucateamento das polícias, com polícia sem equipamento nenhum, com polícia sem viatura para ir atrás da criminalidade. Enfim, creio que, em relação ao movimento que ocorre na Bahia, ao movimento que ocorreu no Ceará, ao movimento que ocorreu no Rio de Janeiro, e a outros movimentos que virão, nós temos, nós todos, Parlamentares, governos estaduais e o Governo Federal, devemos colocar o dedo em outra ferida.

Não me parece que resolve a questão dos levantes das polícias simplesmente a criminalização de movimentos grevistas. Não me parece que deslocamento de tropas militares e bala de borracha em manifestantes sejam as medidas que irão resolver os problemas que estamos enfrentando na segurança pública. Ao contrário da criminalização, parece-me que o caminho mais adequado seria o caminho da autocrítica, do baixo investimento do Estado brasileiro em segurança pública e de alternativas para a resolução.

Eu não quero questionar aqui o mandamento constitucional que diz que as polícias devem ser regidas pelos princípios de hierarquia e de disciplina. Eu só não posso aceitar que as argumentações de governos, seja do Governo Federal, seja do governo estadual, sejam simplesmente no sentido de criminalizar os movimentos e complementarmente dizer que é inaceitável – é isso que temos visto, ouvido e lido nos jornais – a aprovação de propostas como a Proposta de Emenda Constitucional nº 300, que visa à equiparação e ao resgate da dignidade dos policiais militares e dos bombeiros militares.

Está ocorrendo na Bahia o mesmo que ocorreu no Ceará, que ocorreu, anteriormente, no Rio de Janeiro. Por um lado, o Governo busca criminalizar os movimentos; por outro, o movimento entrincheirado, seja no Rio de Janeiro, no quartel, seja agora, na Bahia, na Assembleia Legislativa, o movimento entrincheirado, e a população insegura. Entre esses extremos, tem que ter uma mediação, e a mediação, Sr. Presidente, no meu entender, é o reconhecimento por parte dos governos de que há um fracasso no investimento de segurança pública no Brasil. Não vou nem falar de quanto por cento do Orçamento da

União aprovamos no último ano para a segurança pública, o 0,31%. Vou falar do que estava previsto: o Governo brasileiro gastar e não tem sido gasto com a segurança pública. Quero que debatamos porque, daqui a pouco, foi no Ceará, foi no Rio de Janeiro, é na Bahia; daqui a pouco, é no Pará, é no Amapá, é no Amazonas, é em São Paulo, é no Rio de Janeiro, e a ladainha continuará sendo a mesma. A ladainha é o problema da violência, é o problema da população insegura. Nunca é questionado o salário que recebem esses profissionais; nunca é questionado quanto o Governo Federal está gastando em capacitação, quais os esforços que o Parlamento e os Governos estão fazendo para a valorização desses profissionais. E me parece que recursos no Orçamento da União nós temos, só temos que definir quais são, de fato, as prioridades. O percentual de 0,31% é muito pouco, mas, se, pelo menos, fosse gasto em segurança pública, se, pelo menos, tivéssemos tido, no ano passado, a execução do que estava previsto no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, poderíamos, inclusive, eu gostaria, aqui, de ajudar a reafirmar o discurso do Governo, dizendo que a questão é somente corporativa, é uma reivindicação somente salarial, mas não é isso que vemos. Vemos, concretamente, que tem a desvalorização dos trabalhadores. Imaginem um agente responsável por combater o crime, aquele que está mais próximo do combate ao crime, ou seja, mais próximo do outro lado, sendo remunerado alguém do que aquele que está do outro lado, que é o criminoso.

Qualquer remuneração de qualquer policial é 10, 15, 20, 30 vezes abaixo da remuneração de um agente do tráfico. Nós estamos colocando um agente responsável pela segurança abaixo daquele agente responsável por cometer o crime. Esse próprio agente do Estado, responsável pela segurança, se tornará uma presa fácil do crime em todos os sentidos.

Então, eu quero e espero... Oxalá, Sr. Presidente, eu passei o dia de ontem e o dia de hoje acompanhando os acontecimentos na Bahia. O Presidente Nacional do nosso partido, Deputado Ivan Valente, esteve ontem em Salvador, acompanhando os acontecimentos naquele Estado, acompanhando a negociação, desde ontem, intermediada pelo Arcebispo de Salvador. Hoje, procurei propor, na Comissão de Segurança Pública, aqui no Senado, uma medida simples: que a Comissão de Segurança Pública se deslocasse até Salvador para buscar construir uma mediação. Acho que é uma tarefa nossa ter feito isso. É uma tarefa do Senado brasileiro procurar uma mediação onde exista grave conturbação da ordem, onde exista grave ameaça da ordem. Lamentavelmen-

te, meu requerimento foi rejeitado na Comissão de Segurança Pública. Embora eu tenha contado com toda a boa vontade do Senador Pedro Taques, Presidente da Comissão, de convocar hoje a Comissão, para pautar e com seu apoio obter a aprovação do requerimento, lamentavelmente, o requerimento foi rejeitado na Comissão de Segurança Pública do Senado. Mesmo assim, amanhã, eu me deslocarei até Salvador no sentido de buscar, de acompanhar os acontecimentos na capital baiana.

Quero acreditar que o bom senso vai imperar e que não vai ter excesso de nenhuma das partes para que nós tenhamos um bom termo aos acontecimentos de Salvador, aos acontecimentos da greve da Polícia Militar do Estado da Bahia. Mas, por parte dos governos tem de ter, meu querido Senador Magno Malta, autocrítica. Não adianta ter movimento e somente criminalizar, quando os governos não cumprem sua parte, quando da parte dos governos não tem investimento em qualificação de policial, quando não tem reconhecimento do papel de um agente de segurança pública, de um agente da polícia e valorização dos seus salários e valorização com digna remuneração, quando não tem da parte dos governos investimento em inteligência.

Então, quero concluir dizendo, como iniciei este pronunciamento, que não podemos ficar apenas no transbordamento do rio, temos de encontrar as razões que estão nas margens e que oprimem o rio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Randolfe Rodrigues, permita-me fazer um comentário, dizer que todos estamos preocupados. Situação semelhante, não na mesma dimensão, ocorreu no Rio Grande do Sul, onde o salário base de um policial gira em torno de R\$1.000. Quero dizer que, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, todos nós estamos preocupados. Perguntaram-me se a Comissão não ia fazer um movimento. Confesso que disse – e respeito a sua iniciativa – que só faria um movimento se fosse provocado, enfim convocado. Eu faria o deslocamento, com certeza absoluta, em nome da Comissão, para qualquer Estado que estivesse numa situação como esta para tentar ajudar, somente ajudar, mais nada. Se houver esse entendimento, de uma delegação da Câmara ou do Senado se deslocar para qualquer Estado num momento grave como este, eu coloco-me à disposição para somar, não para atrapalhar, porque a situação, de fato, é muito complicada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Paulo Paim, de V. Ex^a eu não poderia esperar nada diferente disso, do que uma atitude diante da magnitude que é a atuação de V. Ex^a. Essa atitude

que V. Ex^a anuncia aqui, agora, da Mesa do Senado, antes de terminar a sessão do Senado Federal, não poderia ser diferente. Inclusive, quero reiterar a pretensão nossa de, num conflito como este, buscar uma mediação, buscar a resolução do conflito, evitar derramamento de sangue.

O Sr. Magno Malta (PR – ES) – Senador, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Magno, com todo prazer. É uma honra ouvi-lo, meu querido Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (PR – ES) – Senador Paim, Senador Randolfe, meu amigo, tenho muito apreço por V. Ex^a. Penso que o assunto que V. Ex^a coloca neste momento outros já colocaram, sobre a grave crise em que vive a polícia militar na Bahia, neste momento de greve. É verdade que quem depende de salário para viver precisa reivindicar. A reivindicação é legítima, é da vida. O bebê nasce chorando, reivindicando peito. O organismo dele está reclamando por uma coisa que ele nem sabe o nome, mas a mãe sabe que é o peito. Quando o coloca no peito, ele começa a mamar e para de chorar. Nós já nascemos reivindicando. É o colo, é a hora de almoço.

Meninos só não reivindicam tomar banho, não é? Mas a gente vai reivindicando ao longo da vida, e é legítimo. Agora, há que se entender que não há legitimidade em infiltrações dentro de um movimento que é legítimo para atos de vandalismo. Não se entende que um grupo de policiais saque das suas armas e ameace cidadãos, que tome ônibus de assalto e que ponha fogo nele. Esse não é o melhor testemunho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Estou de pleno acordo com V. Ex^a.

O Sr. Magno Malta (PR – ES) – Esse comportamento é que assusta todos nós. Eu sou plenamente a favor da PEC 300. Penso que o policial de Brasília... Com todo respeito, Brasília, que não produz nada, vive com um orçamento gordo, fruto que sai do pequeno Estado, do meu, do Senador Paim, para juntar, para fazer um grande orçamento aqui, onde os policiais, comparados com os nossos, vivem nababescamente, com todo respeito. Porque um teto salarial de R\$800 a R\$1.000 é uma piada. É uma piada! E nós agradecemos a Deus porque aqueles que não são vândalos são sacerdotes da segurança pública. Eles fazem vida sacerdotal se arriscando, porque aquele que não é sacerdote da vida pública, quando não é vândalo, num movimento como este, torna-se miliciano. Aí é policial rico. Lembro-me na CPI do Narcotráfico de tantos policiais ricos que nós prendemos em São Paulo que eram donos de caminhões e de carretas, mas o

sujeito tinha o salário de policial. Então, o Governador Jaques Wagner, para mim, tem desempenhando o seu papel. Ele, que cresceu nos movimentos e foi presidente de sindicato, sabe muito bem o que é a luta e não desqualifica aqueles que estão fazendo o movimento reivindicatório correto. Agora, há policiais que pegaram em arma. Não dá para essas pessoas do bem dizerem: “Nós não saímos daqui. Nós vamos continuar fazendo isso se não tirarem os mandados de prisão desses onze que empunharam armas e que queimaram”. Não dá para ser assim, porque, se dentro da Igreja há pilantra, imagine no movimento de policial! Se na vida pública brasileira há pilantra, imagine... Em todo lugar tem! Onde há joio, há trigo. Então, o movimento não pode se deixar contaminar pelo joio, porque o trigo é mais. E há que se resolver isso em nome das crianças, dos filhos dos policiais que precisam ir para a escola, que precisam sobreviver, que precisam ter uma vida digna. O Governador, neste momento, olha o todo e diz: “Eu posso dar isso”. Eu espero que não seja o que o seu Governador vai viver, porque as informações que temos são de que isso é parte do movimento nacional que se dará pela PEC 300 em todos os Estados. E, certamente, os vândalos farão isso com o Governador do seu Estado. E penso que V. Ex^a, com o entendimento que tem, vai ser governador do seu Estado daqui a pouco. Acho que a sequência é o “Camilo Esperança”. Não gosto de chamá-lo de Camilo Capiberibe, porque o menino nasceu no exílio. A mãe não teve o privilégio de tê-lo no País, porque estava exilada, lutando pelos interesses e pela liberdade do País com o pai. O menino nasceu no Chile, e os adversários políticos tentaram usar isso contra ele, que ele não era de lá, que nem brasileiro ele era. Ele era mais brasileiro que os outros, porque ele estava no útero de uma exilada, que não teve o direito de ter seu filho no País. Por isso, comecei a chamá-lo não de Camilo Capiberibe, mas de Camilo Esperança, para os adversários dele. Muitos deles têm de lavar a boca com álcool para falar o nome dele e falar o nome de V. Ex^a. V. Ex^a, certamente, será a sequência disso. É um caminho natural. Vai haver movimentos grevistas de professores, movimentos grevistas do pessoal da saúde. Imagine V. Ex^a se alguém da saúde ou um trabalhador de fábrica pudesse empunhar uma arma e entrar na fábrica, indo para cima de seu patrão com a arma. Ele seria preso imediatamente. Agora, por que o policial não pode ser? Ele é que não deveria sacar a arma. Acho que o movimento tinha de ser pacífico, ir para as ruas, reivindicar, fazer passeatas, levantar cartazes, fazer grito de guerra, permanecer no meio

da praça, mas sem atos de vandalismo. Por isso, acho que o Governador da Bahia está se comportando bem nesse processo. Ele tomou dimensões que ninguém imaginava, vai tomando conta do País. A população está inquieta. O grande momento do verão, na Bahia, é o carnaval. A informação é a de que, hoje, 20% dos pacotes internacionais já foram cortados. Ninguém quer vir. O presidente, o governo dos Estados Unidos falou à nação; pediu que não viessem ao Brasil, a Salvador, por causa da violência instalada lá. Por causa de quem? Por causa do joio. Onze.

(Interrupção do som.)

O Sr. Magno Malta (PR – ES) – Onze, que contaminaram um grande movimento. É preciso que haja *(intervenção fora do microfone)* bom senso tanto da parte dos policiais, como bom senso da parte do governo, para que nós possamos chegar a bom termo, e que o joio não prevaleça sobre o trigo. Eu quero parabenizar V. Ex^a por ter trazido, mais uma vez, o assunto para a tribuna, com sua capacidade, apesar de ser tão menino, tão novo, com essa cara de escoteiro. Eu queria ter um filho assim, Paim, porque eu gosto muito do Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Magno Malta – concluindo, ilustre Presidente –, primeiro, eu queria agradecer a V. Ex^a e cumprimentar V. Ex^a pela disposição de ajudar em uma mediação.

Senador Magno Malta, nós temos acordo no central. De fato, em qualquer atividade da vida – V. Ex^a, conhecedor da Bíblia que é, muito bem utiliza a parábola do joio e do trigo –, em qualquer ramo, em qualquer campo da vida, tem joio. Por isso, em uma situação como essa, é necessária a mediação, é necessária a participação de agentes externos que possam buscar dos legítimos líderes do movimento qual a mediação possível, buscar do Governo qual é a mediação possível, enfim, para a resolução o quanto antes.

De fato, é uma situação que passa a ter contornos dramáticos, em especial pela proximidade Carnaval. Não somente pelo Carnaval, mas pelo que o Carnaval representa para a economia da Bahia, para Salvador.

Foi essa a ideia do nosso requerimento à Comissão de Segurança Pública.

Agradeço aqui a disposição do Senador Paulo Paim. Acho que, por intermédio da Comissão de Direitos Humanos, podemos ajudar a construir uma mediação para que essa questão tenha o melhor termo, a melhor resolução. E que, de fato, haja alguma resposta para

quem está legitimamente se manifestando: por um lado, uma resposta, uma satisfação; por outro, que haja uma crítica por parte dos governos à situação da segurança pública em todo o Brasil, e que um evento como esse não tenha o pior dos seus desenlaces.

Senador Paulo Paim, cumprimento V. Ex^a e agradeço pela disposição, mais do que pela tolerância de V. Ex^a, pela disposição em ajudar em uma mediação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Randolfe Rodrigues. Meus cumprimentos também pela clareza com que colocou o assunto o Senador Magno Malta.

Eu apenas coloquei o meu ponto de vista, com muito cuidado, e – claro –, se fosse solicitado à Comissão de Direitos Humanos, eu suspenderia todas as agendas e iríamos a qualquer Estado em que fôssemos convidados a ajudar numa mediação, porque ninguém – ninguém! – está contente com o que está acontecendo, e o Senador Magno Malta tem razão. Eu vi e ouvi também que grande parte dos turistas está deixando de ir à nossa querida Bahia. E falo isso com enorme sentimento, até porque recebi o título de Cidadão de Salvador, a capital da Bahia.

Agora, seria fundamental também que esta Casa votasse, Senador Magno Malta e Senador Randolfe Rodrigues, o direito de greve. Daí, regulamenta-se. Está regulamentado: isso pode e isso não pode.

Sabe há quantos anos apresentei um projeto aqui para regulamentar o direito de greve do servidor público? Há mais de 22 anos. Há mais de 22 anos! E até hoje ele não anda. Parece-me que as corporações têm medo de que, com a regulamentação, se balize o direito. Parece-me que o Estado tem medo de que, ao regulamentar, se permita a greve.

A greve está acontecendo. O pior dos mundos, eu sempre digo, é não votar, é não decidir, não deliberar e não balizar a lei. Sem lei, prevalece o quê? O que estamos vendo e que preocupa a todos.

Enfim, parabéns a ambos por trazerem este assunto ao plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, DE 2012

Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para dispor sobre a distribui-

ção entre os estados de recursos públicos federais para a agricultura familiar e para os empreendimentos familiares rurais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei objetiva estabelecer equidade na distribuição, entre os estados da federação, de recursos públicos federais destinados à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais.

Art. 2º A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 5º-A:

“Art. 5º-A Os recursos públicos federais previstos no orçamento da União para implantação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão distribuídos proporcionalmente ao número de estabelecimentos de agricultura familiar ou de empreendimentos familiares rurais existentes em cada estado, conforme dados do Censo Agropecuário oficial.

§ 1º O disposto no **caput** igualmente se aplica aos recursos cuja aplicação seja prevista no Plano Safra da Agricultura Familiar, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, o qual deverá explicitar o montante de recursos destinados a cada estado.

§ 2º Caso não haja, em prazo definido em regulamento, contratação integral dos recursos de crédito disponibilizados para um estado, os valores disponíveis serão remanejados para contratação no estado da mesma região que apresente o maior número de agricultores familiares, conforme o Censo Agropecuário citado no **caput**.

§ 3º O previsto no **caput** será aplicado obedecendo-se o rito de discussão do orçamento federal, na elaboração da lei de diretrizes orçamentárias e na lei do orçamento anual.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Segundo estudo elaborado pela Consultoria Legislativa do Senado Federal, notícias publicadas em 30 de junho de 2011, no sítio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, permitiram inferir o montante de recursos destinado a cada estado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, no Plano Safra da Agricultura Familiar de 2011/12. Ficou evidente que há grandes e inexplicáveis diferenças na dotação de recursos entre os estados da federação. Os

recursos variam entre R\$ 25 milhões, para o Amapá e para Roraima, e R\$ 3 bilhões, para o Rio Grande do Sul.

Tal falta de equidade na destinação dos recursos públicos poderia ser explicada pela diferença no número de agricultores familiares existentes em cada estado, conforme o Censo Agropecuário. Mas não é o caso.

O Censo Agropecuário de 2006 (divulgado em 2009) informa existirem 4,36 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar no País. Conforme a tabela publicada no estudo em questão, ao dividir-se o os recursos destinados a cada estado pelo número de agricultores familiares se verifica que a média de recursos por estabelecimento de agricultura familiar varia entre R\$ 895, no estado do Rio Grande do Norte, e R\$ 10.086, em Santa Catarina, uma diferença de mais de 1.000%.

São históricas e muito bem conhecidas as diferenças de desenvolvimento entre os estados e as regiões do País. Também são muitas as políticas públicas de promoção do desenvolvimento setorial, regional ou territorial. Entretanto, não se concebe como tais diferenças de desenvolvimento entre os estados e as regiões possam ser eliminadas quando persiste a má distribuição dos recursos públicos destinados a reduzir tais diferenças.

Esta proposição aperfeiçoa a Lei nº 11.326, de 2006, que dispõe sobre a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para garantir que a distribuição de recursos públicos destinados à implantação das suas ações seja proporcional ao número de estabelecimentos de agricultura familiar de cada estado, contribuindo assim para a redução das desigualdades regionais e entre os estados.

Este é mais um dos nossos esforços no sentido de reduzir as desigualdades regionais, compromisso firmado há longa data. É medida de justiça. Exatamente o que se espera de um Governo popular, comprometido com o desenvolvimento de todo o País.

É por tais razões que peço apoio dos nobres pares, na aprovação deste Projeto.

Sala das Sessões, – Senador **Ciro Nogueira**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006

Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Art. 5º Para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas:

- I – crédito e fundo de aval;
- II – infra-estrutura e serviços;
- III – assistência técnica e extensão rural;
- IV – pesquisa;
- V – comercialização;
- VI – seguro;
- VII – habitação;
- VIII – legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária;
- IX – cooperativismo e associativismo;
- X – educação, capacitação e profissionalização;
- XI – negócios e serviços rurais não agrícolas;
- XII – agroindustrialização.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de julho de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Guilherme Cassel.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 25-7-2006

(À Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – Decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, DE 2012

Altera dispositivos da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que “dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220, da Constituição Federal”.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º Os Arts. 1º, 4º e 8º da Lei 9.294, de 15 de julho de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

Parágrafo único. Consideram-se bebidas alcoólicas, para efeitos desta Lei, as bebidas potáveis com qualquer teor alcoólico (NR).

Art. 4º É vedada, em todo o território nacional a propaganda comercial de bebidas alcoólicas, com exceção apenas da exposição dos referidos produtos nos locais de venda, desde que acompanhada das cláusulas de advertência a que se referem o §2º deste artigo (NR).

§ 1º

§ 2º Os rótulos das embalagens de bebidas alcoólicas conterão informação sobre o teor alcoólico e advertências, por meio de frases, elaboradas pelo Ministério da Saúde e usadas sequencialmente, de forma simultânea ou rotativa, nesta última hipótese devendo variar, no máximo, a cada cinco meses, devendo ser escritas de forma legível e ostensivas, todas precedidas da afirmação “O Ministério da Saúde adverte” (NR).

.....

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei tem inspiração no PLS 270/2005, apresentado pela Senadora Heloísa Helena (PSOL/AL), com a finalidade de restringir a propaganda comercial de bebidas alcoólicas.

Devido às alterações realizadas através da Lei. nº 12.546 de 2011 no sentido de restringir de forma bastante rígida a propaganda de produtos fumíferos, derivados ou não do tabaco, reduzindo-a à mera exposição dos produtos nos pontos de venda, coube-nos adaptar o excelente projeto apresentado pela referida Senadora e reapresentá-lo, buscando restringir também a propaganda dos demais produtos acima descritos.

Segue, dessa forma, a justificação apresentada ao PL 270/2005 que, apesar de já contar com mais de seis anos de propositura, continua atual no que se refere às bebidas alcoólicas:

“A propaganda comercial de tabaco e bebidas alcoólicas está sujeita a restrições legais em razão de dispositivo constitucional, nos termos do § 4º do art. 220, da Constituição Federal. Essa matéria foi regulamentada pela Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que “dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos e terapias e defensivos agrícolas”.

O texto atual dessa Lei, no entanto, estabelece restrições mais rigorosas apenas à publicidade de produtos fumíferos e de bebidas alcoólicas com teor alcoólico superior a treze graus Gay Lussac (parágrafo único do art. 1º). Ainda mais, essa restrição alcança somente a propaganda veiculada pelos meios de co-

municação, não tratando de outras formas de publicidade (cartazes, pôsteres, internet etc).

No caso das bebidas alcoólicas, a Lei nº 9.294, de 1996, modificada pela Lei 10.167, de 27 de dezembro de 2000, permite a propaganda nos meios de comunicação, a qualquer hora do dia, de produtos com teores alcoólicos abaixo de 13º GL. Essa restrição atinge uma pequena parcela dos produtos, permitindo a veiculação de anúncios de vinho e cerveja em qualquer horário. A publicidade das cervejas e dos vinhos – exatamente as mais consumidas em nosso meio, em especial por crianças e adolescentes – não é alcançada por nenhuma restrição, podendo ser promovida livremente, em qualquer horário e por qualquer meio.

Essa mesma legislação regulamenta a veiculação de propagandas de produtos

fumíferos, restringindo os meios e horários. Estudos realizados em vários países comprovaram a influência dominante da publicidade em persuadir as pessoas ao consumo do fumo e álcool. As indústrias multinacionais tabageiras que operam no Brasil gastam enormes somas para promover seus produtos.

De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1996, 120

milhões de pessoas sofriam de alcoolismo no mundo e 103 mil morreram por motivos relacionados à doença. Mesmo sendo proibido para menores, a ingestão de álcool por adolescentes tem crescido nos últimos anos. Estudo, realizado pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas da Universidade Federal de São Paulo, em dez estados brasileiros, mostrou que 19% dos jovens entre 10 e 18 anos tomam bebida alcoólica mais de seis vezes por mês. Dentre os que consomem álcool cerca de 20 vezes por mês a taxa aumentou em dez anos de 8% para 12%.

Um levantamento, realizado em 1997, pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), sobre o uso de drogas entre estudantes de 1º e 2º grau em 10 capitais, demonstrou que o álcool é responsável por 90% das internações por dependência e 70% dos laudos cadavéricos das mortes violentas no Brasil. Mais de 65% dos alunos pesquisados usaram pelo menos uma vez, destes 28,5% tomaram bebida alcoólica pela primeira vez em casa, oferecido pelos próprios pais.

Pesquisa realizada em 14 capitais brasileiras, em 2001, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) revelou que o consumo do álcool começa cada vez mais cedo, em média, aos 13 anos. Segundo o Ministério da Saúde, o álcool é a droga mais usada pelos jovens no Brasil, inclusive mais do que o tabaco, e é considerada a porta principal de acesso às demais drogas.

O alcoolismo está entre as principais doenças mais incapacitadoras, ficando atrás apenas da depressão, anemia ferropriva e quedas. O alcoolismo se tornou em um problema de saúde pública, pois entre 8% a 10% da população adulta brasileira sofre por abuso e dependência do álcool. Segundo o Ministério da Saúde, no ano de 2001, foram internadas mais de 84 mil pessoas (84.467) por transtornos mentais e comportamentais devido ao uso do álcool. Essas internações representaram um gasto de mais 60 milhões de reais. Esses dados são alarmantes porque, além de um problema de saúde pública, o alcoolismo também é fator fundamental de desintegração familiar e social.

Esses e outros dados apenas reafirmam conclusões de muitos estudos científicos que comprovam associações entre o tabagismo e a elevação da mortalidade por doenças cardio-circulatórias, câncer e doenças pulmonares. O mesmo acontece com o consumo de álcool que provoca, entre outras doenças, incapacidade para o trabalho, desintegração familiar e morte, especialmente pela cirrose hepática (sétima causa de óbito na população com mais de 15 anos).

Contraditoriamente, o Estado brasileiro gasta muito com o tratamento de doenças provocadas pelo consumo do álcool e tabaco, mas permite a veiculação de propagandas, promovendo o alto consumo de bebidas alcoólicas. É fundamental, portanto, restringir a divulgação desses produtos, evitando fórmulas que incentivam o consumo.

A abundância de dados sobre os impactos do uso de álcool e tabaco sobre a saúde das pessoas comprova a necessidade de aprimorarmos a atual legislação. As restrições devem ser aprimoradas e acompanhadas de medidas que promovam à saúde da população brasileira. Este é o objetivo principal deste projeto de lei, ampliando as limitações à propaganda de bebidas alcoólicas.”

Sala das Sessões, – Senador **Randolfe Rodrigues**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.294, DE 15 DE JULHO DE 1996

Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O uso e a propaganda de produtos fumíferos, derivados ou não do tabaco, de bebidas alcoólicas, de medicamentos e terapias e de defensivos

agrícolas estão sujeitos às restrições e condições estabelecidas por esta Lei, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Consideram-se bebidas alcoólicas, para efeitos desta Lei, as bebidas potáveis com teor alcoólico superior a treze graus Gay Lussac.

Art. 2º É proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo fechado, privado ou público. (Redação dada pela Lei nº 12.546, de 2011)

§ 1º Incluem-se nas disposições deste artigo as repartições públicas, os hospitais e postos de saúde, as salas de aula, as bibliotecas, os recintos de trabalho coletivo e as salas de teatro e cinema.

§ 2º É vedado o uso dos produtos mencionados no **caput** nas aeronaves e veículos de transporte coletivo. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001)

§ 3º Considera-se recinto coletivo o local fechado, de acesso público, destinado a permanente utilização simultânea por várias pessoas. (Incluído pela Lei nº 12.546, de 2011)

Art. 3º É vedada, em todo o território nacional, a propaganda comercial de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, com exceção apenas da exposição dos referidos produtos nos locais de vendas, desde que acompanhada das cláusulas de advertência a que se referem os §§ 2º, 3º e 4º deste artigo e da respectiva tabela de preços, que deve incluir o preço mínimo de venda no varejo de cigarros classificados no código 2402.20.00 da Tipi, vigente à época, conforme estabelecido pelo Poder Executivo. (Redação dada pela Lei nº 12.546, de 2011)

§ 1º A propaganda comercial dos produtos referidos neste artigo deverá ajustar-se aos seguintes princípios:

I – não sugerir o consumo exagerado ou irresponsável, nem a indução ao bem-estar ou saúde, ou fazer associação a celebrações cívicas ou religiosas;

II – não induzir as pessoas ao consumo, atribuindo aos produtos propriedades calmantes ou estimulantes, que reduzam a fadiga ou a tensão, ou qualquer efeito similar;

III – não associar idéias ou imagens de maior êxito na sexualidade das pessoas, insinuando o aumento de virilidade ou feminilidade de pessoas fumantes;

IV – não associar o uso do produto à prática de atividades esportivas, olímpicas ou não, nem sugerir ou induzir seu consumo em locais ou situações perigosas, abusivas ou ilegais; (Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

V – não empregar imperativos que induzam diretamente ao consumo;

VI – não incluir a participação de crianças ou adolescentes. (Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

§ 2º A propaganda conterá, nos meios de comunicação e em função de suas características, advertência, sempre que possível falada e escrita, sobre os malefícios do fumo, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, segundo frases estabelecidas pelo Ministério da Saúde, usadas seqüencialmente, de forma simultânea ou rotativa. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001)

§ 3º As embalagens e os maços de produtos fumígenos, com exceção dos destinados à exportação, e o material de propaganda referido no **caput** deste artigo conterão a advertência mencionada no § 2º acompanhada de imagens ou figuras que ilustrem o sentido da mensagem. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001)

§ 4º Nas embalagens, as cláusulas de advertência a que se refere o § 2º deste artigo serão seqüencialmente usadas, de forma simultânea ou rotativa, nesta última hipótese devendo variar no máximo a cada cinco meses, inseridas, de forma legível e ostensivamente destacada, em uma das laterais dos maços, carteiras ou pacotes que sejam habitualmente comercializados diretamente ao consumidor.

§ 5º Nas embalagens de produtos fumígenos vendidas diretamente ao consumidor, as cláusulas de advertência a que se refere o § 2º deste artigo serão sequencialmente usadas, de forma simultânea ou rotativa, nesta última hipótese devendo variar no máximo a cada 5 (cinco) meses, inseridas, de forma legível e ostensivamente destacada, em 100% (cem por cento) de sua face posterior e de uma de suas laterais. (Redação dada pela Lei nº 12.546, de 2011)

§ 6º A partir de 1º de janeiro de 2016, além das cláusulas de advertência mencionadas no § 5º deste artigo, nas embalagens de produtos fumígenos vendidas diretamente ao consumidor também deverá ser impresso um texto de advertência adicional ocupando 30% (trinta por cento) da parte inferior de sua face frontal. (Incluído pela Lei nº 12.546, de 2011)

§ 7º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.546, de 2011)

Art. 3º-A Quanto aos produtos referidos no art. 2º desta Lei, são proibidos: (Artigo incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

I – a venda por via postal; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

II – a distribuição de qualquer tipo de amostra ou brinde; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

III – a propaganda por meio eletrônico, inclusive internet; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

IV – a realização de visita promocional ou distribuição gratuita em estabelecimento de ensino ou local público; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

V – o patrocínio de atividade cultural ou esportiva; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

VI – a propaganda fixa ou móvel em estádio, pista, palco ou local similar; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

VII – a propaganda indireta contratada, também denominada *merchandising*, nos programas produzidos no País após a publicação desta Lei, em qualquer horário; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

VIII – a comercialização em estabelecimento de ensino, em estabelecimento de saúde e em órgãos ou entidades da Administração Pública; (Redação dada pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

IX – a venda a menores de dezoito anos. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

§ 1º Até 30 de setembro de 2005, o disposto nos incisos V e VI não se aplica no caso de eventos esportivos internacionais que não tenham sede fixa em um único país e sejam organizados ou realizados por instituições estrangeiras. (Renumerado e alterado pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

§ 2º É facultado ao Ministério da Saúde afixar, nos locais dos eventos esportivos a que se refere o § 1º, propaganda fixa com mensagem de advertência escrita que observará os conteúdos a que se refere o § 2º do art. 3ºC, cabendo aos responsáveis pela sua organização assegurar os locais para a referida afixação. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

Art. 3º-B Somente será permitida a comercialização de produtos fumígenos que ostentem em sua embalagem a identificação junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, na forma do regulamento. (Artigo incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

Art. 3ºC A aplicação do disposto no § 1º do art. 3ºA, bem como a transmissão ou retransmissão, por televisão, em território brasileiro, de eventos culturais ou esportivos com imagens geradas no estrangeiro patrocinados por empresas ligadas a produtos fumíferos, exige a veiculação gratuita pelas emissoras de televisão, durante a transmissão do evento, de mensagem de advertência sobre os malefícios do fumo. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

§ 1º Na abertura e no encerramento da transmissão do evento, será veiculada mensagem de advertência, cujo conteúdo será definido pelo Ministério da Saúde, com duração não inferior a trinta segundos em cada inserção. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

§ 2º A cada intervalo de quinze minutos será veiculada, sobreposta à respectiva transmissão, mensagem de advertência escrita e falada sobre os malefícios do fumo com duração não inferior a quinze segundos em cada inserção, por intermédio das seguintes frases e de outras a serem definidas na regulamentação, usadas sequencialmente, todas precedidas da afirmação “O Ministério da Saúde adverte”: (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

I – “fumar causa mau hálito, perda de dentes e câncer de boca”; (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

II – “fumar causa câncer de pulmão”; (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

III – “fumar causa infarto do coração”; (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

IV – “fumar na gravidez prejudica o bebê”; (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

V – “em gestantes, o cigarro provoca partos prematuros, o nascimento de crianças com peso abaixo do normal e facilidade de contrair asma”; (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

VI – “crianças começam a fumar ao verem os adultos fumando”; (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

VII – “a nicotina é droga e causa dependência”; e (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

VIII – “fumar causa impotência sexual”. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

§ 3º Considera-se, para os efeitos desse artigo, integrantes do evento os treinos livres ou oficiais, os ensaios, as representações e os compactos. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

Art. 4º Somente será permitida a propaganda comercial de bebidas alcoólicas nas emissoras de rádio e televisão entre as vinte e uma e as seis horas.

§ 1º A propaganda de que trata este artigo não poderá associar o produto ao esporte olímpico ou de competição, ao desempenho saudável de qualquer atividade, à condução de veículos e a imagens ou idéias de maior êxito ou sexualidade das pessoas.

§ 2º Os rótulos das embalagens de bebidas alcoólicas conterão advertência nos seguintes termos: “Evite o Consumo Excessivo de Alcool”.

Art. 4º-A. Na parte interna dos locais em que se vende bebida alcoólica, deverá ser afixado advertência escrita de forma legível e ostensiva de que é crime di-

rigir sob a influência de álcool, punível com detenção. (Incluído pela Lei nº 11.705, de 2008)

Art. 5º As chamadas e caracterizações de patrocínio dos produtos indicados nos arts. 2º e 4º, para eventos alheios à programação normal ou rotineira das emissoras de rádio e televisão, poderão ser feitas em qualquer horário, desde que identificadas apenas com a marca ou *slogan* do produto, sem recomendação do seu consumo.

§ 1º As restrições deste artigo aplicam-se à propaganda estática existente em estádios, veículos de competição e locais similares.

§ 2º Nas condições do **caput**, as chamadas e caracterizações de patrocínio dos produtos estarão liberados da exigência do § 2º do art. 3º desta Lei.

Art. 6º É vedada a utilização de trajes esportivos, relativamente a esportes olímpicos, para veicular a propaganda dos produtos de que trata esta Lei.

Art. 7º A propaganda de medicamentos e terapias de qualquer tipo ou espécie poderá ser feita em publicações especializadas dirigidas direta e especificamente a profissionais e instituições de saúde.

§ 1º Os medicamentos anódinos e de venda livre, assim classificados pelo órgão competente do Ministério da Saúde, poderão ser anunciados nos órgãos de comunicação social com as advertências quanto ao seu abuso, conforme indicado pela autoridade classificatória.

§ 2º A propaganda dos medicamentos referidos neste artigo não poderá conter afirmações que não sejam passíveis de comprovação científica, nem poderá utilizar depoimentos de profissionais que não sejam legalmente qualificados para fazê-lo.

§ 3º Os produtos fitoterápicos da flora medicinal brasileira que se enquadram no disposto no § 1º deste artigo deverão apresentar comprovação científica dos seus efeitos terapêuticos no prazo de cinco anos da publicação desta Lei, sem o que sua propaganda será automaticamente vedada.

§ 4º É permitida a propaganda de medicamentos genéricos em campanhas publicitárias patrocinadas pelo Ministério da Saúde e nos recintos dos estabelecimentos autorizados a dispensá-los, com indicação do medicamento de referência. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001)

§ 5º Toda a propaganda de medicamentos conterá obrigatoriamente advertência indicando que, a persistirem os sintomas, o médico deverá ser consultado. (Re-numerado pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001)

Art. 8º A propaganda de defensivos agrícolas que contenham produtos de efeito tóxico, mediato ou imediato, para o ser humano, deverá restringir-se a programas e publicações dirigidas aos agricultores e pecuaristas, contendo completa explicação sobre a

sua aplicação, precauções no emprego, consumo ou utilização, segundo o que dispuser o órgão competente do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, sem prejuízo das normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde ou outro órgão do Sistema Único de Saúde.

Art. 9º Aplicam-se ao infrator desta Lei, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação em vigor, especialmente no Código de Defesa do Consumidor e na Legislação de Telecomunicações, as seguintes sanções: (Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

I – advertência;

II – suspensão, no veículo de divulgação da publicidade, de qualquer outra propaganda do produto, por prazo de até trinta dias;

III – obrigatoriedade de veiculação de retificação ou esclarecimento para compensar propaganda distorcida ou de má-fé;

IV – apreensão do produto;

V – multa, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), aplicada conforme a capacidade econômica do infrator; (Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

VI – suspensão da programação da emissora de rádio e televisão, pelo tempo de dez minutos, por cada minuto ou fração de duração da propaganda transmitida em desacordo com esta Lei, observando-se o mesmo horário. (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

VII – no caso de violação do disposto no inciso IX do artigo 3ºA, as sanções previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo do disposto no art. 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

§ 1º As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas gradativamente e, na reincidência, cumulativamente, de acordo com as especificidades do infrator.

§ 2º Em qualquer caso, a peça publicitária fica definitivamente vetada.

§ 3º Considera-se infrator, para os efeitos desta Lei, toda e qualquer pessoa natural ou jurídica que, de forma direta ou indireta, seja responsável pela divulgação da peça publicitária ou pelo respectivo veículo de comunicação. (Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

§ 4º Compete à autoridade sanitária municipal aplicar as sanções previstas neste artigo, na forma do art. 12 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, ressalvada a competência exclusiva ou concorrente: (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

I – do órgão de vigilância sanitária do Ministério da Saúde, inclusive quanto às sanções aplicáveis às agências de publicidade, responsáveis por propaganda de âmbito nacional; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

II – do órgão de regulamentação da aviação civil do Ministério da Defesa, em relação a infrações verificadas no interior de aeronaves; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

III – do órgão do Ministério das Comunicações responsável pela fiscalização das emissoras de rádio e televisão; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

IV – do órgão de regulamentação de transportes do Ministério dos Transportes, em relação a infrações ocorridas no interior de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários de passageiros. (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

§ 5º O Poder Executivo definirá as competências dos órgãos e entidades da administração federal encarregados em aplicar as sanções deste artigo. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo máximo de sessenta dias de sua publicação.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de julho de 1996; 175º da Independência e 108º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, Nelson A. Jobin, Arlindo Porto, Adib Jatene.**

(*Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 21, DE 2012

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma Sessão Especial, no dia 27 de agosto de 2012, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, em homenagem ao Dia do Corretor de Imóveis.

Justificação

No dia 27 de agosto é comemorado o dia do Corretor de Imóveis. A profissão surgiu no século XX, quando o desenvolvimento das cidades fez com que a comercialização de imóveis, por intermédio dos anúncios em jornal, se tornasse constante, passando a existir como forma de vida, como profissão. O Corretor de Imóveis nessa época era conhecido como agente imobiliário.

O nascimento da categoria ocorreu na década de 30, durante o governo de Getúlio Vargas, quando foram

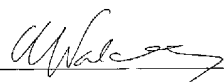
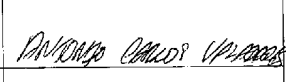
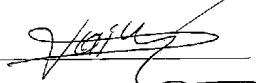
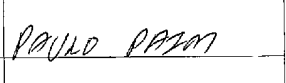
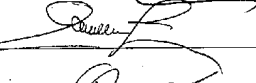
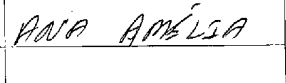
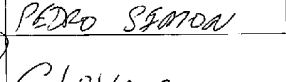
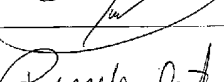
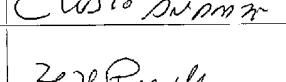
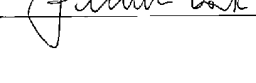
criadas as primeiras leis trabalhistas. Nos anos 40 os Corretores de Imóveis faziam parte de uma categoria organizada e reconhecida por toda a sociedade. Os anos 80 foram marcados pela solidificação e organização da profissão do Corretor de Imóveis em todo o Brasil.

O mercado não comporta profissionais com baixa qualificação. A complexidade da intermediação imobiliária inclui aspectos jurídicos e econômicos, exigindo profissionais bem preparados, tanto do ponto de vista técnico como ético. Hoje o corretor avalia imóveis, presta consultoria de investimentos no mercado imobiliário, vende consórcios imobiliários, dá assistência à obtenção de financiamentos para aquisição de imóveis e ajuda o cliente a fazer a melhor escolha de acordo com seu bolso.

O Corretor de Imóveis é um profissional devidamente reconhecido, o qual é meritório prestar homenagem a estes profissionais, em Sessão Especial no Senado Federal no ano que se comemora 50 anos de profissão.

Sala das Sessões,

Senador GIM ARGELLO (PTB/DF)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação. Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2012

Fulcrado no que preceitua o Art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro votos de aplausos às Organizações Romulo Maiorana (ORM), do Estado do Pará, pela maneira ética, imparcial, séria e competente com que produzem e veiculam as suas

reportagens, dando exemplo não apenas ao Pará, mas a todo o País, de como se pratica o bom jornalismo. Requeiro ainda que os votos sejam encaminhados aos Digníssimos Srs. Romulo Maiorana Júnior, Presidente Executivo das ORM, e Ronaldo Maiorana, Diretor Jurídico das organizações.

Justificação

“Ainda temos que ter em mente é a precisão do que escrevemos. Somos historiadores do presente. Um erro nosso, no futuro, comprometerá o trabalho do sociólogo, e mais à frente ainda, dos historiadores”. Essa frase foi dita recentemente por um jornalista muito querido e respeitado no Brasil: Caco Barcellos, da TV Globo. É uma frase que dá a dimensão exata da enorme responsabilidade do jornalismo com a informação correta e objetiva, para não incorrer em injustiças que podem até mesmo comprometer a história de uma instituição, de um povo ou simplesmente de um cidadão.

Pois é nessa linha que as Organizações Romulo Maiorana (ORM) praticam o bom jornalismo no Estado do Pará, por meio dos jornais **O Liberal** e **Amazônia**, da TV Liberal e da Rádio Liberal, servindo de exemplo para todo o Brasil. Com um quadro de jornalistas competentes, as ORM zelam pela ética e pela imparcialidade em suas reportagens, repassando informações com qualidade e responsabilidade em todas as suas editorias. Assim, contribuem com a formação e a construção de uma sociedade justa e cidadã, o que é um dos principais papéis do jornalismo. Papel esse que, infelizmente, chega a ser ignorado por empresas de comunicação que colocam interesses pessoais em primeiro plano no mais absoluto desrespeito ao público.

Daí, reconhecer e manifestar votos de aplausos a grupos de comunicação como as Organizações Romulo Maiorana é, sem dúvida, valorizar a prática do jornalismo sério, ético e imparcial, tão exigido pela sociedade moderna.

Sala das Sessões, 7 de fevereiro de 2012. – Senador **Mário Couto**, PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

REQUERIMENTO Nº 23, DE 2012

Fulcrado no que preceitua o Art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro votos de congratulações ao Ministério Público do Estado do Pará, na pessoa do Excelentíssimo Procurador-Geral do MPE, Sr. Antônio Eduardo Barleta de Almeida, pelos relevantes serviços prestados à sociedade, em especial à iniciativa de apurar denúncias de irregularidades na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa),

contribuindo, assim, para a moralidade dos Poderes Públicos no Pará.

Justificação

Criado para defender os direitos da sociedade e garantir a ordem jurídica e o regime democrático, o Ministério Público é de extrema importância para que o interesse público seja preservado e respeitado em nosso País. No Pará, o Ministério Público do Estado (MPE) cumpre à risca o seu papel de guardião da lei e de promotor da justiça, da democracia, da cidadania e da moralidade. São 286 promotores trabalhando em prol da sociedade paraense, dos quais 92 atuam na capital, Belém, e 194, no interior do Estado.

No início de 2011, uma importante investigação foi deflagrada pelo MPE na Assembleia Legislativa do Pará a partir de denúncias de irregularidades feitas por uma ex-servidora. Conduzida por dois promotores de Justiça, a investigação ainda está em andamento, e a expectativa da sociedade paraense é a de que a justiça prevaleça ao final das apurações.

Em reconhecimento à enorme relevância do papel do Ministério Público para a moralidade dos Poderes Públicos e em defesa dos direitos individuais e coletivos dos cidadãos e cidadãs de bem, nas mais diversas áreas, é que solicito votos de congratulações a tão competente órgão, na certeza de que o MPE paraense se manterá cada vez mais atuante no combate aos abusos praticados contra a nossa sociedade.

Sala das sessões, 7 de fevereiro de 2012. – Senador **Mário Couto**, PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão encaminhados à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2012

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o que dispõe o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pela Exm. Sr. Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, informações acerca das medidas tomadas pelo Governo Federal em relação às mortes de crianças indígenas das etnias kaxinawa e kulina de aldeias localizadas na região do rio Purus, no Estado do Acre, possivelmente vítimas de virose

Justificação

A imprensa acreana e nacional tem noticiado fartamente desde a segunda quinzena de janeiro a ocorrência de mortes entre crianças indígenas moradoras de povoados localizados do município de Santa Rosa do Purus. As crianças começaram a apresentar surtos de diarreia e conseqüente desidratação desde a segunda quinzena de dezembro.

Dos mais de quinze óbitos até agora registrados, uma dezena era de crianças da etnia kaxinawá e uma da etnia kulina. De acordo com a Secretaria de Saúde de Santa Rosa do Purus, um caso de rotavírus foi confirmado em apenas uma criança. Até agora foram identificados 73 casos de diarreias em crianças moradoras de 30 aldeias espalhadas pela região. Vale salientar que o isolamento e a distância das aldeias dificultam a realização de exames.

Isto posto, esperamos que a Secretaria Nacional de Atenção à Saúde Indígena e demais órgãos vinculados à questão possam colaborar dentro do mais breve espaço de tempo possível para vir em favor dos silvícolas localizados nesta região.

Sala das Sessões, – Senador **Sérgio Petecão**, PSD/AC.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 25, DE 2012

Solicita a constituição de Comissão de Especialistas com a finalidade de promover a reforma do pacto federativo, em atendimento às novas exigências de redução das desigualdades regionais e manutenção do equilíbrio entre o poder central da União e a descentralização de políticas e recursos públicos.

Requeiro, na forma regimental, que o Senado Federal constitua uma Comissão integrada por 7 (sete) especialistas, dotados de comprovado saber em matéria constitucional, política e econômica, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar proposições acerca do pacto federativo brasileiro, consubstanciando um código de relações federativas, em 180 (cento e oitenta) dias.

A Comissão requerida elaborará uma minuta de regulamento para disciplinar os seus trabalhos, o

qual será definitivamente aprovado pela Mesa Diretora desta Casa, devendo, necessariamente, prever uma etapa para recebimento de sugestões dos cidadãos em geral, bem como contemplar a realização de audiências públicas com os setores interessados da sociedade.

A Diretoria-Geral destinará do orçamento do Senado Federal, os recursos necessários para o funcionamento da Comissão de que trata este Requerimento.

Justificação

Notável construção da teoria política norte-americana do século XVIII, a forma federativa de Estado se mostra, ainda hoje, como a forma mais adequada de conciliar a necessidade de unidade em nações dotadas de grande extensão territorial e grande contingente populacional com respeito às necessidades regionais. Isso porque tal configuração estatal permite o exercício de autonomia dos Estados federados, conferindo-lhes autogoverno, auto-organização e auto-administração, sem conceder-lhes soberania e independência, de modo que todos permanecem vinculados a uma única Constituição central.

Com efeito, Alexis de Tocqueville percebe, ao estudar a democracia na América, que um importante triunfo do federalismo americano se manifesta através da nova divisão dos poderes, que ultrapassa a clássica síntese de Montesquieu e institui cortes horizontais de competência em diferentes níveis no âmbito de cada Poder da República. Ademais, atrelado a esses “*cortes federativos*”, permite-se maior gestão democrática dos interesses locais através da participação ativa e de seus cidadãos, que passam a deter direitos de reunião e de deliberação direta sobre os temas que lhes afetam mais proximamente.

Transposto para o Brasil, o modelo federativo, ainda que deite raízes já no período colonial, é contemplado na Constituição de 1891, de nítido viés liberal e modernizante. No entanto, a adoção de “*ideias fora do lugar*” como diria Roberto Schwarz¹, não logrou produzir, àquela época, efeitos promissores, uma vez que, a excessiva descentralização promovida em um contexto dominado por caudilhismos e políticas regionalistas levou à formação da República Velha e ao domínio dos Coronéis.

Ainda assim, a forma federativa de Estado se consolidou na histórica constitucional brasileira, ora mais centralizadora, ora mais descentralizadora, sendo que, nesse contexto, a Constituição de 1988 e os ares do

1. SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. 4 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992.

processo de redemocratização trouxeram relevantes aperfeiçoamentos: 1) a forma federalista de três níveis, legando à União, aos Estados (nele incluído o Distrito Federal) e aos Municípios a condição de ente federativo, II) maior descentralização administrativa e legislativa, determinando os âmbitos de competência a cada um desses entes e, mais importante, III) o modelo cooperativo (ou de coordenação, como preferem alguns), entre os entes federativos, fazendo com que seja necessária a adoção de fórmulas de atuação conjunta na implementação de políticas públicas e adoção de medidas legislativas.

Contudo, apesar das exigências de cooperação, essa fórmula acabou gerando, no final dos anos 80 e inícios dos anos 90 do século passado, um federalismo focado, excessivamente, na autonomia dos Estados. Como consequência, institui-se um sistema de competição predatória e nada cooperativa, ante ao enfraquecimento do Poder Executivo Federal. A reação veio nos anos seguintes, quando a União retoma sua primazia na coordenação de políticas públicas no âmbito nacional e avança na divisão das receitas tributárias.

Diante desse quadro, não resta dúvidas de que reformas e adaptações são imprescindíveis, até porque, seguindo Fernando Abrucio, não se olvida que *“a estrutura federativa é um dos balizadores mais importantes do processo político no Brasil. Ela tem afetado a dinâmica partidário-eleitoral, o desenho das políticas sociais e o processo de reforma do Estado”*.²

Destarte, verifica-se que os debates contemporâneos acerca da temática têm ensejado novas discussões sobre a distribuição de recursos naturais da Nação – o problema dos **royalties**, a exigência de nova legislação do Fundo de Participação dos Estados e revisão da legislação sobre o Fundo de Participação dos Municípios, com vistas a adequar os pilares do federalismo brasileiros às demandas de um país em franco desenvolvimento.

É preciso, ademais, enfrentar problemas clássicos de gestão fiscal: *“tributar com equidade e eficiência, adequar a distribuição de recursos, via orçamento, às necessidades, e executar o dispêndio com eficiência”*³, temas que implicam em três grandes desdobramentos: *“estruturação eficiente do sistema de competências tributárias, atribuição equilibrada de encargos entre níveis de governo e formatação de um sistema eficiente de transferências intergovernamentais”*⁴.

Nessa seara, os temas a serem abordados indicam a ordem de problemas que devem ser enfrentados pela Comissão, quais sejam:

- I) Federalismo fiscal, com vistas a evitar a guerra fiscal vertical e horizontal;
- II) Aperfeiçoamento dos mecanismos de controle da aplicação de recursos federais no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios;

- III) Discussão acerca do Projeto de Lei nº 289/2011 e demais proposições relacionadas ao regramento do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e revisão do Fundo de Participação dos Municípios;
- IV) Distribuição de recursos financeiros e **royalties** oriundos das diversas riquezas naturais brasileiras e suas reservas;
- V) Organização de sistemas de segurança pública de âmbito nacional, delimitando as tarefas e competências entre os entes federativos;
- VI) Análise e aperfeiçoamento das políticas nacionais nas áreas de Saúde e Educação, inclusive com sugestões de melhoria nos sistema de distribuição, aplicação, fiscalização e controle de recursos financeiros envolvidos;
- VII) Sugestão de leis complementares que contenham as propostas e regras de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nos casos de competência administrativa comum, atendendo os ditames do art. 23 da Constituição da República, com vistas a tornar efetivas as políticas públicas nele previstas;
- VIII) Regulamentação, nos termos da competência legislativa concorrente prevista no art. 24 da Constituição da República, dos âmbitos de incidência das normas federais e estaduais, com revisão da atual legislação e apresentação de propostas legislativas acerca das matérias ainda carentes de normatização geral;
- IX) Elaboração de instrumentos básicos de gestão administrativa e de informação, integrando os diferentes entes federativos, com vistas a viabilizar a implementação de políticas públicas planejadas, de âmbito nacional e com atendimento às necessidades locais;
- X) Apresentação de instrumentos de gestão democrática e participativa, fortalecendo, assim, os mecanismos de freios e contrapesos próprios da separação de poderes.

Sendo assim, fica evidente que a relevância da temática exige a formação de uma Comissão de Especialistas do Senado Federal, Casa de garantia e proteção da Federação.

2. ABRUCIO, Fernando Luiz. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 24, June 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Feb. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782005000100005>.

3. Cf. PRADO, Sérgio. *Transferências fiscais e financiamento municipal no Brasil*. São Paulo: Instituto de Economia da Unicamp, 2001. Disponível em: <http://www.cepam.sp.gov.br/arquivos/artigos/TransferenciasFiscais&FinancMunicipal.pdf>. Acesso em: 7-2-2012.

4. Idem.

Por fim, compreendo que a Comissão de Especialistas ora indicada deva ser composta por expoentes na área do Direito Constitucional, da Economia e/ou da Teoria Política, conciliando sólida formação teórica, reputação ilibada e experiência prática, trazendo o equilíbrio necessário entre as diferentes leituras do papel do pacto federativo no Brasil atual.

Para tanto, ousou sugerir o nome do Prof. Marco Aurélio Marraffon (Mestre e Doutor em Direito do Estado – UFPR, com estudos doutorais na Universidade de Roma Tre – Itália; Professor de Direito e Pensamento Político – graduação, mestrado e doutorado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e Vice-Presidente da Academia Brasileira de Direito Constitucional – ABDConst), cujo notório saber no campo de investigações da Comissão certamente trará grandes contribuições.

Sob essas premissas, rogo a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Sessões, – Senador **Pedro Taques**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a **Mensagem nº 12, de 2012-CN** (nº 24, de 2012, na origem), encaminhando o **Projeto de Lei nº 1, de 2012-CN**, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor global de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para o fim que especifica, e dá outras providências”.

É o seguinte o projeto recebido:

PROJETO DE LEI Nº 1, DE 2012-CN

**MENSAGEM Nº 12, DE 2012-CN
(nº 24/2012, na origem)**

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor global de R\$ 100.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012), em favor dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor global de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II a esta Lei.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar as dotações constantes do Anexo I, exclusivamente para o atendimento das despesas objeto desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: 10000 - Supremo Tribunal Federal									
UNIDADE: 10101 - Supremo Tribunal Federal									
ANEXO 1								Crédito Especial	
PROGRAMA DE TRABALHO								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0909		Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							307.200
OPERAÇÕES ESPECIAIS									
04 122	0909 00LF	Contribuição da União para a Previdência Complementar do Servidor Público Federal							307.200
04 122	0909 00LF 0001	Contribuição da União para a Previdência Complementar do Servidor Público Federal - Nacional							307.200
			S	1	1	90	0	100	307.200
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									307.200
TOTAL - GERAL									307.200

ÓRGÃO: 11000 - Superior Tribunal de Justiça									
UNIDADE: 11101 - Superior Tribunal de Justiça									
ANEXO II								Crédito Especial	
PROGRAMA DE TRABALHO								Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S S	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0909		Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							934.275
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04.122	0909.00LF	Contribuição da União para a Previdência Complementar do Servidor Público Federal							934.275
04.122	0909.00LF.0001	Contribuição da União para a Previdência Complementar do Servidor Público Federal - Nacional							934.275
			S	I	1	90	0	100	934.275
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									934.275
TOTAL - GERAL									934.275

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal									
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau									
ANEXO I								Crédito Especial	
PROGRAMA DE TRABALHO								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0909		Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							6.799,850
OPERAÇÕES ESPECIAIS									
04 122	0909 00LF	Contribuição da União para a Previdência Complementar do Servidor Público Federal							6.799,850
04 122	0909 00LF 0001	Contribuição da União para a Previdência Complementar do Servidor Público Federal - Nacional							6.799,850
			S	I	1	90	0	100	6.799,850
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.799,850
TOTAL - GERAL									6.799,850

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios									
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal									
ANEXO I								Crédito Especial	
PROGRAMA DE TRABALHO								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							331.350
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	0909 00LF	Contribuição da União para a Previdência Complementar do Servidor Público Federal							331.350
04 122	0909 00LF 0004	Contribuição da União para a Previdência Complementar do Servidor Público Federal - Nacional							331.350
			5	1	1	90	0	100	331.350
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									331.350
TOTAL - GERAL									331.350

ÓRGÃO: 17000 - Conselho Nacional de Justiça									
UNIDADE: 17101 - Conselho Nacional de Justiça									
ANEXO I								Crédito Especial	
PROGRAMA DE TRABALHO			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S S E	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0909		Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							25,000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	0909 00LF	Contribuição da União para a Previdência Complementar do Servidor Público Federal							25,000
04 122	0909 00LF 0001	Contribuição da União para a Previdência Complementar do Servidor Público Federal - Nacional							25,000
			S	I	1	90	0	100	25,000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									25,000
TOTAL - GERAL									25,000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal										
ANEXO I										Crédito Especial
PROGRAMA DE TRABALHO										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/VAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0909		Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							722.900	
OPERAÇÕES ESPECIAIS										
04.122	0909.00LF	Contribuição da União para a Previdência Complementar do Servidor Público Federal								722.900
04.122	0909.00LF.0001	Contribuição da União para a Previdência Complementar do Servidor Público Federal - Nacional								722.900
			S	1	1	90	0	100		722.900
TOTAL - FISCAL									0	
TOTAL - SEGURIDADE									722.900	
TOTAL - GERAL									722.900	

EM nº 00012/2012/MP

Brasília, 6 de Fevereiro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012) crédito especial em favor de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no valor global de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), conforme demonstrado a seguir:

R\$ 1,00

Discriminação	Aplicação	Origem dos Recursos
Câmara dos Deputados	12.100.000	
Senado Federal	8.600.000	
Tribunal de Contas da União	4.300.000	
Supremo Tribunal Federal	307.192	
Superior Tribunal de Justiça	934.275	
Justiça Federal	6.799.867	
Justiça Militar da União	336.358	
Justiça Eleitoral	3.851.562	
Justiça do Trabalho	12.745.746	
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	331.325	
Conselho Nacional de Justiça	25.000	
Ministério Público da União	833.735	
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	48.834.940	
Reserva de Contingência		100.000.000
Total	100.000.000	100.000.000

2. O presente crédito tem por objetivo a inclusão, na Lei Orçamentária de 2012, LOA-2012, de categoria de programação específica destinada ao aporte de recursos orçamentários previsto no Substitutivo do Projeto de Lei - PL nº 1.992, de 2007, que "Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição, autoriza a criação de três entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - FUNPRESP-Exe, Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo - FUNPRESP-Leg, Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário - FUNPRESP-Jud, e dá outras providências."

3. Consta do citado Substitutivo, em seu art. 25, autorização para que a União, em caráter excepcional, promova, no ato de criação das entidades de previdência complementar de que trata, o aporte de recursos orçamentários no valor de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), a título de adiantamento de contribuições futuras, necessário ao início de seus regulares funcionamentos, da seguinte forma:

- a) FUNPRESP-Exe: até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- b) FUNPRESP-Leg: até R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais); e
- c) FUNPRESP-Jud: até R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais).

4. Cabe inicialmente destacar que o art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, determina que as contribuições recolhidas pelo ente à entidades de previdência deverão ser consideradas no cômputo da despesa total com pessoal. Adicionalmente, o art. 19 prevê que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida nele definidos, fixando, para a esfera federal, o limite de 50%.

5. Por sua vez, o art. 20 da citada Lei Complementar discrimina a repartição do referido limite, sendo 2,5% o percentual previsto para o Poder Legislativo, 6% para o Poder Judiciário, 40,9% para o Poder Executivo e 0,6% para o Ministério Público da União.

6. Considerando as disposições contidas na LRF, especificamente no que se refere aos arts. 19 e 20, e tendo em vista que o Substitutivo do PL em pauta não estabelece critérios para a distribuição, entre os diversos órgãos envolvidos, do aporte de recursos que autoriza, a repartição de valores proposta neste crédito foi elaborada com base nos limites fixados na referida Lei Complementar do seguinte modo:

ÓRGÃO	LIMITE LEGAL LRF (%)	% PARA DISTRIBUIÇÃO	DISTRIBUIÇÃO FUNPRESP (R\$ 1,00)
UNIÃO	50,000000		100.000.000
FUNPRESP-LEG			
LEGISLATIVO	2,500000	1,000000	25.000.000
Câmara dos Deputados	1,210000	0,484000	12.100.000
Senado Federal	0,860000	0,344000	8.600.000
Tribunal de Contas da União	0,430000	0,172000	4.300.000

FUNPRESP-JUD

JUDICIÁRIO	6,000000	1,000000	25.000.000
Supremo Tribunal Federal	0,073726	0,012288	307.200
Superior Tribunal de Justiça	0,224226	0,037371	934.275
Justiça Federal	1,631968	0,271994	6.799.850
Justiça Militar	0,080726	0,013454	336.350
Justiça Eleitoral	0,924375	0,154063	3.851.575
Justiça do Trabalho	3,058979	0,509830	12.745.750
Conselho Nacional de Justiça	0,006000	0,001000	25.000

FUNPRESP-EXE

EXECUTIVO + MPU	41,500000	1,000000	50.000.000
Ministério Público da União (*)	0,600000	0,014458	722.900
Executivo (**)	40,533000	0,976698	48.834.900
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	0,275000	0,006627	331.350
Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	0,092000	0,002217	110.850

(*) Inclui o Conselho Nacional do Ministério Público, de acordo com a Portaria nº 192, de 29 de abril de 2010, do Procurador-Geral da República.

(**) Inclui os limites relativos aos Ex-Territórios de Roraima e Amapá e o Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF

7. Esclareço que o citado crédito viabilizar-se-á mediante Projeto de Lei à conta de anulação parcial de dotação orçamentária, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

8. Ressalte-se, a propósito do que estabelece o art. 53, § 11, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012, LDO-2012, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetarão a obtenção da meta de resultado primário para o corrente exercício, uma vez que serão consideradas na avaliação de receitas e despesas de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

9. Vale destacar que o presente crédito não implica alteração do Plano Plurianual 2012-2015, aprovado pela Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, pois se trata de inclusão de ação constante de programa destinado exclusivamente a operações especiais, que não integra o aludido Plano, conforme estabelece o parágrafo único do art. 5º da referida Lei.

10. Finalmente, cabe salientar que a dotação objeto de cancelamento é oriunda da Reserva de Contingência, não inserida entre as programações de funcionamento e finalísticas dos órgãos, não implicando, portanto, em prejuízos no processo de execução de despesas.

11. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,

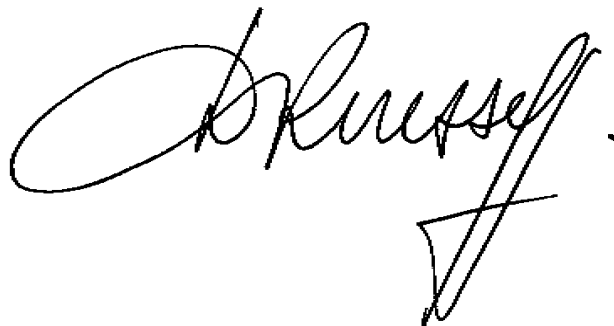
Assinado eletronicamente por: Eva Maria Cella Dal Chiavon

Mensagem nº 24

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor global de R\$ 100.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências”.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.



**PLN 1/2012
(LAFS)**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria,

observadas as seguintes condições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 2º - Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que trata este artigo e o art. 201, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

I portadores de deficiência; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

II que exerçam atividades de risco; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

III cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

§ 5º - Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 6º - Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 7º Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 9º - O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 10 - A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 11 - Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 12 - Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 13 - Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 14 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituíam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 16 - Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 17. Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 3º serão devidamente atualizados, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com

percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 19. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 20. Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 21. A contribuição prevista no § 18 deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 desta Constituição, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

.....

Art. 167. São vedados:

.....

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, é o Poder Executivo autorizado a

limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

.....

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

- I - União: 50% (cinquenta por cento);
- II - Estados: 60% (sessenta por cento);
- III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

§ 1º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

- I - de indenização por demissão de servidores ou empregados;
- II - relativas a incentivos à demissão voluntária;
- III - derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;
- IV - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18;

V - com pessoal, do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e Roraima, custeadas com recursos transferidos pela União na forma dos incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19;

VI - com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:

- a) da arrecadação de contribuições dos segurados;
- b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;
- c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

§ 2º Observado o disposto no inciso IV do § 1º, as despesas com pessoal decorrentes de sentenças judiciais serão incluídas no limite do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

I - na esfera federal:

a) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União;

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

c) 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento) para o Executivo, destacando-se 3% (três por cento) para as despesas com pessoal decorrentes do que dispõem os incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, repartidos de forma proporcional à média das despesas relativas a cada um destes dispositivos, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar;

d) 0,6% (seis décimos por cento) para o Ministério Público da União;

II - na esfera estadual:

a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;

d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

§ 1º Nos Poderes Legislativo e Judiciário de cada esfera, os limites serão repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar.

§ 2º Para efeito deste artigo entende-se como órgão:

I - o Ministério Público;

II - no Poder Legislativo:

a) Federal, as respectivas Casas e o Tribunal de Contas da União;

b) Estadual, a Assembléia Legislativa e os Tribunais de Contas;

c) do Distrito Federal, a Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do Distrito Federal;

d) Municipal, a Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

III - no Poder Judiciário:

a) Federal, os tribunais referidos no art. 92 da Constituição;

b) Estadual, o Tribunal de Justiça e outros, quando houver.

§ 3º Os limites para as despesas com pessoal do Poder Judiciário, a cargo da União por força do inciso XIII do art. 21 da Constituição, serão estabelecidos mediante aplicação da regra do § 1º.

§ 4º Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, os percentuais definidos nas alíneas a e c do inciso II do *caput* serão, respectivamente, acrescidos e reduzidos em 0,4% (quatro décimos por cento).

§ 5º Para os fins previstos no art. 168 da Constituição, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais definidos neste artigo, ou aqueles fixados na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 6º (VETADO)

LEI Nº 12.465, DE 12 DE AGOSTO DE 2011.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências.

Art. 53. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

.....

§ 11. As exposições de motivos a que se refere o § 5º deste artigo, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual previsto nesta Lei.

.....

LEI Nº 12.593, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.

Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.

.....

Art. 5º O PPA 2012-2015 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, assim definidos:

I - Programa Temático: que expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade; e

II - Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: que expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Parágrafo único. Não integram o PPA 2012-2015 os programas destinados exclusivamente a operações especiais.

.....

LEI Nº 12.595, DE 19 DE JANEIRO DE 2012.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012.

.....

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O projeto vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Leitura: 7-2-2012

Até 12/2 prazo para publicação e distribuição de avulsos;

até 20/2 prazo para apresentação de emendas;

até 25/2 prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas apresentadas; e

até 11/3 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em avulsos e no **Diário do Senado Federal** de 8 de fevereiro do corrente.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

OF. GSLMAT 22/2012

Brasília, 7 de fevereiro de 2012

Senhor Presidente,

Preliminarmente agradeço a minha designação como representante do Senado Federal para participar da 51ª Sessão do Comitê para a Eliminação da Discriminação Contra a Mulher, evento promovido pela Organização das Nações Unidas, a realizar-se de 13 de fevereiro a 2 de março do corrente ano, na cidade de Genebra, Suíça.

Entretanto, tendo em vista o momento político que atravessa a capital do meu Estado, necessitando de nossa presença para auxiliar nas negociações visando o fim da greve dos policiais militares, solicito a compreensão de Vossa Excelência em nossa disposição de declinar da referida missão.

Pedindo as devidas escusas e esperando poder honrar essa Presidência em outra missão oficial, aproveito a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e consideração.

Lídice da Mata - Senadora da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

Item único

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, DE 2004

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2004 (nº 7.398/2002, na Casa de origem, do Deputado Aloysio Nunes Ferreira), que *altera o art. 9º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997 (Procedimentos e documentos relativos à petição solicitando autorização judicial para doação de tecidos, órgãos ou partes do corpo vivo, por pessoa que não seja cônjuge ou parente consanguíneo do receptor)*.

Parecer sob nº 1.493, de 2011, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Vanessa Grazziotin, oferecendo a redação do vencido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 20 horas e 44 minutos.*)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

7-2-2012
terça-feira

11h Recebe o Senhor Aníbal Lins, presidente do Sindicato dos Servidores do Judiciário do Estado do Maranhão

Sala de Audiências

11h30 Recebe os Senadores Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e Jorge Viana

Sala de Audiências

16h Ordem do Dia
Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Ivonete Dantas* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
PR - Lauro Antonio** (S)

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,11)

RELATOR: VAGO ⁽¹⁵⁾

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(3,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(3,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽³⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽³⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,14)	1.
PTB	
VAGO ^(2,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
12. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana
Telefone(s): 33033492
Fax: 33031176
E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

Prazo prorrogado: 31/05/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,13)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(3,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,17)
Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(3,16)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 14.12.2011, foi lido o Requerimento nº 1.550, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, a partir de 23.12.2011.

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado
pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

**COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

MEMBROS

Gilson Dipp

Maria Tereza Moura

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muiños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

René Ariel Dotti

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. VAGO ^(4,8,17)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,21)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PR (20)	
Clésio Andrade	1. Blairo Maggi
João Ribeiro (7)	2. Alfredo Nascimento (22)
PSOL	
VAGO (24)	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- *** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- **** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
- 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
- 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).
- 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).
- 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
- 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
- 16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).
- 17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
- 18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,7)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
 7. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) ^(15,16,17)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹¹⁾
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello
PR ⁽¹³⁾	
Vicentinho Alves	1. Clésio Andrade

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

*** Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
 2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
 3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁹⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁹⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(9,12)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) ⁽¹⁰⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(3,4,16,21,28)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,17)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,16)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,16)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,16)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁹⁾	8. Lauro Antonio (PR) ^(31,32,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹¹⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁸⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PR ⁽³⁰⁾	
Magno Malta	1. Clésio Andrade ^(20,22)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. VAGO ⁽³⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Anibal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

**** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

***** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
30. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
31. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
32. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
34. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	
PTB	
Armando Monteiro	
PSOL	
Randolfê Rodrigues	

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfê Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(14,27)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,22)
Lauro Antonio (PR) ^(29,30,32)	2. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ^(7,13,28)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Ivonete Dantas (PMDB) ^(31,34)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽²⁰⁾	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽²³⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PR ⁽²⁴⁾	
Magno Malta ^(12,26)	1. Clésio Andrade
João Ribeiro ⁽²⁶⁾	2. Vicentinho Alves

PSOL

VAGO (35)

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
 20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
27. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

* Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,19)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) ^(21,22)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,23)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. Ivonete Dantas (PMDB) ^(32,34)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,24,27)	6. Lauro Antonio (PR) ^(9,30,31,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁸⁾
PTB	
Gim Argello ^(1,26)	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PR ⁽²⁵⁾	
Vicentinho Alves	1. Blairo Maggi
PSOL	
Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾	1. Lindbergh Farias (PT) ^(5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.
1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
 2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
 3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
 5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).
 6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (OF. SF/GSMB nº 0276/2011).
 7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
 8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
 10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
 11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
 12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).
 15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
 17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
 18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
 20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
 21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
 23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
 24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 25. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
 26. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).
 27. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
 28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
 29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
 30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
 32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
 33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
 34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,2,6,8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Kátia Abreu (PSD)
PTB	
VAGO ⁽⁹⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).

2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

9. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
VAGO ⁽⁴⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ^(2,3,5,6)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
VAGO ⁽⁷⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).

6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,11)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,8)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ^(5,7,10)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO ⁽²⁾
PTB	
VAGO ⁽¹²⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 7. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 8. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
 9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
 10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 11. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 12. Vagom, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) ^(15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹¹⁾	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(8,10,26,33)
Lauro Antonio (PR) ^(2,13,28,29,31)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Ivonete Dantas (PMDB) ^(30,34)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(18,32)	4. VAGO ⁽²¹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(7,9,17)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(5,23)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) ⁽¹⁹⁾	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽¹⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PR ⁽²²⁾	
Magno Malta	1. Vicentinho Alves
PSOL	
VAGO ⁽³⁵⁾	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfê Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

32. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).

35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,7)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ⁽⁸⁾	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Garibaldi Alves (PMDB) ⁽⁶⁾
Paulo Davim (PV)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

7. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

8. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Lauro Antonio (PR) ^(13,14,15)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PR ⁽¹²⁾	
Blairo Maggi	1. Clésio Andrade
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, foi lido o Ofício nº 237, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Sérgio Souza como membro titular para compor a CRE.

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,9)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(1,8)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)

3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).

9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).

10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. VAGO ⁽¹²⁾
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Lauro Antonio (PR) ^(16,17,18)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP) ^(6,7,13,14)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PR ⁽¹⁵⁾	
Blairo Maggi	1. Vicentinho Alves
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
15. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).

*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lauro Antonio (PR-SE) ^(1,22,24,28)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Lauro Antonio (PR) ^(22,23,24,25)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,20)
Benedito de Lira (PP)	6. Ivonete Dantas (PMDB) ^(26,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PR ⁽¹⁹⁾	
Vicentinho Alves	1. Magno Malta
PSOL	
	1. Randolfe Rodrigues ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 481/2011 - GSMB).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 120/2011 - GLDBAG).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB).
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
24. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
25. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
26. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: ⁽⁶⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Lauro Antonio (PR) ^(4,5)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,4,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

5. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).

7. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.

8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Dalcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11,23,25)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ivonete Dantas (PMDB) ^(29,30)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) ^(26,27,28)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,20,22)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ^(7,19)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾
PR ⁽²¹⁾	
Clésio Andrade ⁽²⁴⁾	1. Blairo Maggi
PSOL	
	1.

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Dalcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro titular do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: quintas-feiras, às 12h -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

* Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,14)
João Capiberibe (PSB) ^(10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(7,8,15,17)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR ⁽¹⁶⁾	
Alfredo Nascimento ^(4,18)	1. João Ribeiro ⁽¹⁸⁾
PSOL	
VAGO ⁽⁶⁾	1. VAGO ⁽²⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
- *****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 026/2011-GLDBAG).
 2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).
 6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfê Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
 7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).
 9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
 11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
 12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
 13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDDB).
 14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
 15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 16. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
 17. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 294/2011).
 18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
 19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
 20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Lobão Filho (MA)		1.	
João Alberto Souza (MA) (3)		2. VAGO (4)	
Renan Calheiros (AL)		3. Valdir Raupp (RO)	
Romero Jucá (RR)		4. Eunício Oliveira (CE)	
PT			
Humberto Costa (PE)		1. Anibal Diniz (AC)	
Wellington Dias (PI)		2. Walter Pinheiro (BA)	
José Pimentel (CE)		3. Angela Portela (RR)	
PSDB			
Mário Couto (PA)		1. Paulo Bauer (SC)	
Cyro Miranda (GO)		2. VAGO (2)	
PTB			
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)	
DEM			
Jayme Campos (MT)		1. Maria do Carmo Alves (SE)	
PR			
Vicentinho Alves (TO)		1.	
PP			
Ciro Nogueira (PI)		1.	
PDT			
Acir Gurgacz (RO)		1.	
PSB			
Antonio Carlos Valadares (SE)		1.	
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)			

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago(PMDB-PB) ter deixado o mandato.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
Ivonete Dantas (RN) ⁽¹⁰⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽³⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽⁸⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽²⁾
PSOL
VAGO ^(4,11)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁷⁾
PPS
PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 28/12/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹⁰⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹¹⁾
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
VAGO ^(14,15)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(3,17)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 06/12/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽¹¹⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾
PSOL
VAGO ^(16,18)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(5,17)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 28/12/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
18. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) ⁽⁵⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁶⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(4,16)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁷⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 06/12/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.
16. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 16.11.2011)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>

E-mail: scn@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Vago ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 08.11.2011)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA)
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1.
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1.
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2, 4}
PSB	
Sandra Rosado (PSB/RN)	1 Keiko Ota (PSB/SP)
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Arnaldo Jordy (PPS/PA)
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão: 14-12-2011
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Wellington Dias (PT/PI)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. Marcelo Crivella (PRB/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Ivonete Dantas (PMDB/RN) ²	1.
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{3 e 4}	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSOL ¹	
Marinor Brito (PSOL/PA)	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

Edição de hoje: 294 páginas

(OS: 10180 / 2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

